

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Valter Mattos da Costa

O Canto da Sereia

“A Influência Pós-moderna na Historiografia Fluminense do Antigo Regime nos Trópicos”

Niterói – RJ

2014

Valter Mattos da Costa

O Canto da Sereia

“A Influência Pós-Moderna na Historiografia Fluminense do Antigo Regime nos Trópicos”

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva.

Niterói - RJ

2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C837 Costa, Valter Mattos da.
O canto da sereia: a influência pós-moderna na historiografia fluminense do Antigo Regime nos trópicos / Valter Mattos da Costa. – 2014.
238 f.
Orientador: Luiz Fernando Saraiva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.
Bibliografia: f. 218-227.
1. Brasil. 2. Período colonial, 1500-1822. 3. Historiografia. 4. Antigo regime. 5. Pós-modernidade. 6. Brasil; aspecto econômico. 7. Século XX. I. Saraiva, Luiz Fernando. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.03

Valter Mattos da Costa

O Canto da Sereia

“A Influência Pós-Moderna na Historiografia Fluminense do Antigo Regime nos Trópicos”

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva

Prof. Dr. Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes

Prof. Dr. Pedro Henrique P. Campos

Niterói - RJ

2014

Sereias serão tua primeira prova. Elas encantam todos aqueles que porventura passam por elas. Quem inadvertidamente se entregar ao canto delas nunca mais retornará ao lar, nunca mais cairá nos braços da mulher, não verá as crianças nunca mais. Elas enfeitiçam os que passam acomodadas num prado. Em torno, montes de cadáveres em decomposição, peles presas a ossos. Evita as rochas. Tamba com cera os ouvidos dos teus companheiros para não caírem na armadilha sonora. Se, entretanto, quiseres o mel do concerto delas, ordena que te amarrem de pés e mãos ereto no mastro. Que o nó seja duplo. Entrega-te, então, ao prazer de ouvi-las. Se, por acaso, pedires que te afrouxem as cordas, ordena-lhes que as apertem ainda mais.

(E assim o fez Ulisses, seguindo os conselhos de Circe.
HOMERO. Odisseia. Canto XII: “Las Sirenas Escila y Caribdis.
Las Isla del Sol. Ogigia”)

À Luiza, minha Avó; que me deu carinho de mãe – saudades...
*À Vicentina, minha Mãe; que tanto fez para que eu estudasse em
uma infância sem luxo.*
Ao Anibal, meu Pai; provedor de meu início enquanto gente.
*À Rejane, minha Mulher e meu eterno Amor; a quem devo todo o
apoio.*
*Ao João Vinícius, meu Primogênito; que sempre soube ser melhor
como filho do que eu como pai.*
*À Maria Beatriz, minha filha caçula, minha eterna Princesinha e
futura psicóloga.*
À Pietra, minha primeira neta.
À Rosana, minha cunhada; por ter nos dado como presente a sua Vitória.

Agradecimentos

Agradecemos a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, estiveram presente, nos ajudando, nesta nossa curta formação acadêmica, e que ainda está em curso.

Em especial os professores:

Bernardo Kocher

Carlos Gabriel

Gladys Ribeiro

Humberto Machado

Ilmar de Mattos

Leandro Konder

Luiz Fernando Saraiva

Marcelo Badaró

Norberto Ferreras

Sônia Mendonça

Sônia Rebel

Suely Deslandes

Théo Pinheiro

Virgínia Fontes

Maria de Fátima Gouvêa (*in memoriam*).

Mesmo correndo o risco de cometer alguma injustiça, gostaríamos ainda, deste plantel acima, destacar com mais veemência: o Bernardo, nosso primeiro orientador de tempos de graduação; o Gabriel, que sempre dirigiu-nos palavras elogiosas que muito nos incentivaram; o Saraiva, pela coragem de ter aceitado orientar um trabalho tão, digamos, “espinhoso”; e a Virgínia, pela generosidade – que com certeza deu-lhe muito trabalho – de ter nos guiados em quase todos os detalhes do texto final, forma e conteúdo (inclusive, a contribuição destes dois últimos professores nos criou a convicção, pelo menos no nosso caso, de que um texto acadêmico não tem um único autor);

Também somos muito gratos ao conjunto de funcionário da Secretaria do Departamento de História da UFF, pela solicitude que sempre me ofereceram.

Igualmente, não poderíamos nos esquecer de agradecer, de forma também muito especial, à nossa Professora do antigo Segundo Grau, a **Sônia**, que nos anos de 1981 a 1983 ajudou-nos a fortalecer nossa paixão pela História.

Resumo:

Dissertação de Mestrado, em Historiografia (cujas principais fontes são bibliográficas), que procurou traçar nexos causais entre o contexto das décadas de 80 e 90 do século XX e a produção historiográfica, entendida em conjunto, de importantes historiadores domiciliados no Estado do Rio de Janeiro: João Fragoso, Manolo Florentino, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho (especializados, principalmente, em Brasil colônia), cuja formação acadêmica e início de suas carreiras se deram exatamente neste contexto. Estes historiadores foram concebidos como formando o grupo historiográfico (não se tratando de uma “escola historiográfica”) denominado por este trabalho como “O Antigo Regime nos Trópicos” (ART) – em alusão ao título de famoso livro organizado por três deles (Fragoso, Gouvêa e Bicalho).

Este contexto citado foi entendido como de predominância da pós-modernidade entre alguns ambientes intelectuais, sobretudo do Ocidente. Ainda que estes historiadores não se definam como sendo pós-modernos, e de fato, conforme se defende nesta dissertação, não são historiadores pós-modernos, advoga-se aqui que suas teorias receberam influências de tendências e posturas típicas da pós-modernidade, presentes muitas vezes, por exemplo, no que ficou conhecido, dentre outras coisas, como “a história das mentalidades” ou a história cultural influenciada por uma antropologia de cunho mais culturalista etc.

Em busca de se realizar tais objetivos, foram analisadas as características tanto do contexto pós-moderno quanto das teorias pós-modernas mais importantes (como o radical descrédito para com as perspectivas dadas pelas metateorias etc.), tendo como apoio autores marxistas que já aprofundaram importantes discussões sobre o tema (principalmente David Harvey, Fredric Jameson, Ciro Flamarion Cardoso, Eric Hobsbawm e Perry Anderson). Iguualmente, boa parte dos trabalhos dos quatro autores citados como compondo o ART foi cuidadosamente pesquisada, o que proporcionou a identificação das relações entre esta produção e as influências pós-modernas. Um ponto importante da dissertação é o entendimento de que esta relação de influência foi dialética; isto é, que não se trata de um simples determinismo entre estrutura (os contextos em questão) e superestrutura (a produção do ART) específicas. Existiram motivações, tal como define Bourdieu, externas (estruturais) e internas (as subjetividades individuais) na produção simbólica dos historiadores que neste trabalho são objetos de estudo. Deve-se acrescentar que no que diz respeito às influências externas dos citados contextos, Josep Fontana e sua teoria da história, para se historicizar uma produção historiográfica, serviram de importante apoio.

É necessário também esclarecer que não se trata da reprodução de um rol de tudo que os historiadores do ART produziram; o estudo historiográfico-bibliográfico foi qualitativo e não quantitativo. O principal critério para utilização qualitativa desta produção foi priorizar seus estudos econômicos, pois se entende que o grosso das críticas realizadas pelo ART foi direcionado às análises econômicas estruturais da sociedade colonial brasileira, sobretudo nos trabalhos publicados por Caio Prado Jr., Celso Furtado, Antônio Fernando Novais, Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso; trabalhos de grande influência marxista, tendência intelectual mais atacada pela pós-modernidade. Em função deste critério, estabeleceu-se que os estudos de João Fragoso teriam uma atenção especial devido ao fato deste historiador, em relação aos demais componentes do grupo, ter se dedicado com maior intensidade aos estudos econômicos coloniais.

Palavras-chave: Historiografia colonial brasileira – Atual historiografia fluminense sobre colonização brasileira – O Antigo Regime nos Trópicos – Pós-modernidade – Fragoso, João Luís Ribeiro – O contexto socioeconômico das décadas de 80 e 90.

Abstract:

Masters dissertation, in Historiography (whose main sources are bibliographic), which sought to draw causal links between the context of the 80s and 90s of the twentieth century and the historical production, seen together, important historians domiciled in the State of Rio de Janeiro: João Fragoso, Manolo Florentino, Maria de Fátima Gouvêa and Maria Fernanda Bicalho (specialized mainly in colonial Brazil), whose academic training and early in their careers if they gave exactly this context. These historians were conceived as forming the historiographical group (not dealing with a "school of historiography") called for this work as "The Old Regime in the Tropics" (ORT) - alluding to the title of the famous book edited by three (Fragoso, Gouvea and Bicalho).

This context was understood as quoted predominance of postmodern intellectuals among some environments, especially in the West. Though these historians do not define themselves as postmodern, and in fact, as is argued in this thesis, are not postmodern historians, is advocated here that his theories were influenced trends and attitudes typical of postmodernity, gifts often, for example, in what was known, among other things, as "history of mentalities" or cultural history influenced by a more culturalist anthropology of nature etc.

In seeking to achieve these objectives, we analyzed the characteristics of both the postmodern context as the most important post-modern theories (like the radical distrust towards the perspectives given by metatheories etc.), with the support Marxist authors who have deepened important discussions on the subject (especially David Harvey, Fredric Jameson, Ciro Flamarion Cardoso, Eric Hobsbawm and Perry Anderson). Also, much of

the work of the four authors mentioned as composing the ORT was carefully researched in order to identify the relationships between this production and post-modern influences. An important point of this work is the understanding that this relationship was influenced dialectic; i.e., that it is not a simple determinism between structure (the contexts in question) and superstructure (the production of ORT) specific. Motivations existed, as Bourdieu defines, external (structural) and internal (individual subjectivities) in symbolic production of historians that this work are objects of study. It should be added that with regard to external influences of the aforementioned contexts, Josep Fontana and his theory of history, to historicize the historiographical production, served as an important support.

It is also necessary to clarify that it is not playing a role in everything that historians have produced the ORT; historiographical-bibliographical study was qualitative and not quantitative. The main criterion for qualitative use of this production was to prioritize its economic studies, as it is understood that the bulk of the criticism made by ORT was directed to structural economic analysis of colonial Brazilian society, especially in the work published by Caio Prado Jr., Celso Furtado, Antonio Fernando Novais, Jacob Gorender and Ciro Flamarion Cardoso; works great Marxist influence, intellectual trend more attacked by postmodernity. According to this criterion, it was established that the studies of João Fragoso had a special attention due to the fact that this historian, in relation to other components of the group, have been dedicated with greater intensity to colonial economic studies.

Keywords: Brazilian colonial historiography – Contemporary historiography of Brazilian colonization Rio – The Old Regime in the Tropics – Postmodernism – Fragoso, João Luís Ribeiro – The socioeconomic context of the decades of 80 and 90.

Sumário

INTRODUÇÃO	01
Capítulo I – AS DÉCADAS PERDIDAS	32
1.1. Características Gerais do Contexto Pós-Moderno das Décadas de 80 e 90 do Séc. XX	32
1.1.1. U fator cultural conservador	39
1.1.2. A especificidade Latino-Americana dos contextos pós-modernos, neoliberais e globalizados das décadas de 80 e 90	40
1.1.3. A formação da pós-modernidade dentre suas principais áreas de atuação intelectual: da Arquitetura às Ciências Humanas	44
1.1.4. Hobsbawm – O exemplo de uma crítica marxista a uma tentativa de um estudo histórico-antropológico pós-moderno: “O Pós-Modernismo na Floresta”	55
1.1.5. Considerações finais acerca da pós-modernidade nas “décadas perdidas”	57
1.2. O Método	63
Capítulo II – PARA QUE SERVIRIA UMA HISTÓRIA ECONÔMICA “AGONIZANTE”?	78
2.1. “A Agonia” da História Econômica	79
2.2. E a “Agonia” continua	87
2.3. Considerações Finais sobre a “Agonia”	92
2.4. As relações entre “Agonia”, ART, ASC e MPEC	95
Capítulo III – UMA ECONOMIA QUE SE RETROALIMENTA: A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA FLUMINENSE; OS NOVENTA E OITO ANOS DE NOSSO MODELO COLONIAL SEGUNDO O ART	98
3.1. Críticas a uma historiografia “tradicional”	106
3.1.1. O Antigo Sistema Colonial	98
3.1.2. O Modo de Produção Escravista Colonial	116
3.1.3. Evitando “a Agonia” metodológica pelo uso de teorias lusitanas principalmente	120
3.2. O Arcaísmo como Projeto, um Escopo Teleológico, pois “O arcaísmo da sociedade brasileira não existe por acaso, mas por desígnio.”	125
Capítulo IV – JOÃO FRAGOSO: A HISTÓRIA ECONÔMICA DO ART – DE UMA BREVE FORMAÇÃO MARXISTA À HISTÓRIA DAS “ELITES”	143
4.1. O Marxismo de João Fragoso	144
4.1.1. A Concepção de um Sistema Agrário para a Economia do Vale do Paraíba Fluminense na passagem do século XIX para o XX	144
4.1.2. Racionalidade ou Arcaísmo?	175
4.1.3. E a Roça confirma o Sistema	177
4.2. Captando o instante da metamorfose teórica de Fragoso, de marxista a um estudioso das “elites”	179
4.3. João Fragoso, um historiador das “elites”	181

4.3.1. As Famílias Escravas Engrossadas	182
4.4. Concebendo a Apreensão da Realidade Social Aplicada à Estratégia Profissional do ART	207
4.4.1. Uma Análise Marxista para a Trajetória Profissional do ART	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
BIBLIOGRAFIA	218

INTRODUÇÃO

O que é o Brasil? Pergunta deveras pretensiosa – que somada a outras razões – está por detrás das motivações deste Mestrado em História. Contudo, vive-se hoje em um ambiente em que as grandes questões e explicações históricas parecem ser coisas do passado; foram substituídas por uma história pulverizada em “migalhas” (diversificação e subdivisão de temas *ad infinitum*) e micro (divisão do todo histórico em partes menores, no espaço/tempo, que deslocam da análise este todo). Sendo assim, questões intelectuais mais abrangentes soam como ultrapassadas. Todavia, encontram-se, em verdade, ainda latentes em determinadas consciências; quem sabe esperando o “pêndulo” da historiografia inclinar-se novamente para a outra extremidade.

* * *

No Rio de Janeiro, orientados por historiadores como Ciro Flamarion Cardoso e Maria Yedda Linhares, dentre outros, chega a público, a partir de finais da década de 80, o resultado dos doutoramentos de jovens pesquisadores preocupados com a dinâmica socioeconômica e política do mundo colonial e imperial brasileiro; em que se destacaram: Sheila Siqueira de Castro Faria, Afonso de Alencastro Graça Filho, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Hebe Maria Mattos Gomes de Castro, João Luis Ribeiro Fragoso e Manolo Garcia Florentino. Percebe-se nestes historiadores, com poucas exceções, uma atenção maior ao eixo geográfico Centro-Sul-Sudeste, especialmente a sua província mais importante, a do Rio de Janeiro ou a sua Praça comercial – que desde meados do XVIII vinham ganhando grande importância não só no Brasil, mas também em todo o Império Português. Dentro desta tendência de pesquisa (que privilegia o Centro-Sul de um modo geral), também a partir de finais dos anos oitenta, há outros doutorados orientados fora do Rio de Janeiro (inclusive fora do país); é o caso, por exemplo, de Maria de Fátima Silva Gouvêa (Leslie Bethell) e Maria Fernando Baptista Bicalho (Laura de Mello e Souza).

Deste plantel de historiadores citados acima, este trabalho de pesquisa destaca Manolo Florentino, Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima Gouvêa e, em especial (mais adiante será explicado o porquê), João Fragoso. Destaca-se menos em função de importância, se comparados aos demais (e isso não quer dizer que não se esteja reconhecendo neles importância; muito pelo contrário), e mais pelos imperativos do projeto; ou seja, o critério aqui não foi só qualitativo, mas, ao mesmo tempo, seletivo – no que diz respeito às

necessidades da pesquisa.

Lendo-se determinados trabalhos, controversos, publicados por esses autores, verifica-se a existência de um “novo mundo”, no Novo Mundo dos trópicos americanos. O porquê da construção, hoje, deste “novo” Brasil colonial é o tema central desta dissertação; que se constitui como uma visão crítica sobre o que se considera como sendo uma influência pós-moderna nesta construção, e suas circunstâncias históricas estiveram na base de sustentação dos argumentos apresentados. Mesmo não havendo uma declaração explícita do grupo de historiadores apresentado como sendo o objeto de pesquisa, acredita-se que as teorias e conclusões a que chegou tiveram, em certa medida, uma grande “ingerência” das ideias pós-modernas; que foram tomadas, talvez, sem que se tivesse consciência disso ou foram opções conscientes voltadas para a construção de carreiras que atendiam às demandas ideológicas do período em que se encontravam seus componentes. É importante que também se diga, de maneira a não criar dúvidas, que aqui não se está concebendo a historiografia representada pelo grupo ART como sendo uma historiografia pós-moderna¹; apesar de pontos em comum entre um e outro.

Por conseguinte, é no interior dessas considerações que o tema insere-se. Tendo um corte cronológico contemporâneo, e, mais especificamente, nas duas últimas décadas do século XX, fixou-se nos assuntos pertinentes à atual historiografia brasileira; sobretudo aquela que se debruça sobre o nosso período colonial; cujo corte geográfico é o Estado do Rio de Janeiro e que mantém vínculos oficiais acadêmicos com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Consequentemente, este tema, em resumo, além de inserir-se nas investigações acerca dos historiadores fluminenses citados, teve o Rio de Janeiro colonial e do início do Império como a sua principal referência. Desses vários aspectos, foram as questões econômicas as mais observadas; já que as interrogações da pesquisa também orbitaram as raízes dos porquês, históricos, de nossos atuais problemas econômicos estruturais.

Esta específica historiografia, formada por quatro historiadores (Fragoso, Florentino, Bicalho e Gouvêa) definidos como pertencendo ao grupo teórico que doravante será

¹A definição ou identificação de uma historiografia exatamente pós-moderna não é uma tarefa das mais fáceis (até porque, não é este o objetivo da pesquisa, pois o que se procura identificar aqui é um ambiente intelectual influenciado por um contexto pós-moderno). Não basta que se diga, por exemplo, que uma historiografia pós-moderna, em geral, segue as orientações de autores, dentre outros, como Foucault (e que, inclusive, no estrito senso, não era pós-moderno). Em termos desta especificidade, de uma historiografia pós-moderna, podemos seguir algumas “pistas” deixadas por historiadores, dentre muitos outros, como Hobsbawm ou Ciro Flamarion. Um importante historiador que aqui se entende como um bom exemplo de uma historiografia pós-moderna é Michel de Certeau (“me parece que ‘fazer a história’ remete à escrita” – CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 12 – grifo do autor).

denominado como o “Antigo Regime nos Trópicos” (ou ART), em certa medida procurou fornecer severas observações à historiografia que lhe precedeu, e que via de forma crítica a nossa colonização: Atores diferentes, de também diferentes “correntes”, chegaram as mais variadas conclusões sobre os mesmos assuntos de nossa história – pois é assim que se constrói o conhecimento científico. Onde está a verdade? Talvez não se possa saber com precisão. Mas se pode dizer o seguinte: se uma pessoa olha para um caleidoscópio e só enxerga o vermelho, ela tem uma visão parcial do conjunto de cores; porém, o vermelho está lá, não se está autorizado dizer o contrário, nem mesmo desconsiderar tal cor quando se tenta descrever o caleidoscópio. Portanto, não há demérito nas análises precedentes às do Antigo Regime nos Trópicos (em resposta a quem, por ventura, pense o contrário) – inclusive, muito ainda se pode aprender com tais análises. Assim sendo, a questão não está simplesmente nos matizes teóricos que amparam as pesquisas de um modo geral; o problema é profundo. As opções e decisões tomadas podem até esconder (ou explicitar) as relações travadas, de quem as tomou, com o ambiente cultural do contexto que o cerca, e este – coerente à orientação marxista desta pesquisa – é resultado das relações de produção manifestadas pelas sociedades em que vivemos.

A preocupação com tais problemas, a princípio, forneceu o interesse em se pesquisar a historiografia em questão; ou seja, aquela que trata dos mesmos temas trabalhados pelos historiadores do ART; e aí se verificou um grande paradoxo de concepções. Nos últimos trinta anos (pelo menos), a História, enquanto disciplina, tem sido palco de uma acirrada discussão, que em seus aspectos gerais se assentaria na seguinte dicotomia: *conflito* ou *negociação* – e suas variações para os assuntos específicos. No caso do Brasil que existiu entre 1500 e 1822, a principal manifestação desta disputa, dentre outras, foi: *o sentido mercantilista da exploração colonial portuguesa no Brasil X o Brasil enquanto parte do Império Português*.

No primeiro caso o conflito é claro: a exploração de Portugal sobre o Brasil e suas consequências – e os estudos da colônia só teriam sentido se esta for um reflexo das necessidades econômicas da metrópole. Já no segundo, o Brasil existiu em uma formação social chamada de Império ultramarino português. Foi, como em todas as partes deste Império, palco das relações entre indivíduos que traziam em comum o fato de também precisarem se relacionar, direta ou indiretamente, enquanto súditos (independente de classe, função, cargo, hierarquia, etc.), com as autoridades em Lisboa e vice-versa. Neste último caso, os estudos de colônia procuram dar conta de fatos particulares importantes na busca de provas nas quais os “vassalos” da América portuguesa figurem como partícipes desta

formação. E estes súditos e esta América também tinham vida própria enquanto formação social; não sendo, simplesmente, uma extensão do centro metropolitano colonizador – ainda que com este guardassem relações políticas e econômicas. Logo, o “centro” do Império tinha que os levar em consideração, caso pensasse em “governança” (embora esta expressão seja contemporânea, acreditamos que o seu sentido se fazia presente para os historiadores da “negociação”²).

“O dilema que com freqüência [sic] apresenta-se ao pesquisador interessado no estudo das sociedades surgidas na América Latina, em função da expansão comercial e colonizadora da Europa moderna, é fácil entender. Por um lado, tais sociedades só adquirem pleno sentido se são abordadas como parte de um conjunto mais vasto, posto que surgem como anexos complementares da economia européia [sic], e sob a dependência de núcleos metropolitanos que é preciso considerar para compreender a racionalidade da economia colonial. Por outro, a empresa colonial fez aparecer sociedades com estruturas internas que possuem uma lógica que não se reduz à sua vinculação externa com o comércio atlântico e com suas respectivas metrópoles políticas: desta forma, defini-las como anexo ou parte integrante de um conjunto mais vasto é um momento central da análise, mas não o bastante.”³

O marco do conteúdo da primeira parte do “dilema”, apontado por Ciro Cardoso, foi a abordagem pioneira de Caio Prado Júnior no início da década de 40 (séc. XX). Em sua obra clássica, Formação do Brasil Contemporâneo, ele sai à “caça” do significado de nossa evolução histórica, pois, segundo ele, “Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’.”⁴ Este sentido seria dado pelas relações subalternas e demasiadamente dependentes do Brasil, enquanto colônia portuguesa, com o comércio internacional. Essas relações estariam inseridas na dinâmica das instituições do chamado “sistema colonial”, fazendo com que o Brasil, e as demais colônias ibéricas, existissem para satisfazer as necessidades do comércio europeu em plena expansão. Este seria o nosso sentido histórico.

Foi a partir do que está expresso nestes últimos parágrafos, que foi realizado, no desenvolvimento da pesquisa e no processo de confecção desta dissertação, uma discussão historiográfica – aprofundada, na medida do possível – a respeito do que foi o Brasil em seu período colonial. E o estudo dos autores do ART, obviamente, se coaduna a um comprometimento com esta discussão.

²Pode se perceber uma forte influencia, entre os autores do ART, do conceito de “autoridades negociadas”, de Jack P. Greene, para se conceber, por exemplo, as relações de poder na América Portuguesa entre seus colonos e Lisboa. V., dentre outros, em RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Prefácio”. In: FRAGOSO, J. L. R., BICALHO, Maria F. Batista, GOUVÊA, Maria de F. Silva (org.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 11-10, p. 12.

³CARDOSO, Ciro F. “O Mundo Colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CARDOSO, Ciro F. & BRIGNOLI, Héctor P. História Econômica da América Latina. 2ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 63. Nesta citação, Os vocábulos “freqüência” e “européia”, grafados ainda sob a antiga norma ortográfica, foram acompanhados pelo advérbio latino “sic”, entre colchetes; contudo, para as próximas citações, se procederá a uma atualização ortográfica, tendo em vista que este procedimento não altera o conteúdo do que se quer mencionar.

⁴PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. 23ª edição, S. Paulo: Brasiliense, 1977, p 19.

A pesquisa pretendeu ser um estudo em que as relações metrópole/colônia foram apreendidas como um dos instrumentos fundamentais para o entendimento do objeto em questão. Sem criar hierarquias entre o econômico e o político nas explicações sociais, pôde-se perceber o quanto foi decisivo para a historiografia brasileira os embates acerca do funcionamento econômico da colônia e os aspectos, para o mesmo período, da política econômica de Portugal sobre este seu domínio aqui na América. São esses “embates”, junto a outros aspectos, que foram examinados na bibliografia consultada.

Tendo em vista o caráter crítico da proposta teórico-metodológica deste trabalho, evidentemente que foi imperioso que se analisasse, igualmente, os autores que se manifestaram e se manifestam, com o aparato marxista, em relação à colonização portuguesa sobre nossas terras, como as perspectivas analíticas difundidas a partir das obras de Caio Prado. Lançada esta semente, a de Caio Prado, portanto, mais tarde ela daria muitos frutos: Fernando A. Novais, Emília Viotti da Costa, José Jobson de Andrade Arruda etc. Porém, a forma mais bem acabada do sentido histórico proposto por Caio Prado foi dada por Fernando Novais, sobretudo em Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial⁵.

Como se sabe, existem centenas de trabalhos, de “fôlego”, que tematizam a colonização brasileira – marxistas ou de outras vertentes. Apesar do muito tempo de contato com estes trabalhos (inclusive leituras e resumos sobre os mesmos proporcionaram uma quantidade suficiente de material apropriado para que fosse produzido este mestrado), não foi possível analiticamente relacioná-los todos aqui. Portanto, não será permitido omitir, decerto, que as análises das fontes bibliográficas (adiantando parte da metodologia) acabaram priorizando principalmente os trabalhos dos historiadores do grupo do ART (e estes trabalhos, por se tratar de uma pesquisa historiográfica, formam o conjunto das fontes primárias, como será explicado mais a frente).

Justificando a Validade da Pesquisa

A validade desta pesquisa se justifica pela necessidade de se pensar a História, pretensiosamente, como aquela ciência que, junto a outras áreas do saber, deve estar preocupada com a construção de um mundo melhor. E esta construção nunca será obra do acaso. São necessários, dentro de critérios racionais, planejamento e organização. Há a consciência de que se trata de uma tarefa de dimensões enormes; e por isso mesmo, se faz

⁵NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777–1808). 7ª edição, São Paulo: Hucitec, 2001.

mister uma concepção de conjunto da História da sociedade humana. Entende-se aqui um tanto quanto inapropriado eger fatos demasiadamente pequenos (como, inclusive, alguns dos recortes dados pelos historiadores do ART) para se explicar uma realidade infinitamente maior.

Quando se afirma que são necessários critérios racionais, está se afirmando também que a opção, norteadora e geral, desta pesquisa foi por uma racionalidade do tipo moderna e marxista, de alcance amplo e para o entendimento/ação de uma realidade social e histórica totalizante, nesta empreitada pela busca do entendimento da realidade pesquisada, seus problemas etc.

Foi assim que, minimamente, foram definidos os parâmetros norteadores deste trabalho: uma busca racional e crítica por elementos que conseguissem responder indagações acerca das teorias dos historiadores do ART. Advoga-se a ideia de que estas teorias (pois que imbricadas em vários aspectos pós-modernos) não se pautaram por uma vontade racional preocupada em entender os problemas sociais gerados por nosso passado colonial; ao contrário, seus estudos das “elites”, por exemplo, estão sendo entendidos como influenciados pelas concepções pós-modernas para as ciências humanas, que, dentre outras coisas, afirmam não haver método científico capaz de conseguir, satisfatoriamente, reproduzir a realidade social já vivida; por isso, estes historiadores fluminenses produzem relatos em que a “elite” do Rio de Janeiro colonial figura como protagonista de uma história fascinante: “a aristocracia tupiniquim” em seu habitat tropical.

Quando se afirma “que estas escolhas (pois que imbricadas em vários aspectos pós-modernos) não se pautaram por uma vontade racional”, pode-se estar caindo em contradição caso não se esclareça corretamente esta afirmação, uma vez que daqui a pouco se estará associando, juntamente como o neoliberalismo e a globalização, a pós-modernidade, enquanto uma “ferramenta”, às atuais tendências conservadoras do capitalismo. “A contradição” – equivocada – se daria pelo fato de existir uma racionalidade capitalista na orquestração daquilo que garante seus objetivos; logo, se a pós-modernidade é um dos seus expedientes, também pertence a esta racionalidade. Mas “a racionalidade” (e possíveis posturas “irracionais”) a que se está se referindo é de alcance mais profundo.

Quando um burguês qualquer, por exemplo, se organiza para alcançar uma taxa de lucro maior (nas práticas de gerenciamento ou nas técnicas produtivas), ele acaba diminuindo os custos (já que o lucro é uma relação de custos) e muito provavelmente dispensando mão-de-obra, ainda que em números relativos ao conjunto do que é produzido para o mercado. Este

burguês está obedecendo a uma lógica individual de satisfação de seus interesses; entretanto, quando um número muito grande de burgueses, em conjunto, fazem o mesmo, podem acabar gerando uma taxa de desemprego tal que empurre todo o sistema econômico para a depressão. Então, esta lógica pode até ser racional a nível individual; porém, mostra-se tendencialmente irracional a longo prazo quando em conjunto. E é neste sentido (na verdade não só neste, como se poderá verificar em outras partes deste trabalho) que se pode, por exemplo, afirmar que a pós-modernidade tende a uma irracionalidade socioeconômica de longo prazo, pois, contribuindo para que o capitalismo seja mais conservador, gerando altíssimas taxas de lucro em detrimento dos níveis de emprego, poderá futuramente gerar grandes crises econômicas (se já não o fez em 2008).⁶

David Harvey, *verbi gratia*, esclarecendo o quanto, às vezes, pode haver de intencional em algumas crises capitalista (pois muitos dos agentes que as solucionam acabam ganhando com isso), chamará este sistema, por essa e por outras razões, de “irracional”:

“As crises podem ser, por este motivo, orquestradas, geridas e controladas para racionalizar o sistema irracional que é o capitalismo. É isso que programas de austeridade administrados pelo Estado, fazendo uso de mecanismos fundamentais das taxas de juro e do sistema de crédito, muitas vezes fazem. Crises limitadas podem ser impostas pela força externa sobre um setor ou um território. O Fundo Monetário Internacional é um perito em fazê-lo. O resultado é a criação periódica de um estoque de desvalorização e, em muitos casos, ativos subvalorizados em alguma parte do mundo, que poder ser utilizados por fins lucrativos por aqueles que têm excedentes de capital e a quem faltam oportunidades em outros lugares. Foi o que aconteceu no Leste Asiático em 1997 e 1998, na Rússia em 1998 e na Argentina em 2001 e 2002. E é isso que saiu do controle em 2008 e 2009.”⁷

O tema, portanto, são esses historiadores do ART e seus estudos, que produziram para os nossos trópicos em seu passado colonial uma historiografia, no conjunto de suas obras, próxima aos vários aspectos da “pós-modernidade” (tendência associada à irracionalidade, de longo prazo, do capitalismo). Não está explícito, reiterando, em seus escritos o que se acaba de afirmar; mas, como quem olha por detrás de uma tapeçaria, procurando entender sua trama de linhas que formam o desenho da estampa, tentará se exibir

⁶Para uma apreciação teórica sobre as possibilidades do capitalismo, a longo prazo, de produzir suas próprias crises cíclicas, v. CASTELLS, Manuel. A Teoria Marxista das Crises e as Transformações do Capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Ao procurar aumentar a taxa de mais-valia investindo em capital constante, os capitalistas tendem a diminuir a taxa de lucro, podendo levar todo o sistema econômico a estagnação etc. (Castells chama a atenção para o fato de Marx falar em “tendência”; logo pode não ocorrer). Ainda para uma melhor compreensão de como Marx entende como a taxa de lucro cresce ou decresce, v. MARX, Karl. Salário, Preço e Lucro. São Paulo: Abril Cultural, 1982: “... o valor de uma mercadoria se determina pela quantidade de trabalho [social] que se investe na sua produção...” (p. 156). Síntese simples para associarmos elementos básicos do desenvolvimento capitalista: trabalho/valor/acumulação de capitais etc.

⁷HARVEY, David. O Enigma do Capital: E as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 192 e 193 – grifos nossos.

as contradições que denunciem o caráter subjetivo da pós-modernidade nos trabalhos e conclusões desses autores. Sendo mais específico, o estudo tenta identificar a influência do pós-modernismo nos historiadores brasileiros que, no Rio de Janeiro dos anos 80 e 90, pesquisaram o período colonial no Brasil sob uma perspectiva não crítica desta mesma colonização; que foi um dos fatores da formação do capitalismo na época moderna.

A relevância desta proposta de trabalho também é tentar recuperar tendências historiográficas marxistas (como as vinculadas ao ASC ou MPEC), que estiveram e estão preocupadas em entender os problemas socioeconômicos estruturais de nosso passado colonial. Estas tendências cometeram erros, quiçá metodológicos; entretanto, há de se levar em consideração, quando do surgimento e auge destas tendências, que se vivia uma época onde a ideia de lutar, coletivamente, por uma sociedade humana e economicamente mais justa era capaz de mobilizar muitas áreas do saber intelectual.

Afirma-se, da mesma maneira, que se quer contribuir para o aprimoramento de uma historiografia marxista (portanto crítica, racional e totalizante) no entendimento das origens de nosso país, tentando dar também uma contribuição – ainda que muito pequena – para a construção planejada do nosso futuro; um futuro bem melhor do que este. Acredita-se que as temáticas desta historiografia brasileira, que teve início com Caio Prado, estão longe de seu esgotamento – estão, na verdade, cada vez mais válidas, precisando ser estudadas novamente (evitando antigos “equivocos”). E é isso que este trabalho se propõe.

Os Objetivos

Já que uma das intenções mais importantes com a crítica às posturas de influência pós-modernas do ART é tentar contribuir, hoje, para a recuperação de uma historiográfica crítica sobre nosso passado colonial (crítica desacreditada nas últimas décadas), foi preciso que as metas de investigação fossem delineadas a partir, primeiramente, de um objetivo geral: demonstrar que as conclusões a que chegaram os historiadores do Antigo Regime nos Tópicos, ao contrário do afirmado pelas tendências historiográficas em moda, não inviabilizaram as explicações dos historiadores que, de alguma maneira, relacionam-se à teoria crítica de cunho marxista.

A partir deste objetivo geral, foram estabelecidos três objetivos específicos a serem alcançados; e todos relacionados à historiografia brasileira sobre colônia a partir de Caio Prado.

1º – Demonstrar que as concepções teóricas do que foi o Brasil, em sua origem, podem receber interferências de seu contexto sociocultural e intelectual. Levando em consideração que os contextos, sendo históricos, mudam, eles podem acabar gerando nos indivíduos, em geral, que nele se encontram, dentre outras coisas, variações não só na percepção dos fenômenos que por ventura vierem a analisar, como também em suas conclusões; o mesmo valendo, é claro, para os intelectuais. Neste caso, os historiadores que olham para o nosso passado colonial (restringindo-se agora somente a estes profissionais), o fazem, querendo ou não, em maior ou menor grau, com suas “lupas” um tanto quanto “embaçadas” pelo o que de concreto viveram ou vivem em seu tempo e em suas sociedades.

2º – Demonstrar também, levando em consideração o 1º objetivo específico, que no contexto histórico da década de 80, a pós-moderna influenciou, em maior ou menor grau, parte da historiografia do período, inclusive os historiadores do Antigo Regime nos Trópicos, ainda que estes não se definam como pós-modernos.

3º – Por último, portanto, quer-se estabelecer uma explicação para as metodologias e conclusões dos teóricos do Antigo Regime nos Trópicos. Dentro desta explicação, também demonstrar que estes historiadores privilegiaram aspectos metodológicos que são muito recorrentes entre intelectuais pós-modernos das ciências humanas, gerando prejuízos significativos no desenvolvimento de explicações críticas sobre as raízes de nossos atuais problemas estruturais.

Problematização e suas Hipóteses

A referência conceitual, orientadora, para se alcançar esses objetivos foi o marxismo; sobretudo os escritos de Marx. Consistiu nele a composição dos preceitos de sustentação conjectural do projeto, pesquisa e texto final da dissertação. Trata-se do elemento gerador da questão-problema e das hipóteses que aqui se tenta dar conta, bem como aquele elemento que, outrossim, pela leitura dos textos de Marx, ajudou a condicionar as escolhas não só das técnicas de pesquisas, como, da mesma maneira, o tipo de material bibliográfico necessário. Definir o marxismo como a concepção teórica, geral, utilizada nesta pesquisa, implica também em dizer que uma fundamental profusão de conceitos precisou ser trabalhada, pois rica é a produção teórica de Marx (sem contar a dos marxistas). Por isso, torna-se importante que se defina melhor em quais conceitos marxistas, especificamente, este trabalho se apoiou.

Aqui se tem o materialismo histórico e dialético como um dos seus principais

conceitos; absorveu-se a concepção de que as relações de produção, de um modo geral, presidem as ações humanas, tornando possível, assim, o entendimento, pelo menos em parte, do porquê das análises conclusivas dos historiadores pesquisados. Deste jeito, o desenvolvimento do projeto configurou-se como um trabalho de pesquisa em que seu objeto de estudo foi a produção historiográfica de um determinado grupo de historiadores, aqui já anunciados, relacionados a seus contextos históricos. Debruçou-se, evidentemente, por sobre seus escritos acadêmicos; no entanto, entendo-os como o resultado superestrutural do contexto socioeconômico da realidade em que estavam e estão inseridos. Este foi um dos aspectos mais importantes do procedimento analítico.

Em função de tais escolhas teóricas e metodológicas, e da especificidade do objeto de estudo que com tais escolhas é analisado, forçoso foi definir o trabalho, em um primeiro momento, como bibliográfico, pois havia a pretensão de se utilizar das características desta modalidade de pesquisa, já que era necessário investigar uma quantidade muito grande de títulos, teóricos e empíricos. Tendo esta modalidade de pesquisa como um dos procedimentos, foi possível viabilizar este trabalho, haja vista que o tema proposto apresenta uma gama muito grande de fenômenos. Pôr fim, no que diz respeito designadamente ao que escreveram os autores do ART, a partir da leitura da bibliografia especializada em colônia, e passando pelo crivo das escolhas teóricas, esclarece-se que o que trataram estes autores foi dividido no mínimo em dois aspectos gerais complementares: o 1º é o do conteúdo, isto é, o ambiente socioeconômico do Brasil colônia por eles analisado (e como viram este ambiente); e o 2º é o da escrita, ou seja, a própria produção historiográfica deste ambiente por parte destes teóricos e o contexto histórico que lhes influenciou. Ao se anunciar especificamente estes dois aspectos gerais, não se está levando em consideração, a princípio, outras bibliografias relacionadas às demais tendências que também tratam do Brasil colônia e nem seus ambientes culturais onde foram confeccionadas estas bibliografias, como as produzidas principalmente pelas teorias de historiadores relacionados às teses do “Antigo Sistema Colonial”, ou ainda, por exemplo, do Modo de Produção Escravista Colonial, de Ciro Flamarion e Jacob Gorender etc.; mas que não deixaram, algumas delas, de estarem neste texto, como se poderá verificar nos momentos oportunos.

A pesquisa bibliográfica, reforçando, apresenta a vantagem de permitir verificar um conjunto muito amplo de fatos e fenômenos, já que, neste caso, devido ao parco tempo, uma verificação direta de todos os documentos que estes fatos e fenômenos produziram não seria possível; pelo menos de forma satisfatória. Para dar conta do problema que a pesquisa

pretendeu responder, era necessário que se verificasse uma variedade de dados muito dispersos na cronologia de nossa história, pois que não estava somente pesquisando sobre determinados aspectos de nosso passado colonial; trata-se, dentre outras coisas, de uma investigação que relaciona este passado colonial ao tempo presente. Esta quantidade, por demais extensa de fatos e de documentos, pôde ser “vasculhada” em uma já existente coletânea de trabalhos acadêmicos. Aquilo que se encontra “espalhado” nos mais distantes arquivos e instituições semelhantes, pôde ser, desta maneira, consultado de forma concentrada nos trabalhos publicados sobre o tema, dentro dos mais criteriosos procedimentos.

Porquanto a modalidade de pesquisa ter sido definida como bibliográfica, necessário é que igualmente se esclareça que não se trata de um simples levantamento de obras e títulos que versam sobre o assunto, como se o principal objetivo fosse a criação de um rol de publicações sobre o tema. A bibliografia levantada, consultada e analisada não foi considerada como um conjunto onde simplesmente se depositou um sem-número de dados e fatos que precisam ser contemplados em uma postura fria e “pseudo-objetiva”, dentro do mais puro espírito positivista. Para dar vida a estas representações intelectuais e teóricas da realidade, foi utilizada como ferramenta a crítica do materialismo histórico e dialético, e deste modo foi possível se averiguar as relações de produção existentes nos contextos históricos daqueles que produziram a bibliografia consultada.

Dentro da tradição hegeliana (que influenciou Marx, ainda que ele a tenha superado com seu materialismo), o “espírito” é aquele no “ente” de onde emana a “ideia”, aquela que condicionaria a “matéria” na perspectiva idealista. Neste caso, pode-se usar a “alma” como sinônimo de “espírito” (que Marx também chamará de “consciência”); e é corrente entre os intelectuais usar, analogamente, a “alma”, ou o “espírito”, como a essência de nossas ideias. Marx dirá que (respondendo também à tradição religiosa cristã – e se utiliza aqui desta resposta, pois foi muito apropriada aos interesses deste trabalho): “Desde o início pesa sobre o ‘espírito’ a maldição de estar ‘contaminado’ pela matéria, que se apresenta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, de linguagem.”⁸ Procurou-se analisar, criticamente, a forma como se propagaram, no horizonte historiográfico brasileiro, as “camadas de ar” que refletem “os espíritos” dos historiadores do Antigo Regime nos Trópicos; porém impregnando-os de matéria, trazendo-os para o chão, concreto, das relações sociais e históricas do contexto de onde saíram, para demonstrarmos que estes historiadores representam, ou refletem, um dos exemplos do espírito de uma época.

⁸MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: Feuerbach. São Paulo: Editora Hucitec, 1993, p. 43.

Quando da formulação do projeto, que deu origem a esta procura do que de concreto tem o “espírito” específico de uma época em especial, e na tentativa também de atender aos objetivos traçados, foram estabelecidas algumas afirmações de caráter provisório a serem verificadas, a partir do quadro teórico apresentado (e que ainda será melhor esclarecido), nos estudos e pesquisas propostos. Essas afirmações tiveram como ponto de partida uma questão central – da qual partem todas as outras indagações: As conclusões a que chegou João Fragoso, reduzindo a escala da economia colonial brasileira às relações comerciais do Rio de Janeiro, em fins do XVIII e início do XIX (“a parte pelo todo”⁹), inviabilizaram a existência, mais abrangente, daquilo que antes outros historiadores definiram como “O Antigo Sistema Colonial”?

Advoga-se neste mestrado que não. Mas o problema principal foi outro. O Antigo Regime nos Trópicos não afirma, categoricamente, a não validade da teoria crítica acerca da exploração portuguesa sobre nossas terras; porém, suas opções teórico-metodológicas, seus recortes espaço-temporais e suas conclusões indicam isso. Por que tais opções? As Hipóteses aqui apresentadas como possibilidades de respostas, e que também correspondem aos objetivos traçados, são três.

1^a – A concepção teórica do que foi a estrutura socioeconômica da sociedade colonial brasileira, independente do período e região, é uma variável que pode assumir diferentes aspectos. Isto é, existe um elemento, instável, que pode gerar visões diferentes sobre o mesmo período em questão, que privilegie determinados aspectos em detrimento de outros. Este elemento é o contexto sociocultural e intelectual de quem formula a teoria (lembrando que este contexto é também o resultado das relações de produção).

2^a – O contexto histórico das décadas de oitenta e noventa, em seus aspectos socioculturais e intelectuais, foi de grande presença de ideias da pós-modernidade, que conseguiram influenciar, inclusive, setores da historiografia que não se definem como pós-modernos; é o caso dos formuladores da teoria do Antigo Regime nos Trópicos.

3^a – Isso explicaria, em parte, as escolhas metodológicas e as conclusões teóricas do grupo em questão. Privilegiaram no mínimo: uma escala espaço/tempo menor em detrimento de uma maior; o pertencimento/negociação em detrimento da alteridade/conflicto; o estudo das

⁹Expressão usada por Jobson Arruda para afirmar que os estudos de João Fragoso (juntamente com os de António Manuel Hespanha, Manolo Florentino e Maria Fernanda Bicalho) generalizam “para o conjunto do sistema colonial, em seus três séculos de duração, as características por ele assumidas na parte final do processo [o final do século XVIII e o início do XIX, sobretudo no Rio de Janeiro].” (ARRUDA, J. J. A. “O império tripolar: Portugal, Angola, Brasil.” In: SCHWARTZ, Stuart e MYRUP, Erik (org.). O Brasil no Império Marítimo Português. Bauru, SP: Edusc, 2009, cap. 19, pp. 509 – 531, p. 516). A expressão de Arruda surgirá em outros momentos deste texto indicando, quando necessário, a utilização desta lógica, “a parte pelo todo”, por parte do ART.

“elites” em detrimento do estudo da luta-de-classes entre populares e classes dominantes, etc. Por isso defende-se que, em termos teóricos e práticos, as conclusões a que chegaram Fragoso e os demais autores do Antigo Regime nos Trópicos não inviabilizam as “correntes” historiográficas relacionadas às teorias marxistas como explicação geral mais adequada para o período colonial brasileiro; já que estas “correntes” pertencem a outro contexto histórico: o da crítica racional ao capitalismo.

Já que se afirmou que estas hipóteses precisavam ser respondidas verificando-se a bibliografia apontada (a historiografia crítica à colonização, os autores do ART e também, é necessário que sejam incluídos, aqueles que tratam dos contextos aqui mencionados), é imprescindível que não só se defina mais uma vez a modalidade de pesquisa como um exame bibliográfico, mas que também se especifique este exame como historiográfico. Recorrer a este grau de especificação foi necessário para determinar quais os procedimentos de coleta e análise dos dados. Como foi dito, teoricamente é no marxismo que se encontram os meios e instrumentos norteadores das atividades necessárias à abordagem da questão central, formulada quando da apresentação do tema.

Por isso se afirma, a partir do analisado na historiografia consultada, que as perspectivas teóricas e as conclusões dos historiadores vinculados ao Antigo Regime nos Trópicos são, em grande medida, resultados de interferências de um ambiente cultural influenciado pela pós-modernidade; e que este fenômeno nada mais é do que uma determinada manifestação do grande capital internacional (que será esclarecido em partes posteriores deste trabalho). Defende-se, destarte, que a interferência pós-moderna nestes historiadores os impedem de ter uma postura crítica em relação às dificuldades geradas pelo capitalismo. Este foi um dos problemas fundamentais, encontrados no ART, aqui também tratado: o traço conservador imposto pela pós-modernidade a seus historiadores, deixando-os incapazes, portanto, de enxergar, na origem, os nossos mais relevantes obstáculos a um maior desenvolvimento econômico; não podendo eles, por isso mesmo, propor soluções – e tudo indica que talvez nem o queiram.

Se se afirma que o ART, em última instância, é incapaz de propor soluções aos nossos mais sérios problemas estruturais (ainda que tentem fazê-lo), é porque, além de enquadrá-los como um problema relacionado ao conservadorismo do capitalismo, a perspectiva deste trabalho identifica-se, como já foi dito, à crítica totalizante das análises acerca da colonização portuguesa no Brasil, sobretudo a que associou esta colonização ao movimento geral do capitalismo ocidental em formação. No entanto, como se tem tentando

esclarecer, as preocupações mais importantes encontram-se no presente; a intenção ao consultar o passado é tentar procurar as raízes dos problemas atuais.

Atendendo a estas preocupações, procedeu-se a uma intensa leitura acerca da pós-modernidade; e a partir deste procedimento, foi possível chegar algumas conclusões onde se destaca a percepção da pós-modernidade como parte de um processo maior, dentro da lógica de funcionamento do capitalismo – em que este fenómeno, o pós-moderno, associa-se a outros dois: neoliberalismo e globalização. Está se defendendo neste trabalho que o capitalismo padece de uma lógica geral irracional, quando em longo prazo – que se pode resumir nas crises cíclicas de superprodução. Os três fenómenos, pós-modernidade, neoliberalismo e globalização, estão no interior desta irracionalidade.

Cada um deles desempenha um papel. Em resumo, o neoliberalismo desregulamenta as ações do Estado na economia; a globalização (ou mundialização do capital) procura descredenciar os Estados nacionais e suas fronteiras; e a pós-modernidade cria um ambiente cultural (nas artes, nas ciências humanas e sociais, na arquitetura etc.) que tenta desmoralizar as conquistas e os preceitos que nasceram com a racionalidade moderna. A pós-modernidade dirá, por exemplo, que as metalinguagens, com suas totalizações lineares e racionais na tentativa de elucidar os fenómenos humanos e sociais que nos cercam, falharam ao criar seus modelos explicativos; que as coisas do mundo dos homens, sendo assim, teriam um grau de imprevisibilidade e de subjetividade que não nos permitiriam criar planos e regras de controle – as coisas tenderiam ao acaso ou, o que é pior, ao caos. No caso específico da história enquanto disciplina, a descrença pós-moderna entende que esta área do conhecimento, na verdade, seria um ramo da literatura, uma narrativa. O que faz despertar uma questão: a quem interessaria, por exemplo, afirmar que a história da classe operária – com todas as suas lutas – é mera fixação?

Antecipando-se rapidamente alguns pontos importantes, Teórico-Metodológicos, do Tema

Entra-se agora em uma questão central da metodologia (incluindo a teoria geral e seus conceitos): o tratamento das fontes e o debate das mesmas quando se refere às obras acadêmicas. Foi elaborada uma tipologia básica e uma classificação para as fontes buscando trabalhar-las a partir do seguinte critério: 1 – as fontes do período colonial brasileiro dos séculos XVIII e XIX (principalmente seus enfoques econômicos); 2 – as fontes sobre a conjuntura e o contexto nacional e internacional dos temas neoliberalismo, globalização e

pós-modernidade. Relacionando a produção do ART a este contexto, pode-se encontrar, reiterando, as causalidades entre esta produção e os fenômenos citados, estabelecendo assim os nexos econômicos, sociais, políticos e culturais que ajudam a explicar as opções ideológicas que orientaram o trabalho de seus intelectuais.

No item 1, também se procedeu a uma já clássica divisão: fontes primárias e fontes secundárias. Em termos de documentos de época, produzidos diretamente pelos agentes que a viveram, utilizou-se, na verdade, os dados que constam na própria bibliografia secundária indicada; com a exceção de dois documentos consultados diretamente, O Recenseamento Brasileiro de 1872 e A Série Estatística Retrospectivas do IBGE, edição de 1986¹⁰, e que traz a “Separata do Anuário Estatístico do Brasil”, publicada originalmente em 1941, com dados econômicos, sociais e culturais datados desde tempos de colônia.¹¹

Efetivamente nesta dissertação, para suas fontes, o parâmetro geral, lembrando, foi teoria de Marx acerca da História, principalmente enquanto base para a metodologia do tratamento do material examinado, nos sinais que este material fornece da realidade em termos de suas estruturas econômicas.

“(…) O primeiro trabalho que empreendi para resolver a dúvida que me assediava foi uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, trabalho este cuja introdução apareceu nos *Anais Franco-Alemães...* editados em Paris em 1844. Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’...; mas que a anatomia da sociedade burguesa... deve ser procurada na Economia Política... O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina

¹⁰Séries Estatísticas Retropectivas / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

¹¹Também, por ocasião do desenvolvimento da pesquisa, julgou-se necessário verificar, por exemplo, (1) a “Balança Geral do Comércio do Reino de Portugal” (com seus domínios, de 1796 1831 – documento já digitalizado, em formato pdf, e enviado em sete cds., via Correios, pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal); (2) as edições do Jornal do Comércio, a partir de 1828, ano de sua 1ª edição, atentando principalmente sobre as exportações e preços do café etc.; e (3) os Relatórios do Ministério da Fazenda, de 1823 em diante. Tais consultas, mesmo tendo ajudado a esclarecer alguns pontos relacionados ao tema deste trabalho, ainda encontram-se em processo para futuras pesquisas.

sua consciência.”¹²

Se se está tentando entender a concretude dos nexos dialéticos entre contexto histórico e a produção historiográfica dos membros do ART (que como toda produção cultural, ainda que científica, é preñe de carga simbólica), necessário foi que se estabelecesse, em relação a este objeto de estudo, uma postura semelhante à realizada por Mário Grynspan, professor do Departamento de História da UFF, em seu estudo sobre aqueles que são considerados “os pais” da “teoria das elites”, os italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto.

Grynspan, em Ciência Política e Trajetórias Sociais: uma sociologia histórica da Teoria das Elites¹³ (publicação de sua tese de doutorado em antropologia social, defendida na UFRJ em 1994), enfrenta o problema de se estudar autores já deveras abordados (Mosca e Pareto), sobretudo por “comentadores” que tendem, em maior ou menor grau, a “naturalizá-los”, de maneira a contextualizar estes autores e o que escreveram, levando em conta suas estratégias de carreiras etc.

“Dando-se conta das condições em que determinadas formulações foram produzidas, remetendo-as aos seus contextos e aos seus sistemas de relações específicos, o que se busca é produzir uma desnaturalização de noções cristalizadas, evidenciando, em um só processo, a necessidade de submeter também comentadores e comentários a um mesmo tipo de análise, inscrevendo-os em seus espaços de posições específicos, remetendo-os aos seus conjuntos particulares de constrangimentos, restituindo as condições de possibilidade de suas próprias leituras. Dessa maneira, poder-se-á perceber a descontinuidade naquilo que é apresentado como contínuo, localizar o que é visto como universal e introduzir a concorrência no que é apropriado segundo uma lógica de influência e de colaboração.”¹⁴

Quando no Capítulo I, dentre outras coisas, esclarece-se que um dos critérios mais importantes do método de pesquisa desta dissertação foi embasado na concepção de Josep Fontana de que, em resumo, ao se defrontar como uma produção historiográfica qualquer, é necessário que a entendamos como pertencendo a uma específica historicidade, levou-se em consideração esta contextualização proposta por Grynspan. Desta maneira, entende-se a produção cultural do ART como um produto social de seu tempo.

Outro aspecto importante, é que esta produção cultural está sendo compreendida em seu conjunto; ou seja, ainda que se tenha neste texto priorizado (por razões já explicadas) as questões econômicas, existe uma concepção de que os quatro autores do ART produziram

¹²MARX, Karl. “Prefácio da edição londrina de 1859 Para a crítica da Economia Política”. In: Para a Crítica da Economia Política: Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes; A economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 24 e 25.

¹³GRYNSZPAN, Mário. Ciência Política e Trajetórias Sociais: uma sociologia histórica da Teoria das Elites. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

¹⁴*Idem, ibidem*, p. 15.

uma teoria da história para o nosso passado colonial (no mínimo), que em seus traços gerais se apresenta quando tratam dos assuntos deste passado.

Por exemplo, quando Fernanda Bicalho, já em seu mestrado em antropologia social¹⁵ (exposto aqui no Capítulo II), defende um estudo da sociedade carioca, na transição do XIX para o XX, especificando a imprensa feminina por um olhar dado pelo conceito de cultura de Clifford Geertz, em muitos aspectos está lançando as bases do que será endossado pelo grupo como uma postura teórico-metodológica fundamental (como será demonstrado no decorrer deste trabalho).

Maria de Fátima Gouvêa defendeu, em sua tese de doutoramento, que a estabilidade da monarquia brasileira foi alcançada pela ação de pequenos grupos de homens importantes, sobretudo grandes fazendeiros, que souberam atuar em suas províncias de forma a dominar seus órgãos administrativos. Esclarecendo melhor, destes grupos, destacou a atuação daqueles que estiveram à frente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro ou próximos à Presidência desta Província, ligados à grande lavoura de exportação, que, em resumo, souberam dominar o conjunto de forças que se estabeleceu no todo do Império brasileiro. Assim como fazem Fragoso e Florentino, como será exaustivamente exposto no desenvolvimento deste trabalho, Gouvêa atribui majoritariamente à atuação de importantes e pequenos grupos a estabilidade política e econômica da estrutura social que analisou; ou seja, para os componentes do ART, de um modo geral, foram as “elites” os protagonistas dos aspectos mais importantes da história do Brasil que procuraram narrar.

E sobre esta expressão, “elite”, pode se verificar empiricamente que é notória a importância que atribuem ao seu papel em nossa história. Todavia, por outro lado, não se consegue verificar em seus trabalhos a que noção de “elite” se referem; se se apoiam em alguma teoria etc., ou a utilizam tal como o faz o senso comum. Dada a importância que esta expressão (para muitos polêmica) tem no vocabulário especializado das ciências humanas – ainda mais que quem a utiliza, em geral, o faz em detrimento ao conceito de “classes sociais” – defende-se aqui que não podemos nos dar ao luxo, quando se está fazendo ciência, de utilizar tal expressão como sendo do senso comum; mais do que uma expressão ou vocábulo, é um conceito.

Grynszpan, por exemplo, no livro citado mais acima, tece um comentário, sustentando-se em Raymond Williams, criticando a relativização feita por Pareto acerca de sua utilização da palavra “elite”.

¹⁵BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O Bello Sexo - Imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. Rio de Janeiro: Museu Nacional – UFRJ, 1988 (dissertação de mestrado).

“Pareto podia de fato ter utilizado qualquer outro termo, ou mesmo uma letra, mas não o fez. Optou pela categoria elite, o que não é axiologicamente indiferente, nem isento de desdobramentos significativos, uma vez que o seu sentido, então, como aponta Raymond Williams, era o de eleito, preferido, seletivo, excelente, expressando distinção social (Williams, 1981:96-8). Isso se torna ainda mais evidente se lembrarmos que o autor usava o termo de modo intercambiável com aristocracia.”¹⁶

É exatamente como sinônimo de aristocracia que, na maioria das vezes, os autores do ART se referem aos grupos sociais que entendem como pertencendo às “elites” coloniais. Afirmam muitas das vezes que estas “elites” ou “aristocracia tropical” souberam, por “talentos” próprios, dominar as relações políticas e assim tirar proveito econômico substancial; mas do que isso, por esses “talentos” foram capazes de se reproduzir enquanto “elites” ou nobreza da terra, contudo sem esclarecer as origens destes “talentos”.

E para Pareto, de qualquer maneira, a título de ilustração, estes “eleitos” para comportarem talentos raros e especiais, em qualquer atividade humana, podem até ser verificados matematicamente. É a “Curva de Pareto”, também conhecida como “Lei 80/20”¹⁷. Em uma totalidade qualquer (100%) de um grupamento humano, independente de quantos e o que fazem, sempre terá, aproximadamente, 20% que se destaca em relação aos demais.

A Definição de “O Antigo Regime nos Trópicos”, do ART, cotejada a um conceito crítico acerca da condição de Colônia

Quando se afirma que João Fragoso, Manolo Florentino, Fátima Gouvêa e Fernanda Bicalho formam um grupo de historiadores que aqui se está denominando com a expressão “O Antigo Regime nos Trópicos” (ART), esta denominação é feita em função do já celebre livro de 2001¹⁸, organizado por três deles (Fragoso, Gouvêa e Bicalho), que tem como título exatamente esta expressão. Manolo Florentino não está incluindo entre os autores desse livro; mesmo assim, sua inclusão no citado grupo explica-se não só porque participou de inúmeras publicações com os outros três componentes, sobretudo com João Fragoso, mas principalmente por compartilhar com eles muitas das ideias caras ao grupo de um modo geral.

Um ponto importante a ser esclarecido, portanto, diz respeito, obviamente, ao sentido atribuído pelos quatro historiadores estudados ao conceito de “Antigo Regime” e, sobretudo, a

¹⁶GRYNSZPAN, Mário. *Ciência Política e Trajetórias Sociais... Op. cit.*, p. 192.

¹⁷V. em COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. “Estimativa *bootstrap* para o enviezamento, erro padrão e intervalo de confiança do coeficiente de elasticidade da curva de Pareto”. São Paulo: Revista GEPROS/UNESP – Ano 6, nº 1, Jan-Mar/2011, pp. 67-82.

¹⁸FRAGOSO, J. L. R.; BICALHO, Maria F. B.; GOUVÊA, Maria de F. da Silva (orgs.). O Antigo Regime Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

aplicação deste sentido à definição do que foi “O Antigo Regime nos Trópicos”.

Existem inúmeras definições do que fora o Antigo Regime e as instituições que o compõe, como, por exemplo, o absolutismo. Desde clássicos como O Antigo Regime e a Revolução¹⁹, de Tocqueville, passando por autores mais contemporâneos, tais como Perry Anderson²⁰, Norbert Elias²¹, Francisco Falcon²² etc.

De um modo geral, a partir do que estes autores disseram acerca do Antigo Regime, entende-se aqui, em resumo, que se trata, este fenômeno, de um determinado momento da história da sociedade europeia, basicamente de 1453 a 1789, *i.e.*, a Época Moderna. E esta expressão, “A Sociedade do Antigo Regime”, para valer o seu conceito, tem que vir em sua definição, para a sociedade que se quer demarcar, aspectos que vislumbrem, no mínimo, a transição entre o feudalismo e o capitalismo. Resumindo mais uma vez, nesta transição é necessário que se entenda, além, é claro, das questões comportamentais, da seara da cultura etc., como se deram as operações organizacionais de suas relações de poder e das políticas de Estado, como a administração pública, a política econômica etc. E sobre isso tudo, está se entendendo aqui, igualmente, e de forma muito objetiva, que existiu um grau, ou níveis, de centralização política, econômica e jurídica (diferenciado de Estado nacional para Estado nacional – quando existiam) por parte dos monarcas europeus, simbolizado ou reduzido aos conceitos do “absolutismo” e do “mercantilismo”. Esta centralização (questionável em muitos de seus aspectos, mas não inexistente), somada a outros aspectos, esteve por detrás das empreitadas que lançaram alguns povos europeus às chamadas grandes navegações, “descobrimo” e colonizando as Américas; o que nos remete a outro conceito: o de “colonização” (que será tratado mais adiante).

Em termos específicos, todavia, os autores do ART trabalham com uma definição não do *Ancien Regime* europeu como um todo, e sim do Antigo Regime lusitano, tido por eles como um dos mais “arcaicos”. Neste sentido, nada melhor de se verificar diretamente o que dizem os autores quando estes afirmam estar rompendo com determinada historiografia:

“Trata-se de romper com uma abordagem que insiste em analisar o ‘Brasil-Colônia’ através de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo, seja sublinhando sua posição periférica, seja enfatizando o caráter único e singular da sociedade escravista... [A] ideia de Antigo Regime no ultramar. Pretende demonstrar que a formação da sociedade colonial e de suas elites senhoriais pode ser inteligível

¹⁹TOCQUEVILLE, Alexis. O Antigo Regime e a Revolução. Brasília: Ed. UnB, 1999.

²⁰ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1998.

²¹ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

²²RODRIGUES, Antônio E. Martins; FALCON, Francisco J. Calanzans. A Formação do Mundo Moderno. Rio de Janeiro: Elsevier.

a partir do conceito de economia do bem comum, e da dinâmica de práticas e de instituições regidas pelo ideário da conquista, pelo sistema de mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício do poder concelhio.”²³

Para definirem seu “Antigo Regime nos Trópicos”, rompem com a economia da Europa mercantilista e o associam à política régia de concessões de benesses do Antigo Regime português:

“(…) O sistema de mercês, cujas origens remontam às guerras de Reconquista, quando o rei concedia, principalmente à aristocracia, terras e privilégios como recompensa de serviços prestados, não era uma prática restrita a Portugal, tendo-se disseminado pelo Império.

“(…) Dessa maneira, tomava forma um complexo processo de hierarquização dos homens encarregados do governo, assim como dos espaços a serem administrados. “Hierarquizando os homens através dos privilégios cedidos em contrapartida à prestação dos ‘serviços’ do governo, produziam-se múltiplas espirais de poder, articuladas entre si, viabilizando uma governabilidade tão característica da forma como se exercia a soberania portuguesa sobre seu Império ultramarino.

“(…) [O] ‘Brasil-Colônia’, a partir de um novo enfoque... enquanto parte... do Império ultramarino português... Para tanto insistiu na presença de estratégias de acumulação e de lógicas de mercado comuns a diferentes pares do Império... “Destacou-se a reprodução de canais e estratégias de uma sociedade de Antigo Regime nas negociações entre as elites ultramarinas e a coroa, tecendo, neste movimento... a própria governabilidade do Império.”²⁴

Temos ainda o que nos indica Russell-Wood, no Prefácio de O Antigo Regime nos Trópicos, acerca do Império Português, por exemplo.

“Presentes em vários dos ensaios aqui considerados destaca-se uma reavaliação do Antigo Regime e do grau no qual o Brasil e outras partes do império encontravam-se perpassados pelas mentalidades e práticas do Antigo Regime. Na raiz deste processo emergia o sistema que caracteriza o Antigo Regime e que assumia a forma de mercês reais, de doações e mercês régias, concessão de direitos monopolistas, concessão de privilégios a indivíduos e grupos corporativos e isenções a outros setores. Enquanto estes favores régios podiam aumentar o *status quo* através do reforço da grandeza e da nobreza”.²⁵

A concepção do ART sobre seu principal objeto de estudo, ou seja, o Brasil colônia, faz com que o entendam como parte não só do Império Português, mas especialmente como pertencendo a uma lógica de Antigo Regime em que uma política de origens aristocráticas comanda a administração pública, determinando também as relações econômicas, principalmente as de maior relevância. Todavia, muito desta concepção ou entendimento, os autores foram buscar em alguns intelectuais portugueses (que serão citados no decorrer desta

²³FRAGOSO, J. L. R., BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. “Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade do Império”. Lisboa: Revista Penélope, nº 23, 2000, pp. 67-88, p. 67 – grifo dos autores.

²⁴*Idem, ibidem*, pp. 68 e 83 – grifos dos autores.

²⁵RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Prefácio”. In: FRAGOSO, J. L. R.; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 11-25, pp. 16 e 17 – grifo do autor.

dissertação), em que se pode destacar o jurista e historiador António Manuel Hespanha, que também resume as relações econômicas e de poder, entre, sobretudo, “elites” e administração pública, pelas práticas de reciprocidade do regime de *mercês*.

“O caso típico de cumprimento de deveres de gratidão na sociedade de Antigo Regime é o das *mercês* régias, remuneratórias dos *serviços* dos vassalos. Estes serviços não eram estritamente devidos, importando alguma componente graciosa, algum favor, que constituía o beneficiário em gratidão. A *mercê* era, então, o pagamento do dever de gratidão, um dever não estritamente *legal*, mas quase-jurídico (*antidoral*, para utilizar a palavra grega que exprime esta fortíssima obrigação).⁶⁸ Esta extrema proximidade com a justiça autorizava que se utilizasse a palavra *ação* para descrever o quase-direito dos clientes (*maxime*, os vassalos do rei que lhe tivessem prestado *serviços*) às *mercês*. Na generalidade dos juristas, estes deveres de *doação* (mas de *doação remuneratória*) de *mercês* são mesmo considerados como estritos deveres de *justiça comutativa* (ou seja, da justiça que exige que a uma prestação corresponda outra, equivalente e inversa) e, portanto, deveres jurídicos em sentido estrito.”²⁶

Ainda que os autores do ART (além da historiografia portuguesa mais recente) entendam a América Portuguesa como parte de uma formação maior, o Império Ultramarino Português, onde súditos-colonos recebiam de Lisboa *mercês* por serviços prestados na prática de colonização, entende-se também, nesta dissertação, que não se pode desprezar totalmente o caráter de subjugação contido na relação metrópole/colônia.

“Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem. As palavras *cultura*, *culto* e *colonização* derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*.

“*Colo* significou, na língua de Roma, *eumorp* – *eu ocupo a terra* {e, por extensão, *eu trabalho*, *eu cultivo o campo*}. Um herdeiro antigo de *colo* é *incola*, o habitante; outro é *inquilinus*, aquele que reside em terra alheia. Quanto a *agrícola*, já pertence a um segundo plano semântico vinculado à ideia de trabalho.

“A *ação* expressa neste *colo*, no chamado sistema verbal do presente, denota sempre alguma coisa de incompleto e transitivo. E o movimento que passa, ou passava, de um agente para um objeto. *Colo* é a matriz de *colônia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar.”²⁷

Para o crítico literário, e “imortal”, Alfredo Bosi, na semântica do símbolo vernáculo que representa e dá nome à ação de colonizar, há um indiscutível teor de “trabalho” associado à “sujeição”; e esta semântica específica é preenchida, segundo se pode interpretar de sua afirmação (“As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem”), pelos acontecimentos aos quais está relacionada. E estes acontecimentos ou fenômenos foram realizados por aqueles que dominaram ou uma região estranha, tornando-se os invasores que conquistam, ou algum povo a ele igualmente estranho – podendo ser também as duas coisas

²⁶HESPANHA, António Manuel. “A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime”. Niterói: Revista Tempo (UFF), 2007, v. 1, n° 21, pp. 121-143, p. 139 – grifos do autor.

²⁷BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 11 – grifos do autor.

juntas. Tal realização valeria, da mesma maneira, para os descendentes dos conquistadores-colonizadores. A marca maior para todos estes indivíduos, vocábulos ou fenômenos, quando ligados a *colo*, é a incompletude; pois precisam, quando a eles referimo-nos, de serem completados por uma outra origem; ou mesmo ainda apresentam alguma ausência de autonomia plena etc. Reforçando o caráter estranho ou a origem forasteira de quem coloniza ou faz um trabalho preso a esta ação, Bossi continua:

“Não por acaso, sempre que se quer classificar os tipos de colonização, distinguem-se dois processos: o que se atem ao simples povoamento, e o que conduz a exploração do solo. *Colo* esta em ambos: eu moro; eu cultivo.

“Na expressão verbal do ato de colonizar opera ainda o código dos velhos romanos. E, a rigor, o que diferencia o habitar e o cultivar do colonizar? Em principio, o deslocamento que os agentes sociais fazem do seu mundo de vida para outro onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio. O *incola* que emigra toma-se *colonus*.”²⁸

A atitude de colonizar também traz em si a ideia de recomeço; mas não qualquer recomeço para quem vem de antigas culturas. Há alguma coisa de “grandioso” no conquistador que está refazendo e reedificando suas origens; criando, quem sabe, um degrau acima (um “arranque”) de sua própria civilização. Mas os traços de dominação, política e econômica, ainda estarão lá; embora quem colonize não queira ser visto somente como quem explora; sente a necessidade de que lhe enxerguem como uma espécie de benfeitor de uma nova região de que agora faz parte por ter sido seu pai pioneiro, seu “descobridor”, e não somente seu conquistador-explorador. Este colono-benfeitor faz disso uma linhagem.

“Como se fossem verdadeiros universais das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se e potenciam-se toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização.

Mas o novo processo não se esgota na reiteração dos esquemas originais: há *um plus* estrutural de domínio, há um acréscimo de forças que se investem no desígnio do conquistador emprestando-lhe às vezes um tônus épico de risco e aventura. A colonização dá um ar de recomeço e de arranque a culturas seculares.

O traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em *cuidar*, mas também em *mandar*. Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus. Sabe-se que, em 1556, quando já se difundia pela Europa cristã a *leyenda negra* da colonização ibérica, decreta-se na Espanha a proibição oficial do uso das palavras *conquista* e *conquistadores*, que são substituídas por *descubrimiento* e *pobladores*, isto é, colonos.”²⁹

Pensando no Brasil de épocas coloniais, e como se deu aqui todos estes processos que Bossi tenta esclarecer, entende-se que passamos por uma estruturação socioeconômica de

²⁸ *Idem, ibidem*, pp. 11 e 12 – grifos do autor.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 12 – grifos do autor.

tipo colonial – que conjugou atores diferentes (minimamente portugueses, índios, africanos e os descendentes destes três elementos³⁰) –; quer dizer, que o “outro”, alheio a este território e a quem aqui se encontrava, construiu uma sociedade explorando o trabalho de terceiros, sujeitando-os. E continuando a pensar no Brasil, de tal conjugação estruturante, entre um mundo que domina (a metrópole) e outro que é dominado (a colônia), temos uma terceira coisa: a formação da sociedade brasileira.

No desenvolvimento deste processo, desta terceira coisa que avança, a visualização de suas marcas originais, todavia, ficaram para trás. Mas como identificar-se é uma necessidade maior dos indivíduos e povos, aparecem no lugar destas marcas novos processos, agora simbólicos, de significação e ressignificação. Simbolicamente, portanto, seríamos, para esses novos olhares, uma coisa que somos e ao mesmo tempo não somos, pois tais representações culturais do que fomos atuam sobre as nossas realidades concretas de tempos idos. Dizendo de outra maneira, determinada realidade colonial e, portanto, dependente em certa medida do “outro”, do que veio de “fora”, e que experimentamos no período que foi de 1500 a 1822, trouxe-nos, além de uma enxurrada de práticas relacionadas à dominação econômica e política, igualmente a dominação da cultura.

“Da conjunção de força e forma significativa, de evento e palavra, nasce a simbolização, que se mantém e se transmite na história do culto e da cultura.

“As metáforas, que irrompem na zona magnética das translações, e as alegorias, que tendem a cristalizar o sentido, são protoconceitos, quase-conceitos, ‘universais fantásticos’ (Vico) de que os homens se valeram e se valem sempre que aguilhoados pelas suas carências de comunicação. Nesses átimos, vitais para o exercício da significação, resultaria em gesto precoce de abstração reduzir as figuras a universais lógicos, a puros conceitos. E então que imagens míticas de outros tempos se atualizam na memória das culturas tentando fazer justiça a densidade sempre nova da condição humana.”³¹

Mas o processo é dialético, acalenta-nos Bossi:

“A proposta de compreensão que se faz aqui tem um alcance analítico inicial; e poderá ter (oxalá tenha) um horizonte dialético final.”

(...)

“A imbricação de sociologia e pensamento dialético é, mais do que nunca, um problema de política cultural vivido por toda a faixa dos cientistas sociais que pretendem fazer do seu conhecimento um instrumento eficaz de transformação.”³²

³⁰Em termos da colonização moderna na América, e em especial a praticada sobre o Brasil, pode-se também resumir no esquema conceitual utilizado pelo historiador Ilmar de Mattos: “o colonizador” (o que representava, aqui o Estado português, era seu administrador na colônia). “o colono” (o que vinha da metrópole e, submetido ao “pacto colonial”, era o empreendedor da exploração econômica – seu mais utilizado exemplo é o do “senhor de engenho”) e “o colonizado” (o que sofria ação dos dois primeiros e era, por isso, o explorado; pode ser representado pela figura do escravo, mas não somente, pode ser incluir os homens livres, pobres e não proprietários). V. em MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987, *passim*.

³¹BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. *Op. cit.*, p. 383 – grifo do autor.

³²*Idem, ibidem*, pp. 309 e 313.

Esta terceira coisa – nós, brasileiros contemporâneos – que sai da conjugação entre dominantes e dominados, que traz em si sérios traços deste passado colonial (sérios problemas econômicos estruturais, aculturação etc.), também foi capaz de produzir o seu oposto; ou seja, as suas manifestações de luta contra este passado e suas permanências negativas. Tais manifestações, para não se estender muito, surgiram na organização de suas classes menos privilegiadas bem como em determinadas cepas de seus intelectuais mais críticos (nos casos dos estudos históricos coloniais, a “pedra angular” foi Caio Prado Jr.). Contudo, este passado, que é denso, resiste. Novos intelectuais, que de “novos” carregam somente seu aspecto cronológico, apegam-se a antigos elementos, que geraram acultramento, e simbolizam as classes dominantes coloniais como elas, de origem europeia, viam-se; ou seja, como “a nata” da sociedade: são “as elites” do “arcaísmo tropical” da América Portuguesa que protagonizam nas narrativas históricas das publicações dos autores do que aqui se está denominando de ART. Mas do que isso; estes intelectuais, ao fim e ao cabo, também estão contribuindo para um efeito negativo maior: não fazem parte do conjunto que está em luta contra aquilo que Bossi vai chamar de colonização em escala mundial da “alma de todas as classes sociais”.

“Enfim, a proporção que o nosso olhar se move no rumo da vida mental contemporânea, uma teia de signos tecnicamente nova marca a sua presença imperiosa: são os *meios de comunicação de massa*. Dos meados do século XX em diante, passa a ser colonizada em escala planetária a alma de todas as classes sociais. “Colonizar quer dizer agora massificar a partir de certas matrizes poderosas de imagens, opiniões e estereótipos.

“Apesar dos mil e um estudos científicos e de todos os hosanas ou maldições que há meio século pairam sobre a indústria cultural e, particularmente, sobre a televisão, continua em aberto a tarefa da inteligência que pretenda decifrar o que vem acontecendo com as mentes e os corações de um público vastíssimo e, de algum modo, ainda trabalhado pela cultura erudita ou pela cultura popular.

“O último capítulo deste livro — sobre o caráter plural das culturas — e o seu pós-escrito nasceram dessa perplexidade, que o curso dos anos só tem feito crescer.

“Que a dialética da civilização tenha gerado esparsos pensamentos, palavras e atos de uma cultura de resistência ainda não vencida pelas forças da desintegração³³ — eis um tênue lume de esperança que bruxuleia no termo deste percurso.”³⁴

³³“Com os olhos fitos principalmente na cultura letrada, universitária ou não, e em amplos setores da comunicação de massa, o observador atual percebe uma tal ou qual aparência de desintegração, que o gosto dos rótulos vem atribuindo a pós-modernidade vigente nas sociedades capitalistas a partir dos meados dos anos 70.” (*Idem*, *ibidem*, p. 347). O que o autor está chamando de “desintegração” (que hoje é absorvido pelo título genérico de “pós-modernismo”) foi a tendência das ciências humanas que surgiu com força nos anos 50 e 60, tendo, por exemplo, nomes como Roland Barthes e Michel Foucault, dentre outros. Em resumo, tal tendência, contra a leitura dos processos simbólicos realizada até então de forma hegemônica entre os intelectuais da sociologia weberiana, do funcionalismo, do marxismo, do estruturalismo e da semiologia, que trabalhavam os fenômenos numa perspectiva sistemática totalizante, preferirá quebrar os objetos de estudos, desintegrá-los sob o argumento de que a sistematização totalizante é, no mínimo, abstrata e autoritária.

³⁴*Idem*, *ibidem*, p. 383.

Neste trabalho, por conseguinte, se está apreciando a abordagem particular que um determinado grupo de historiadores faz sobre o momento fundador de nosso passado enquanto uma das parcelas do ocidente: o colonial (contudo, simplificando, se ficará restrito ao termo “colônia de exploração”, cunhado pela historiografia “tradicional” e que há tempos vem sendo muito questionado; mas que atende aos interesses desta pesquisa). E “colônia” se está entendendo, independentemente, em um primeiro momento, do que o grupo em questão diz a respeito, como aquela situação que coloca em posições não só opostas, mas principalmente assimétricas, de uma em relação à outra, duas porções “sociogeográficas”, que, mesmo diferentes em certos aspectos e semelhantes em outros, mantém relações de dependência mútua.

A assimetria consiste em que uma das partes domina e explora a outra; mas não sem evitar, nem uma e nem outra, que esta dominação-exploração cause dependência de consequências deletérias às duas. Se se fala de desenvolvimento econômico ocidental típico da época moderna (e para a antropologia econômica o que se afirmará a seguir só valeria mesmo para estas sociedades ocidentais), a quem domina ou a quem é explorado, percebe-se, em geral, por razões específicas distintas, fraca disposição para um desenvolvimento econômico que gere industrialização.

O lado da assimetria que domina a exploração, Portugal, é uma sociedade que se encontrava, como o restante da Europa Ocidental, em momento histórico conhecido como “O Antigo Regime” (dentro das considerações ditas anteriormente). O ART considera que em nosso passado colonial, os aspectos negativos, nefastos e, no extremo, “arcaicos” deste antigo regime português (um dos “piores”), calcado em fortes valores aristocráticos, desembarcaram aqui e fizeram procriar uma linhagem de homens de uma “elite” local que manteve o Brasil tal como Portugal; ou seja, incapaz de se desenvolver da maneira que se desenvolveram as nações livres deste “projeto arcaico”, baseado, nos dois lados da assimetria, por uma economia não capitalista do *bem comum*, em que o político, de valores aristocráticos, supera o econômico. O “pecado original” do Brasil colônia, marcado por uma economia política em que a moeda de troca era os privilégios régios.

“A segunda noção refere-se à existência de uma hierarquia social excludente, ponto de partida e, simultaneamente, de chegada da *economia do bem comum* [e a primeira se refere ao mercado regulado pela política]. O pano de fundo era a estratificação social de Antigo Regime, na qual a mobilidade passava por serviços prestados ao rei e à *república*. Apesar de as benesses reais não se restringirem à alta aristocracia, elas dependiam da qualidade social do pretendente. Em Portugal, a *economia do bem comum* contribuiu para a manutenção de uma estrutura social feudal-corporativa e, portanto, para a preservação de uma hierarquia social excludente. No recôncavo da Guanabara do quinhentos e dos seiscentos, pessoas originárias da pequena fidalguia,

ou mesmo do braço popular do reino e das ilhas do Atlântico – Madeira e Açores – puderam, através de seus ‘serviços’, transformar-se nas ‘melhores famílias da terra’. Porém, uma vez adquirido tal *status*, elas passariam a praticamente monopolizar as melhores dádivas do rei e da câmara. Com isto a hierarquia social excludente do Antigo Regime surge como o pecado original da sociedade colonial.”³⁵

Dialética é o conceito filosófico que, desde Sócrates³⁶, passando por Hegel e chegando a Marx, sintetizando, busca apreender o que tem de contraditório na relação entre duas ou mais coisas. Pensando em Marx especificamente, a dialética, dentre outras coisas, é materialista e histórica; isto é, a dialética marxista busca apreender, no movimento histórico, as contradições entre fenômenos da realidade, notadamente os sociais. Sendo assim, na interpretação do que Alfredo Bossi diz, entende-se que entre a estrutura do nosso passado colonial e o que nos formamos, a partir deste passado, enquanto um sistema social, surgiu, dialeticamente, uma resistência ao estado de coisas que denuncia nosso atraso econômico e nossas desigualdades sociais. Mas esta resistência se dá de duas maneiras complementares e obrigatoriamente interdependentes: o pensar e o agir. O agir político necessita das concepções teóricas que lhe buscam dar um norte; contudo, estas concepções de nada valerão se não forem constantemente testadas pelas práticas dos agentes sociais. Tanto um quanto outro, encontram-se ameaçados por posturas – assumidamente ou não – conservadoras. É o caso do ART. Suas análises, por algum motivo que se pretende aqui elucidar, dispensam a dialética inaugurada pelas teorias que para nosso passado “fundador” trabalham com a perspectiva que teve início com “o sentido da colonização”. Enfatizando, estão reconsiderando o que disse boa parte da historiografia que os precedeu; mais do que isso, em verdade, estão revisando.

A análise marxista de nosso passado colonial, que teve início com Caio Prado – ainda que tenha apresentado algumas variações importantes –, pretendeu entender as contradições, dialéticas, entre o externo que nos colonizou e o interno aqui colonizado. Especificamente, Caio Prado, Celso Furtado e Antônio Novais estão entre aqueles que, sobre a história colonial, mais enfatizaram as razões externas das origens socioeconômicas de nosso

³⁵FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, M. de F. S.; BICALHO, M. F. B. “Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade do Império.” *Op. cit.*, p. 72 – grifos dos autores.

³⁶Há várias “origens” para “a Dialética”. Aristóteles considerava Zenon de Eleia (aprox. 490-430 a.C.) o fundador da dialética. Outros consideram ser Sócrates o primeiro (469-399 a.C.)... No sentido moderno da palavra, o pensador dialético mais radical da Grécia antiga foi, sem dúvida, Heráclito de Éfeso (aprox. 540-480 a.C.) (KONDER, Leandro. O que é Dialética. São Paulo: Brasiliense, 2008, pp. 7 e 8). Por outro lado, segundo Tom Bottomore, dentre várias outras coisas, a dialética marxista teria origem, na longa história do significado da dialética, em cinco tendências principais: a de Heráclito, a de Sócrates, a de Platão, a de Plotino-Schiller e a de Hegel. No caso da de Sócrates, “a *argumentação dialética* é, de um lado, transformada sob o signo da luta de classes, mas, de outro continua a funcionar num certo pensamento marxista como uma vontade de verdade, em ‘condições ideais’ (em Gramsci, uma sociedade comunista; em Habermas, um ‘um consenso sem constrangimentos’).” (BOTTOMORE, Tom (et al.). Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2012, p. 156 – grifos do autor).

passado. Resumindo muito, buscam na colonização que veio de Portugal muito das explicações das procedências de nossos problemas econômicos estruturais.

A análise econômica do ART, por sua vez, ao inverter o foco de suas pesquisas do externo para o interno – além diminuir a escala tempo/espaço deste foco –, tenta encontrar as razões ou as origens do que somos na atuação, endógena, de nossas “elites”. Todavia, quando procura entender de onde viria a orientação desta atuação, a localiza – e isto fica muito claro, por exemplo, em O Arcaísmo como Projeto³⁷ – na herança ou tradição de longa data do antigo regime português. Logo, se Caio Prado vê no externo, Portugal, as origens de nosso sentido histórico e estrutural socioeconômico, o ART também o vê no mesmo lugar; no entanto, não nas práticas econômicas da colonização, e sim na cultura portuguesa.

O “revisionismo” fluminense

Em 2006, o historiador Demian Bezerra de Melo, hoje professor-doutor adjunto da UFF, publicou pela Revista Outubro um artigo intitulado “A Miséria da Historiografia”³⁸, em que, em tão de “denúncia”, assinala a postura revisionista³⁹, em relação às análises críticas do golpe civil-militar de 64, de três importantes intelectuais domiciliados academicamente no Rio de Janeiro: a cientista política Argelina Cheibub Figueiredo e os historiadores Jorge Luiz Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho.

Apoiando-se no estudo gramsciano de René Dreifuss, no clássico 1964. A Conquista do Estado⁴⁰, Melo assevera-nos que estes autores, dentre outras coisas, concluem

³⁷FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

³⁸MELO, Demian Bezerra de. “A Miséria da Historiografia”. Revista Outubro, nº 14, 2º semestre de 2006, versão eletrônica (http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14_06.pdf). Este título, “a miséria da historiografia” (em clara alusão à Miséria da Filosofia, de Marx), é uma expressão recorrente nos escritos do autor. Temos sua monografia de graduação (A Miséria da Historiografia: O revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964. UFRJ/2005) e a publicação de um recente livro em que é o organizador, MELO, Demian Bezerra de (org.). A Miséria da Historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

³⁹Para maiores esclarecimentos, pode-se consultar: BOTTMORE, Tom (et al.). Dicionário do Pensamento Social do Século XX. *Op. cit.*, p. 662. Ou ainda: BERNSTEIN, Eduard. Socialismo Evolucionário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1964. O termo tem sua origem dentre alguns marxistas da socialdemocracia alemã de finais do século XIX (além de Bernstein, pode-se incluir Karl Kautsky); segundo seus críticos, pretenderam rever os conceitos marxistas mais revolucionários e radicais em favor de uma concepção reformista para o socialismo. Desde então, o termo vem sendo usado, não só por marxistas, para evidenciar, de forma negativa, posturas que, negando antigas análises das ciências humanas, revisitam antigos temas de forma conservadora e, de certa forma, defendendo ou mesmo associando-se ao *status-quo* político ou econômico. E é este o sentido que aqui se está usando-o.

⁴⁰DREIFUSS, René Armand. 1964. A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

em seus trabalhos, a respeito das razões que levaram ao fim a democracia em 64, que a esquerda de um modo geral, insistindo em sua “Reformas de Base”, contribuiu junto aos militares com o golpe; pois esquerda e direita, radicalizando, inviabilizaram a institucionalidade democrática. Indo além, insinuam que, por sua apatia, os trabalhadores acabaram contribuindo também com tal golpe. Aarão Reis chega a afirmar – longe de “insinuar”, portanto – que 64 foi obra de toda a sociedade.

“Seguindo essa linha *revisionista*, encontra-se Daniel Aarão Reis Filho, especialista na história das esquerdas, que em sua brochura *Ditadura, esquerdas, sociedade* trilha um interessante caminho na análise do golpe. O autor inicia seu texto fazendo um questionamento completamente plausível, afirmando que hoje ‘quase ninguém quer se identificar com a ditadura miliar’ (REIS FILHO, 200, p. 7), o que é um fato. Entretanto a conclusão a que o autor chega sobre os motivos do golpe é simplesmente inaceitável: o golpe e o regime militar são uma construção histórico-social de toda a sociedade brasileira. Ou seja: os que deram e receberam o golpe são igualmente culpados; os torturadores e torturados, todos são responsáveis.”⁴¹

Equiparar, enquanto artífices dos processos ao qual estão relacionados, vítimas e algozes, não foi um privilégio exclusivo destes autores criticados por Demian Melo; assim como Cheibub, Jorge Ferreira e Daniel Aarão procuraram minimizar a autoria da direita no golpe de 64, incorporando às suas causas, de certo modo, esquerda e classe trabalhadora, João Fragoso e Manolo Florentino, no mínimo, como se poderá verificar no Capítulo IV, fazem coisa muito semelhante nas relações entre escravos e seus senhores nos períodos colonial e monárquico brasileiros.

Com pouca diferença de tempo nos períodos de suas formações acadêmicas – em média, o trio de Demian (que não chega a formar um grupo) é um pouco anterior ao quarteto do ART⁴² –, pode-se talvez entender que tanto um quanto outro “revisionismo” esteve sob as mesmas influências intelectuais, já que os contextos são basicamente os mesmos, e todos os sete, em maior ou menor grau, tiveram alguma relação com a UFF ou com a UFRJ; todavia, como o trio revisionista do Golpe de 64 não foi objeto de estudo desta pesquisa, não se arrisca aqui afirmar que travaram, assim como os historiadores do ART, relações com a pós-modernidade. De qualquer maneira, a partir das décadas de 80 e 90 do século passado, novas gerações de historiadores, notadamente com importantes vínculos com a UFF e a UFRJ, olharam, com “olhos conservadores”, para a produção historiográfica que os precedeu e decidiram-se por passar-a-limpo, no mínimo “repreendendo”, esta produção; que muita das

⁴¹MELO, Demian Bezerra de. “A Miséria da Historiografia”. Revista Outubro, nº 14, 2º semestre de 2006, versão eletrônica (http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14_06.pdf), p. 125.

⁴²No trio, a primeiro data de ingresso no mestrado é de Argelina Figueiredo, 1971, e a última data de conclusão do doutorado é de Jorge Ferreira, 1996; e no quarteto, no mesmo critério, temos 1979 para João Fragoso e 1997 para Bicalho.

vezes era de origem marxista.⁴³

A Organização do Trabalho

Além da Introdução e Considerações Finais, esta dissertação apresenta quatro capítulos.

No Capítulo I, em que as décadas de oitenta e noventa do séc. XX estão sendo expostas como “as décadas perdidas”, foram verificados os contextos de surgimento de posturas políticas e culturais conservadoras que tentaram salvaguardar a hegemonia capitalista no globo: neoliberalismo, globalização e pós-modernidade; sendo que se priorizou este último fenômeno. É neste capítulo também que se esclarece o método de pesquisa do trabalho, em que a produção historiográfica do ART, de certa forma, foi associada às características do contexto analisado.

O Capítulo II apresenta uma discussão acerca da história econômica defendida por dois membros do ART que mais se dedicaram a esta área, Manolo Florentino e João Fragoso, principalmente este último. Discute-se majoritariamente a ideia defendida pelos autores de que uma história econômica presa a determinismos economicistas estaria “agonizando”; e os mesmos aconselham, como solução, uma maior aproximação da disciplina aos estudos que priorizem os aspectos culturais das sociedades estudadas.

Com o Capítulo III aprofunda-se a discussão acerca da concepção de história econômica do grupo. Focando-se mais uma vez em Fragoso e Florentino, esta concepção foi cotejada a duas outras “correntes” historiográficas de estudos de colônia, a primeira contendo Caio Prado Jr., Celso Furtado e Antônio Novais, o Antigo Sistema Colonial, e a segunda com Ciro Flamarion e Jacob Gorender, o Modo de Produção Escravista Colonial; contudo, procedeu-se também a uma análise crítica à tentativa de Fragoso e Florentino de aplicar sua

⁴³Pode-se também citar o historiador Ronaldo Vainfas. Professor da UFF, com mestrado nesta instituição entre 1979 e 1983 e doutorado pela USP entre 1984 e 1988, pertence igualmente a mesma geração destes historiadores. Sua preocupação geral, assim como a do ART, é o corte geo-histórico Brasil-colônia; contudo, não se pode incluí-lo como parte deste grupo – apesar de ter produzido alguma coisa com um e outro (menos com Manolo Florentino). Vainfas, que partiu de um mestrado orientado por Ciro Flamarion Cardoso (“Idéias Escravistas no Brasil Colonial”), em que, apoiado teoricamente no marxista Lucien Goldmann, procurou investigar as ideologias e as consciências de classe dos letrados homens do clero da Companhia de Jesus e seu possível projeto escravocrata para o Brasil etc., dá uma guinada teórica e vai estudar, no doutorado, moral e sexualidade – de todos – no mesmo período colonial brasileiro (que se tornou um livro importante: VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010); mas agora sob outras influências. Não se dedica diretamente às temáticas envolvendo “colônia de exploração”, “pacto colonial”, “acumulação primitiva de capitais” etc. Suas preocupações passam a ser orientadas, dentre outras coisas, pelos estudos da sexualidade de Foucault e, em termos propriamente historiográficos, com o que ficou conhecido na França como a “história das mentalidades” (Phillipe Ariès, Jean Delumeau, Jean-Louis Flandrin, Pierre Bérard etc.).

concepção de história econômica à economia colonial do Rio de Janeiro, no séc. XVIII e início do XIX, para se demonstrar o possível caráter “arcaico” de nossa formação socioeconômica colonial de mais de três séculos.

E no Capítulo IV, mais uma vez, questões econômicas oriundas das teses do ART são aprofundadas, novamente focando-se em Florentino e Fragoso, sobretudo neste último (incluindo como este autor entende a historiografia brasileira de maior relevância, sobre sociedade e economia colonial, que lhe precedeu, Caio Prado, Celso Furtado, Antônio Novais, Ciro Flamarion e Jacob Gorende, que ora são denominados de “clássicos”, ora de “tradicionais”). Foram feitas também análises críticas a estas teses, que tratam de temas importantes ao grupo, como, por exemplo, a escravidão e a tradição “arcaica” que teríamos herdado do Antigo Regime português.

* * *

Findando esta Introdução, procura-se afirmar, ainda, que este trabalho não se propôs a reproduzir, como num catálogo, um rol de todas as publicações destes autores; ele procurou ser mais qualitativo do que quantitativo (e todas as escolhas implicam em renúncias); até porque, estes autores continuam a produzir intensamente. Se por acaso tentasse-se descrever tudo o que escreveram, chegar-se-ia ao último ponto final da conclusão com o risco de alguma publicação, destes autores, estar chegando às livrarias.

Da mesma maneira, por não ser uma pesquisa especializada em nenhuma das áreas específicas abordadas pelos quatro historiadores do ART, não foi uma opção metodológica traçar, em um apanhado geral, tudo o que foi comentado contra ou a favor acerca das pesquisas e publicações destes historiadores. Optou-se por alguns trabalhos que aqui se acredita poderem ter corroborado com as teorias e técnicas de pesquisa deste mestrado (e esta contrição teórico-metodológica, dos trabalhos citados, foi exposta exatamente quando da utilização dos mesmos).

Pelo exposto, se procederá, agora, a partir de seu primeiro capítulo, a exposição de como foram tratadas as ideias desta dissertação. É chegada hora de se conferir como os procedimentos desta pesquisa procurou estabelecer uma relação entre o contexto pós-moderno das décadas de 80 e 90, e, sobretudo, de sua atraente disposição de se colocar radicalmente contra as metalinguagens, e a produção historiográfica do Antigo Regime nos Trópicos; isto é, como a Sereia desferiu seu perigoso canto, ainda que ouvido parcialmente.

Poderá se verificar, além do mais, que as demandadas discussões bibliográficas,

típicas de trabalhos acadêmicos como este, por se tratar exatamente de uma pesquisa bibliográfica, não aconteceram em um único capítulo em especial, e sim em todos eles, na medida em que tal discussão era uma exigência.

Capítulo I – As Décadas Perdidas

1.1. Características Gerais do Contexto Pós-Moderno das Décadas de 80 e 90 do Séc. XX

Neste início de milênio três importantes fenômenos surgiram como “triumfantes” no cenário mundial, abalando, em certa medida, as suas estruturas. Trata-se de uma torrente de modificações surgidas após a crise do petróleo em 1973 e que reorientaram, a partir de determinados propósitos, a organização econômica, social, política e cultural de quase todo o globo. São eles: **Globalização, Neoliberalismo e Pós-Modernidade**.

Com este entendimento preliminar, pode-se começar a traçar um dos aspectos centrais do tema desta dissertação: a relação entre esta característica do contexto das “décadas perdidas” (porquanto ser a década de noventa, em termos de tendências – inclusive suas crises –, uma extensão da de oitenta) e as posturas acadêmicas dos autores pesquisados.

Contudo, é necessário ainda esclarecer que esses três fenômenos fazem parte de uma mesma manifestação histórica; na verdade, um único sistema de representação de forças hegemônicas da sociedade mundial. Essas forças seriam os agentes responsáveis por personificar (economicamente, politicamente e culturalmente) os interesses das classes mais diretamente beneficiadas com o Capitalismo. Deste modo, Globalização, Neoliberalismo e Pós-modernidade seriam novos mecanismos de dominação de classe, que expressariam um realinhamento dos procedimentos de controle da sociedade, nos espaços da economia mundial ou dos Estados nacionais.

Os procedimentos, *a priori*, podem até serem novos; mas os objetivos não. E estes objetivos são os mesmos que, combinados, inauguram a modernidade burguesa: a obtenção de lucro e a acumulação de capitais pela exploração sobre as classes não capitalistas. Da mesma maneira que em séculos anteriores, as formas assumidas da acumulação podem rearranjar-se; mas continuam sendo acumulação capitalista. E o papel do pesquisador, portanto, é tentar entender – dentro de suas finalidades acadêmicas – como se processaram estas mudanças. Mas do que isso, quais seriam os seus sinais de atuação específica no que tange às necessidades desta dissertação? Do contrário, ou seja, senão fosse formulada esta pergunta, cair-se-ia em uma espécie de retórica *pseudo* crítica acerca da atual exploração capitalista (procedimento deveras inócuo).

Abraçando a recomendação marxista de Eric Hobsbawm, optou-se neste trabalho por

uma escrita da História explicativa⁴⁴. Não foi feito, destarte, coro com aqueles que afirmam ser impossível reproduzir a História, que esta, no extremo, não passaria de uma narrativa literária etc. As fontes foram consultadas e agora se estar tentando, dentro de procedimentos racionais, também narrar (sem, no entanto, se presumir que tal prática formal esgota os procedimentos da pesquisa científica) os eventos e fenômenos relacionados às bases teóricas do objeto de estudo. Todavia, não basta simplesmente narrar; o texto é, na medida do possível, elucidativo. Apontam-se causas, desenvolvimentos e consequências. Por exemplo, enxergando os historiadores do ART enquanto grupo, houve o questionamento, quando da formulação do projeto de pesquisa, sobre a que interesses, relações de poder e influências estes autores estiveram submetidos? Tais pontos, destarte, foram uma das razões deste trabalho.

Para tanto, a perspectiva de análise foi crítica. E como afirmado na Introdução, a teoria geral foi o marxismo, principalmente Marx, que orientou na escolha da metodologia de trabalho etc. Todavia, posturas teóricas de diferentes marxistas importantes, como Eric Hobsbawm, dentre outros, também foram levados em consideração; entretanto, é necessário se admitir que importantes autores não marxistas igualmente auxiliaram na condução da pesquisa, é o caso, por exemplo, de Pierre Bourdieu⁴⁵

No que diz respeito ao contexto histórico dito acima, o método crítico pôde remeter a um olhar fixo e demarcado do objeto de trabalho e aí se vislumbrou, agora também em uma postura “gramsciniana” combinada à “bourdieusiana”, como que as relações entre o *campo* intelectual específico destes autores em questão (que pertencem, não se pode esquecer, à determinada origem de classe) e o poder que o Estado tem para controlar os fomentos do “capital científico” (aquele que possibilita aos cientistas, principalmente os das áreas humanas, contribuírem na produção dos “capitais simbólicos”, que tanto interessam aos que dominam o poder de Estado) exerceram, no grupo, um tipo de pressão que resultou em uma estratégia de carreira acadêmica cuja principal produção foi um novo projeto teórico para as origens do Brasil.

⁴⁴“... posso asseverar minha convicção de que a abordagem de Marx é a única que nos habilita a explicar toda a amplitude da história da humanidade e constitui o mais frutífero ponto de partida para a discussão moderna”. (HOBASBAWM, Eric J. “O que os historiadores devem a Karl Marx?”. In: *Idem. Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 168 e 169.

⁴⁵Michel Burawoy produziu “diálogos” imaginários de possíveis encontros entre marxistas (como Marx, Engels e Gramsci) e Pierre Bourdieu. Burawoy diz existir muitas coisas em comum entre Bourdieu e Marx; contudo, uma dos aspectos mais interessantes é que uma das diferenças entre Marx e Bourdieu aproxima este, de certa maneira, a Gramsci, já que os dois, diferentemente de Marx, vão se dedicar mais à “superestrutura”, para Gramsci, ou ao “capital simbólico”, para Bourdieu. (BURAWOY, Michael. *O Marxismo Encontra Bourdieu*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.)

Esse grupo, que trata de temas da Colônia, e do Império do Brasil, fala a partir de um determinado lugar cronológico, com sua carga de realidade histórica etc. A época contemporânea, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, como resultado do avanço tecnológico, acelerou suas transformações de uma maneira muito acentuada. As consequências foram e são muitas; de forma pragmática, contudo, em temas culturais, pode-se resumi-las em um intrincado processo, nada fácil, de percepção do mundo que não se permite, de fato, entendê-lo de forma plena.

A complexidade do mundo atual pode até confundir; especialmente o entendimento do seu processo de funcionamento cultural (e socioeconômico, se também é levada em conta sua marca definidora, o capitalismo); no entanto, apesar das muitas alterações que existiram ao longo da história, é papel dos intelectuais das áreas humanas tentarem “desembaralhar” esta vasta “complexidade” contemporânea. Um importante intelectual pode ajudar a simplificar o atual grau de complexidade conceitual da realidade contemporânea:

“O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido.”⁴⁶

No início desta dissertação Globalização, Neoliberalismo e Pós-modernidade, apontados como fenômenos que, juntos, abalaram as estruturas das décadas de oitenta e noventa do Séc. XX. Além disso, esses três fenômenos foram associados às influências recebidas pelos autores do Antigo Regime nos Trópicos (pois foi neste contexto de “confusão” social e cultural, descrito anteriormente, que estes autores estavam inscritos enquanto acadêmicos em formação). Os pressupostos desta associação é que estes autores, que ingressaram na academia no final da década de setenta do séc. XX, tornando-se mestres e doutores no decorrer da de oitenta e no início da seguinte (sendo que a última a concluir o doutorado foi Fernanda Bicalho, em 1997), sem nunca serem, nenhum deles, pós-modernos (e em nenhum momento aqui será afirmado o contrário), se deixaram levar⁴⁷ em suas escolhas por determinados aspectos culturais deste contexto; escolhas estas que acabaram refletindo no encaminhamento e conclusões de suas pesquisas e produções acadêmicas.

Em se tratando das relações de poder, esse contexto teve naquilo que ficou conhecido

⁴⁶HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 307.

⁴⁷Pelas novidades contextuais, por razões de classe, pela situação que se encontraram no *campo* em que atuam até, quem sabe, por questões muito subjetivas relacionadas a *fóruns* íntimos, psicológicos e sentimentais, etc., que não é possível elucidá-los agora; ou, de preferência, tudo isso misturado.

como Neoliberalismo, a concretização de políticas econômicas, de um capitalismo propositalmente excludente, que passaram a destruir o pouco que a classe operária tinha conquistado em termos de legislação trabalhista (como a do *welfare state*, por exemplo); com a Globalização, o enfraquecimento da defesa do Estado-nação e de suas fronteiras físicas; e com a Pós-Modernidade, o abandono da racionalidade por perspectivas culturais subjetivamente fragmentadas em sua contemplação da realidade social (fragmentadas principalmente em suas apresentações formais; porém, com alto teor de “onipresença” sociocultural – como afirma mais abaixo David Harvey). É na atuação conjunta destes três fenômenos que foi possível o entendimento de como se operou, de forma geral, o conservadorismo específico do contexto internacional tratado pela pesquisa. Contudo, sem deixar de levar em conta esta atuação conjunta (pois um elemento possibilita o outro), é o aspecto cultural deste capitalismo de finais do século XX o elemento fornecedor de um tipo específico e diferente de flexibilidade sociocultural⁴⁸, utilizada pelos intelectuais dispostos a romper com a racionalidade de origem iluminista.

“A flexibilidade pós-modernista, por seu turno, é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial (particularmente de dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho... instituições estáveis favorecidas pelo neoconservadorismo. O julgamento de Habermas segundo o qual o valor conferido ao transitório e ao efêmero ‘revela um anseio por um presente estável, imaculado e não corrompido’ está em evidência em toda a parte. Parece que a flexibilidade pós-moderna apenas reverte a ordem dominante existente na modernidade fordista.”⁴⁹

Um mundo diversificado, que a visão o apreende “confusamente”, está cada vez mais em movimento, e seu *start* (no mínimo) aconteceu no séc. XVIII. Fluxos cheios de momentos de “elasticidade” e “maleabilidade”, ou seja, cheios de flexibilidade. E esta flexibilidade, que também pode ser uma aptidão para se acomodar à diversidade, tende a gerar metamorfoses. Estas, independente da intensidade, podem caminhar no sentido do progresso, ou, ao contrário, da conservação; ou na perda total do controle sobre o processo, ir em direção a coisas piores, como o regresso, ou, mais perigoso ainda, a destruição causada por um vazio niilista. Por conseguinte, seria interessante se falar de uma “flexibilidade moderna” e outra “pós-moderna”, como o fez Harvey. Ambas apresentam-se ora como um conjunto de lentas mudanças estruturais, ora como uma ruptura violenta no caminhar do tempo histórico e de seus fatos e fenômenos – gerando grandes e intensas alterações. No entanto, existem diferenças significativas entre as duas. A primeira, na maioria das vezes, pode ser, ao mesmo

⁴⁸Que é diferente, no conteúdo, da flexibilidade moderna, que quando radical é revolucionária no sentido de uma transformação qualitativa para o conjunto social.

⁴⁹HARVEY, David. *Condição...* Op. cit., pp. 303 e 305.

tempo e dialeticamente, instrumento e reflexo de um momento de alterações, abruptas ou lentas, nas tradições do passado que se apresentam limitadoras ao avanço das forças da razão inovadora, colocadas em movimento a partir do Iluminismo. Já a segunda, vem representando, no avançar da época contemporânea, os interesses específicos de grupos que, desde o início, apresentam-se como satisfeitos com determinadas conquistas alcançadas com as mudanças realizadas ao final do processo de transição do feudalismo (ou do Antigo Regime) para o capitalismo.

Com o desenvolvimento do capitalismo, ou da modernidade, estes grupos vêm construindo estratégias de paralisação do curso inicial dado pelo movimento da “razão inovadora”. A flexibilidade pós-moderna faz parte deste estratagema; trata-se de mudanças – tentativas de ruptura ou de adaptação lenta – sociais, econômicas e culturais em que se busca conservar conquistas relacionadas ao grande capital (uma espécie de “ruptura para trás”). Perry Anderson, em uma importante passagem de seu livro sobre as origens da pós-modernidade, faz uma citação explicativa do crítico literário e teórico marxista, o norte-americano Fredric Jameson (um dos principais críticos da pós-modernidade), em que este intelectual aponta a pós-modernidade como um elemento culturalmente retrógrado.

“O pós-moderno, sugere Jameson então, já pode ter um período definido. Depois da primeira liberação criativa nos anos 70 – esse ‘trovejante desbloquear de energias’... – seguiu-se uma visível regressão no período mais recente, delineada nos ensaios sobre o ‘Fim da arte’ e as ‘Transformações da imagem’ em *A guinada cultural*. Por um lado, a liberação do pós-moderno dos laços do moderno Sublime... tendeu a degenerar num novo culto do Belo que representa uma ‘colonização da realidade geralmente por formas espaciais e visuais’ que é também uma visível ‘mercantilização dessa mesma realidade intensamente colonizada em escala mundial’. Com seu degradado esteticismo, a arte parece afundar novamente numa condição culinária. Ao mesmo tempo, a liberação intelectual produzida pelo advento da Teoria, como uma ruptura das barreiras entre disciplinas calcificadas e a emergência de estilos mais ambiciosos e inesperados do pensamento, sofreu também uma regressão. Pois a última fase viu uma reinstauração de todas as ultrapassadas autarquias que os impulsos indiferenciados do pós-modernismo tentaram varrer do mapa, a começar pela ética e a estética.”⁵⁰

“Tudo o que é sólido se desmancha no ar”; isto é, a lenta e ininterrupta ação do tempo desfaz aquilo que também levou muito tempo para se formar e “endurecer”, se concretizar de uma maneira “sólida” de fato. A burguesia, classe à frente do desmanche do sistema socioeconômico predominante na Idade Média, o feudalismo, precisou de alguns séculos e muitas gerações para ver o sistema em que é protagonista tornar-se hegemônico. A ruptura revolucionária foi o “golpe de misericórdia” em uma estrutura que, por suas

⁵⁰ ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 152 – grifos nossos.

contradições, deteriorou-se intrinsecamente. Este final brusco de uma transição histórica conciliou um processo lento de alterações, sobre uma base sólida – que por ação deste mesmo processo, desmanchava-se –, com esquemas a princípio espontâneos de reativação das atividades monetárias e urbanas e culminando com um projeto racional de conquista, mais tarde, do poder político, a princípio por meio de uma revolução armada. E o auge desta mudança radical foi o resultado de uma proposta racional, com objetivos lógicos e que não desapareceu simplesmente com a destruição da totalidade que criticava e procurava alterar – com muitos intervalos, a sociedade ocidental contemporânea, em ritmos diferentes, continuou a se transformar.

A flexibilidade moderna é racional, lógica e progressista. Antagonicamente a esta proposta moderna, a flexibilidade pós-moderna é um “cão doido”, que solto pode destruir, raivoso, tudo ao seu redor, sem poder propor alguma coisa construtiva em seu lugar. Incentivar intelectual e culturalmente as posturas da pós-modernidade (este “cão doido”) pode fornecer efeitos desastrosos.

Não se trata de uma “caça” àquelas posturas que, por contrariarem certos princípios teóricos e políticos, estão sendo taxadas de irracionais; como alguém que enxerga despautério mental em tudo e em todos que não se encaixem no que restou da tradição iluminista. O que está ocorrendo é uma tentativa, não sem grande esforço (dadas as dificuldades culturais do contexto), de se manter uma coerência que pautou a pesquisa desta dissertação: de não abrir mão de se pensar um projeto racional de futuro. E a pós-modernidade traz em si, irracionalmente flexível, a tentativa de extinguir a flexibilidade moderna, que nada mais é do que o estabelecimento, racional e planejado, de uma mudança para acatar o desejo de determinadas coletividades (aglutinadas por demandas socioeconômicas em comum) de tomar o poder político, aumentando assim seu poder econômico, e alterando significativamente a sociedade.

Está claro que há uma contradição (e a história enquanto disciplina não pode, em hipótese alguma, desprezar, já que são as contradições a “matéria-prima” do desenrolar do tempo social) na descrição deste fenômeno ou processo histórico acima. A burguesia destruiu, com sua nova cultura racional, o que se apresentava obsoleto ao desenvolvimento socioeconômico, sem perceber que o que estava colocando no lugar, ao se “cristalizar”, fugia de suas origens. “Cristalizou-se” porque continuamente consolidou-se; e fugia de suas origens em função do processo ser progressista desde os séculos XIV/XV, quando, em finais da Baixa Idade Média, o renascimento comercial e urbano possibilitou, notadamente na Itália, o

surgimento dos padres humanistas que, no interior da Igreja Católica, valorizavam o Humanismo (renascendo, de certa maneira, o antropocentrismo ateniense), contrariando assim o Teocentrismo típico da Idade Média.

Trata-se de um processo que continua com o Renascimento Cultural do XVI, com a Reforma Protestante dos XVI/XVII, com a Revolução Científica do XVII, com o Iluminismo do XVIII e com as Revoluções Burguesas da segunda metade do mesmo século. Portanto, quando a partir do XIX, os burgueses, e seu sistema socioeconômico, caminhavam em direção à hegemonia, perfaziam o caminho inverso, de revolucionários passavam – passo-a-passo – à força “aristocrática” e conservadora. E esta consolidação pode ser entendida como uma cristalização de seu poder econômico e político sobre a sociedade; e esta “cristalização” socioeconômica é a antítese de seu papel revolucionário e progressista; logo, é contraditório.⁵¹

Com o desenvolvimento sociocultural dado pelo crescimento econômico – afinal, o avanço do processo tecnológico exigia uma mínima capacitação de boa parte do proletariado (formação educacional, etc.) –, o jogo político das disputas pelo poder torna-se mais complexo. A hegemonia política ainda pertence à burguesia; no entanto, este domínio é mais difícil, as forças populares, de oposição, e mais um sem-número de intelectuais ligados às esquerdas ameaçavam cada vez mais esta dominação. Entendendo este último termo, “esquerdas”, como um conjunto muito amplo de setores, em resumo, contrários à exploração capitalista sobre a classe trabalhadora de um modo geral. Termo surgido na Revolução Francesa, hoje é percebido como sinônimo de socialismo; haja vista, no desenrolar da agitação operária do século XIX e diante, ter sido apropriado pelas correntes socialistas.

Abreviando, e pulando muitas etapas do séc. XIX e início do XX, percebe-se este avanço, de forma muito acentuada, no Pós-2ª Guerra Mundial sob os auspícios da Guerra Fria. Não se quer, ingenuamente, com este desenvolvimento sociocultural, divulgar a ida dos operários ao “paraíso”; porém, com o avanço dos valores culturais próprios da burguesia, ficou mais difícil para ela excluir totalmente o operariado destes avanços, mesmo que o alcance não fosse cem por cento – reside aí outra contradição.

Os diversos partidos comunistas, socialistas e das esquerdas de um modo geral, mundo afora (de diferentes tendências); a energia do movimento sindical; o aprimoramento do aparelho eleitoral liberal; os movimentos populares comunitários de reivindicação (rurais e urbanos); uma maior magnitude para os direitos civis; etc. Tudo isso desencadeado – se se

⁵¹Entretanto, a burguesia, ao entrar em contradição, a princípio, pode estar abrindo espaço para que novas forças, racional e revolucionariamente, surjam para combatê-la, tomando para si a frente do processo moderno/racional/ocidental e, mais uma vez, quem sabe, mudar o curso da história – em uma perspectiva progressista.

concebe também a dialética entre curta e longa duração – a partir da crise do feudalismo na Baixa Idade Média (onde aquilo que vai ser o capitalismo dá seus primeiros e pequenos passos, para mais tarde ele mesmo, capitalismo, gerar dialeticamente as tendências que procurarão combatê-lo); e quando a burguesia, no auge deste processo, rompe com o *Ancien Régime*, contraditoriamente, dá início ao seu processo de regressão (nem todos os setores da classe burguesa; mas, mormente, aqueles ligados ao grande capital). Quem sabe agora fosse tarde de mais⁵²; as forças modernizadoras foram soltas e desencadeadas. Novos setores sociais entraram em movimento, forçando o contínuo avanço progressista (mesmo que não tenha sido constante e linear, existiram muitas e fortes intermitências; sem contar os limites de abrangência). Aí é que entram, repetindo, a pós-modernidade e sua específica flexibilidade irracional, com tendências conservadoras e regressistas, na tentativa de, na melhor das hipóteses, conter o avanço social.

1.1.1. Um fator cultural conservador

Pelo exposto, pode-se, resumidamente, adiantar alguns dos argumentos conclusivos sobre as estruturas socioeconômicas e as suas manifestações culturais, sobretudo acerca do que se tem defendido como essencial neste mestrado; ou seja, existe, hoje (tendo início pelo menos na década de oitenta de século passado), um fator cultural conservador que, de certa forma, apresenta-se como representante do capitalismo que se encontra em voga. Como origem, a formação e o desenvolvimento socioeconômico do capitalismo, no período moderno/contemporâneo, desencadearam um processo econômico, social, político e cultural que foi denominado de “modernidade” – em que, no mínimo, a razão é o instrumento de um caminhar progressista (entendido distintamente pelas diferentes classes e subclasses envolvidas). Dentro deste processo, especialmente em seus aspectos econômicos e políticos de construção da hegemonia capitalista, a confrontação de classes antagônicas, ou a luta-de-classes, foi uma de suas consequências não só inevitáveis como, outrossim, balizadora do caminhar do mesmo, ou seja, do processo.

No interior desta luta-de-classes, as seguintes grandes formações políticas em confronto destacam-se: grupos à esquerda do processo (tendo as organizações operárias e intelectuais socialistas de um modo geral à frente) contra grupos à direita (cujos principais

⁵²“[E] O pós-modernismo é o que se tem quando o processo de modernização está completo”. (JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2006, p. 13).

representantes pertencem ao grande capital). Os setores mais conservadores (no extremo, retrógrados ou regressistas) destes grupos à direita do processo de evolução da modernidade, vêm, ao longo do tempo, aprimorando expedientes econômicos, sociais, políticos e culturais na tentativa de impedir o progresso socioeconômico, mais equitativo, em direção às outras classes não contempladas (comumente chamadas de “classes populares”) ou não plenamente contempladas com este processo.

Avançando na 2ª metade do século XX, muitas décadas do pós-2ª guerra, depois que as forças do capitalismo pareciam ter cedido às necessidades de equilibrar a equação socioeconômica entre burguesia e proletariado (em um contexto influenciado pelo progresso do socialismo soviético), com o chamado *welfare state*, percebemos uma acentuada “guinada” à direita. Na década de 70, a partir da crise do petróleo, há um progressivo desmanche socioeconômico do Estado de bem-estar, patrocinado pelas forças sócio-políticas do neoliberalismo.

1.1.2. A especificidade Latino-Americana dos contextos pós-modernos, neoliberais e globalizados das décadas de 80 e 90

Em se tratando do corte espacial da pesquisa, é necessário que se esclareça que esta atuação do grande capital, em um conjunto variado de ações políticas, econômicas e culturais, em plena luta-de-classes contra suas forças antagônicas, apresentou estratégias regionalizadas no planeta. Essas estratégias têm em comum os pontos marcantes da tríade dos fenômenos falada acima (desregulamentação econômica, fraqueza dos Estados nacionais e irracionalidade nas ações culturais, tudo a serviço dos ilimitados ganhos de um capital esquizofrenicamente livre).

Na América Latina⁵³, os traços específicos destas estratégias podem ser reunidos naquilo que se convencionou chamar, sobretudo pelos críticos locais do neoliberalismo, de o “Consenso de Washington” (em resumo, uma conjugação de políticas neoliberais impostas à região pelo capitalismo internacional liderado pelos EUA). No caso particular do Brasil, segundo José Luis Fiori, Fernando Henrique Cardoso foi o homem do consenso de Washington⁵⁴. Seu governo representou as teses deste Consenso para o Brasil; ele foi,

⁵³Para os casos, na América Latina de um modo geral, de intelectuais que eram de esquerda e, de alguma forma, foram cooptados pelo pensamento neoliberal e conservador da década de 80, V. BORÓN, Atilio. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, em especial a p. 7.

⁵⁴FIORI, José Luis. “Os Moedeiros Falsos” in: Sobre o Consenso de Washington. Texto para discussão, nº 324, do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, 1995.

portanto, no mínimo para este período (1995/2002), um neoliberal, um refém da insistência da globalização em descartar a importância geopolítica dos Estados nacionais e um intelectual – na perspectiva deste trabalho – influenciado, de certa maneira, pelas tendências da cultura irracional da pós-modernidade. E tudo isso como ferramenta de luta, aqui no Brasil (mas a serviço também do grande capital internacional conservador), das lideranças políticas da grande burguesia brasileira (ora apresentando-se como força política e econômica independente, dentro do espaço nacional, ora dependente e associada à grande burguesia do outrora chamado “primeiro mundo” – sem contar a discussão acerca da “Teoria da Dependência” etc.). Trata-se de um comando que Fernando Henrique e seu grupo (PSDB, DEM, intelectuais, empresários etc.) cumpriram muito bem.

Pensando a economia mundial, e utilizando-a para corroborar com o que se está afirmando em termos de América Latina, o economista canadense, da Universidade de Ottawa, Michel Chossudovsky, analisando, por exemplo, o processo global da pobreza do final do séc. XX, cujas origens se encontram em reformas macroeconômicas formuladas pelo FMI e Banco Mundial, afirma que as crises das décadas de 80 e 90 do século passado são resultado da internacionalização das medidas neoliberais.

“A crise global não está concentrada em uma única região do mundo. As economias nacionais estão interligadas, os bancos comerciais e os negócios (controlados por cerca de 750 corporações globais) transcendem limites econômicos, o comércio internacional está integrado e os mercados financeiros de todo o mundo que conectam-se por um sistema de telecomunicações em tempo real. A crise atual é muito mais complexa do que a do período entreguerras; suas consequências sociais e implicações geopolíticas, de longo alcance, são sentidas particularmente neste incerto período pós-Guerra Fria.

“(…) Nesse contexto, as reformas patrocinadas pelo FMI têm sido decisivas no controle dos custos da mão-de-obra em grande número de países. Todavia, a minimização desses custos solapa a expansão dos mercados consumidores, ou seja, o empobrecimento de grandes setores da população mundial, derivado da reforma macroeconômica, conduz a uma redução crítica do poder de compra.

“(…) Reduzindo a capacidade de consumo da sociedade, as reformas macroeconômicas aplicadas em todo o mundo obstruem, por fim, a expansão do capital.”⁵⁵

Assim como a pós-modernidade, o neoliberalismo, pelas suas práticas e pela defesa doutrinária destas, acaba exibindo radicalmente os conteúdos exageradamente individualistas e irracionais da lógica do capitalismo, em detrimento de um possível conteúdo coletivista, acelerando as características autodestrutivas – intrínsecas – deste sistema. Talvez uma alternativa de política econômica (limitada) a este processo neoliberal, pós-moderno e globalizado (autodestrutivo) seria alguma coisa semelhante ao que foi o keynesianismo (que

⁵⁵CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza – Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: E. Moderna, 1999, pp. 11 e 12.

seria uma resposta a esta tendência irracional a partir de princípios próprios do capitalismo).

A diagnose que aqui está se fazendo sobre este capitalismo, de finais do séc. XX, está relacionando-o não só às práticas políticas e econômicas neoliberais, como, da mesma maneira, a seus aspectos ideológicos. O argumento tenta defender que sua irracionalidade se dá tanto em suas práticas como em suas ideias. O foco, desse jeito, recusa uma postura ou visão exclusivamente economicista das contradições demonstradas. Portanto, o aspecto político-ideológico do neoliberalismo também pode ser visto como um dos protagonistas, com suas desesperanças, do processo de desconstrução da racionalidade iluminista mais próxima das esquerdas, criando a ideia de não haver alternativa etc.

Tenta-se dizer aqui, portanto, que explicações acerca do neoliberalismo que leve em conta somente a descrição de suas práticas econômicas – que de fato são potencialmente capazes de gerar crises etc. –, acabam carecendo de uma análise de maior substância sobre suas manifestações ideológicas, que são tão danosas quanto. Por outro lado, numa perspectiva diametralmente oposta a de um materialismo economicista, com análises calcadas em uma exclusividade culturalista (ou até idealista), não se conseguirá, igualmente, dar conta de entender toda a dinâmica, complexa, do processo. Esta última postura, a culturalista, acaba sendo, às avessas, tão ineficiente quanto a anterior, a economicista. Por desprezar os elementos concretos da realidade, em suas práticas de reprodução social, tais tentativas de análises oferecem hipóteses de entendimento do problema que não se afastam dele⁵⁶, sendo, portanto, parte dele. Elegendo-se tão somente o conjunto das ideias neoliberais como suficiente (restringindo a realidade ao discurso) para se alcançar as respostas das questões colocadas pelo fenômeno, mostra-se, quem o faz, influenciado ideologicamente pelos os mesmos instrumentos que estão por detrás da hegemonia neoliberal ou da pós-modernidade, que na perspectiva deste trabalho tende a irracionalidade.

Por isso a opção dialética de tratar o assunto de forma mais abrangente, evitando esquemas limitadores, economicistas ou culturalistas. Quando, logo no início deste texto, associou-se o fenômeno do neoliberalismo ao da pós-modernidade, juntamente com o da globalização, estava-se, de uma maneira que procura ser plena, apontando para o comportamento, por exemplo, do capitalismo pós-crise do Estado de bem-estar social. Existe

⁵⁶Não se estar querendo defender uma postura, idealizada, que se diz “objetiva” cientificamente; ou seja, aquela que, em relação ao objeto estudado, não receberia nenhuma interferência externa, da sociedade ou da natureza, uma “ciência pura”. “Em outras palavras, é preciso escapar à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas.” (BOURDIEU, Pierre. Os Usos Sociais da Ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 21).

um todo, ou um conjunto, que envolve a sociedade desde as bases aquilo que a reproduz até aos mais elevados pensamentos e ideias que emanam e, ao mesmo tempo, se sobrepõem a estas bases, passando pelas mais variadas relações que os indivíduos, grupos e classes sociais contraem com seu meio, social e/ou biológico. Então, para que não restem dúvidas, está se tratando, a partir no mínimo da década de oitenta, de um específico fenômeno de um também específico conjunto social (dentro de um todo maior histórico que o engloba) que articula seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais às origens do objeto de estudo desta pesquisa: um grupo de historiadores que no final do séc. XX olhou para o seu passado colonial e o viu com olhos intermediados por “lentes” do que aqui está sendo considerado intelectualmente como pós-moderno.

Este todo, no contexto em questão, é este capitalismo neoconservador; em que suas forças políticas são hegemônicas. Para entendê-lo, foi necessário que se procedesse a uma espécie de “dissecação”; separando seu conjunto em outros conjuntos que compõem o todo – mas nunca se perdendo de vista a concepção global, pois estas partes que compõem o conjunto só podem funcionar quando neste conjunto. Os subconjuntos são exatamente os três fenômenos que abalaram as estruturas das décadas de oitenta e noventa do século XX. Estando associados – isto é, enquanto elementos não isolados desta totalidade em que se apresenta o capitalismo atual –, o que muitos chamam de manifestações ideológicas do neoliberalismo nada mais é do que uma das partes do aglomerado cultural (artístico, intelectual, costumes, ideias políticas etc.) conhecido como pós-modernidade; e o ponto central de ambos, desta parte e deste todo, é a irracionalidade.

Não se tem a pretensão de esgotar a definição acerca do que seja este fenômeno histórico tão complexo em termos ideológicos, culturais, sociais, políticos, e econômicos da sociedade mundial do final de século XX. De qualquer maneira, é possível se entender o neoliberalismo, em suma, como um elemento que surge, dentre outras coisas, do desgaste de práticas de governo orientadas por ideologias alternativas ao liberalismo, quando confrontadas à crise do petróleo, por exemplo; no entanto, sabendo que neoliberalismo não é a mesma coisa que liberalismo, ainda que, no mínimo, guardasse deste a ideia de mercado.

O grupo de autores aqui estudado começa a produzir academicamente (mestrado, doutorado e magistério superior entre as décadas de 80 e 90) exatamente quando estas políticas denominadas de neoliberais estão sendo colocadas em prática (no mundo ocidental a partir da década de 80 e no Brasil a partir da de 90); deduz-se, coerente às hipóteses defendidas, que os elementos ou “substâncias” culturais de que são feitas as tendências pós-

modernas, que atuaram influenciando estes autores a produzirem uma revisão de nossa origem, são as mesmas que influenciaram os políticos que introduziram com certo êxito (quando se pensa simplesmente em sua implantação) o neoliberalismo no Brasil; onde se destaca o governo de FHC.

A pesquisa, deste modo, teve como um de seus mais importantes propósitos a articulação do que é conceitual aos seus acontecimentos concretos no tempo; ou seja, em se tratando das décadas do século passado em que os autores do ART passam a produzir, em uma conjuntura de encadeamento entre cultura pós-moderna e ações políticas e econômicas neoliberais, trazidas aqui principalmente por um contexto de globalização, considera-se neste trabalho que estes autores produziram uma revisão historiográfica incapaz de verificar a fundo as origens dos principais problemas estruturais brasileiros.

O neoliberalismo, em seu projeto político hegemônico, careceu de um mecanismo de expansão mundial, e este mecanismo foi a globalização, que junto com a pós-modernidade, seu mecanismo estético de convencimento, o tornaram possível enquanto projeto. Em verdade, o processo maior em questão é a irracionalidade intrínseca da lógica capitalista, onde o neoliberalismo, a globalização e a pós-modernidade são suas manifestações atuais.

Para se entender, portanto, como foram implantadas as políticas neoliberais no Brasil, a partir de uma agenda proposta pelo Consenso de Washington, a explicação pode apoiar-se, além das considerações acerca do próprio neoliberalismo, nas particularidades da globalização e da pós-modernidade aqui apresentadas. Em respeito, todavia, a estas perspectivas, no aprimoramento das conclusões da pesquisa, esta dissertação defende que em termos de influências culturais, a pós-modernidade abarca as ideologias que endossam o neoliberalismo. Como aqui procura se sustentar que os autores do ART receberam determinadas influências culturais, de um contexto dominado pelas práticas de um capitalismo que aflorou sua irracionalidade inerente, é lógica a defesa de que o “carro-chefe” deste processo, em seu âmbito cultural, é a pós-modernidade – mas, repetindo, entendendo-a como articulada aos outros dois fenômenos, neoliberalismo e globalização.

1.1.3. A formação da pós-modernidade dentre suas principais áreas de atuação intelectual: da Arquitetura às Ciências Humanas

Simultaneamente na arquitetura, nas artes e no pensamento intelectual de um modo em geral (literatura, crítica literária, filosofia e ciências humanas e sociais, como história,

geografia, sociologia, antropologia, ciência Política etc.), puxado, na dianteira, pela arquitetura, literatura e artes Plásticas, certos setores ligados às representações dos fenômenos culturais começam um movimento, muito diferenciado entre eles e, a princípio, não articulado, para se desvincular das amarras daquilo que já tinha se tornado estaticamente tradicional na cultura moderna e em sua estética. Abaixo há uma reprodução, em sequência, de fragmentos de textos de três importantes autores que ilustram o que acaba de ser dito.

“No campo da arquitetura e do projeto urbano, considero o pós-modernismo no sentido amplo como uma ruptura com a ideia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em *planos* urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes...”⁵⁷

“Quando reviu o trabalho em meados dos 90, Belting não teve mais dúvida de que a história da arte como se entendia outrora havia terminado... Outrora a arte entendida como uma imagem da realidade, para qual a história da arte oferecia uma moldura. Nos tempos contemporâneos, porém, a arte escapou da moldura. As definições tradicionais não podiam mais abarcá-la, com novas formas e práticas proliferando e não apenas utilizando a mídia de massa como material, muitas vezes originando-se da própria mídia eletrônica ou mesmo se tornando moda, como rivais estilísticos do que restou das belas-artes. As práticas visuais da cena pós-moderna tinham que ser exploradas com o mesmo espírito etnográfico com que se investigaram os ícones pré-modernos, sem compromisso com qualquer ciência da aparência bela. No século XIX, Hegel proclamou o fim da arte e, ao mesmo tempo, fundou um novo discurso da história da arte, quando a arte abandona suas definições. O resultado é o oposto de um fechamento: uma abertura bem-vinda e sem precedentes caracterizava a época.”⁵⁸

“Uma lista como esta esclarece duas coisas ao mesmo tempo: primeiro, os casos de pós-modernismo citados acima aparecem, na sua maioria, como reações específicas a formas canônicas da modernidade, opondo-se a seu domínio na Universidade, nos museus, no circuito das galerias de arte e nas fundações. Estes estilos, que no passado foram agressivos e subversivos — o Expressionismo Abstrato, a grande poesia de Pound, Eliot e Wallace Stevens, o *International Style* (Le Corbusier, Frank Lloyd Wright, Mies), Stravinsky, Joyce, Proust e Thomas Mann —, que escandalizaram e chocaram nossos avós, são agora, para a geração que entrou em cena com os anos 60, precisamente o sistema e o inimigo: mortos, constrangedores, consagrados, são monumentos reificados que precisam ser destruídos para que algo novo venha a surgir.”⁵⁹

O conjunto deste fenômeno histórico-cultural, conservador, ou mesmo retrógrado para alguns, do capitalismo das décadas de 60 a 90 do século passado ficou conhecido como “Pós-modernidade”. Portanto, em resumo, a pós-modernidade, em uma concepção abrangente, é uma espécie de imagem cultural das manifestações políticas relacionadas às tentativas do grande capital de impedir o caminhar do fluxo progressista, sobretudo socioeconômico, dado pelas esquerdas, pelo proletariado e, inclusive, pelos setores burgueses progressistas. Um

⁵⁷ HARVEY, David. *Condição...* *Op. cit.* p. 69.

⁵⁸ ANDERSON, Perry. *As Origens...* *Op. cit.*, p. 116.

⁵⁹ JAMESON, Fredric. “Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo”. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, n.º 12, pp. 16-26, jun. 85, p. 17.

“reflexo”; porém, em uma relação dialética, interage favoravelmente com aquilo que o gerou, servindo também de instrumento das estratégias do grande capital neoliberal, “mundializado” e, reforçando, pós-moderno.

Embora seus eventos iniciais tivessem o pertinente propósito de romper com o tradicionalismo em que caiu a modernidade, a pós-modernidade acaba incidindo em uma disposição de contínua destruição dos valores modernos, racionais e progressistas; aqueles que também tiveram no passado, e continuam tendo ainda hoje, o propósito de romper com determinadas tradições, com aquilo que é antiquado ao desenvolvimento socioeconômico da humanidade; entretanto, a modernidade – cujos adeptos, quando historiadores principalmente, acabam tendo um compromisso com o futuro – tem a tendência de propor colocar no lugar, quando rompe com determinadas tradições, algo racionalmente planejado, na tentativa, eloquente por si só, de melhorar o mundo. Compromisso que a pós-modernidade não tem, por não acreditar nesta possibilidade ambiciosa de interferir no caminhar da humanidade.

Em função de suas características irracionais, e pelo fato de não estar compromissado com o planejamento progressista, este “descontrole” (por seu comportamento de aversão, dentre outras coisas, ao planejamento), típico do pós-modernismo, veio muito a calhar aos propósitos conservadores do grande capital. Quando a pós-modernidade, por exemplo, se coloca contra as autorias das obras de arte⁶⁰ e contra a possibilidade e viabilidade de entendimento e intervenção na realidade por parte das metalinguagens, está afirmando no mínimo duas coisas, respectivamente: 1ª – não existem autorias; portanto, em se tratando de uma história pós-moderna ou influenciada por ela, não há também protagonistas no processo histórico, levando, desse jeito, a desistência em se buscar lideranças, em determinadas classes, para a construção do “vir a ser” socioeconômico progressista; 2ª – também não existiriam processos históricos a serem concebidos, tanto para trás quanto para frente, cronologicamente; não existindo, conseqüentemente, nada a se fazer em termos da totalidade da sociedade e sua construção de um mundo melhor. Ambas as posturas, logo, trabalham com o aleatório, o acaso e o caos – semelhante às obras de arte pós-modernas. Posturas estas que induzem ao extremo individualismo, já que não existiriam possibilidades coletivas, e isso é muito adequado aos propósitos do grande capital.

A pós-modernidade, por conseguinte, acabou sendo a expressão cultural mais bem acabada da grande burguesia internacional na luta-de-classes contra suas forças antagônicas. Não só expressão como também instrumento. Reiterando, o neoliberalismo, como expediente

⁶⁰Em um atraente discurso de “liberdade poética”; porém, “as obras de arte” que são resultados de práticas de “colagens”, “pastiche” etc., quando comercializadas, seus lucros têm proprietários.

político e político-econômico; a globalização, como expediente de diluição das fronteiras do Estado-nacional; e a pós-modernidade, como expediente cultural atraente (“O Canto da Sereia”), “pop” e estimulador de mudanças (porém, como já afirmado, no sentido da “flexibilidade pós-moderna”; isto é, irracional), contribuindo para o projeto neoconservador e neoliberal de destruição de todas as potencialidades coletivas de construção de um mundo menos injusto.

As forças conservadoras ou neoconservadoras das classes ligadas ao grande capital, a partir da 2ª metade do séc. XX, em função das contradições do capitalismo (a dominação burguesa compensada pelo aperfeiçoamento da democracia liberal, a exploração fordista também compensada pelos ganhos do *welfare state* etc.), se viram coagidas, dentro da lógica de inibir a diminuição dos lucros, a traçar estratégias que visassem frear o avanço social das forças modernas ligadas às esquerdas, ao socialismo e às classes trabalhadoras.

Estas estratégias passavam pela dilatação dos mecanismos que tolhessem a participação das classes populares na política e na partição dos ganhos do capital. Estes mecanismos encontraram no neoliberalismo, na globalização e na pós-modernidade suas formas de atuação delineadas plenamente; *id est*, o auge do processo, no final do séc. XX, de fortalecimento da atuação dos extratos mais conservadores da grande burguesia internacional.

Alguns intelectuais consideram a pós-modernidade como um fenômeno típico, repetindo, das décadas de 60 a 90 do século passado, pelo menos (e seu “epicentro” concentra-se nos intervalos de tempo mais próximos dos anos que compõem o meio deste período); sendo assim, é permitido tratá-la, hoje, como um objeto de estudo da História⁶¹. Enquanto tal, é necessário também que se tente apreender, intelectualmente, os efeitos deste fenômeno para seu contexto e os efeitos deste para os demais contextos posteriores. Sua principal consequência, e que resume todas as demais, foi ter influenciado uma geração de intelectuais a atuarem em benefício das forças burguesas conservadoras (estando estes intelectuais conscientes ou não desta influência, os efeitos são os mesmos).

E esta influência se deu, minimamente, de duas maneiras. Em primeiro lugar, entre os intelectuais já comprometidos com a atuação neoliberal do grande capital, que viram na pós-modernidade (côncios ou não de que esta manifestação lhes atingiu) um discurso eficiente para suas táticas de política e de política econômica conservadoras; e, em segundo lugar, entre alguns intelectuais de esquerda, que passaram a acreditar nas concepções

⁶¹“a *pós-modernidade* cada vez mais se torna um tema datado e, ao que parece, seu destino é o esquecimento”. (ORTIZ, Renato. Revista de Ciências Sociais Unicamp-ICHS. Campinas: Unisinos, Volume 43 (nº 1): 103-105, janeiro/abril 2007, p. 104.).

neoliberais e pós-modernas (igualmente cômicos ou não da influência desta manifestação cultural) de que alternativas à atual sociedade capitalista não existiriam. Estes passam a afirmar que o socialismo é inviável; sendo necessário, por isso, que se aceite o inevitável, ou seja, fazer o que é possível neste quadro de impossibilidades sociais – e este possível estaria longe da esquerda. Evitar “o impossível”, “o improvável” e, na melhor das hipóteses, evitar igualmente a perda de tempo.⁶²

Fredric Jameson – Pós-Modernidade: manifestações subjetivas do capitalismo “tardio”

Fredric Jameson, em um dos seus mais importantes livros, o já clássico Pós-Modernismo, A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio⁶³, afirma que o pós-modernismo, como diz o título, é a expressão cultural do capitalismo atual, entendido como “tardio”.

Poderia se dizer que o texto de Jameson é datado; que ele teria desenvolvido suas principais ideias na década de 80 do séc. XX; e que por isso estava preso a uma discussão hoje superada etc. Contudo, a perspectiva aceita neste trabalho é que os traços gerais de sua abordagem, em especial esta relação que faz entre pós-modernismo e “capitalismo tardio” etc., além de continuarem existindo, mesmo sendo um traço marcante do contexto em que produziu o Pós-Modernismo, não estão inviabilizados por isso. E mais; foi exatamente sua capacidade de perceber o movimento cultural da sociedade de seu tempo que lhe permitiu não deixar escapar este traço, conservador, que apresentava o capitalismo mundial.

“A concepção de pós-modernismo aqui esboçada é uma concepção histórica e não meramente estilística. É preciso insistir na diferença radical entre uma visão do pós-modernismo como um estilo (opcional) entre muitos outros disponíveis e uma visão que procura apreendê-lo como a dominante cultural da lógica do capitalismo tardio. Essas duas abordagens, na verdade, acabam gerando duas maneiras muito diferentes de conceituar o fenômeno como um todo: por um lado, julgamento moral (não importa se positivo ou negativo) e, por outro lado, tentativa genuinamente dialética de se pensar nosso tempo presente na história.”⁶⁴

Para Jameson, nesta abordagem, uma das coisas mais importantes, resumindo, é traçar uma história dialética e marxista (sem cometer seus erros “clássicos”, como desprezar as mudanças em curso na segunda metade do XX) sugerindo o que de historicidade tem o desenvolvimento do capitalismo e de sua sociedade no avançar da época contemporânea. Para tanto, sistematizou uma periodização da história do desenvolvimento do capitalismo enquanto um sistema de longa duração. Por isso parte da concepção de um capitalismo atual como

⁶² Por exemplo, Fernando Henrique, na observação empírica de seu passado, enquadra-se no segundo caso.

⁶³ JAMESON, Fredric. Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Ática, 2006.

⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 72.

“tardio”; não mais aquele do XIX e seu processo de revolução industrial, em que predominou as práticas imperialistas e monopolistas tal como as definiu Lênin.

Neste novo capitalismo predomina, além da alta tecnologia eletrônica, *high-tech* e nuclear, uma “financeirização” do capital, em escalas mundiais e locais, que fez alterar em demasia o comportamento dos indivíduos e grupamentos humanos, cada vez mais tocados por este novo capitalismo. Esta concepção Jameson foi buscar, principalmente, na economia marxista não ortodoxa, destacando o pensamento de Ernest Mandel em O Capitalismo Tardio.

Resumidamente, segundo Jameson, Mandel entende – o que a maioria dos marxistas do seu tempo não aceita – que passou a existir no avançar do 2º pós-guerra um capitalismo não mais calcado na hegemonia da indústria (sendo desse jeito um capitalismo “pós-industrial”); e aí ele cunha, a partir de suas “revoluções industriais”, uma formulação da história do capitalismo em que este comporta três estágios, e estaríamos no Terceiro (que para Mandel também é a fase mais “pura”, por sua capacidade, nunca antes vista, de subverter as manifestações econômicas pré-capitalistas, não mais as tolerando). Para Jameson, portanto, é no avançar deste estágio, ou momento, que se desenvolveu o pós-modernismo, que nada mais é do que sua expressão cultural (o que corrobora em parte com as posições nesta dissertação).

Jameson se queixa que a negligência dos marxistas para com as mutações históricas do capitalismo, proporcionou a um pensamento de direita a formulação de teorias que foram sendo sistematizadas de forma cada vez mais amadurecidas, tentando dar conta destas mudanças; e todas, de uma maneira ou de outra, estão ou vinculadas às concepções, quando principalmente econômicas, pós-industriais ou, quando culturais, pós-modernas. Por conseguinte, mesmo não concordando com a concepção defendida por Mandel de um capitalismo “pós-industrial”, Jameson admite que o que defende em Pós-Modernismo em muito foi resultado da influência desta concepção de um terceiro estágio para o atual capitalismo.

“A conjuntura também proporcionou a ocasião para resolver um velho desconforto com os esquemas econômicos tradicionais da tradição marxista... Mas os marxistas estavam ainda menos inclinados a chegar a essa segunda conclusão antitética porque, nesse ínterim, os novos fenômenos sociais midiáticos e informacionais tinham sido colonizados (na nossa ausência) pela direita, em uma série de estudos influentes nos quais a primeira noção experimental de Guerra Fria, de um ‘fim das ideologias’, finalmente deu à luz o conceito totalmente desenvolvido de uma ‘sociedade pós-industrial’. O livro de Mandel, *O capitalismo tardio*, mudou tudo isso e pela primeira vez teorizou um terceiro estágio do capitalismo de uma perspectiva marxista. Foi isso que tornou possível meus pensamentos sobre o ‘pós-modernismo’, e eles devem portanto ser entendidos como uma tentativa de teorizar a lógica específica da produção cultural deste terceiro estágio...”⁶⁵

⁶⁵ *Idem, ibidem*, pp. 396 e 397.

Preocupado com os rumos em que o mundo estava se dirigindo, em função daquela conjuntura de final dos oitenta para início dos noventa, sobretudo pelas alterações políticas do Leste Europeu (queda do Muro de Berlim em 1989, crise do Socialismo Real etc.), Jameson mostra-se disposto a defender as perspectivas totalizantes, aplicadas pelo marxismo, de se entender a realidade social, que se encontravam depreciadas pelas tendências pós-modernas.

A começar pela Arquitetura, que surge nos anos 60 e 70 recusando-se, com seus novos projetos arrojados de edificação urbana (e inaugurando as discussões pós-modernistas no âmbito da estética), a aceitar o formalismo funcional de uma arquitetura que Jameson define como pertencendo à tradição do “alto modernismo” ou do “modernismo clássico” (*status* que ganham certas manifestações da alta arte moderna, como, por exemplo, as consagradas em museus, quando artes plásticas, etc.); contudo, na verdade, é muito mais do que isso. À arquitetura pós-moderna – preocupada não com o uso e sim com a forma, pois, neste caso, o estético substitui o ético – interessava, por exemplo, uma não intervenção utópica do espaço, independente de que manifestação do modernismo ou da modernidade viesse esta intervenção.

“Mas é no âmbito da arquitetura que as modificações da produção estética são mais dramaticamente evidentes e seus problemas teóricos têm sido mais consistentemente abordados e articulados; de fato, foi dos debatedores sobre arquitetura que minha concepção do pós-modernismo... começou a surgir.”

(...) “Ainda assim, o pós-modernismo agora sugere uma possibilidade adicional, algo como uma terceira leitura, na qual a concepção de uma antecipação utópica é enfatizada de uma forma teórica, não figurativa. É na perspectiva dessa possibilidade, que aparentemente renuncia à vocação protopolítica de Le Corbusier de transformar de imediato nosso espaço construído contra todos os obstáculos econômicos e sociais, que o projeto de Guber pode ser mais bem entendido. Podemos considerá-lo, usando uma expressão de Althusser, não tanto como a produção de alguma forma de espaço utópico, mas como a produção do *conceito* de tal espaço. E mesmo isso deve ser entendido não no sentido de que arquitetos contemporâneos, cada vez mais frequentemente, fazem ‘projetos’ (no sentido arquitetônico mais estreito de planos, desenhos e modelos) irrealizáveis⁶⁶ e divulgam maquetes grotescas e paródicas de edifícios e complexos urbanos, inimagináveis no plano do real, que se parecem antes com os registros visuais das fantasias de Piranesi do que suas vistas de Roma, ou com os cadernos de Le Corbusier. Guber não é um arquiteto, nem mesmo no sentido mais genérico dessa palavra, ainda que suas ‘esculturas’ derivem de forma bem específica do espaço interior dos edifícios e do mundo existente entre o mobiliário e a estrutura residencial que, às vezes tomadas por meras instalações, são as peças visíveis do equipamento de cozinha e banheiro.⁶⁷”

⁶⁶E quando realizam acontece o que vem ocorrendo, atualmente, com os projetos do arquiteto espanhol Santiago Calatrava, que responde a processos de projetos que quando orçados eram um preço e, quando da execução, acabavam ficando, na maioria dos casos, três vezes mais caros. Também há processos contra projetos seus que, quando prontos, não só não são nada funcionais como, em alguns casos, causaram alguns acidentes graves, como os da famosa ponte de Bilbao, escorregadia ao extremo, vem originando inúmeros processos contra a prefeitura local etc. (V. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 28/09/2013, p. 24).

⁶⁷JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo... Op. cit.*, pp. 28 e 180.

Jameson assegura existir uma propensão – confirmada inúmeras vezes – dos pós-modernistas de substituir “a obra” pelo seu “texto”⁶⁸. Pode se acrescentar – coerente a Jameson: trata-se de fechar a vivência real e concreta, da natureza ou da sociedade, no conjunto de expressões humanas que, partindo de concepções mentais do que é vivido e contemplado, tentam reproduzir simbolicamente esta vivência para que se torne subjetivamente inteligível à existência humana.

Em suas letras ou em suas manifestações físicas, o pós-modernismo ou o pós-moderno, portanto, tende a fechar a totalidade do que é concreto em uma das representações de suas partes. E Fredric Jameson expôs o que entende destas características manifestadas na arquitetura, nas artes plásticas, na literatura, na filosofia e nas ciências sociais e humanas. Contudo, na Introdução de seu livro, Jameson admite que a confecção de um termo ou de uma expressão, no caso “pós-modernismo”, com a pretensão de ser um conceito capaz de exprimir o que foram as características teóricas e culturais de um determinado momento da sociedade capitalista, que ele entende como “tardio” (e que nesta dissertação é apreendido como “conservador”), pode demonstrar-se como uma dificuldade, tendo em vista que uma possível “teoria pós-moderna” ou “pós-modernista” (já que para Jameson “o pós-modernismo” é a consciência do “pós-moderno”) tenha, a princípio, partido dela mesma; ou seja, de teóricos tipicamente pós-modernos, como Lyotard, dentre outros (um paradoxo, pois uma narrativa teórica afirmando não haver narrativas teóricas). Entretanto, segundo Perry Anderson, por exemplo, o termo pós-moderno foi cunhado no mundo ibérico, décadas antes das de cinquenta e sessenta do séc. XX, como uma crítica ao que estava surgindo como negação ao moderno ou ao modernismo no mundo cultural.

Para François Lyotard, contudo, as características gerais que dão à contemporaneidade (e ele está falando no final da década de setenta do século passado) uma índole cultural que pode ser identificada – como ele identificou – como uma “condição pós-moderna”, vem se arrastando no ocidente desde o séc. XIX. A ciência moderna europeia, sobretudo a partir de um “nihilismo europeu” em relação a esta ciência, cujas raízes vêm de Nietzsche, cedeu lugar a um entendimento de que o conhecimento, seja ele qual for, não passa de uma linguagem ou um tipo de texto literário.

“Este estudo tem por objetivo a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas.

⁶⁸Ver esta afirmação de forma mais explícita em Jameson, *ibidem*, pelo menos nas pp. 20, 21, 57, 100, 101, 121 e 321; isso sem contar as vezes em que usa, no mesmo sentido deste “texto”, “textualidade”, “linguagem”, “discurso” etc., que também são relacionados a outras expressões que conotam, assim como “obra”, a produção humana ou aquilo que lhe é concreto, como “corpo” etc.

Decidiu-se chamá-la de ‘pós-moderna’. A palavra é usada, no continente americano, por sociólogos e críticos. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX. Aqui, essas transformações serão situadas em relação à crise dos relatos.”⁶⁹

Jameson percebe, dentro das fragmentações desta tendência, que a pós-modernidade tende a substituir, conforme já anunciado, “o texto” pela “obra”; e aí se pode incluir, portanto, outras fragmentações como as “da parte” pelo “todo”, “do fugaz” pelo “longo”, “do fragmentado” pelo “linear”, “do caos” pela “ordem” etc. No caso das artes em geral, “linear” e “ordem” são preteridos em relação a seus opostos, “fragmentados” e “caos”. A primeira dupla é considerada enfadonha enquanto a segunda é muito mais atraente etc. Tal perspectiva pode ser muito interessante no caso das artes, pois de fato é muito “maçante” aquilo que é previsível etc. Mas não se pode concordar que esta mesma subjetividade possa ser transportada para a ciência. E no caso da história, enquanto disciplina, há aqueles que a entende como um ramo da literatura.

“Entre os historiadores profissionais, a convicção de que ‘a história é uma ciência, nem mais, nem menos’ (como havia declarado o historiador irlandês J. B. Bury), cedeu lugar à ideia de que a história é uma arte, um ramo da literatura, sendo inevitável o ponto de vista pessoal. Duas críticas famosas à pretensão de objetividade foram formuladas nos discursos de posse de presidentes da American Historical Association: ‘Todo mundo é seu próprio historiador’ de Carl Becker (1931) e ‘A Historiografia como um ato de fé’ de Charles Beard (1933).”⁷⁰

Concluindo, na tentativa de elucidar seu objeto de estudo, Jameson procurou dar um tratamento racional àquilo que se recusa a tal tratamento. Em muitos momentos alega uma objetividade metodológica e dialética na abordagem do tema, tentando lhe fornecer uma expressão que ordenasse suas tendências de uma maneira que ficasse inteligível não somente pelo seu texto, mas, principalmente, pela sua concretude; incluindo aí a historicidade, aquilo que a pós-modernidade se negou insistentemente.

“A estratégia retórica das páginas precedentes incluiu uma experiência, a saber, a tentativa de verificar se sistematizando alguma coisa que é decididamente insistemável, e historicizando algo que resolutamente se quer a-histórico, não seria possível ganhar a parada e forçar uma maneira histórica de pelo menos pensar sobre tudo isso. ‘Temos que dar nome ao sistema’: esse ponto alto dos anos 60 tem um inesperado *revival* no debate do pós-modernismo.”⁷¹

⁶⁹LYOTARD, Jean-François. A Condição Pós-Moderna. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013, p. xv.

⁷⁰BURKE, Peter. Uma História Social do Conhecimento – II: Da Enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011, p. 327.

⁷¹JAMESON, Fredric. Pós-modernismo... Op. cit., p. 413.

David Harvey – Pós-Modernidade: condição cultural e resultado de novas formas de acumulação capitalista

David Harvey – sem negar-lhe, de forma alguma, a sua originalidade – não quis fazer coisa muito diferente. No caso dos intercâmbios sociais e contemporâneos envolvendo economia, poder e cultura, procurou relacionar o que também denomina de pós-modernidade, enquanto fenômeno cultural de grandes proporções, às vicissitudes do capitalismo da segunda metade do século XX. Segundo entende, este fenômeno cultural tem tentado confundir a percepção que temos do mundo, tal como é defendido aqui neste trabalho.

“A seguir, vou me referir com frequência ao conceito de ‘compressão [sic] do tempo-espaço’. Pretendo indicar com essa expressão processos que revolucionaram as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra ‘compreensão’ [sic] por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós.”⁷²

Em seu famoso livro, Condição Pós-Moderna, este geógrafo e antropólogo norte-americano defende “que o pós-modernismo é alguma espécie de resposta a um novo conjunto de experiências do espaço e do tempo, uma nova rodada da ‘compreensão [sic] do tempo-espaço’⁷³.” Estas duas grandezas, ao mesmo tempo físicas, geográficas, filosóficas, históricas, sociólogos etc., presentes na experiência humana, “o espaço” e “o tempo” – e suas relações –, nunca foram tão flexionadas conceitualmente como nos últimos anos; e isso em relação a tudo o que de humano e social a estas grandezas, repetindo, se relaciona.

Na perspectiva de Harvey, o capitalismo mundial, no avançar da segunda metade do séc. XX (acentuado em 1973), tem apresentado uma alteração nos padrões de sua acumulação de capitais, é o que ele denomina de “acumulação flexível”, caracterizada enquanto um contraponto, inequívoco, ao rigor fordista. Tal alteração pode ser entendida como uma das

⁷²HARVEY, David. *Condição...* *Op. cit.*, p. 219. Nesta edição brasileira (17ª, de 2008), há um grosseiro erro de tradução; pois a palavra correta é “compressão” (“compactação”, “retração” ou uma pressão exercida sobre algo para que diminua etc.) e não “compreensão” (“entendimento”, “apreensão”, “percepção” etc.). O tradutor foi induzido ao erro por de fato existir, nos tempos atuais, uma **compressão** do espaço tempo que leva, por sua vez, a uma **compreensão** de que o espaço e o tempo foram comprimidos. Mas, na precisão do texto de Harvey, não é isso que ele quis dizer; pelo menos no trecho citado – ele usa o termo **compreensão** em outras passagens para outras finalidades. Pode se verificar na edição anterior, a 16ª, de 2007, que o erro de tradução também está lá, na mesma página (a 219). Para que não restem dúvidas, a mesma passagem citada em uma edição norte-americana de 1993: “I use the word ‘compression’ because a Strong case can be made that the history of capitalism has been characterized by speed-up in the pace of life, while so overcoming spatial barrier’s that the world sometimes seems to collapse inwards upon us.” (HARVEY, David. The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change. Cambridge: Blackwell Publishers, 1993, p. 240). Portanto, o autor, em sua língua materna, não utiliza a palavra “understanding” (“compreensão”), e sim “compression” (“compressão”).

⁷³HARVEY, David. *Condição...* *Op. cit.*, p. 256.

manifestações provocadas por esta ideia de flexibilidade tempo-espaço.

Apoiando-se, portanto, na existência de uma espécie de “maleabilidade” dos modelos econômicos atuais, verificada nos processos de organização do trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, Harvey associa esta flexibilidade, enquanto causa (admitindo as dificuldades teóricas desta concepção), a um novo marco tecnológico que ultimamente vem alterando os fatores que intervêm nas atividades de produção.

“A transição do fordismo para a acumulação flexível evocou, na verdade, sérias dificuldades para teorias de toda espécie. Teóricos keynesianos, monetaristas e do equilíbrio parcial neoclássico parecem tão perturbados quanto todas as outras pessoas. Essa transição também trouxe sérios dilemas para os marxistas. Diante desses problemas, muitos comentaristas abandonaram qualquer pretensão de teoria e simplesmente recorreram à caça de dados para dar conta das rápidas mudanças. Mas também aqui há dúvidas – que dados são indicadores vitais, e não séries contingentes? O único ponto geral de acordo é que alguma coisa significativa mudou no modo de funcionamento do capitalismo a partir de mais ou menos 1970.”⁷⁴

Consequentemente, se acaba percebendo, dentre aqueles que dominam as forças capitalistas em geral, que as vantagens comparativas, por exemplo, entre um capital de tipo “fordista” e outro de tipo “flexível”, fazem com que adotem, em função, nesta comparação, de uma maior vantagem deste último capital em relação ao primeiro, novas dimensões no atual modelo produtivo (acompanhadas de diminuição de mão-de-obra); e, por conseguinte, este novo modelo produtivo acaba induzindo a uma maior dispersão geográfica das atividades industriais, com suas devidas repercussões no mundo da cultura.

Algumas páginas atrás, no corte temporal dado neste trabalho, a pós-modernidade, entendida por Harvey como articulada a uma “acumulação flexível”, foi associada ao neoliberalismo e à globalização. Longe de uma resposta peremptória, foram feitos alguns comentários acerca do primeiro e do segundo fenômenos (um pouco mais daquele do que deste). Agora, no que diz respeito à globalização, cujo conceito por de ser elaborado em suas manifestações econômicas, assim como foi feito para o neoliberalismo e a pós-modernidade, este fenômeno foi relacionado às suas manifestações culturais, que, junto à pós-modernidade, fornecem o caráter ideológico e estético da expansão neoliberal.

Harvey sustentou, repetindo, ser o pós-modernismo uma resposta a um novo conjunto de práticas do espaço e do tempo, uma nova série da “compressão do tempo-espaço”. Ou seja, a globalização, muitas das vezes, apresenta uma realidade espacial e econômica indefinida. Por exemplo, mercadorias norte-americanas podem transpor o Rio Grande, na fronteira com o México; em contrapartida, a mão-de-obra deste país está impedida

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 163.

de fazer o caminho inverso. E em termos cronológico-espaciais, pode-se consumir uma mercadoria de um país longínquo, logo após ser produzida, em um espaço de tempo bem menor do que as produzidas no país do consumidor; suscitando, assim, uma espécie de “irracionalidade”, porquanto ao se fazer isso, cedendo a esta nova relação “espaço/tempo”, é bem provável que se gere riqueza a grupos distantes e pobreza a grupos próximos, que com os quais o consumidor tem uma identidade cultural e uma relação econômica mais interdependente etc.

Neste caso também, o procedimento teórico procurou apontar os entrecortes entre as expressões do que é designadamente imaterial dos dois fenômenos históricos em questão, globalização e pós-modernidade, que esta parte do capítulo está apreendo-os em suas manifestações culturais relacionadas às econômicas; assim como foi realizado com o neoliberalismo. Logo, coerente às principais conjecturas nesta dissertação, que agora procuram apoiar-se em Harvey, por participar, em geral, da mesma irracionalidade identificada neste momento neoconservador de finais do XIX, as manifestações culturais ou ideológicas da globalização, da mesma maneira que as do neoliberalismo, estão incluídas no todo do que é a pós-modernidade.

1.1.4. Hobsbawm – O exemplo de uma crítica marxista a uma tentativa de estudo histórico-antropológico pós-moderno: “O Pós-Modernismo na Floresta”

No que diz respeito a uma definição geral do fenômeno histórico-cultural da pós-modernidade, e suas relações políticas e econômico-sociais com o contexto enquadrado no tema desta pesquisa, como foi esclarecido, os autores utilizados majoritariamente foram Fredrich Jameson e David Harvey. No entanto, Eric Hobsbawm escreveu um texto muito interessante sobre este fenômeno; e mais pelo exemplo do que pelo conceito: o “Pós-modernismo na floresta”, publicado em Sobre História.

Neste texto, ele tece uma contundente crítica (uma resenha originalmente publicada em 1990 na *New York Review of Books*) ao livro Alabi's World do antropólogo norte-americano, com incursões também na história, Richard Price. O livro é resultado de um estudo sobre a comunidade dos saramakas no Suriname (também, em menor número, na Guiana Francesa). Os saramakas descendem de antigos escravos de diversas etnias africanas, que nos séculos XVII e XVIII fugiram para as matas do Suriname e formaram comunidades que se estabilizaram sob organizações de tipo tribal etc. A intenção de Price, com o estudo

desta sociedade, era a de explorar as possibilidades reais das abordagens pós-moderna na história.

Hobsbawm desenvolve um juízo contra o trabalho de Price, sobretudo no que diz respeito ao uso metodológico das fontes históricas, alegando que este ao analisar os saramakas o faz com fontes produzidas por “fanáticos” e ultraconservadores monges missionário cristãos, os morávios, que no séc. XVIII tentarem, primeiro, entender etnologicamente esses povos e, segundo, catequizá-los. Resumindo, Hobsbawm alega que os morávios – que Price torna-os intermediários entre ele e povo do Suriname que pretendeu interpretar – não conseguiram entender de fato a cultura saramaka; portanto, trata-se, o que produziram sobre esta cultura, de um comentário deveras impreciso.

Hobsbawm alega que Price simplesmente analisa os relatos produzidos pelos morávios, sobre diversos indivíduos saramakas, sem os devidos “filtros” metodológicos. Seria necessário, portanto, para tornar seu trabalho válido, que não só fizesse uma análise sobre os saramakas, mas antes, que procedesse a um estudo aprofundado sobre os próprios morávios etc.

Hobsbawm afirma, portanto, que um dos principais erros metodológicos de Price foi ter lido os relatos produzidos pelos morávios sem nenhum senso crítico. Tal erro metodológico é muito semelhante aos procedimentos, por exemplo, daqueles estudiosos que analisam grupos que se entendem como “elites” exatamente acreditando nos relatos destes quando se dizem os “eleitos” (afinal é esta a origem semântica do termo “elite”), por algum tipo de talento ou dádiva recebida ou conquistada (física ou metafísica), para liderarem suas sociedades (na economia, na política ou na cultura). Lendo Hobsbawm neste texto sobre a pós-modernidade, conseqüentemente percebem-se pontos em comum entre a “história pós-moderna” e a “história das elites” – que estaria próxima a uma narrativa de personagens e protagonistas que se configuram como a “fina flor” social.

“Nos últimos anos a etnografia antropológica e, numa menor extensão, a história, foram conturbadas e solapadas (sob títulos gerais como ‘pós-modernismos’) por dúvidas acerca da possibilidade do conhecimento objetivo ou da interpretação unificada, ou seja, acerca da legitimidade da pesquisa até então entendida.”⁷⁵

Além disso, a título de ilustração, Hobsbawm também dirá que a tentativa de Price, ao estudar os saramakas, de fazer uma narrativa histórica “inovadora”, pois pós-moderna, calcada em larga documentação, conseguiu no máximo reproduzir um modelo historiográfico positivista, já que se trata, na verdade, da narrativa de um discurso produzido por aqueles que

⁷⁵HOBSBAWN, Eric J. “Pós-modernismo na floresta”. In: Sobre História. SP: Companhia das Letras, 1998, p. 210.

deveriam, igualmente, ser seu objeto de estudo, os morávios. Price, acreditando estar dando voz aos indivíduos saramakas, findou fechando seus estudos aos fenômenos externos do contexto histórico daquele período ao qual morávios e saramakas pertenciam.

“Ora, por mais que apliquemos os avançados termos e petições de princípio da criação literária à etnografia ou à história, ‘o ato fundador da ficção em todo o projeto etnográfico é a construção de um todo que garanta a facticidade do fato’. Em suma ela não é e não pode ser ficção. E na medida em que uma tentativa de descrição antropológica aceita a ‘facticidade do fato’, não pode, mesmo no todo, evitar a terrível acusação de ‘positivismo’.”⁷⁶

1.1.5. Considerações finais acerca da pós-modernidade nas “décadas perdidas”

O Capitalismo, no longo prazo, é entendido aqui como sofrendo de uma espécie de “esquizofrenia socioeconômica”; um deslocar, ou ruptura, quase que inevitável de sua própria finalidade – uma evasão da realidade em que se estabeleceu: a do desenvolvimento econômico como consequência de uma busca racional do indivíduo, grupos, classes sociais ou sociedades constituídas em Estados. Os agentes mais beneficiados com seus ganhos, os que detêm os meios para se produzir capital, apresentam sem o perceber, quando agem conjuntamente, um grande distúrbio irracional; essencialmente, este distúrbio (expresso nas crises cíclicas de superprodução) demonstra um descompasso em relação às funções lógicas que, *a priori*, os mobilizam individualmente. Em seu conjunto mais abrangente, no espaço e no tempo, portanto, este sistema social e econômico acaba perdendo sua própria unidade lógica: a obtenção de lucro nos moldes capitalista (oriundo da mais-valia) e a acumulação de capitais proveniente deste lucro.

Organicamente, este sistema econômico e social assemelhasse a ação de um “vírus”. Replica-se em grande quantidade e rapidez avassaladora. Da baixa idade média, após, dentre outras coisas, ao fim dos ataques dos “bárbaros” e fixando-se em feiras ao redor de alguns castelos e entroncamento de novas e antigas rotas, as atividades que darão origem ao que entendemos hoje como capitalismo⁷⁷ partem para conquistar o mundo (é óbvio, antes que este raciocínio sobre uma perspectiva totalizante da história do capitalismo seja taxado de teleológico, que os novos comerciantes europeus do período não tinham ideia sobre os resultados, no futuro distante, das atividades que promoviam). O que teve início nesses primeiros anos da Idade Moderna espalhou-se por quase toda a Europa e articulou-se, sob os

⁷⁶ *Idem, ibidem.*

⁷⁷ Não se está aqui defendendo que o capitalismo nasceu no final da idade média ou no início da época moderna; porém, para a história das origens do capitalismo, não se pode desprezar os fenômenos ocorridos nestes momentos históricos.

comandos de nobres e mercadores, aos oponentes “infieis” do Oriente Próximo, que lhes revendiam as especiarias do Extremo Oriente. O movimento avança, transpõe “o Mar Tenebroso” e, resumindo drasticamente, dá início ao que se conhece hoje como globalização.

Neste longo processo de formação e consolidação – aproximadamente nove séculos depois das primeiras feiras medievais –, o sistema manteve a essência de sua identidade “viral”; isto é, uma avidéz arrebatadora de devorar as potencialidades do ambiente onde se instala (e aí extinguindo, potencialmente, a si mesmo), se reproduzindo no interior deste e por meio deste até o esgotamento do mesmo. Conduta irracional, a de matar a “galinha dos ovos de ouro”, que, em se tratando do sistema capitalista, é a sociedade que insurge de sua própria procedência moderna.

Este capítulo está tentando demonstrar (levantando alguns pontos de reflexão que revelem a configuração do atual contexto e a relação deste como o objeto de estudo) o quanto o capitalismo vem desafiando a racionalidade moderno-ocidental, cuja origem confunde-se com a dele. Ora o faz para impulsionar sua marcha em direção ao crescimento econômico, ou ao seu desenvolvimento; ora para solucionar seus problemas intrínsecos. Em ambos os casos, a ação do capitalismo ou de seus agentes, no longo prazo, como já foi afirmado, gera irracionalidade (que hoje, culturalmente, uma de suas mais importantes expressões é a pós-modernidade).

A princípio, um dos mais admiráveis desígnios da racionalidade, aqui defendido, é tentar preservar a única espécie que foi capaz de criá-la (sem contar que para isso é necessário se preservar também os ambientes que contêm esta espécie, social e natural). Contudo, de uma maneira mais específica, alguns ideólogos do capitalismo procuram também se utilizar desta racionalidade para darem conta destes aspectos apresentados acima, desenvolvimento capitalista e os problemas advindos dele. E aí, dentro deste outro objetivo dos que usam os citados processos racionais, foram aperfeiçoados ao longo do tempo mecanismos de estudo para se tentar melhor compreender e agir sobre este seu filho mais “rebelde”, o capitalismo. São exemplos destes mecanismos, e isso se pensando somente Ocidente economicamente mais desenvolvido, um vasto conjunto composto com iniciativas como o “new deal”, as teorias de Keynes, o “welfare state” etc.

Desde os primeiros passos na Europa, na transição entre Idade Média e Época moderna, quando nem capitalismo era, passando por suas revoluções e indo até o século XXI, a vitória deste sistema foi em um caminho realizado não sem contratempos, alguns deles cíclicos, como é caso das crises de superprodução. Estas têm sido verdadeiros divisores de

água na história do capitalismo; sendo seu ápice a de 1929, que fizeram surgir as mais bem acabadas tentativas racionais – mencionadas acima – não só de solucionar os seus efeitos como também evitá-las na origem. Mas aí, por exemplo, vem a crise do petróleo de 1973, e mesmo não trazendo em si, em seu conteúdo, a chancela periódica do desacerto produção/consumo, da mesma forma desviou o curso comportamental das forças capitalistas; contudo, as tentativas de racionalização de outrora pareciam não se adequarem ao novo contexto que se abria a partir de então.

Na verdade, entretanto, o que se segue no desenrolar da década de setenta do século XX, acaba robustecendo algumas das posturas e ideias que já no início do 2º pós-guerra começavam a se insurgir; corriam paralelas à tendência do “estado do-bem-estar” e agora passam a fazer parte do comportamento conservador deste novo contexto de crise.

À medida que os efeitos da modernidade mostraram ser, em certa medida, “bem-sucedidos”, induzindo o ocidente, por exemplo, a preocupar-se com o consumo dos trabalhadores em um mundo que se tornava cada vez mais globalizado, aos poucos certos intelectuais começavam a questionar, primeiramente na arquitetura e nas artes, esta racionalidade. Pode-se dizer que aí reside uma contradição importante do sistema capitalista; pois suas forças progressivas ou conservadoras surgem do seu próprio caminhar histórico.

Se se faz referência ao pioneirismo da arquitetura e das artes, também não se pode deixar de reconhecer a relevância da oposição de alguns importantes intelectuais, da Economia Política, ao comportamento da economia mundial anterior à crise de 73. Defensores ferozes da economia de mercado, e pertencendo a grupos pequenos, radicais e perseverantes, persistiram em sua hostilidade contra a hegemonia de práticas de intervenção do Estado na economia. O liberal Friedrich Hayek, ganhador do Prêmio Nobel de Economia logo em 1974, escreveu em 1944 que qualquer tentativa de planejamento social e econômico que inviabilize a “saudável” livre concorrência, não passaria de uma imposição que oprime todos à servidão, seja ela de “direita” ou de “esquerda” – entendendo ele serem de “esquerda” os governos ocidentais que adotaram em seus Estados nacionais ideias cujas origens vêm de Keynes.

“Sem dúvida a promessa de maior liberdade tornou-se uma das armas mais eficazes da propaganda socialista, e por certo a convicção de que o socialismo traria a liberdade é autêntica e sincera. Mas essa convicção apenas intensificaria a tragédia se ficasse demonstrado que aquilo que nos prometiam como o Caminho da Liberdade era na realidade o Caminho da Servidão. Foi inquestionavelmente a promessa de maior liberdade que atraiu um número crescente de liberais para o socialismo e tornou-os incapazes de perceber o conflito existente entre os princípios do socialismo e os do liberalismo...

(...)“Na realidade, o que une os socialistas da esquerda e da direita é essa hostilidade

comum à concorrência e o desejo de substituí-la por uma econômica dirigida. Não obstante os termos ‘capitalismo’ e ‘socialismo’ ainda serem usados, em geral, para designar respectivamente as formas passada e futura da sociedade, eles ocultam a natureza da transição que vivemos ao invés de elucidá-la.”⁷⁸

Estes intelectuais e economistas forneciam os primeiros acenos de que o curso dado ao capitalismo pelo fordismo, pelo keynesiano ou pelo *welfare state* não seria infundável. E sendo assim, chegam os anos 70, com suas alterações significativas – não aquelas preconizadas pelo mais entusiasmados radicais de esquerda –, e se tem uma guinada mais à direita.

Os problemas infligidos pela crise do petróleo geraram ao pensamento conservador a oportunidade de dar início, na década seguinte (o caso chileno, com Pinochet já em 1973, foi precoce), a providências que não só readquirissem a propensão de crescimento das taxas de lucro como, igualmente, instituíssem eficientes concepções e mecanismos da necessária dilatação do fosso que demarca as diferenças entre ricos e pobres. Assim sendo, a partir da década de 80, percebe-se que os países mais industrializados do hemisfério norte tornam-se cada vez mais liberais (tendo Thatcher, Reagan e Kohl à frente); contudo, não se trata daquele liberalismo do XIX, o atual, o neoliberalismo, é mais agressivo, pois teve que enfrentar, dentre outras coisas, sérias resistências que partiam ou dos defensores de uma economia política ainda keynesiana ou das organizações operárias de esquerda.

Sobre o assunto, Perry Anderson levanta uma questão muito pertinente: “Poder-se-ia perguntar qual a avaliação efetiva da hegemonia liberal no mundo capitalista avançado, pelo menos durante os anos 80. Cumpriu suas promessas ou não?”⁷⁹ Segundo o próprio autor, existiram êxitos e fracassos. Quanto às primeiras consequências, pode-se dizer, por exemplo, que os anos 80, em relação à década anterior: 1 – contiveram a inflação; 2 – aumentaram a taxa de lucro, devido à derrota do movimento sindical, da queda drástica das greves nos anos 80 e de uma relevante contenção de salários; 3 – promoveram o crescimento das taxas de desemprego (mecanismo “natural” e necessário, segundo o neoliberalismo, a qualquer economia de mercado eficiente); e 4:

“Finalmente, o grau de desigualdade – outro objetivo sumamente importante para o neoliberalismo – aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários”⁸⁰

⁷⁸HAYEK, Friedrich August von. O Caminho da Servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, pp. 46 e 59 – grifos do autor.

⁷⁹ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: GENTILI, Pabro e SADER, Emir (org.). Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 14.

⁸⁰*Idem, ibidem*, p. 15.

Em resumo, os êxitos neoliberais ficaram circunscritos à deflação, taxas de lucro, desemprego, baixos salários etc., medidas que tinham um objetivo: forte crescimento do capitalismo avançado mundial, com taxas e índices estáveis de crescimento como aqueles anteriores a 1973. Neste aspecto, o neoliberalismo fracassou. Comparado aos níveis de crescimento das décadas de 50 e 60 nos países da OCDE, o das de 80 e 90 foi um verdadeiro fiasco. Sem contar que, a despeito de todos os favorecimentos governamentais ao grande capital nos países mais desenvolvidos, a taxa de acumulação, aquela que é resultado direto dos investimentos produtivos, não cresceu (ambos não cresceram nos anos 80, a taxa média de acumulação e os investimentos em bens de capitais das indústrias); na verdade, não só foram inferiores à “década de ouro”, mas, principalmente, “as décadas perdidas” nem conseguiram encostar-se à década da crise do petróleo, que, por razões óbvias, já não tinha sido “lá essas coisas”.

Como foi falado e, notadamente a partir do que também dissera Perry Anderson, no tocante aos êxitos dessas providências conservadoras, o segundo objetivo, o do “a dilatação do fosso”, exposto mais acima, parece ser o que de melhor alcançaram atingir.

Para o caso do Brasil de FHC, a agenda do Consenso de Washington norteou as lideranças neste processo de implantação de uma política ligada ao grande capital, de hegemonia financeira e globalizado: o neoliberalismo (sem que se esqueça, obviamente, da experiência não muito bem sucedida de Fernando Collor). O Consenso de Washington, que implantou de fato o neoliberalismo no Brasil, foi o resultado final de um processo mais amplo: a articulação entre pós-modernidade, globalização e neoliberalismo; os três fenômenos comentados desde o início de nosso trabalho, e que são fundamentais para se entender o contexto ao qual se está relacionando o comportamento acadêmico dos historiadores do grupo estudado.

Pelos argumentos expostos, e coerentes às posturas teórico-metodológicas, foi demonstrado, ainda que bibliograficamente, na maioria das vezes, que o colapso global capitalista nos anos 80 exerceu influência suficiente para que o neoliberalismo, a globalização e a pós-modernidade atuasse em conjunto na sociedade mundial. No que diz respeito especificamente às práticas políticas e econômicas, um conjunto de medidas neoliberais globalizadas vem tentando destruir, nos Estados nacionais, seus mecanismos racionais de ingerência; aqueles inclinados a solucionar, dentre outras coisas, as dificuldades sociais do proletariado por exatamente intervir politicamente na economia com o intuito de promover, por exemplo, a industrialização nos países pobres e em desenvolvimento.

Com as análises bibliográficas desenvolvidas, foi demonstrada a inclinação irracional de autodestruição do sistema capitalista, ainda que esta propensão, sendo uma tendência e não um desígnio, de fato não tenha se evidenciado cabalmente – pois, como se sabe, a ciência econômica, em suas práticas racionais matematizadas e específicas, aprimorou muito suas intervenções cirúrgicas pormenorizadas e localizadas, adiando ou aliviando o potencial de crise; mas não com a capacidade de aumentar o consumo popular, um forte componente contra as crises cíclicas da economia mundial. O método principal, portanto, foi a análise de uma bibliografia, de ponta, coerente às escolhas teóricas, relacionando os aspectos pertinentes destas teorias ao objeto geral de estudo neste capítulo: as relações entre neoliberalismo, pós-modernidade e globalização e as décadas de 80 e 90, incluindo seus reflexos no mundo intelectual. Com isso, reforçando, procurou-se confirmar que há uma coação irracional do caminhar do capitalismo em direção às crises cíclicas de superprodução; e estas como decorrência da ação particularizada dos elementos da burguesia na obtenção de maiores taxas de lucro, cunhando situações de subconsumo e superprodução por exemplo.

As décadas de oitenta e noventa do século XX, mesmo com as particularidades de cada uma, resumem-se, juntas, a um tempo específico, o da predominância em determinados círculos intelectuais da irracionalidade da cultura pós-moderna, o novo traço conservador e simbólico (das representações, dos significados e das ideias, ou seja, da cultura) do capitalismo do período.

Neste sentido, a pós-modernidade está sendo concebida, já que foi relacionada a um aspecto sistêmico da realidade social, que é o capitalismo, como o resultado de alterações estruturais na economia mundial no avançar da segunda metade do século XX. E são duas estas alterações; em resumo: 1 – a diminuição das taxas de lucro em função das contradições históricas do próprio sistema; e 2 –, como consequência, a adoção de políticas que freassem “os ganhos” sociais e econômicos auferidos às classes não capitalistas, e em especial os trabalhadores. Na operacionalização destas alterações, ou intenções, foram colocadas em prática, em um mundo que se globalizava economicamente (entendendo aí um predomínio dos países mais ricos sobre os mais pobres), políticas econômicas capazes de desmontar o que de racional a modernidade havia construído dentro da própria perspectiva capitalista de produção e consumo. E essas práticas, ou políticas, ganharam o nome de neoliberalismo.

As políticas neoliberais (além de contar com engodos de certas propagandas eleitorais) precisaram de um ambiente favorável para serem implantadas; e em espaços que as relações democráticas predominam, podem existir dificuldades de se criar este ambiente, haja

vista serem impopulares tais políticas. Aí é que entra a pós-modernidade, desconstruindo a racionalidade moderna, inculcando novos valores culturais, a começar pelos estéticos, nas mentes e corações do maior número possível de pessoas que ouvirem o seu canto. Feito isso – e isso foi feito de forma bastante razoável⁸¹ –, o ambiente propício para que seus ideólogos⁸² conquistassem espaços favoráveis às manobras dos políticos neoliberais começa a existir.

É interessante se acrescentar, evitando assim futuros equívocos, que não se está entendendo pós-modernidade e ideologia neoliberal como sendo as mesmas coisas. Pós-modernidade é um ambiente cultural; e como tal, é o lugar em que os sistemas de ideias podem conviver, desde que tenham alguma coerência entre si e com este ambiente. Neste caso, com sua flexibilidade irracional, capaz de desconstruir os valores e tradições da razão moderna e iluminista, a pós-modernidade pode abrigar, em seu ambiente, a ideologia neoliberal, que se encontrava em uma luta de ideias contra as forças sociais e políticas que se aglutinaram ao Estado oriundo do pós-guerra. Desse jeito, com sua tarefa culturalmente particular, enquanto um dos elementos formador do comportamento capitalista do final do milênio passado, a pós-modernidade pôde unir-se ao neoliberalismo e às suas práticas econômicas e políticas.

As posições teóricas, demonstradas no decorrer deste capítulo, são de crítica à pós-modernidade; entretanto, “a desmedida totalizadora de um racionalismo dogmático” foi a responsável por este “irracionalismo niilista”⁸³. Em concordância a Pierre Bourdieu, neste trabalho de pesquisa acadêmica, não interessa se perpetrar os mesmos erros de um racionalismo refratário às inevitáveis mudanças que “o novo” vem apresentando; apesar disso, lançando mão da lógica e, portanto, coerente com o que se está postulando (contradizer o influxo das circunstâncias pós-modernas) – e sem contrariar Bourdieu –, a racionalidade de origem moderna, aquela que preside o conhecimento científico, é capaz de solucionar não só os problemas que ela mesmo gerou, como também os de sua antítese, o “irracionalismo niilista”, umas das tendências mais recorrentes da pós-modernidade.

Fernando Henrique Cardoso, quando ministro da economia e logo a seguir como presidente da república, foi a expressão, aqui no Brasil, deste capitalismo entendido neste trabalho como irracional, em função de sua capacidade intrínseca de gerar crises a longo prazo, sugerido pelo Consenso de Washington para a América Latina. O neoliberalismo, a

⁸¹ Até porque, a pós-modernidade ganhou a adesão, a alguns de seus postulados, de muitos que não tinham consciência desta adesão.

⁸² Frios tecnocratas de uma nova economia política conservadora, ligados ao monetarismo, ao utilitarismo etc., que se preocupam demasiadamente, dentre outras coisas, com o que ficou conhecido como *governance*.

⁸³ BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes; 1998, p. 736.

pós-modernidade e a globalização procuraram e continuam procurando fragilizar o mundo do trabalho, atendendo a antigos planos do pensamento conservador e de direita. Em nossas terras, este pensamento pôde contar com a atuação (direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente; verdadeiramente, não importa, uma vez que os resultados são os mesmos) de importantes intelectuais para revelar-se e impor-se.

No caso da política de Estado, resumindo, como já foi dito, há a notoriedade acadêmica da sociologia de Fernando Henrique etc. E na historiografia, em período semelhante – um pouco antes –, existem, dentre outros, historiadores como Maria de Fátima Gouvêa, João Fragoso, Manoel Florentino e Maria Fernando Bicalho. Por sua vez, estes historiadores estavam, teórico e metodologicamente falando, revisando as origens coloniais do Brasil. Diminuindo os intervalos de tempo, fragmentando os objetos e focando em divisões especiais menores, abandonam antigas críticas à nossa colonização, principalmente econômicas, que associavam a exploração desta prática à formação do capitalismo europeu.

Estes historiadores elegeram outros parâmetros, ligados a valores simbólicos de uma história onde as manifestações da realidade social, como a economia e a política, por exemplo, foram contidas pela cultura, suas representações etc.

1.2. O Método

Introdução – critérios

“Todo o livro que se preza pretende contribuir para pesquisas de ponta em sua área de conhecimento. *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* não foge à regra. Ele é fruto de uma perspectiva historiográfica inovadora que vem surgindo e se impondo em teses de doutoramento e em dissertação de mestrado, e sendo cada vez mais discutida em seminários acadêmicos e na própria sala de aula dos institutos e departamentos de história de nossas universidades. Dito de outra forma, os diferentes capítulos do nosso livro buscam apresentar uma nova abordagem de antigos temas de história portuguesa e colonial. Mas especificamente, seus autores discutem e analisam o ‘Brasil-Colônia’ enquanto parte constitutiva do império ultramarino português. Propõem-se, ainda, a compreender a sociedade colonial e a escravista na América enquanto uma sociedade marcada por regras econômicas políticas e simbólicas de Antigo Regime.”⁸⁴

No mínimo nas décadas de 80 e 90 do século passado, um específico comportamento entre alguns intelectuais começava a questionar as abordagens críticas sobre o conjunto da realidade social. Resumindo, sobretudo no campo das ciências humanas, esses

⁸⁴FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. Batista, GOUVÊA, Maria de F. Silva. “Introdução”. In: *Idem* (org.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 21 – grifos dos autores.

questionamentos específicos encontraram nas metalinguagens seu alvo por excelência;⁸⁵ tendo o marxismo como um dos mais inquiridos como válido.⁸⁶ E o conjunto destes questionamentos sobre as metalinguagens ficou conhecido como pós-modernidade.

Fragoso, Bicalho e Gouvêa que estavam, com O Antigo Regime nos trópicos, reunindo textos que, em 2000, eram o resultado de novas posturas historiográficas que já algum tempo vinham sendo implementadas na academia, e considerando-se que estes três historiadores, pensados em conjunto, doutoraram-se (ingresso e conclusão) entre os anos de 1984 e 1997, verificou-se, em coerência com a proposta desta pesquisa, possíveis relações entre suas formações acadêmicas e o contexto cultural e intelectual de tal período que para muitos é pós-moderno. Até porque, quando também afirmam estarem revendo antigas visões a respeito de nossa colonização, estavam se referindo, principalmente, a trabalhos de importantes marxistas, como os de Caio Prado Jr. e Fernando Novais, e de Celso Furtado. Com suas respectivas diferenças, em todos esses casos a posição defendida foi a de crítica à exploração mercantilista de Portugal sobre o Brasil colônia; tendo como perspectiva teórica e metodológica as estruturas econômico-sociais.

“Em realidade, trata-se de propor uma nova leitura historiográfica que não se limite a interpretar o ‘Brasil-Colônia’ por meio de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo, seja sublinhando sua posição periférica – e com isso privilegiando os antagonismos colonos *versus* metrópole – seja enfatizado o caráter único, singular e irredutível da sociedade colonial-escravista.”⁸⁷

Ainda que esclareçam que “Evidentemente não se trata de negar a importância fundamental dessas abordagens para o entendimento da história do Brasil”⁸⁸, o saldo que fica não é de uma simples atualização de Prado-Novais-Furtado (dentre outros); mas de algo semelhante a um rompimento com tais autores e suas teorias; e aí elegendo outros autores e outras teorias.

“Cremos que o diálogo com a recente produção da historiografia lusa – diálogo presente neste livro, que conta com a participação de historiadores portugueses – possa nos dar uma pista, sobretudo no que diz respeito à dinâmica do Antigo Regime nas sociedades ibéricas. Trabalhos hoje já considerados clássicos, como os de C. R. Boxer e de Vitorino Magalhães Godinho, sempre se debruçaram sobre o arcabouço do Império português, apontando, há muito, caminhos que vêm sendo trilhados nos últimos anos pela produção acadêmica que rompe, nos dois lados do Atlântico, com uma visão dualista e contraditória das relações metrópole-colônia. Além dessas contribuições, dois outros autores tiveram um papel decisivo na concepção deste livro: José R. do Amaral Lapa e Luís Filipe Thomaz.”⁸⁹

⁸⁵V. HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna... Op. cit.* Em especial as pp. 49 e 50.

⁸⁶V. JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo... Op. cit.* Em especial a p. 302.

⁸⁷FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. Batista, GOUVÊA, Maria de F. Silva. *Op. cit.*, p. 21.

⁸⁸*Idem, ibidem*, p. 21

⁸⁹*Idem, ibidem*, p. 22 – grifo nosso.

Diante de tais considerações, no projeto que resultou nesta dissertação, como já foi dito repetidas vezes, o objeto de estudo foi introduzido em um corte cronológico contemporâneo, as décadas de oitenta e noventa do século XX; o de ponto de partida. A proposta foi a de pesquisar a atual historiografia brasileira que está sediada academicamente no Estado do Rio de Janeiro e que se debruça sobre o nosso período colonial, especialmente os historiadores inclusos no grupo denominado como o ART. Além disso, também se considerou as possíveis influências que o contexto intelectual das décadas de 80 e 90, entendido aqui como pós-moderno em muitos casos, exerceram sobre este grupo de pesquisadores.

Dos vários tópicos, subtópicos e temas por eles abordados (política e administração pública do reino e da colônia, escravidão, comércio interno e externo, relações familiares, cultura etc.), os assuntos relativos à economia tiveram mais atenção; posto que uma das principais questões desta pesquisa diz respeito ao porquê dos atuais problemas econômicos brasileiros, históricos e estruturais. E dos historiadores demarcados como pertencendo ao grupo estudado, João Fragoso foi examinado com mais atenção, pois foi o que mais se dedicou a analisar os traços econômicos das regiões que se propôs a pesquisar. Além do mais, como ressaltado mais acima, se esses autores estavam, em certa medida, rescindindo com a historiografia brasileira que os precedeu, e esta historiografia pode ser identificada principalmente a Caio Prado e Novais, marxistas da história econômica, e Celso Furtado, economista “cepalino” que tem como um de seus principais trabalhos exatamente um estudo da Formação Econômica Brasileira⁹⁰, João Fragoso é o que melhor encarna uma síntese, em história econômica, de posições contrárias ao que foi defendido por Prado-Furtado-Novais. E é por isso, concluindo, que Fragoso foi, dos quatro, o mais estudado por esta pesquisa.

O tema, em seus aspectos mais gerais, insere-se em tópicos da historiografia (levando-se em consideração, assim sendo, a história da história, a teoria da história, a filosofia da História etc.); portanto, enquanto trabalho conceitual – independente da nomenclatura adotada –, é necessário a utilização do prefixo de origem grega *meta* (que pode significar “além”, “após”, “acima de”, “sobre”, “falando a respeito de” etc.) para que pelo menos possa se afirmar a sua inserção nas metalinguagens. O argumento tenta ser a representação qualitativa e definidora sobre outro argumento. Dessa forma, o que se escreve, ou o seu discurso teórico, nada mais é do que uma metateoria ou metanarrativa (tratada como relacionada uma base material que lhe sustenta); e isso se se pensa também a abordagem do

⁹⁰FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

objeto de estudo como uma linguagem específica. Assim mesmo porque, neste caso, a linguagem (e o conjunto teórico do que é exposto) não é utilizada para se falar de objetos e coisas concretas na história (ocorrido diretamente na sociedade, como escravidão ou, por exemplo, outros aspectos reais do mundo do trabalho, como greves etc.). O material de fonte primária, os escritos do ART, seria secundário caso se estivesse estudando qualquer aspecto do período colonial brasileiro; porém, o objeto de investigação não é em si, em primeiro *locus*, a colônia, e sim o que foi escrito a seu respeito, e, inclusive, não tudo o que foi escrito – obviamente –, e sim alguns trabalhos específicos de determinado grupo de historiadores.

Ao se escolher tal tema para o mestrado, a sua pesquisa acabou sendo incluída em estudos que se direcionam ao âmbito da Cultura. Todavia, os aspectos culturais foram estudados, a partir de uma base sólida, procurando se visualizar o que a sociedade exprime enquanto sentimentos, ideias ou manifestações subjetivas de um modo geral acerca de sua realidade; isto é, as relações econômico-sociais, que reproduzem fisicamente a sociedade, estão sendo entendidas nas relações dialéticas que travam com as manifestações subjetivas de sua cultura, que a reproduz enquanto identidade, por exemplo. É esta dialética específica, este trânsito na sociedade entre estrutura e superestrutura, a preocupação majoritária. Tomada esta decisão, um grande problema surge. Os estudos teóricos em historiografia pertencem, em geral, a uma tradição culturalista, hermenêutica e idealista à qual este trabalho não se filia.

Tal afirmação é feita levando-se em consideração aqueles historiadores dedicados quase que exclusivamente (muitos desde o início da carreira) à história da história e suas teorias; e não naqueles historiadores – por mais importantes que sejam – que vez ou outra, entre uma pesquisa e outra, publicam certos textos de divulgação, artigos e livros sobre os temas da historiografia; ou ainda, também não se estar pensando naqueles grandes historiadores que, depois de muitos anos de carreira, resolvem utilizar de sua experiência e de suas inúmeras leituras para produzir coletâneas filosóficas sobre a história ou o ofício do historiador. Um exemplo importante para o primeiro caso – de historiadores que dedicaram sua carreira prioritariamente ao estudo da História enquanto disciplina – é o do alemão Reinhart Koselleck (1923-2006), um dos maiores nomes, reconhecido internacionalmente, dos estudos teóricos na área de historiografia.

Historiador das palavras que expressam o que as ideias querem dizer dos objetos e coisas, ou seja, historiador dos conceitos, das intelectualidades, da teoria da história, da contribuição da semântica aos tempos históricos etc., tem em sua trajetória, enquanto

intelectual, uma importante influência de Martin Heidegger⁹¹. E Heidegger, pensador da “fenomenologia”, do “existencialismo” e da “hermenêutica”, e se atendo a este último atributo filosófico, trabalha a realidade como que encerrada no mundo das palavras (até porque de Hermes (ou Mercúrio), de onde vem hermenêutica, deriva o vocábulo hermético, ou seja, fechado)⁹².

Para avaliação da realidade social, a concepção epistemológica que produziu este trabalho é aberta às contradições que esta realidade apresenta, sobretudo quando o humano a ela se relaciona, e isso em termos sociais ou em termos da natureza que o contém e o cerca. Está se afirmando, destarte, que este mestrado identifica-se intelectualmente à dialética como propôs Marx; ou seja, o materialismo dialético e histórico (e que foi capaz de resolver a falsa contradição entre os métodos da dedução ou da indução, de idealistas e empiristas, respectivamente). Dialética esta que se opõe à hermenêutica de Koselleck, que por sua vez é tributária da de Heidegger. O trabalho final da pesquisa procurou realizar uma dissertação em que a história não fosse entendida como presa a uma trama de sentidos e linguagens; e sim relacionada às consistências humanas e sociais, onde as relações de produção, que precisam ser expostas e esclarecidas em seu grau de concretude material, não são desprezadas como sendo meros “determinismos” artificiais de abordagens estruturalistas desprovidas de vida humana “verdadeira”, como pretendem os críticos à história relacionada ao marxismo.

“A ciência, portanto, é para Marx um processo produtor de conhecimentos, uma vez que procura sistematicamente apreender a concretude real em sua gênese e desenvolvimento, em sua totalidade, desvelando as suas estruturas internas e relações mediatizadas, conflitivas e contraditórias, que produzem a realidade como um movimento constante em direção a algo sempre novo e aberto, isto é, não determinado *a priori*. Em decorrência dessa sua forma original de desvelamento do real, a ciência marxista originária avança para além dos limites de sua identificação propriamente epistemológica, ganhando característica de um instrumento através do qual os homens podem bem conhecer as coisas e os fenômenos que os cercam e, também e principalmente, intervir no processo constituinte da realidade, imprimindo-lhe outros contornos e direções.

“(…) Em outras palavras, pode-se dizer que a cientificidade é discutida pelo materialismo histórico nos limites de uma ação desveladora real, ao mesmo tempo em que se consolida como uma força com capacidade de intervir nele e, em certa medida, determinar-lhe seus contornos característicos, assim como também fazem outras forças histórico-sociais.”⁹³

As várias leituras realizadas acerca da historiografia, ao indicar um caminho

⁹¹Ver em LIMA, Luiz Costa. História, Ficção, Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, em especial as pp. 131, 132 e 133.

⁹²Ver em INWOOD, Michael J. Dicionário Heidegger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, em especial a p. 80. E em HEIDEGGER, apud NUNES, Benedito. Heidegger & Ser e tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010, em especial a p. 43.

⁹³MARTINS, Marcos Francisco. Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade? Campinas, SP: Autores Associados; Americana, SP: UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2008, p. 154..

epistemológico mais inclinado a posturas não defendidas pela metodologia deste trabalho, acabaram forçando ao necessário desenvolvimento de critérios conceituais materialistas, apoiados em Marx, que servissem de suporte para a definição, em termos econômicos, sociais, materialistas e dialéticos, do que vem a ser historiografia.

“É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído este trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.

“Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transportado e traduzido na cabeça do homem.”⁹⁴

A “matéria” aqui captada detalhadamente encontra-se em dois grupos distintos na relação com o tempo. Primeiramente, são os dados disponíveis das atividades econômicas do período colonial brasileiro (também se levando em consideração a economia capitalista mundial daquela conjuntura histórica), e que foram cotejados às produções das “correntes historiográficas” classificadas em relação ao tema deste projeto, sobretudo o ART. Em segundo lugar, foi preciso apreender minimamente os dados disponíveis das atividades econômicas das décadas de 80 e 90 do séc. XX, nacional e mundial, responsáveis pelo “ideal [que] não é nada mais que o material, transportado e traduzido na cabeça do homem.”

Josep Fontana – as teorias historiográficas como projetos sociais do presente

Apesar da declaração de que foi necessário o desenvolvimento de determinados critérios conceituais que apoiassem a metodologia deste trabalho de historiografia, estes não foram, é necessário que se admita, totalmente originais. Foi preciso o apoio de alguns autores que, adotando uma postura teórica crítica, produziram importantes abordagens acerca do que é a história ou a historiografia e suas teorias e historiadores. O primeiro deles é o catalão Josep Fontana, marxista, que não se pretende ortodoxo e que de certa maneira desmente um pouco a concepção afirmada aqui acerca dos historiadores da historiografia; pois que em uma consulta rápida a sua produção bibliográfica poderá se constatar um bom número de trabalhos sobre o tema. Lançando mão de teorias encontradas em livro de sua autoria, História: análise

⁹⁴MARX, Karl. “Posfácio da Segunda Edição de O Capital, vol. 1”, de 24 de janeiro de 1873, Londres. In: O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 20 – grifo nosso.

do passado e projeto social⁹⁵, foi possível traçar metodologia de trabalho.

Logo de início, em suas primeiras palavras no capítulo de introdução: “Breve, Necessária, Explicação Inicial”⁹⁶, procura esclarecer o quanto importante é para ele analisar os sistemas de ideias que vem informando, no decorrer do tempo, o discurso do historiador. Criticando, por exemplo, as atuais concepções ocidentais de que a humanidade só teria um caminho a seguir, o do capitalismo industrial, cujo modelo é o europeu, afirma que ao longo da história os homens apresentaram diferentes projetos sociais, e que estes foram resultados de determinadas forças políticas. Inseridos nestes diferentes projetos, que expressam forças de poder específicas em suas sociedades, os historiadores constroem suas concepções de passado. Trata-se, à vista disso, de dizer que Fontana estabelece um método de análise para demonstrar o quanto é contextualizada a produção do historiador; mais do que isso, neste contexto de influência, a posição onde se encontra na realidade social, e suas relações com esta realidade, seus conflitos etc., também são apreciados neste seu método. Posto isso, segundo Fontana, para se olhar o passado de uma sociedade é necessário se posicionar em relação a seu presente; ou seja, ao tempo presente deste tempo passado.

“Toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Selecciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua sequência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-la. Assim o historiador nos mostra uma sucessão ordenada de acontecimentos que vão encadeando-se até dar como resultado ‘natural’ a realidade social em que vive e trabalha, enquanto que os obstáculos que se opuseram a esta evolução nos são apresentados como regressivos, e as alternativas a ela, como utópicas. Apresenta-se como uma averiguação objetiva do curso que vai do passado ao presente, o que antes de tudo é, um partir da ordem atual das coisas para rastrear no passado as suas origens, isolando a linha de evolução que conduz às realidades atuais, transformando em uma manifestação do progresso, com fins legitimadores. Entenda-se, entretanto, que não estou me referindo a um pressentimento ao modo de Croce – ou ao de Collingwood –, de raízes neokantianas: que não se trata de um reelaboração individual dos dados do passado à luz das preocupações do historiador, senão de algo que se realiza coletivamente e que tem uma função social.”⁹⁷

Em alguns de seus estudos econômicos sobre o período colonial brasileiro, o ART quis afirmar, por exemplo, que o atual nível de acumulação/exclusão é resultado de duas coisas que se conjugariam: 1 – a ação de nossas “elites”, que teve como resposta a inação dos submetidos a esta ação; e 2 – a cultura portuguesa de Antigo Regime que aqui desembarcou na época moderna (dando, junto à ação das “elites”, um caráter endógeno a origem desta pobreza), compartilhada entre luso-brasileiros, e no caso brasileiro indo até pelo menos o início da república. Na dimensão fornecida pela teoria da história concebida por Fontana,

⁹⁵ JOSEP, Fontana i Lazaro. História: análise do passado e projeto social. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

⁹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 9-13.

⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 9.

pode-se afirmar que esta foi a construção dada à história brasileira pelo ART, em que os “obstáculos” ligados, neste caso, a comportamentos e tradições antigas (predominância aristocrática e, portanto, “arcaicas” e não capitalistas), criaram, historicamente, exclusão social e econômica, e com ela os níveis de pobreza existentes (resultados da persistência no tempo de um comportamento aristocrático).

“De tudo isso resultou uma economia de natureza atlântica, cujos lineamentos não-capitalistas lhe permitia desfrutar certa autonomia frente às pulsações do mercado internacional, além de sedimentar setores de acumulação a ela endógenos. *Pari passu*, rastreamos uma dinâmica na qual o mercado continuamente forjava uma hierarquia excludente de caráter arcaico. De fato, os negociantes de grosso trato da Colônia monopolizavam as atividades mais rentáveis (em especial aquelas ligadas ao comércio atlântico), em um movimento que implicava o direcionamento dos outros agentes econômicos para as atividades menos lucrativas – leia-se, sobretudo, a agricultura.

“Este quadro geral sugere um perfil de crescente enriquecimento da elite mercantil, e de contínua pauperização das camadas livres. Entretanto, o manejo das taxas de pobreza e de riqueza durante a primeira metade do século XIX mostrou certa invariância na parcela detida pelos. Na verdade, o acesso dos pobres a recursos produtivos em si mesmos baratos – terras, alimentos e mão-de-obra – impediu a *débâcle* social, garantindo a estabilidade do sistema em meio a altos níveis de concentração.

“A elite mercantil, por sua vez, viu-se marcada por aquilo que chamamos de *ideal aristocrático*, que consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados. Constituiu-se, assim, uma economia colonial tardia, arcaica por estar fundada na contínua reconstrução da hierarquia excludente.”⁹⁸

A realidade social em que está inserido, então, é o norte organizado pelo historiador e é para onde seus interesses sobre o passado dirigem-se. Encontrado este passado, e “isolando a linha de evolução que conduz às realidades atuais”, tem-se uma composição do presente. Contudo, na história do Brasil fornecida por sua historiografia do ART, a linha passado-presente de Fontana, ao contrário, não é uma “evolução”, e sim uma “involução”.

No caso do marxismo, de Caio e Novais, um contexto de guerra fria, dentre outras coisas, fez com que estes historiadores, resumindo, optassem por tangenciar suas análises, sobre o passado colonial, a uma crítica à exploração mercantilista realizada sobre a América pela a Europa moderna. Assim sendo, a alternativa que se apresentava a estes historiadores era de esquerda, e contra o capitalismo, responsável, desde sua formação, pelo atraso econômico da América Latina etc. Já no outro lado da comparação, o do ART, tem que se levar em conta o fim da guerra fria, que teve como vencedor o polo capitalista. Em um contexto de avanço das forças conservadoras do capitalismo mundial – já que não precisava

⁹⁸FRAGOSO, J. L. R. & FLORENTINO, Manolo Garcia. O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, pp. 13 e 14 – grifos dos autores.

mais se preocupar na Europa com a União Soviética –, nas décadas de oitenta e noventa do séc. XX, onde, neste contexto, a pós-modernidade, enquanto parte do projeto social das forças capitalistas, exercia o papel de anunciar, dentre outras coisas, a impossibilidade dos intelectuais de interferir no caminhar da sociedade, os historiadores do ART dão início à construção de sua concepção de passado.

Fontana, além de suas concepções teóricas acerca da história e do que seria um projeto social, ainda nas relações passado/presente, estabelece uma ideia de “economia política” em que (complementando a descrição que um historiador pode fazer do presente, que, relembrando, trata-se de uma evolução histórica) são dadas as explicações sobre o conjunto dos princípios reguladores das relações entre os seres humanos. Essas explicações têm a função de racionalizar as relações humanas, justificando as desigualdades de seu momento histórico, que acabam não se configurando como uma exploração, e sim como elementos naturais de uma divisão de tarefas no interior de uma sociedade que alcançou certo progresso histórico e que por isso, em verdade, é capaz de promover o “bem comum”, resguardadas as diferenças naturais entre os indivíduos neste processo.

Assim sendo, para Fontana, cada momento diferente da história humana teria uma economia política específica; ou seja, de tempo em tempo (no longo prazo), os sistemas de desigualdades e de exploração têm uma racionalização dada pela ordem estabelecida; esta ordem estabelecida, ou, pode-se dizer (não fugindo ao raciocínio de Fontana), a classe dominante, elabora seu projeto social de dominação e este acaba sendo subjacente (ao mesmo tempo implícito na totalidade do discurso social e anterior às produções culturais desta sociedade) à atuação dos historiadores. Dentro deste entendimento, Fontana pleiteia que os três elementos por ele apresentados teoricamente, que formam um conglomerado, “específica concepção histórica do passado”, “projeto social” e “economia política”, devem ser considerados indissolúvelmente em conjunto (principalmente em se tratando de um historiador consciente da manifestação social e histórica destes fenômenos); sob pena, do contrário, de perderem sua inteligibilidade.

“Quando uma dessas concepções globais da sociedade oferece-se como alternativa à ordem estabelecida, a conexão entre os seus distintos elementos torna-se aparente. Uma vez ganha a batalha, entretanto, quando deve deixar de servir como ferramenta crítica para atuar como legitimadora do novo sistema, começa-se a dividir o conjunto em três elementos separados: uma história, suposta narração objetiva dos acontecimentos significativos do passado; uma economia política, suposta descrição ‘científica’ e imparcial do funcionamento da sociedade; e uns objetos políticos destinados a resolver os problemas do presente, realizáveis no marco da economia política admitida. Ao máximo que se chega, como faz esse pai do neoliberalismo econômico que é Friedrich Hayek, é admitir uma conexão entre história e política, porém sem levar em conta o filtro do presente; deste modo, a conexão estabelece-se

no terreno das ideias, das concepções do mundo, sem que apareça viciada pelo contágio com os interesses. Os historiadores acadêmicos, por sua parte, não chegam tão longe: eles estão convencidos de que se limitam a investigar desapaixonadamente o passado, livres de qualquer preconceito cultural ou político.”⁹⁹

Advoga-se, portanto, dentro da perspectiva teórica deste trabalho e suas hipóteses – tal como Fontana, que pretendeu analisar a história, enquanto objeto de estudo, com uma das metodologias da própria história, a marxista –, que os historiadores do ART, em resumo, produziram uma concepção do passado colonial que em muitos aspectos esteve subordinada ao projeto social, globalizado, das forças conservadoras do capitalismo hegemônico nas décadas de oitenta e noventa do século passado. E isso sem se darem conta, primeiro, do papel do desenvolvimento do capitalismo moderno-ocidental na formação social e econômica brasileira, em sua origem colonial; e, segundo, também sem se darem conta da delimitação que este capitalismo traçou no avançar da época contemporânea até à fronteira do milênio passado. Por isso acabaram negando a concretude social e econômica de seu tempo presente; restando-lhes, portanto, sem poderem lançar mão desta realidade a qual estavam inseridos (já que não a enxergavam), o estabelecimento de uma conexão de seus pressupostos, acerca do passado, com o mundo das ideias (“deste modo, a conexão estabelece-se no terreno das ideias, das concepções do mundo, sem que apareça viciada pelo contágio com os interesses”).

Na luta que travaram contra a historiografia crítica que os precedeu (principalmente a marxista, e se se entende esta como predominante entre os historiadores que pretendiam se colocar na oposição à “ordem estabelecida” naquele momento), pressupõem-se como “vencedores”; haja vista, levando-se em conta a conjuntura intelectual mundial, que as metalinguagens não dariam mais conta de explicar um mundo que se apresentava não mais preso às amarras de uma tradição moderna que se liquefez, mediante as novas pressões culturais do final do milênio. Rompendo, por exemplo, com a concepção historiográfica que relacionava a história colonial brasileira aos aspectos sociais e econômicos ocidentais predominantes naquele contexto (no caso de Fontana, suas três “concepções globais da sociedade”), o ART – abrindo mão (consciente ou inconscientemente) de travar, verdadeiramente, uma “batalha” contra a “ordem estabelecida” – no máximo ao que pode chegar foi fazer “uma conexão entre história e política”; como se pode verificar neste trecho abaixo, onde João Fragoso expõe que os atuais níveis altíssimos de concentração de renda, acompanhados de grande exclusão social, seriam resultados, majoritariamente, da capacidade, histórica, das “elites” de manejar politicamente os mecanismos políticos.

⁹⁹JOSEP, Fontana i Lazaro. História: análise... *Op. cit.*, p. 10.

“A terceira [do total de três observações de Fragoso sobre os porquês da acentuada desigualdade econômica brasileira contemporânea] trata da persistência, no tempo, do padrão de desigualdade de renda no Brasil. Sabe-se que aqueles índices de concentração de riqueza vêm desde, pelo menos, a década de 1960. Mais do que isso, as taxas de desigualdade ampliaram-se nos últimos quarenta anos [o texto é de 2002], independentemente da conjuntura econômica. Tal fenômeno ocorreu em meio à ampliação da industrialização e a sucessivas mutações políticas (do ‘populismo’ ao retorno da democracia). Aliás, a democracia não conseguiu solucionar a desigualdade de renda; foi na década de 1980 que a pobreza e a concentração de renda adquiriram os maiores índices (Ferreira, 2000:143). Eis aqui o que transforma a elite brasileira, relativamente, em uma das mais ricas frações sociais de todo o mundo – *a enorme capacidade de tornar seu padrão de acumulação e de distribuição de riqueza imune aos humores conjunturais*. Ou melhor, tal elite vive atualmente em uma sociedade que possui mecanismos para preservar a concentração de renda, os quais foram devidamente testados e aprovados pelo tempo (cf. Fragoso e Florentino, 1997: 54).”¹⁰⁰

Se aqui, neste trabalho de mestrado, se está usando a metodologia de Josep Fontana como um dos principais embasamentos para uma pesquisa historiográfica; e se o interesse é investigar na história da produção historiográfica do ART como que se operou a mudança social do contexto capitalista das décadas de oitenta e noventa do séc. XX (no qual estavam inclusos), contexto este que de influência da modernidade passa à crise desta tendência, é necessário também – como o próprio Fontana fez – focar nas “raízes imediatas do presente”; e neste caso, nas duas “décadas perdidas”, ou seja, no tempo presente da produção historiográfica estudada.

“O que pretendo é explorar, à luz do que foi exposto, a história da História, para pôr em relevo como se amoldou a mudança social. Ainda que se parta das origens, centrou-se a atenção sobretudo nas raízes imediatas do presente, com o propósito de explicar como surgiu a concepção global da sociedade e da história subjacente às afirmações teóricas e à prática da investigação dos historiadores atuais.”¹⁰¹

Procurou-se, portanto, averiguar quando e como surgiu a história subjacente à história da produção do ART; ou seja, quando e como “brotou” a origem das características definidoras do contexto que influenciou as afirmações teóricas dos autores investigados. À vista disso, em termos dos procedimentos lógicos na consulta das fontes, tanto primárias quanto secundárias, também foi feita, semelhante ao realizado pelo historiador catalão, uma história de uma determinada teoria da história, pois que foram averiguadas, junto à obra pesquisada, suas teorias e as influências destas etc.

“O que se pretendeu é, simplesmente, aplicar à História os métodos de análise da

¹⁰⁰Neste caso, Fragoso identificou as razões de uma acentuada acumulação de renda pelas “elites” econômicas brasileiras republicanas, geradora de exclusão e pobreza, na atuação política das mesmas; isto é, o formato econômico de exclusão social da sociedade brasileira contemporânea é dado por razões endógenas à nossa história. FRAGOSO, J. L. R. “Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil”. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, n.º. 29, 2002, p. 29.

¹⁰¹JOSEP, Fontana i Lazaro. História: análise... *Op. cit.*, pp. 10 e 11.

própria história: estudar a genealogia de nossas concepções do passado, para tornar claro o papel que desempenham em nossa compreensão da sociedade atual e em nossos projetos para o futuro.”¹⁰²

Para Fontana, desde sempre, a função social da história, em geral, foi a de dar legitimidade à ordem estabelecida. Em concordância a este raciocínio, entende-se que o ART concebe a história brasileira, em sua totalidade, a partir da construção que seu grupo de historiadores fez de nossa história colonial. Então, esta história brasileira, do ART, desde ontem até o hoje, passado/presente, a começar pela colônia, foi construída de forma a justificar um atraso, um “arcaísmo”, cujas raízes culturais foram fincadas em tradições do Antigo Regime português. Às avessas, ou “ainda que tenha tendido mascará-la, apresentando-se com uma aparência de uma narração objetiva de acontecimentos concretos”¹⁰³, acabam justificando a ordem estabelecida no desenvolvimento econômico da modernidade europeia; pois ao estabelecerem como “arcaica”, portanto negativa, a cultura portuguesa do período – da qual o Brasil era parte –, acabam estabelecendo também, por contraste, que o modelo ideal para uma sociedade qualquer moderno-contemporânea seria o oposto do modelo “arcaico”, que, enquanto vocábulo, tem como antônimo mais recorrente a palavra “moderno”.

Desta perspectiva, portanto, tem-se que um método histórico voltado para uma pesquisa historiográfica, em resumo, apresenta a necessidade de se levar em conta (em se tratando de uma pesquisa marxista) as relações sociais que os homens estabeleceram no contexto do corte cronológico em que o objeto de estudo encontra-se. E estas relações – ainda segundo a orientação de Fontana – fazem parte de um projeto social, dentro de uma específica economia política (o conjunto das relações socioeconômicas que reproduz as sociedades a partir de determinadas relações de poder, surgidas exatamente destas relações socioeconômicas, e que criam manifestações culturais específicas que procuram justificar este sistema de reprodução social etc.), que acaba influenciando a teoria da historiografia pesquisada.

Foi isso que se procurou fazer nesta pesquisa, entender um grupo de historiadores (identificados como pertencendo a uma tendência historiográfica específica que abandonou a crítica à exploração econômica portuguesa sobre as origens coloniais brasileiras) cuja formação acadêmica e profissional deu-se nas décadas de 80 e 90 do século passado. Entende-se que o projeto social predominante neste período, de um capitalismo neoliberal e, portanto, conservador, que se expressou culturalmente de forma pós-moderna, forneceu os elementos

¹⁰² *Idem, ibidem*, p. 11.

¹⁰³ *Idem, ibidem*, p. 15.

simbólicos para que as concepções historiográficas de viés mais crítico fossem revistas. Iterando, enquanto profissionais, os historiadores do ART deram início a uma carreira acadêmica de reconhecimento em seu ambiente (ou *campo*) intelectual quando exatamente tais revisões começam a ganhar força no meio universitário.

Trata-se, portanto, este trabalho, de uma pesquisa coerente à lógica de se tecer uma crítica às noções teóricas – e o porquê destas – dos historiadores do ART. Defende a concepção de que estas teorias, em seus aspectos gerais, não pertencem a uma historiografia crítica (como, por exemplo, as de Prado Prado, Celso Furtado, Emília Viotti, Fernando Novais, Ciro Cardoso, Jacob Gorender, Jobson Arruda etc.) voltada para se tentar esclarecer os problemas sociais e econômicos herdados do período colonial; optam, ao contrário, aos apelos uma história das “elites”, por exemplo.

Bicalho, Florentino, Fragoso e Gouvêa acreditam, sim, que é possível metodologicamente tentar reproduzir determinados aspectos do passado; contudo o fazem, tal como a pós-modernidade, desprezando as teorias dos *Annales* antes da terceira geração e do marxismo. Estes historiadores fluminenses produzem relatos em que “as elites” coloniais do Rio de Janeiro figuram como protagonista de uma história fascinante, de uma “aristocracia tupiniquim” em seu habitat tropical; como ilustra a passagem abaixo.

“Em outras palavras, mas também apresentando novos números, das 197 famílias senhoriais conhecidas para o século XVII, 89 (ou 45,2%) tiveram origem em um oficial ou ministro do rei (governadores, provedores da fazenda, capitães de infantaria etc.). Destas 89 famílias, 73 foram constituídas entre 1566 e 1620; portanto, além descenderem dos oficiais de Sua Majestade, eram também conquistadores e primeiros povoadores do recôncavo da Guanabara. Pois bem, foram tais famílias que tiveram maior capacidade de produzir donos de ‘fábricas’: dos 295 senhores estimados para o século, 155 (52,5%) saíram de domicílios com aquela origem. Mas do que isso, foram elas que sobreviveram por mais tempo enquanto elite dos trópicos. Entre as famílias senhoriais que mantiveram o seu status e engenhos por mais de três gerações, cerca de 2/3 descendiam de conquistadores/primeiros povoadores/oficiais do rei. Ao mesmo tempo, foram tais personagens que, ao longo do seiscentos, dominaram os assentos da câmara. Portanto, as ‘melhores famílias da terra’ eram produto das práticas e instituições – e de suas possibilidades econômicas – do Antigo Regime português, presente também em outras partes do ultramar, quais sejam: a conquista, a administração real e a câmara municipal.”¹⁰⁴

Existiu nas décadas de 80 e 90 do séc. XX, um ambiente cultural que apresentou, em alguns meios intelectuais, certas manifestações pós-modernas como uma das mais importantes consequências do avanço do conservadorismo burguês. Assim sendo, com a utilização do

¹⁰⁴FRAGOSO, J. L. R. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII).” In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 42.

método de Josep Fontana, concebe-se aqui a proposta intelectual dos pesquisadores do ART como o resultado de percepções historiográficas que surgem neste momento histórico; momento este que expunha um projeto social nascido das vicissitudes dadas pelas características da economia política do contexto no qual estes historiadores encontravam-se, as décadas de 80 e 90 do séc. XX.

Capítulo II – Para que serviria uma História Econômica “Agonizante”?

“A história econômica agoniza. E num paroxismo tal que, parafraseando M. J. Daunton, a ninguém lhe espantaria de um cínico ouvir: ‘O que foi a história econômica?’”¹⁰⁵

Em 1997, em texto polêmico, “História Econômica”¹⁰⁶, publicado na coletânea de temas historiográficos, organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, Domínios da História¹⁰⁷, João Fragoso e Manolo Florentino asseveram que a história econômica, como que derrotada, “agonizava”. Seria o resultado de determinados procedimentos de uma determinada história econômica.

Em 2002, em artigo assinado somente por Fragoso, “Para que serve a História Econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil”¹⁰⁸, esta história econômica continuava “agonizando”. O importante a se destacar é que os dois textos se completam em sua proposta de concepção acerca da história econômica.

O de 1997, como foi dito, tem uma declaração muito radical e controversa: a “agonia” de uma história econômica “derrotada”. Tal aspecto sombrio seria o resultado da ausência, em seus estudos, daquilo que os autores denominaram de “a vertebralização do saber histórico”, que, em resumo, seria uma concepção teórica orientada metodologicamente por aspectos típicos da antropologia de cunho mais culturalista. Sendo assim, Fragoso e Manolo defendem uma história que, segundo eles, ganharia em totalidade; entretanto, estão entendendo a história total como aquela em que todos os aspectos humanos estão inclusos na cultura.

O segundo texto de 2002, em que Fragoso tenta explicar como nossas “elites” historicamente produziram e reproduziram concentração de renda e sua consequente exclusão social, não muda em quase nada o teor do primeiro (quicá menos enfático), pois a história econômica ainda estaria “agonizando”; e uma história culturalmente total seria aquela capaz de explicar os porquês dos atuais índices de concentração de renda etc.

¹⁰⁵FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, pp. 25–40, p. 25.

¹⁰⁶*Idem*. Na edição de 1997, o título era: “A História Econômica: balanço e perspectivas recentes”.

¹⁰⁷CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011 (2ª ed. – a 1ª ed. é de 1997).

¹⁰⁸FRAGOSO, J. L. R. “Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil.” *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 29, 2002.

2.1. “A Agonia” da História Econômica

Nesta dissertação não apenas tem-se uma visão crítica acerca da premissa de que a história econômica estivesse “agonizando”, também se discorda do modelo teórico defendido por Fragoso e Manolo, aquele que lhes proporcionou fazer tal declaração – já que este trabalho parte de outra postura epistemológica. Há de se levar em consideração, dentre outros argumentos, que nos últimos anos, em função das novas perspectivas históricas, o campo historiográfico se alargou muito, refletindo em novas áreas que passaram a “competir” com a história econômica a atenção dos historiadores. Na crítica a esta suposta “agonia”, buscou-se apoio neste trabalho, fundamentalmente, em Ciro Cardoso.

Deste historiador aceita-se o ponto de vista de decompor os campos da história, epistemologicamente, em dois grandes paradigmas rivais, o “Iluminista” (ou “Moderno”) e o “Pós-Moderno”¹⁰⁹. Não afirmam serem pós-modernos, e, reforçando, também não se afirma tal coisa nesta dissertação; contudo, mais uma vez, pode-se identificar na escrita de Manolo e Fragoso algumas das posturas, descritas em outras partes deste trabalho e agora se apoiando em Ciro Flamarion, caracterizadas como pertencendo ao “paradigma pós-moderno”. Esclarecendo, segundo Cardoso, este paradigma seria, reforçando, a antítese de outra postura definida por ele para os estudos históricos: “o paradigma iluminista” ou “moderno”, que se encontra hoje constrangido por certas inovações teóricas de algumas posturas oriundas, resumindo, de estudos relacionados às áreas próximas da Nova História francesa.

Cardoso esclarece também que o “fazer” História deste último paradigma inscreve-se nas tentativas de se entender de forma racional a realidade. Por sua vez, as tendências historiográficas que mais se destacaram nesta empreitada foram, precisamente, as duas mais criticadas por Fragoso e Manolo em 97: os *Annales*, antes da Nova História, e o marxismo. Flamarion, apesar de algumas diferenças, identifica muitos entrecortes entre estas duas correntes historiográficas; destacando aquelas entendidas como imprescindível à produção de uma síntese global capaz de dar conta de esclarecer os nexos entre, 1, os mais relevantes aspectos estruturantes, causais, da sociedade enquanto totalidade e, 2, as particularidades mais marcantes dos diferentes níveis de seu desenvolvimento.

Das várias críticas mencionadas nos textos de 1997 e 2002, uma das mais importantes é a direcionada ao estruturalismo econômico. Ainda que os dois utilizem-se do

¹⁰⁹V. CARDOSO, C. F. S. “Introdução – História e paradigmas rivais.” In: CARDOSO, C. F. S. & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Também em: CARDOSO, C. F. S. “Epistemologia pós-moderna e conhecimento: visão de um historiador.” (Capítulo 4, pp. 73 – 94). In: *Idem*. *Um Historiador fala de Teoria e Metodologia: Ensaios*. Bauru: Edusc, 2005.

vocábulo “estrutura”, no entanto, trata-se de um estruturalismo semelhante ao praticado por aquilo que na historiografia denominou-se de “história das mentalidades”, ligada sobretudo à chamada 3ª geração dos *Annales* e que dialoga profundamente com o estruturalismo da antropologia cultural de Claude Lévi-Strauss etc. Em autores como Fragoso e Florentino, é muito curioso notar que partem de expressões e termos típicos do marxismo para depois, em certa medida, desqualificá-los. Vejamos, por exemplo, o que disse a respeito Stuart Schwartz:

“O ataque tem partido tanto de historiadores que ainda veem os tradicionais temas marxistas de estrutura econômica e suas relações com a organização da sociedade como os mais apropriados objetos de análise, como também de uma nova geração de estudiosos mais interessados nas atitudes e ideias que se formaram em meio a estas estruturas e relações que no fenômeno propriamente dito... Em duas obras com temas correlatos, escritas ou co-escritas por João Fragoso, argumenta-se que a tradicional visão da natureza exportadora da economia brasileira e da predominância da classe dos fazendeiros constitui um erro ou, ao menos, um problema de peso e importância. Fragoso, em suas críticas, mantém a estrutura econômica e suas manifestações – o modo de produção – como o tema de estudo por excelência.”¹¹⁰

E aí, para ficar bem claro, não falam, Fragoso e Manolo, de uma “história global”, das estruturas orgânicas das sociedades que, em conjunto, reúnem seus elementos socioeconômicos; e sim, como entendem, de uma “história total”, onde o procedimento desta concentra-se em conceber a história econômica a partir de visões vindas principalmente dos aspectos culturais. “Total” justamente porque seria a cultura, segundo eles e a antropologia culturalista, o elemento abrangente que preside e contém todas as ações e particularidades humanas; tal como o faz o paradigma historiográfico da pós-modernidade ou oriundo dela.

Um determinismo estruturalista, incidido de uma postura economicista demasiadamente unilateral no que diz respeito às relações de causa e efeito na explicação dos fenômenos históricos, tenha levado a História, talvez, a incorrer em muitos equívocos. Todavia, não será com a negação da capacidade, inerente ao homem, de racionalizar seus procedimentos na busca de soluções para os principais problemas que assolam a humanidade, que esses equívocos serão sanados; ou seja, não será simplesmente substituindo este determinismo (criticado hoje também por muitos marxistas) por uma concepção simbólica da realidade que se conseguirá modificá-la. Coerente, mais uma vez, à postura epistemológica desta dissertação, aqui se defende que a própria ideia de modernidade, presente em determinadas correntes historiográficas, pode dar conta de resolver seus problemas teóricos e metodológicos.

Ratificando o afirmado mais acima, não se pode asseverar cabalmente que João

¹¹⁰SCHWARTZ, Stuart. “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva.” Campinas: Economia e Sociedade (13): 129-153, dez. 1999, p. 129.

Fragoso e Manolo Florentino sejam intelectuais pós-modernos; no entanto, acrescentando às suas posturas metodológicas as críticas, por eles assumidas, à historiografia denominada por Ciro Flamarion de “paradigma iluminista”, pode-se, pelo menos, defender que em muitos aspectos estes historiadores cederam, conscientes ou não (e isso, a princípio, não importa muito), aos “encantos” do discurso pós-moderno. Uma das expressões desta “concessão” é exatamente o tema que agora se está criticando neste capítulo, a declaração de que a história econômica estaria agonizando. Declaração “apocalíptica” calcada em uma interpretação muito particular de dados que na verdade demonstram, primeiramente, que de fato o economicismo estava caindo em desgraça; contudo, em segundo lugar, de que a história econômica também estava, naquele momento, começando a entrar em uma “rivalidade” contra as muitas áreas que surgiram com a multiplicação ou diluição de temas que a História conheceu nas últimas décadas.

Portanto, a partir do apoio teórico de Ciro Flamarion, interpretou-se como Fragoso e Florentino traçaram os “percalços” da disciplina que lhes forneceu o título para o Capítulo I de O Domínio da História. Tentaram demonstrar, principalmente, que a historiografia marxista e a dos *Annales* de Bloch, Febvre e Braudel, apesar de terem contribuído para a formação da história econômica, também colaboram para o seu desgaste. Dentre outras coisas, a insistência dessa historiografia da longa duração generalizadora – com “tendências abstratas” – em uma história estrutural, que tem como base o “determinismo” econômico sobre, por exemplo, as manifestações culturais, teria feito da história econômica um “monstro invertebrado”, incapaz de dar voz aos homens e mulheres verdadeiramente de carne e osso, que vivem em mundos menores, primeiro, para compor mundo maiores, depois.

O texto de 97 – uma coleção de críticas a uma historiografia acusada de determinista –, e sua impactante declaração, chocou a quem o leu ou dele soube notícias. Polêmicas e perplexidades a parte, o fato é que, se se fizer uma análise das décadas de 70, 80 e 90 do século passado, poderá se verificar, por parte da maioria dos historiadores deste período, uma tendência decrescente na utilização de certos modelos teóricos oriundos da história econômica mais “tradicional”.

Determinados procedimentos teóricos e metodológicos formulados no avançar do pós-45 e utilizados por muitos pesquisadores que, de uma maneira ou de outra, estavam diretamente ligados à história econômica, fossem historiadores ou economistas, de fato apresentavam algum desconforto a um grupo cada vez maior de novos historiadores que emergiam, com certo prestígio, em suas academias a partir, no mínimo, da década de 70 do

século passado.

Hobsbawm, em texto de 1980, produzido para uma palestra sobre o economista Alfred Marshall¹¹¹, dentre outras coisas, assegura que os estudos de história econômica feitos por economistas, nas décadas posteriores à 2ª Guerra Mundial, afastaram-se, com sua arrogância matemática, de uma história concreta, aquela vivida pelos homens.

Preocupada com métodos cada vez mais sofisticados, dentro desta arrogância matemática, que produziu hegemonia àqueles que a dominavam, a história econômica feita por economistas procurou no passado um comportamento econômico esvaziado de conteúdo social. Esta altivez da teoria pura, presente sobretudo na *nova história econômica* anglo-saxã – uma retrospectiva neoclássica –, com as “contrafactualidades” da cliometria, por exemplo, afastou a história econômica feita por determinados economistas (preeminentes também muito em função das bem sucedidas economias de seus países) tanto da história da sociedade quanto dos departamentos de história. Mas Hobsbawm, igualmente, procurou mostrar que esta perspectiva historiográfica, de economistas alojados em suas zonas de conforto, se vê surpreendida, de quando em vez, pelo real desenrolar da história humana; foi o que ocorrera, por exemplo, no início dos anos 30 e que estava acontecendo naquele início dos anos 80 do século XX.

Estática, e portanto incapaz de dar conta da mudança histórica, a teoria pura aplicada à disciplina, desprovida das considerações sociais típicas dos estudos históricos, teve dificuldades para sobreviver plenamente em seus momentos de crise; pior do que isso, inábil para olhar para frente no horizonte.

No capítulo seguinte a este texto de 80¹¹², Hobsbawm continua a estabelecer, criticamente, a relação entre os dois profissionais que se debruçam sobre a história econômica; e afirma ser “plausível que os economistas possam concordar quanto ao valor da história para a sua disciplina, mas não que os historiadores concordem quanto ao valor da economia para a sua”¹¹³. Em resumo, tal discrepância de “valor” apontada por Hobsbawm se daria pelas formas que as duas disciplinas elegem e operam seus objetos de estudo. A Economia se restringe àquilo que os economistas concebem como “fato econômico”, e aí, estes economistas, sentem certa dificuldade não só de entender o que não consideram enquanto tal, bem como rejeitam muitas das possibilidades de interação entre o que não entendem e o que percebem como sendo o “fato econômico”, escolhido na qualidade de

¹¹¹HOBBSAWM, Eric. “7. Historiadores e economistas I”. In: Idem. *Sobre História*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998, pp. 106-121.

¹¹²Idem. “8. Historiadores e economistas II”. In: *ibidem*, pp. 122-137.

¹¹³Idem, *ibidem*, p. 122.

objeto por excelência dos estudos econômicos. Já a História não pode se dar ao luxo de desprezar determinados aspectos quando estuda outros. Segundo Hobsbawm, os historiadores não podem, decididamente, excluir nenhum aspecto da vida humana; ainda que, de vez em quando, optem por estarem mais atentos a alguns em detrimento de outros; “porém, basicamente, toda a história aspira àquilo que os franceses chamam de ‘história total’.”¹¹⁴

Para Hobsbawm, boa parte dos economistas – pelos menos os que se enclausuraram nas tendências econométricas anglo-saxãs, ou próximas a elas – tende a isolar os ditos “fatos econômicos” a pressupostos restritos ao que foi o desenvolvimento capitalista ocidental, moderno e contemporâneo. Ao fazerem isso, podem estar renunciando, talvez, a uma possibilidade bem sucedida de entender como se daria os desenvolvimentos econômicos das sociedades; já que as atuais, capitalistas ou industrializadas, obviamente saíram de patamares, para se usar uma expressão cara a Frago e Manolo, “arcaicos”. Nestas sociedades, no momento da transição de suas estruturas não capitalistas para as capitalistas, uma “combinação” de diferentes procedimentos socioeconômicos produziu, por exemplo, algo novo, ainda mais diferente: a sociedade burguesa.

Consequentemente, se estas combinações de fato existiram – e que os estudos dos fatos econômicos isolados, principalmente os restritos à sociedade contemporânea, não dão conta de conceber –, Hobsbawm afirma ser interessante se considerar uma teoria do desenvolvimento que envolvesse diferentes modelos explicativos¹¹⁵, e assim sermos capazes de combinar sistemas econômicos também diferentes; os resíduos daquele que é substituído combina-se às novidades do que está chegando.

Hobsbawm está entre aqueles que não abrem mão de ter um projeto de futuro, por isso o que propõe é o oposto dos estudos que isolam em um único modelo o funcionamento da economia das sociedades. Todavia, para Hobsbawm, em se tratando da história das sociedades ocidentais modernas, não importaria muito a “mistura” em si, e sim o entendimento final de seu resultado; que, repetindo, foi a formação de uma sociedade capitalista. “Tampouco importa para o nosso objetivo se classificamos tais combinações como uma mistura de dois sistemas econômicos ou como uma versão completa de um só sistema”¹¹⁶.

Depois destas palavras de Hobsbawm, retorna-se agora a Frago e Florentino quando estes abrem a conclusão de seu texto, que está sendo comentado, perguntando-se

¹¹⁴ *Idem, ibidem.*

¹¹⁵ Como o fez, e muito bem, segundo Hobsbawm, a antropologia econômica derivada ou de Chayanov, e seus estudos acerca de “modo de produção doméstico”, ou do substantivismo de Polanyi.

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 135.

quais seriam as perspectivas futuras para a história econômica no Brasil. A princípio, retornar às bases da moderna historiografia econômica nacional de 1930 a 70: Caio Prado, Simonsen, Furtado, Novais, Ciro Flamarion e Gorender – apesar das divergências, estes seriam os pioneiros em pensar o Brasil.

“Talvez tenha chegado o momento de finalizar nos indagando acerca das perspectivas futuras da história econômica no Brasil. Aprender o problema deste modo implica retornar a trabalhos — alguns deles pioneiros no “pensar o Brasil” — que construíram as bases da moderna historiografia econômica nacional. Desde a década de 1930 até a de 1970, Caio Prado, Simonsen, Furtado, Novais, Ciro Flamarion Cardoso e Gorender buscaram montar quadros explicativos que dessem conta da sociedade e economia coloniais, apontando inclusive para os condicionantes estruturais futuros. Em que pese, por vezes, as profundas divergências teóricas e diferenciados graus de embasamento empírico de suas obras, esses autores nos legaram abordagens que primavam pela tentativa de entender sobretudo a história brasileira como uma totalidade.”¹¹⁷

Com seus quadros explicativos sobre a sociedade e economia colônias – ainda que não tenham, a princípio, criado “escolas historiográficas” –, e também apontando perspectivas para o futuro, deram uma ideia de totalidade acerca de nosso país. “Tal perspectiva, acreditamos, não deve ser perdida, sob pena de, nas palavras de Le Goff, construir uma história em fatias (*‘a pior das histórias’*)”¹¹⁸.

Esses intelectuais (nem todos eram historiadores) estavam preocupados em entender, em um país que se industrializava e se urbanizava, o porquê de determinados atrasos estruturais socioeconômicos (“estruturas agrárias arcaicas, forte desigualdade na distribuição da riqueza, etc.”¹¹⁹), na expectativa de interferir neste processo para o futuro. Na procura desta compreensão, a história econômica por eles produzida travou um intenso diálogo com sociologias weberianas e marxistas, dando um golpe no “factualismo” que ainda era muito forte.

Fragoso e Florentino também lembram que nos anos 60 (séc. XX), contudo, não só a sociologia, mas também a economia travara um intenso contato com a história. Não se abandona as temáticas da década anterior; no entanto, novas preocupações surgem em um contexto de ditadura militar, “o foco da reflexão passou a ser constituído pela gênese da industrialização e seus desdobramentos”.¹²⁰ Portanto, reiterando, para estes intelectuais o que estava em jogo era como aconteceu a nossa industrialização, bem como suas consequências. Apesar disso, tal como acontecera a nível internacional, houve uma especialização da história

¹¹⁷ FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo. “Para que serve a história econômica?...” *Op. Cit.*, p. 37.

¹¹⁸ *Idem, ibidem.*

¹¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 38.

¹²⁰ *Idem, ibidem.*

econômica entre esses novos “economistas-historiadores”; contudo, um tanto quanto diferente do que ocorrera entre os membros da escola anglo-saxã. No Brasil não houve, com essa especialização, a separação entre a história econômica e os departamentos de História. “Talvez por isso não tenhamos conhecido o desenvolvimento de algo semelhante à *New Economic History*.”¹²¹ Parece ter existido entre os economistas brasileiros, que dialogam com temas históricos, certa consciência de que sua disciplina tem limites no que tange a complexidade dos processos históricos.

Constatado a fecunda proliferação de trabalhos nascidos nesse contexto, pode-se, segundo a recomendação de Fragozo e Florentino, reavaliar os estudos históricos e econômicos acerca da formação do Brasil, surgidos desde a década de 1930.

A partir dessa reavaliação, a perspectiva Fragozo/Manolo, para a historiografia econômica, concentra-se em nos nortear na direção de como deve ser definida a metodologia para se retornar aos estudos coloniais no Brasil; porém, advertindo, com muita autoridade – afinal fizeram esse percurso inúmeras vezes –, ser necessário levar em conta, neste retorno, uma estratégia de “acareação” entre história e antropologia como fundamental para se discutir a natureza do mercado, o papel das hierarquias (que logicamente interfere neste mercado) e a produção (e reprodução) social das desigualdades. Na verdade, trata-se de uma espécie de investigação, revisionista, do que os historiadores, até então, produziram sobre o passado colonial. E sendo assim, não poderia ficar de fora – como excelente ilustração – uma das mais famosas certezas teóricas desta dupla de historiadores do ART, também presente, como era de se esperar, no texto de 97. Mais uma vez o comportamento cultural presente em nossa sociedade colonial, oriundo das mais remotas tradições lusitanas, é apontado como responsável por nosso fracasso econômico, pois que pertence a um projeto social “arcaico”, de um antigo regime dos mais “retrógados”.

“Dois exemplos podem ilustrar o que vimos dizendo. Se nos detemos nas formas de reprodução da hierarquia socioeconômica do Rio de Janeiro na passagem do século XVIII para o seguinte, nos defrontamos com um movimento aparentemente paradoxal. Parte expressiva da elite empresarial mercantil, após duas gerações de contínua acumulação no mercado, tende a abandonar os seus negócios, passando a investir em atividades rurais rentistas, em geral bem menos lucrativas do que o comércio. A inteligibilidade de tal passagem somente pode ser apreendida quando consideramos que estes agentes vivem em uma sociedade onde a ascensão social liga-se fundamentalmente à aquisição de terras e cativos – *i.e.*, de bens que em última instância se referem ao prestígio. Observe-se que este movimento, ao gerar *plantations*, recria a própria economia escravista.

“Um segundo exemplo nos é dado pela comparação dos preços de cativos aparentados com os de escravos não aparentados nos inventários post-mortem do meio rural fluminense entre 1790 e 1830. Observa-se que o simples fato de estar

¹²¹ *Idem, ibidem.*

ligado a redes parentais de primeiro grau podia implicar a esterilização, pelo mercado, de parcela substancial do valor de cada um dos parentes escravos. A envergadura de tal esterilização, porém, variava de acordo com a idade e, como tal, uma criança aparentada de 0 a 14 anos podia custar entre menos 1/3 e menos 2/3 do que escravos solitários de sua faixa etária, ao mesmo tempo em que parentes adultos (de 15 a 40 anos) podiam valer de -10% a +8% que seus pares etários não-aparentados. Percebe-se, assim, que no processo de formação de preços dos cativos e do próprio cálculo econômico senhorial interferiam não apenas as variáveis comumente indicadas pela historiografia (sexo, idade, estado físico, especialização profissional etc.), mas também aquelas relações sociais — no caso, o parentesco de primeiro grau — que contribuíam para o arrefecimento dos graus de tensão no interior da comunidade escrava, alargando as possibilidades sociais de vida no cativeiro também.”¹²²

O primeiro exemplo teórico, de um “arcaísmo” como projeto, ilustraria o arquétipo de uma nova postura para se contemplar, com a história econômica, o passado colonial; isto é, cotejando as relações socioeconômicas do passado brasileiro às tradições culturais mais antigas e enraizadas em solo lusitano, poder-se-ia demonstrar, dentre outras coisas, que “a economia do prestígio” superava, em um padrão de Antigo Regime, a do capital. Portanto, seria, para os autores, uma clara evidência de que a reprodução econômica de nossa estrutura colonial, por antiga ou “arcaica”, não foi capaz de contribuir, como atesta parte da historiografia “tradicional” brasileira, para a formação do que se constitui como o “novo” na sociedade europeia: o capitalismo; não houve acumulação primitiva de capitais na Europa que tivesse sido constituída, em larga medida, por contribuições do sobretrabalho aqui extraído de nossas *plantations*.

Já o segundo exemplo – ou proposta –, não diferencia muito do primeiro; na verdade, trabalha com a mesma lógica: a de que relações não econômicas propriamente ditas (no caso, as de parentesco) interfeririam em questões como a dos preços dos cativos; tendo em vista que relações consanguíneas diretas, ou seja, de primeiro grau, segundo os autores, eram a variante que indiretamente interferiam, para cima, nos preços dos cativos no mercado local de escravos (“esterilizando-os” dos “vermes” da depreciação monetária, supõe-se), já que eram capazes, primeiramente, de selar “a paz nas senzalas”.

Finalizando os primeiros comentários deste primeiro texto analisado, tem-se o diagnóstico conclusivo dos autores para “a assustadora retração da história econômica”¹²³: esta retração teria sido resultado dos exageros de um economicismo determinante, desprovido de história. A despeito da pertinência da afirmação, defende-se aqui, pela perspectiva desta dissertação, que os autores planejam dizer que a história econômica precisa se reinventar segundo a “receita” que propõem para a historiografia de um modo geral: no mínimo o

¹²² *Idem, ibidem*, p. 39 (grifo nosso).

¹²³ *Idem, ibidem*, p. 40.

predomínio da utilização da antropologia cultural. Não se poderia, a partir deste conselho teórico, portanto, renunciar a este tipo de conhecimento, sob o risco de se estar contribuindo para uma história desprovida de sua “coluna vertebral” (aquele aspecto capaz de articular, sob a batuta da cultura, todos os *approaches* de uma história total), sem traços, caráter ou estrutura definida; logo, algo incharacterístico, que precisa ser evitado, ou seja, um indesejável “monstro disforme” em que se transformou a história econômica, sobretudo a de viés marxista – visto que a dos *Annales* pelo menos ainda se salvaria a seriação.

2.2. E a “Agonia” continua

O segundo texto analisado, o de 2002, parece completar o primeiro. Ele segue o mesmo raciocínio básico do de 97, a defesa de um juízo em que, no mínimo, a história econômica: 1 – precisa fazer recortes tempo-espaciais menores; e 2 – precisa também estar em intenso diálogo com a antropologia cultural. Tudo isso para que se evitem os erros “invertibrados” de marxistas e *Annales* das primeiras gerações. Talvez um pouco mais cauteloso – é verdade –, mas não abrindo mão da “agonia” anunciada na década de 90, Fragoso pergunta-se “Para que serve a História Econômica?” E esclarece que ela pode elucidar a história da exclusão social no país.

“O presente artigo, grosso modo, divide-se em duas partes. A primeira faz um rápido balanço da recente pesquisa em história econômica. A segunda parte dos índices de concentração de renda em 1999 para discutir a recorrência desse fenômeno na história brasileira. Principalmente, sugiro a hipótese de que, ao longo da história da sociedade brasileira, observou-se a contínua criação e recriação de mecanismos que se traduziram na exclusão social. Considero, portanto, que em meio aos séculos de escravidão, a América portuguesa presenciou diferentes cenários de hierarquias sociais e formas econômicas e que, apesar disso, a concentração de renda persistiu. Nessa altura do texto, procuro caracterizar tais cenários e ‘especular’ sobre a contínua recriação da exclusão.”¹²⁴

Concentração de renda e exclusão social; estes são os pontos nevrálgicos dos primeiros parágrafos do artigo de Fragoso, que ele introduz apresentando as suas duas partes constitutivas; a 1ª é um balanço da história econômica; e a 2ª, a partir de índices de concentração de renda em 1999, trata de uma discussão sobre a recorrência deste fenômeno no Brasil, ou seja, a criação e recriação dos mecanismos de exclusão social: “Principalmente, sugiro a hipótese de que, ao longo da história da sociedade brasileira, observou-se a contínua

¹²⁴ *Idem*, “Para que serve a história econômica?...” *Op. cit.*, p. 4.

criação e recriação de mecanismos que se traduzem na *exclusão social*.¹²⁵

Com o título “a história econômica nos últimos anos: um rápido balanço”¹²⁶, ele inicia, portanto, essa primeira parte de seu artigo, como descrito mais acima, revendo os problemas que levaram ao “suplício” sua disciplina. Do texto de 1997, o da “agonia”, para este de 2002, continua com a crítica sobre a historiografia do paradigma moderno (o marxismo e o *Annales* até 1968); contudo, procura relativizar um pouco o tal “sofrimento”:

“Há quase dez anos, eu e Manolo Florentino produzimos um texto sobre o ‘estado das artes’ da história econômica nacional e internacional (Fragoso e Florentino, 1997: 27-43). Na época, apresentamos um balanço bastante cético sobre os destinos das pesquisas neste campo. A crítica avassaladora, e algumas vezes injusta, feita à história serial francesa, os modismos da historiografia brasileira e, com eles, a redução brutal do número de investigações econômicas feitas nas pós-graduações nos levaram àquele pessimismo. Passados alguns anos, a minha avaliação mudou um pouco.”

Feita a recuperação, em resumo, do que fora escrito em 1997 acerca da crítica historiográfica aos estudos não “vertebrados” e “agonizantes”, e depois de um breve comentário, não muito original, de que a redemocratização brasileira, da década de 80 do século passado, não foi capaz de sanar o passivo econômico-social devido às classes mais pobres – e isso sem fazer nenhuma menção ao neoliberalismo –, Fragoso desenvolve uma hipótese importante para que possa elucidar suas observações sobre as desigualdades (sabendo-se que o Brasil não é um país pobre e sim de pobres): “a elite” brasileira é uma das mais ricas do mundo porque sabe fazer a manutenção de seu padrão de acumulação defendendo-o das intempéries econômicas internacionais. Fragoso, assim como fê-lo para o período colonial, retira do capitalismo internacional sua parcela de participação na construção das práticas de exploração que geram concentração de renda em nosso país – e é por isso, é óbvio, que para o caso atual, especificamente as décadas de 80 e 90 do séc. XX, não cita, por exemplo, o neoliberalismo.

Ele isola, como as únicas responsáveis, as causas endógenas desta acumulação; como se fosse responsabilidade exclusiva de nossas “elites”. Não se quer, em hipótese alguma, contemporizar tais grupos; contudo, esta dissertação trabalha com suposições diferentes das de Fragoso. Para este trabalho de pesquisa, acredita-se que as classes no Brasil ligadas diretamente ao grande capital sigam, para a manutenção de suas taxas de lucro, os padrões políticos e estratégicos adotados pelos seus pares a nível internacional e, sobretudo, dos países mais ricos nas décadas de 80 e 90. Está se falando, resumidamente, do neoliberalismo, que,

¹²⁵ *Idem, ibidem.*

¹²⁶ *Idem, ibidem.*

adotado nesses países, também chegou por aqui nos governos Collor e FHC. Com suas privatizações, típicas da estratégia global de enfraquecimento do Estado, somadas à desregulamentação da legislação trabalhista, levaram à fragilização das classes trabalhadoras, principalmente pelo aumento das taxas de desemprego. Portanto, em tal quadro conjuntural, não é de se espantar que a acumulação de capitais se potencializasse. Dentro deste raciocínio, a perspectiva, repetindo, é a de não isolar nenhum dos dois aspectos gerais causais desta acumulação; ou seja, suas razões exógenas e endógenas, em resumo, neoliberalismo e burguesia brasileira – ou “as elites” de Fragoso –, respectivamente.

Fragoso perpetra um grande esforço para criar uma teoria “original” contra a tradição teórica marxista, que se pode resumir na seguinte frase: “a concentração da riqueza e a miséria não são, simplesmente, fenômenos do capitalismo ou por ele não resolvidos.”¹²⁷ Marx já tinha dito coisa semelhante, de que a classe burguesa, após o feudalismo, não inventa a exploração, a coloca em outros patamares sociais e econômicos, etc. Contudo, são sim o capitalismo e a burguesia os protagonistas do atual estágio da exploração das classes proprietárias dos meios de produção sobre as classes populares. E quanto à origem histórica da versão brasileira deste atual estágio, Fragoso continua: “Da mesma maneira, eles [a concentração da riqueza e a miséria] não resultam de um passado que poderia, equivocadamente, ser resumido no binômio senhor e escravo.”¹²⁸

Talvez resumir tais fenômenos a esse binômio, de fato, seja uma postura exagerada. Todavia, ali também se encontrava um dos principais germes desta desigualdade que ele, Fragoso, em seu artigo, pretende esclarecer. E ademais, quem disse isso de forma tão categórica, de que a história das desigualdades no Brasil foi o resultado, exclusivo, de um passado escravista? Alguém teria esta coragem de resumir, limitar, circunscrever ou restringir, nos quinhentos anos de nossa existência, o atual quadro de pobreza e concentração de renda neste país unicamente à história da luta-de-classes entre escravos e seus proprietários? Caso existam, não é o que este trabalho defende. E mais: se Fragoso está correto, ou seja, se não foi o capitalismo e nem a escravidão os responsáveis pela concentração de renda e exclusão socioeconômica, quem foi? Segundo ele, as nossas “elites”; atuando em ambientes por elas configurados, ao longo do tempo, em suas diferentes formas de acumulação. “Sendo mais preciso, *do século XVI ao século XX, a concentração de rendas e a miséria foram (re)criadas por diferentes relações sociais, econômicas e políticas.*”¹²⁹. Fragoso, pela sua inequívoca

¹²⁷ *Idem, ibidem*, p. 11.

¹²⁸ *Idem, ibidem*.

¹²⁹ *Idem, ibidem* – grifos do autor.

coerência, sempre retorna às mesmas causas. Redimensiona para os dias atuais sua análise antropológica-cultural sobre as raízes “arcaicas”, lusitanas e do pior dos antigos regimes da história da formação de nosso mundo colonial, concentrador de recursos econômicos e excludente socialmente.

Relativizada, no mínimo, a importância da noção do binômio senhor/escravo para o período colonial, Fragoso parte para o que de fato, ao que parece, cativou-lhe a curiosidade investigativa no artigo de 2002: “a contínua criação e recriação da exclusão social ao longo da história brasileira.”¹³⁰ No período de 1500 a 1822, pelo menos, o Brasil teria visto diversos panoramas sociais e, portanto, diferentes formas de acumulação empreendidas por suas também diferentes “elites” no tempo. Em síntese, nestas distintas paisagens históricas, o comando político, por suas “elites”, das sociedades que existiram neste recorte cronológico, foi a base dos mecanismos de construção de hegemonia social, tornando-se, desta maneira, a fonte por excelência da acumulação e sua consequente exclusão social.

Fragoso percebeu um intenso crescimento no Brasil, notadamente nos anos finais da 2ª metade do XIX, de suas atividades financeiras (bancos, apólices, seguros, créditos, ações, títulos da dívida pública etc.). Levando em consideração as intrincadas relações que existiam, naquele contexto, entre setor público e privado, estas atividades teriam sido controladas ou por suas “elites” ou pelo Estado. Obviamente que este crescimento das finanças desviava recursos de setores produtivos, como o agrícola, por exemplo, relativizando, para Fragoso, antigas teorias, que demarcavam o Brasil daquele período como quase exclusivamente um país agrário-exportador. Todavia, este grau acentuado das atividades financeiras, cuja fonte era o comércio e a usura, longe estava de enquadrar nosso país em uma postura modernizadora – afinal, a estrutura ainda era escravista –; pois mantinha-o preso a formas pré-capitalistas, onde a “acumulação primitiva de capitais” não se convertia, como aconteceu em outros países de economia mais avançada, em indústrias.

“... é importante notar que parte da nova elite saiu dos velhos negociantes de grosso trato. Isto é, apesar de muitas daquelas famílias ‘setecentistas’ terem abandonado a vida empresarial urbana para se converter em barões do café, outras permaneceram nos altos negócios do país.

A conclusão é que algumas famílias de negociantes ‘setecentistas’ que permaneceram na elite empresarial da Corte, em uma ou mais gerações, foram capazes de entender as mudanças dos ventos nas economias brasileira e internacional e, com isso contribuíram para tais modificações.”¹³¹

Partindo do Rio como exemplo e apoiando-se em outro texto de 2002, “A nobreza da

¹³⁰ *Idem, ibidem*, p. 12.

¹³¹ *Idem, ibidem*, p. 18

República”¹³², Fragoso descreve rapidamente a tese que o vem acompanhando em inúmeros trabalhos desde pelo menos *Homens de Grossa Aventura*, cuja forma mais apurada encontra-se em O Arcaísmo Como Projeto: uma “elite” colonial da América Portuguesa, uma *nobreza da terra*, que, a despeito de não possuir os títulos nobiliárquicos europeus, viviam como nobres, já que possuíam terras, conquistadas aos gentios, nossos “bárbaros”, e homens que, com seus braços, prestavam-lhes serviços compulsórios, os escravos. Esta “nobreza” reproduziria aqui, nos trópicos, os padrões culturais da tradição de antigo regime do reino; mas para isso, era necessário, dentro de expedientes de reciprocidade existentes originalmente em Portugal, típicos daqueles descritos, por exemplo, por Marcel Mauss em Ensaio Sobre a Dádiva¹³³, o controle das concessões de mercês e privilégios políticos; e assim dominar cargos de comando, dentre eles as câmaras municipais das vilas da colônia.

No século XIX, a acumulação/exclusão persistiria. Fragoso, todavia, percebe alguma flexibilidade nas relações hierárquicas socioeconômicas que, ao contrário do que se poderia imaginar, não produziu uma melhor redistribuição de renda. Essa “maior” flexibilidade no movimento da ordenação hierárquica, na verdade, comprovaria a lógica de exclusão social. Era na utilização dos mecanismos de exclusão que se poderia ascender; e não, ao contrário, confrontando-os. Tudo isso demonstraria, a partir do levantado por Fragoso, que quando um indivíduo qualquer partia de um extrato inferior e alcançava algum acima, passando a acumular mais proventos do que antes poderia fazê-lo, acabava contribuindo para a reprodução destes mecanismos de exclusão. Para validar este raciocínio, ele usa o exemplo do que era o principal elemento de exclusão social, a escravidão. “Uma das particularidades da escravidão brasileira diante, por exemplo, da ocorrida ao Sul dos Estados Unidos foi a ‘continua’ prática de alforria”¹³⁴. Fragoso informa que muitos desses alforriados passaram também a ser proprietários de escravos. Tudo isso, por parte de Fragoso, para mostrar que negros e pardos, quando escravos ou libertos, participam de uma mesma cultura da exclusão, diminuindo consideravelmente para ele, por exemplo, o alcance do conceito de “luta de classes”.

Fechando seu argumento, Fragoso dá um salto cronológico e vai parar no século XX: “em particular no pós-guerra, o contínuo crescimento da economia pôde sustentar a crença, implícita nos estratos pobres da população brasileira, de que todos e cada um poderiam se

¹³²FRAGOSO, João. A nobreza da República; notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro. Topoi. Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ/7 Letras, n. 1, 2000.

¹³³MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: Sociologia e Antropologia, São Paulo, Epu/Edusp, v. 2, 1994.

¹³⁴FRAGOSO, J. L. R. “Para que serve a história econômica?...” *Op. cit.* p. 20.

beneficiar com a expansão do capitalismo (Reis, 1998: 221).¹³⁵ Dá a entender, por conseguinte, que os excluídos têm sua parcela de culpa nesta exclusão; haja vista compartilharem da mesma cultura que alimenta a manutenção dos mecanismos de acumulação das “elites” – e que todos almejam.

Marx e Engels¹³⁶, por exemplo, já afirmaram que determinadas classes dominantes conseguem transformar suas ideais em universais, etc.; mas não é esta a perspectiva de Fragoso. É como se existisse uma espécie de “pacto oculto”, um “compromisso” de todos com a desigualdade. E para aqueles que não conseguem compartilhar efetivamente dos ganhos desta desigualdade, a vida seria um “pesadelo”. Mas é um fenômeno histórico, “Afinal, um dos elementos fundadores da sociedade colonial foi a exclusão da maior parte da população da riqueza social em formação.”¹³⁷

É um fato. A exclusão persiste no Brasil desde sua formação – independente das mudanças históricas (contudo, na perspectiva desta pesquisa, não pelas razões apresentada por Fragoso, que podem ser resumidas em uma “cultura da exclusão”, alimentada pelo sentimento, compartilhado por muitos, de se “aristocratizar”). Mas qual seria, para esse autor, o papel do historiador depois de constatado este “pesadelo”? Estudar econômica e culturalmente os mecanismos históricos da acumulação, ou seja, os mecanismos que dão origem à exclusão social. Pelo intermédio, por exemplo, de séries conjunturais econômicas, ver a atuação das “elites”, que agem segundo determinados padrões culturais. Para essas “elites”, a riqueza econômica é um instrumento para se manter ou alcançar este padrão, relacionado a coisas como *status* e prestígio.

O momento histórico, desde pelo menos a década de 80 do século passado, parece ser avesso às análises críticas a partir de aspectos socioeconômicos; as racionalidades das metalinguagens estão *démodés*. E Fragoso, mesmo estabelecendo em seus estudos inúmeras tabelas e gráficos, em certa medida também acompanha este traço cultural do atual contexto, pois, segundo ele, sobre nossa história de acumulação de riqueza por poucos e a consequente exclusão de muitos em relação a esta riqueza, “sabe-se que as hierarquias de fortunas eram formadas por diferentes grupos de pessoas, portadoras de estratégias de sobrevivência e culturas próprias.”¹³⁸ Portanto, o entendimento de como se deu e se dá, historicamente, esta acumulação/exclusão no Brasil, dentro desta perspectiva de Fragoso, encontra-se, a princípio, naquilo que tem orientado a conduta estratégica das várias “elites” (compartilhado pelas

¹³⁵ *Idem, ibidem*, p. 22.

¹³⁶ V. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boi Tempo, 2007, pelo menos na p. 62.

¹³⁷ FRAGOSO, J. L. R. “Para que serve a história econômica?...” *Op. cit.*, p. 22.

¹³⁸ *Idem, ibidem*.

classes “subalternas”), através dos diferentes momentos históricos nacionais: a insistente reiteração do compromisso – como um “projeto” ou “pacto” – com a exclusão, que acompanha estas terras desde os tempos de América Portuguesa; seria a reprodução contemporânea do “arcaísmo” lusitano medieval-moderno¹³⁹ (e os dados socioeconômicos serviriam, no máximo, como ferramentas comprobatórias, desde que conduzidos pela mão do olhar cultural).

2.3. Considerações Finais sobre a “Agonia”

Considera-se aqui um equívoco as declarações feitas em 1997, por dois dos mais importantes historiadores do período colonial brasileiro, Manolo Florentino e João Fragoso, de que a história econômica estaria agonizando. Tratou-se, por parte destes historiadores, de uma escolha epistemológica; e quais seriam as suas motivações?

A década de 80 do séc. XX, como vem sendo defendido neste trabalho, é crucial para o entendimento do contexto ideológico desses intérpretes em especial. Considerados economicamente como “perdidos”, os anos 80 e 90 sobrepujaram crenças e espalharam desesperanças. No Brasil, uma tímida economia, com preços hiperinflacionados e desemprego alcançando taxas altíssimas, associada a sentimentos de frustração em relação à redemocratização, fragilizou ou aniquilou em alguns intelectuais de esquerda suas concepções críticas quanto às estruturas de exploração capitalista. E é justamente aí que se está afirmando nesta dissertação, insistentemente, o quanto foi crucial o papel exercido pela influência pós-moderna em alguns dos intelectuais presentes neste contexto. Fragoso e Manolo (incluindo Fátima Gouvêa e Fernando Bicalho), enquanto historiadores, fazem parte deste contexto intelectual específico das décadas de 80 e 90. De certa maneira, cederam a alguns pressupostos endossados pela historiografia do “paradigma pós-moderno” (como definiu Ciro Cardoso). Josep Fontana, cujas análises ajudaram em muito esta pesquisa, considerou alguns comportamentos de certos historiadores no final do séc. XX como que cedendo aos apelos culturalistas – e estas considerações, reproduzidas parcialmente abaixo, corroboram com os argumentos aqui levantados contra a “agonia” da história econômica defendida por Fragoso-

¹³⁹Fragoso ambiciona a explicar o Brasil em sua totalidade; pretensão idêntica, portanto, a de nomes como Caio Prado Jr., dentre outros. Contudo, não explicá-lo no “atacado”, e sim no “varejo”, em doses “homeopáticas”, por escalas micros no espaço/tempo – explicá-lo aos poucos. Começando pela colônia (de raízes “arcaicas” lusitanas) e, estando atento a cada um dos seus diferentes séculos, indo até a república; e isso a partir do mesmo critério, de uma metodologia que trata os fenômenos históricos no “varejo”; porém, olhando para uma “longa duração picotada”.

Manolo.

“El desconcierto de los historiadores se inició tras la crisis que vivió en los años setenta del siglo pasado la tradición de la historia económica y social, paralela al desencanto de las izquierdas tras el fracaso de los movimientos revolucionarios de 1968 y el agotamiento de las esperanzas puestas en el ‘socialismo realmente existente’. Abandonando el estudio de la sociedad y abominando del concepto de ‘clase’, pasaron a ocuparse fundamentalmente de la cultura como producto de la sociedad, que era un proyecto razonable, y acabaron dedicándose a ‘la construcción cultural de la realidad’. Incapaces de escapar de la cárcel de las palabras, se interesaron más en el estudio de los discursos que en el de los hechos. En sus libros no había hombres ni mujeres que trabajasen, comieran, o pasasen hambre, que nacieran o murieran... Los seres humanos se habían convertido en espectros y, con ello, había dejado de tener sentido su propia historia.”¹⁴⁰

Não é necessário afastar-se de preocupações que por décadas mobilizaram marxistas e *Annales* para que, supostamente, “salvemos” esta importante e pertinente área da historiografia que é a história econômica. De que valeria uma História que não se preocupe com o futuro (uma demanda típica do marxismo), dentro de prerrogativas sociais e humanísticas? A solução não se encontra somente em tendências teóricas que desqualificam as preocupações, por exemplo, do materialismo dialético, por acharem, em meio a muitas outras coisas, que a cultura é a determinante total da histórica social. Existem saídas, por exemplo, dentro do próprio marxismo – e é isso que fez, magistralmente, a história social e econômica de Eric Hobsbawm ou os nomes da antropologia econômica substantivista. O culturalismo, na Antropologia ou na História, hermética em símbolos “vertebralizantes”, como pregam Fragoso e Manolo, não esgota os argumentos capazes de revitalizar a história econômica; pois as históricas relações sociais da sobrevivência humana coletiva ainda são capazes de estarem no centro desta área do saber – a “escancarando” de dentro para fora. Percebe-se, deste modo, que a história econômica está muito viva ainda; e é isso que se procurou defender e demonstrar neste capítulo da dissertação.

Contudo, é necessário que se acrescente ainda, não se trata simplesmente, neste trabalho, de uma defesa intransigente da história econômica; até porque, apesar de se estar tratando de assuntos econômicos, a pesquisa enquadra-se na história social, e no seu interior verificaram-se determinadas relações, dentre outras, entre economia e cultura. Mesmo assim, dizer que a história econômica, no período entre 1929 e 2002, foi construindo as razões para sua “agonia”, é criar um problema aonde ele não existe. E isto para que os autores desta “agonia” pudessem criar uma estratégia que desqualificasse uma área do saber ou disciplina para evocar a qualidade, “regeneradora”, de seus métodos e técnicas de pesquisa histórica.

¹⁴⁰Fontana, Josep. “El Futuro de la Historia Económica”. In: Reflexões sobre a História Econômica Nº 1. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2012, p. 9.

Que é verdade que a partir de finais da década de 70 grupos de historiadores no mundo ocidental, estimulados por tendências da moda, vêm desqualificando a historiografia crítica muito praticada por marxista e *Annales* antes da Nova História, e quem acabou “pagando a conta” foi a história econômica, isso não se tem dúvida. Todavia, apesar da “diluição” dos temas históricos por outras subáreas, a história econômica não foi destruída ao ponto de desaparecer; caso a “agonia” de fato existisse e perdurasse. O que se tem de fato é uma tendência, ainda hoje persistindo, de procurar arranjos táticos que desqualifiquem as teorias que de um modo geral buscam criticar, por exemplo, as práticas econômicas do capitalismo mundial. Estes arranjos estão hoje presentes na cultura intelectual de alguns pensadores e profissionais acadêmicos das áreas das ciências humanas (isso para não se enveredar em outras disciplinas e áreas). Ou porque de fato identificam-se política e ideologicamente com o pensamento conservador; ou porque nele encontraram as estratégias de reconhecimento para suas carreiras, já que tal pensamento vem nos últimos anos ganhando prestígio.

2.4. As relações entre “Agonia”, ART, ASC e MPEC

Se se está tratando, nesta dissertação, acerca de quatro historiadores (Fragoso, Florentino, Gouvêa e Bicalho) concebidos como pertencendo a um grupo denominado de o Antigo Regime nos Trópicos – cujas razões já foram esclarecidas na Introdução –, por que se está trazendo uma discussão, empreendida por João Fragoso e Manolo Florentino, sobre uma possível crise de determinada historiografia percebida no avançar da segunda metade do XX?

Segundo estes dois autores que compõem o ART, foi a história econômica que teria entrado em crise, pois ficara presa a determinismos economicistas, que a tornaram incapaz de dar conta de entender as sociedades que procura estudar. Para os autores, duas “correntes historiográficas”, desta história econômica, seriam as que mais estiveram presas a tais determinismos: os *Annales* das primeiras gerações e, sobretudo, o marxismo.

“A incrementar este recuo, nos últimos 25 anos assistiram ao aparecimento de críticas cada vez mais contundentes ao tipo de reflexão em meio ao qual era produzida a história econômica. O que traduz, logicamente, em um questionamento mais e mais acentuado aos dois principais paradigmas explicativos sobre os quais se erigia a investigação histórica de ponta nas décadas de 1950 e 1960: a escola dos *Annales* e a historiografia marxista.”¹⁴¹

Como foi demonstrado, os autores defendem como válido para a história, enquanto

¹⁴¹FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”. *Op. cit.*, pp. 26 e 27.

disciplina, a “vertebralização” de seus métodos de estudos, que seria um olhar mais atento para as vicissitudes culturais apresentadas pelos grupamentos humanos, tal como o fazem certos ramos da antropologia e os estudos dos *Annales* que vieram sobretudo de pois de 1968; o descuido para com esta atenção, por parte dos historiadores, levaria a uma história “invertebrada” (aproveitando-se aqui da nomenclatura Fragoso/Manolo), desprovida da “espinha dorsal” de uma verdadeira postura historiográfica: a história total-cultural.

“A partir de maio de 1968 catalisaram-se posições que vinham se desenvolvendo pelo menos desde meados dos anos 1960, e autores como Jacques Le Goff e outros, atuando de dentro dos próprios *Annales*, puseram em dúvida o predomínio destes princípios. Mesmo profissionais que, no início de suas carreiras, haviam se transformado em historiadores econômicos de peso como George Duby e Emmanuel Le Roy Ladurie, autores de clássicos como *Guerreiros e camponeses* e *Os camponeses de Languedoc*, acabaram por voltar-se integralmente para outros campos de estudo, como o das estruturas mentais.”¹⁴²

E aqui no Brasil, até a emergência em seu campo acadêmico-historiográfico dos quatro estudiosos do ART, quais as tendências estariam desprovidas desta “espinha dorsal”? Restringindo esta pergunta aos estudos de colônia realizados no eixo RJ-SP na segunda metade do século XX, dois “conjuntos historiográficos”, que aqui estão sendo denominados de ASC e MPEC, destacam-se.

Ambos os estudos, empreendidos por estes dois “conjuntos”, foram realizados, em sua maioria, por metodologias marxistas. Ainda que apresentem diferenças importantes (como o conceito de “capitalismo comercial” defendido em SP e rejeitado pelo MPEC, a ênfase do ASC nas perdas externas coloniais e relativizada pelo MPEC etc.), não seguiram o que os autores da “agonia” apontam como necessário à parte mais importante da estrutura corporal dos estudos em história que entendem como “vertebrados”: “a coluna vertebrada” ou “a espinha dorsal” destes estudos: a totalidade cultural que envolve os aspectos sociais.

Ao contrário, os historiadores que formam o ART procuraram, em seus estudos, trilhar caminhos metodológicos que levassem a esta “vertebralização”. Não se trata somente dos estudos de colônia. São, principalmente, os estudos históricos de colônia bem como as concepções de Brasil e da História enquanto disciplina. Pode-se perceber esta “coluna vertebrada”, das estruturas culturais, em várias passagens do que estes autores escreveram quando da construção de suas carreiras. A começar pelo mestrado de Fernanda Bicalho, *O Bello Sexo*¹⁴³, que, resumindo, entende a imprensa feminina carioca (seu público e suas redatoras), na passagem do XIX para o XX, como pertencendo a um ambiente cultural cuja

¹⁴² *Idem, ibidem*, p. 27.

¹⁴³ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Bello Sexo... Op. Cit.*

definição a autora foi buscar em Clifford Geertz¹⁴⁴; passando por trabalhos como, dentre outros, Homens de Grossa Aventura¹⁴⁵ e O Arcaísmo como Projeto¹⁴⁶; e chegando às concepções defendidas (síntese desta trajetória) em O Antigo Regime nos Trópicos¹⁴⁷.

¹⁴⁴GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

¹⁴⁵FRAGOSO, J. L. R. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro: 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹⁴⁶FRAGOSO, J. L. R.; FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como Projeto... *Op. cit.*

¹⁴⁷FRAGOSO, J. L. R, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). O Antigo Regime nos Trópicos... *Op. cit.*

Capítulo III – Uma Economia que se Retroalimenta: A Formação Socioeconômica Fluminense; os noventa e oito anos de nosso Modelo Colonial segundo o ART¹⁴⁸

Introdução

João Luís Fragoso realizou uma inovadora pesquisa (“ecclética”, pode se dizer, a unir conceitos, por exemplo, de Braudel e Marx, como se poderá perceber no desenvolvimento deste capítulo) acerca das estruturas de reprodução da economia escravista colonial brasileira, sobretudo da praça comercial do Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX; e em particular as origens da formação da lavoura de café em Paraíba do Sul, nos anos de 1790 a 1830 (portanto, chegando aos primeiros anos do Império Brasileiro), que com aquela praça comercial estabeleceu relações sociais e econômicas relevantes. E essa economia colonial específica não teria se rendido, por exemplo, às vicissitudes da economia internacional, pois que contava – foi uma de suas principais descobertas ou contribuições – com um mercado interno que não era, como pensou a historiografia “clássica”, esporádico ou uma exceção. Tratar-se-ia, destarte, este “agro fluminense”, de uma formação econômico-social com suas formas próprias de acumulação realizada por um grupo mercantil domiciliado em nossos trópicos. Tal configuração social, presente nesta economia colonial, permitia que sua “elite” controlasse os mecanismos de reprodução.

Suas investigações o levaram a encontrar na região estudada uma formação social e econômica em que o sistema escravista-exportador, seu carro chefe, relacionava-se, em larga medida, com outras formas de produção não-capitalistas; e aí, a “velha” dicotomia senhor/escravo é substituída por uma configuração de sociedade que contou com uma “elite” mercantil residente como grupo economicamente hegemônico.

Conforme nos ensina Braudel, para se apreender a elite de negociantes em uma sociedade pré-industrial, a ‘dica’ é iniciar pelo comércio de longa distância. Seria nesse tipo de negócio que poderíamos encontrar alguns dos maiores comerciantes de grosso trato, e, assim, começar a composição da própria elite mercantil da sociedade considerada.¹⁴⁹

Fragoso percebeu a montagem de uma economia agrário-exportadora na região do vale do Paraíba Fluminense, entre 1815 e 1850, em um contexto de retração da economia mundial; portanto, contrariando os “clássicos”. Esta economia exigiu, previamente, uma

¹⁴⁸Uma análise sobre: FRAGOSO, J. L. R. Comerciantes, Fazendeiro e Formas de Acumulação em sua Economia Escravista-Colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888. Niterói: UFF, 1990 (Tese de Doutorado).

¹⁴⁹*Idem, ibidem*, p. 268.

acumulação de capitais para que se formasse. Portanto, só uma acumulação endógena, comandada por esses negociantes residentes, porém ligados a relações comerciais estabelecidas por negócios em regiões variadas no interior do Império Português (e isso implica dizer, necessariamente, também no interior da América Portuguesa), explicaria a montagem desta economia exportadora. (“A noção de recriação de sistemas agrários, como já afirmamos, significa a conversão de uma acumulação previamente realizada no comércio, numa agricultura escravista.”¹⁵⁰).

No tocante à aquisição de mão-de-obra compulsória, a utilização deste capital residente, resultado de uma acumulação endógena, contraria teoricamente, por exemplo, o que afirmara Celso Furtado de que a cafeeira fluminense dispôs de um “exército” de escravos oriundo de Minas Gerais, já que sua principal atividade extrativista se esgotara; o que seria um fator facilitador, pois barateara o custo desta mão-de-obra. Fragoso aponta para o fato, documentado, de que no início do século XIX, a província mineira fora a principal compradora de africanos cativos desembarcados no porto do Rio de Janeiro.

Além deste fato, Minas Gerais também contava, nesta época, com um expressivo crescimento demográfico, o que explica a grande entrada de escravos naquela província como fator necessário ao abastecimento de seu mercado interno de alimentos, dentre outras coisas; contudo, Fragoso não deixa isso muito claro em sua análise, preferindo frisar que esses escravos foram utilizados em sua maioria na produção de gêneros voltadas para abastecimento principalmente do Rio de Janeiro. Mais do que isso, Fragoso entende que tanto em Minas Gerais como principalmente no Rio de Janeiro, um importante setor, residente, ligado à exportação, mas também aos gêneros de primeira necessidade produzidos sobretudo internamente, conseguira acumular capitais desde de finais do século XVIII e estes foram responsáveis pela montagem da estrutura econômico-social escravista e exportadora do agro fluminense; logo esta economia colonial precisa ser entendida como uma formação econômico-social, que ia além da importância de suas *plantation*.

Fragoso esclarece que quando partiu, no início, para pesquisar seu objeto de estudo original, o sistema escravista em Paraíba do Sul no início do século XIX, descobriu que na região existia uma estrutura social e econômica que não se limitava a suas *plantations* cafeeiras. Notou que o sistema escravista-exportador desta estrutura relacionava-se com formas de produção não capitalistas, e que estas não eram desprezíveis. Reorientando sua pesquisa, o sistema escravista, segundo ele mesmo, passou a ser uma “desculpa” para de fato

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 376.

se investigar o conjunto, articulado, formados por todas estas formas de produção: a *plantation*, voltada para exportação, e as não capitalistas, voltadas para o mercado interno. O que estamos chamamos de “conjunto”, Fragoso denominou de uma maneira mais bem elaborada: “formação social e econômica” (aproveitando-se, ainda, de um conceito retirado dos *Annales* da segunda geração).

Para apreender esta formação, Fragoso procurou apreender também as formas de acumulação que existiram na região sudeste a partir das seguintes três hipóteses: 1ª: a reprodução do escravismo colonial gerou formas não capitalistas de produção, no Sul-Sudeste, ligadas a produtos não exportáveis que lhe atendiam, como as dos camponeses, trabalhadores livres não assalariados e as roças escravas de alimentos¹⁵¹; 2ª: e é esse processo que confere à região o caráter de formação econômica-social, onde o escravismo era hegemônico; 3ª: na constituição deste processo, ele acabaria introduzindo ou redimensionado três categorias na economia colonial: a) *acumulação endógena*, b) *mercado interno* e c) *capital mercantil colonial residente*.

A conjugação destas três possibilidades, sobretudo o sistema escravista exportador e as formas de produção ligadas ao mercado interno de abastecimento, conformou um tipo de acumulação onde o sobretrabalho do cativo transformava-se em capital mercantil interno; sendo assim, dois grupos importantes existiram nesta formação social e econômica, ou duas “elites”: “a elite mercantil” e a “elite agrária”. Esta, politicamente hegemônica e controlando a produção voltada para a exportação, era a “nobreza da terra”, a aristocracia local; aquela, ricos homens de negócio e hegemônicos economicamente, controlava ou monopolizava o comércio tanto interno quanto externo, o capital usurário e a arrematação, mediante contrato, dos impostos da Coroa Portuguesa (atividade típicas das monarquias europeias do antigo regime), tratava-se dos “homens de grossa aventura” (principal expressão do título do livro que nasce da tese¹⁵²).

Sobre esta “elite” mercantil interna, Fragoso demonstra que ela, na economia colonial ou formação social econômica, se comportou, em resumo, tal como em formações sociais históricas presentes em sociedades pré-industriais. Não controlavam diretamente a produção; mas a ela estava intimamente associadas. No caso do sudeste colonial brasileiro, os

¹⁵¹Os Subtítulos do Capítulo II da Tese indicam muito bem a distribuição regional desta produção: “2 – O Rio de Janeiro: a escravidão na produção de alimentos. 3 – Minas Gerais: escravos e camponeses no complexo agropecuário voltado para o abastecimento interno. 4 – São Paulo: fazendas de criação e agricultura de alimentos. 5 – A Região Sul: as estâncias-peonagem, a charqueada escravista e a produção camponesa de alimentos.” (*Idem, ibidem, passim*).

¹⁵²FRAGOSO, J.L.R. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 (2ª ed. – 1ª ed. de 1992).

processos produtivos, voltados para o mercado interno ou para a exportação, dependiam do financiamento, do abastecimento de boa parte de alguns gêneros de primeira necessidade e da aquisição de mão-de-obra escrava que eram fornecidos por esses comerciantes. Além disso, esses comerciantes faziam circular as mercadorias oriundas desses processos produtivos; isto é, abreviando as considerações, mesmo não produzindo, ficavam com parte do lucro daquilo que era comercializado, aqui ou no exterior. Ou seja, residindo aqui, principalmente no Rio de Janeiro (mas não somente), controlavam uma gama de negócios, de curta ou de longa distância, que faziam funcionar, em quase todos os seus parâmetros operantes, os sistemas produtivos de nossa economia colonial em questão (a do Sul-Sudeste). E o ponto forte ou de maior relevância destes parâmetros, em termos de geração de lucros, era o comércio atlântico de escravos; e uma das coisas que confirmariam a hipótese de Fragoso de que o amontoamento de parcela destes lucros tinha domicílio tropical era que a principal demanda por cativos, desses sistemas, não vinha das *plantations*, e sim dos produtores ligados ao abastecimento interno.

“Com isso, queremos dizer que, além do comércio internacional, a elite apreendida é derivada de atividades realizadas no mercado interno. Mas do que isso, tal elite se assenta, em larga medida, nas acumulações endógenas. Para tanto, nunca é demais relembrar que eram as produções voltadas para o abastecimento interno a principal demanda de cativos. E é essa demanda, ou seja, do processo de reprodução dos segmentos de abastecimento colonial que previnha [sic] parte do sobretrabalho apropriado.

“O que acabamos de dizer fica mais patente quando nos detemos no comércio empreendido por essa elite nas costas brasileiras. Mais de 60% dos seus carregamentos ligavam-se à comercialização de alimentos coloniais para o consumo interno (ver quadro nº 38). Em outras palavras, a elite mercantil, no interior do espaço geográfico brasileiro, ligava-se prioritariamente à mercantilização, no período apreendido, de produtos coloniais dirigidos para o mercado interno. Os produtos agroexportáveis, apareciam somente em segundo plano (ver quadros nº 38 e 55). Mas do que isso, aqueles negociantes muitas vezes ocupavam posições monopolistas no abastecimento interno.”¹⁵³

Tal raciocínio soa um tanto quanto confuso; e isso se se compará-lo ao que Fragoso vai dizer em capítulo posterior sobre a formação de fortunas em Paraíba do Sul no século XIX. Na classificação destas fortunas (que será mais esclarecido mais adiante), ele dirá que as maiores concentrações de riqueza, que tinham como base os principais fatores de produção, terras e escravos, estavam nas mãos da “elite agrária”. Como se sabe, esta era composta em sua grande maioria por grandes cafeicultores; portanto, homens ligados a principal pauta de exportação daquele período. Sobre eles Fragoso afirmou:

“a hegemonia do grupo A [“a elite agrária”] sobre a agricultura escravista tinha duas consequências, ao nível do funcionamento geral do sistema apreendido:

¹⁵³FRAGOSO, J. L. R. Comerciantes, Fazendeiro e Formas de Acumulação... *Op. cit.*, pp. 289 e 290 – grifo nosso.

“– em primeiro lugar, as diferenciações presentes na estrutura econômica não reduzem a demanda. Em outras palavras, não se percebe uma contradição entre concentração de rendas em poucas mãos e a capacidade de compra do sistema. Isso porque aqueles que monopolizam a riqueza, concentram igualmente a maior parte dos fatores de produção (inclusive a população escrava), fato que transforma esse grupo no principal comprador no mercado;

“– em segundo lugar, por reter a maior parte dos fatores de produção, o grupo A controla o ritmo de reprodução do sistema considerado.”¹⁵⁴

Fragoso estava se referindo, primeiramente, à montagem de sua “formação social e econômica” no Sul-Sudeste no início do XIX, cuja economia colonial, notadamente agrária, mas, em resumo, relacionada ao comércio interno e externo, precisou contar, segundo suas hipóteses de trabalho, com uma acumulação endógena, já que a economia internacional encontrava-se em retração. E esta acumulação foi controlada por uma elite mercantil residente, que desde finais do século anterior, dominava quase todos os lucros oriundos de relações econômicas que aconteciam por fora do processo produtivo escravista-exportador. Tal contexto, que segundo Fragofo combinava retração econômica externa e aumento demográfico interno (como já foi dito), fez com que a produção de alimentos ganhasse determinadas proporções que fossem capazes de atender a demanda interna por alimentos; e por se tratar de uma sociedade escravista, natural, portanto, que uma maior demanda por cativos partisse do setor interno de produção de alimentos.

Por outro lado, a *priori*, seu foco específico de investigação, ainda que se tratasse de uma “desculpa” para outros empreendimentos de pesquisa, o fez notar que em Paraíba do Sul, durante todo o século XIX, portanto com a produção cafeeira já assentada em *plantations* estáveis, era a “elite agrária” (ainda que heterogênea, foi composta majoritariamente por cafeeiros) a que controlava os mais importantes fatores materiais (terras e escravos) que faziam a produção funcionar. Em números relativos pode-se até chegar a um percentual, separando a “elite agrária” dos demais grupos, em que os cafeeiros figuram, em conjunto, como estando em segundo lugar não muito distante do primeiro (que reuniria todos os demais), digamos assim, na compra de escravos (e é necessário que se verifique melhor esta contabilidade); todavia, isolando cada um dos indivíduos, os possuidores das maiores riquezas, com base em fatores produtivos, com certeza vão aparecer como os principais compradores de escravos no mercado.

No caso, então, desta segunda “nata” ou “fina flor” colonial, “a elite agrária”, Fragofo foi buscar, de forma mais bem delineada, em uma tipologia, construída para fins metodológicos no Capítulo V da Tese (“Estrutura e Hierarquia no Sistema Agrário Escravista-

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 385 – grifo nosso.

Exportador”¹⁵⁵), que classifica as fortunas do Município de Paraíba do Sul no XIX a partir principalmente do acúmulo de terras e escravos, avaliados e medidos em dinheiro. Tendo como principal fonte documental os inventários *post-mortem* (que o acompanham já em muitos trabalhos de pesquisa¹⁵⁶), Fragoso distribui estas fortunas em três grupos: **A**, **B** e **C**. Do primeiro ao terceiro, o número de componentes aumenta significativamente; contudo, em uma relação inversamente proporcional a suas fortunas, indicando o óbvio, isto é, o alto grau de concentração de riqueza da região. É neste “grupo A” que se encontrava “a elite agrária”.

Em síntese, Fragoso encontrou em relações pautadas por desejos de poder, entre essas duas “elites”, a sustentação, no tempo (“Ao longo da história do sistema agrário escravista-exportador, na região de Paraíba do Sul, percebem-se algumas permanências que poderíamos denominar de elementos estruturais.”¹⁵⁷), das estruturas mantenedoras de sua específica “formação social econômica”, não só em Paraíba do Sul como em todo Sul-Sudeste, no mínimo. Em ambos os casos, ou os variados negócios da “elite mercantil” ou a produção da “elite agrária”, o que se tinha eram algumas poucas “empresas” familiares, que concentravam o grosso das atividades. E essas “empresas” ou famílias estabeleciam relações, nas “elites” ou entre as “elites”, pautadas por uma “hierarquia social” em que ser proprietário de terras e homens dava o *status* necessário para a posse do poder sobre a sociedade. Os recursos financeiros encontravam-se em sua maior parte sob monopólio da “elite mercantil”; contudo, em se tratando de poder político, este em geral era propriedade da “elite agrária”. Sendo assim, aquela acabava almejando ser esta.

A “elite mercantil”, sediada na praça carioca, controlava um conjunto de atividades, ou atuava em uma infinidade de negócios, ligados minimamente às importações e exportações (mas também passando pelo financiamento das mais variadas atividades da economia colonial), que, grosso modo, permitiam-lhe substituir, enquanto grupo ligado ao comércio e às finanças, no topo da pirâmide econômica, a “elite agrária”; contudo, sem alterar esta sociedade, pois este movimento de deslocamento reiterava a estrutura colonial-escravista. De qualquer maneira, reforçando, este forte grupo mercantil local, sobretudo da Praça do Rio de Janeiro, conseguia absorver boa parte do sobretrabalho extraído da massa de cativos, fosse das

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 356. Este capítulo, assim como o Capítulo VI (“Reprodução e Hierarquia no Sistema Agrário Escravista-Exportador”, p. 423), não constam no Livro oriundo da Tese, que somente reproduz os primeiros quatro capítulos da mesma.

¹⁵⁶ Há de se levar em consideração, porém, que nem todos inventariavam seus bens etc. Para uma melhor apreciação de como Fragoso metodologicamente se utiliza deste tipo de fonte, v. em FRAGOSO, J. L. R. e PITZER, R. R. “Barões, Homens-Livres Pobres e Escravos: Notas sobre o uso de Inventários *Post-Mortem* na Pesquisa Histórica”. Arrabaldes, v. 1, n.2, p. 29-52, 1988.

¹⁵⁷ FRAGOSO, J. L. R. Comerciantes, Fazendeiro e Formas de Acumulação... *Op. cit.*, p. 494.

atividades voltadas para a exportação ou das ligadas ao abastecimento interno; e esta transferência de recursos de um grupo (os produtores) para outro (os comerciantes) acabava repetindo este sistema escravista.

“vimos que as desigualdades presentes na hierarquia econômica, ao permitirem a transferência de recursos de um grupo social para outro, possibilitam a reiteração do sistema agrário considerado... a princípio, tal transferência de recursos não é resultado de posições diferentes, ocupadas pelos grupos sociais em questão, no processo produtivo. Em outras palavras, essa transferência não diz respeito diretamente às relações senhor-escravo, onde a produção de sobretrabalho surge como resultado de fato de o escravo estar despossuído da propriedade dos meios de produção, assim como de si mesmo. Da mesma forma, aquele fenômeno não decorre do fato do grupo de proprietários se encontrar numa situação semelhante à dos camponeses do Antigo Regime europeu, onde a não propriedade sobre a terra permitia que parte de seu trabalho fosse apropriado por uma aristocracia fundiária. Na verdade, a transferência do trabalho aqui referida é um movimento que se dá entre pessoas livres, muitas das quais proprietários legais de meios de produção e de escravos... temos que o processo de reprodução do sistema se dava em meio a um mercado imperfeito. Mercado esse que consiste no **locus** de reiteração das empresas agrícolas consideradas. Essas, para existirem, devem continuamente incorporar mais terras e mais homens. Fato que as obriga a se dirigir para um mercado não capitalista, marcado pela falta de liquidez, precária circulação de mercadorias, etc. Se nos fixamos nessas condições gerais, percebe-se a possibilidade de parte do sobretrabalho de um grupo de empresários ser apropriada por outro.”¹⁵⁸

Fragoso identificou, diferentemente de alguns dos antigos modelos explicativos – criticado por ele no Capítulo I, que serão apresentados mais adiante –, a existência de um mercado interno colonial importante, não esporádico e com certo grau de autonomia frente à economia internacional. Todavia, este mercado, apesar de “autônomo”, apresentava uma fragilidade intrínseca, pois que estava assentado em relações econômicas que compreendiam a conjugação de *plantations* a quantidades consideráveis de formas não-capitalistas de produção; portanto, para Fragoso, este importante *locus* geográfico, a Praça do Rio de Janeiro, concentrador do comércio, financiamento e outros negócios da Região Sudeste, nada mais era do que um mercado não-capitalista. As “empresas” responsáveis por esta produção (para o mercado externo ou para o mercado interno), volta e meia viam-se descapitalizadas para, por exemplo, irem ao mercado e satisfazerem suas necessidades estruturais; e este mercado, por sua vez, não possuía um rede de financiamento capaz de lhes atender. A combinação destes fatores, dentre outras coisas, seria a responsável por tornar o capital mercantil residente o amalgama dos diferentes setores desta economia colonial; daí sua capacidade de atrair para si boa parte do excedente do que esta economia produzia.

“Como já sublinhamos no quinto capítulo, o mercado investigado consiste em um **locus** não-capitalista, caracterizado pela fragilidade da divisão social de trabalho, pela precariedade da circulação de mercadorias e crédito. Esses fenômenos se

¹⁵⁸ *Idem*, pp. 445 e 446 – grifo do autor.

manifestam em práticas especulativas e monopolistas, bases sobre as quais se ergue a hegemonia do capital mercantil. Em outras palavras, o processo de reprodução agrícola é simultaneamente um movimento em que se nota a apropriação de frações de sobre trabalho agrícola, via circulação, pelo capital mercantil...”¹⁵⁹

Partindo do que dissera antes Ciro Flamarion Cardoso e o economista Antônio Barros de Castro, de que esta sociedade colonial escravista era ciosa, ao extremo, da manutenção, no tempo, de suas estruturas sociais e hierárquicas internas, Fragoso detalha através de suas inúmeras tabelas que os grandes comerciantes residentes contribuíam para que esta estrutura interna se reproduzisse não só porque as financiavam ou as faziam circular; mas, principalmente, porque se transmutavam de comerciantes de grosso a proprietários de terras e gentes; tornavam-se parte da aristocracia fundiária local (esclarece também que estes últimos igualmente aventuravam-se, em determinado momentos, nas atividades comerciais; porém, somente como manutenção de sua posição, conseguido os recursos que evitariam a ameaça à sua condição de aristocracia rural, retornavam imediatamente às suas atividades originais).

Tal fenômeno, para acontecer, necessariamente ocupava as áreas de fronteiras, fazendo com que o sistema expandisse territorialmente; e este teria sido o caso da cafeicultura do Vale do Paraíba Fluminense. Tratava-se, segundo se entende neste trabalho, de um movimento interpretado como hermético; ou seja, fechado em sim mesmo e capaz de autoproduzir-se. Estabelecida a estrutura econômica escravista, boa parte de seus lucros era apreendida por aqueles que controlavam as atividades mercantis de grande porte e este capital, por fim, acabava retornando a esta estrutura – retroalimentando-se. Ao manter-se, portanto, a sua reiteração também se expandia fisicamente, repetindo tal arcabouço social e econômico em áreas abertas, fechando um ciclo (que poderá repetir-se, replicar-se etc.), já que os capitais necessários para esta nova estrutura foram acumulados pelo setor mercantil da estrutura produtiva anterior.

“E é isso que observamos quando da recriação, pelo capital mercantil, de sistemas agrários escravistas na fronteira. Uma vez realizado tal movimento, fecha-se o ciclo da reprodução econômica da sociedade investigada, sendo esse, portanto, um processo interno às suas estruturas.”¹⁶⁰

Este processo que aqui está sendo considerado como “hermético”, pelas palavras do próprio autor, pois que pertence a um ciclo de reprodução interno às suas próprias estruturas, está na base daquilo que futuramente Fragoso, junto a Florentino, defenderá, em famoso livro, como sendo um comportamento orientado por uma tradição “arcaica” do Antigo Regime

¹⁵⁹ *Idem*, p. 449 – grifo do autor.

¹⁶⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 503 – grifos nossos.

Português; isto é, esta economia colonial escravista, presente na formação social e econômica do Sul-Sudeste, reproduzia-se no tempo porque aqueles que eram capazes de superá-la – já que lhe retirava boa parte dos excedentes –, ao contrário, retroalimentavam-na porquanto, assim como na metrópole, desejavam viver como igual a “nobres”. Este raciocínio, contudo, já está muito bem delineado nesta Tese de Fragoso; logo, trata-se de um importante ponto de partida para o futuro e famoso livro redigido com Florentino (cuja tese de doutorado cumpre o mesmo papel da de Fragoso).

“Foi a partir desses parâmetros que procuramos estudar a contínua transformação da acumulação mercantil em fortunas rentistas e em fazendas escravistas. Ambos os movimentos, apesar de indicarem a procura de negócios seguros em um mercado instável e restrito, como o colonial, revelam igualmente a migração de frações da elite mercantil (que é a economicamente hegemônica na sociedade considerada) para outros grupos sociais, ou seja, para aqueles que estão afastados do mundo do trabalho mantendo com ele [mundo do trabalho] uma relação de domínio; referimo-nos, em particular, aos proprietários-rentistas e aos senhores de homens e de terras.”¹⁶¹

3.1. Críticas a uma historiografia “tradicional”

3.1.1. O Antigo Sistema Colonial

Caio Prado Jr.

Para chegar a estas conclusões, João Fragoso precisou, primeiramente, desconstruir o que disseram importantes intelectuais e pesquisadores relacionados à área econômica de nossa história colonial; é o que batizou, tido por ele como “tradicional”, de “Os Modelos Explicativos da Economia Colonial” – nome do Capítulo I da Tese. O primeiro tópico deste capítulo, não é à toa, chama-se “O ‘sentido’ da historiografia”, em clara alusão aos estudos, que pretende comentar criticamente, iniciados com Caio Prado Jr. no início da década de 40 do século passado. Cita, dando início a sua crítica, a celebre frase encontrada no Formação do Brasil Contemporâneo, de 1942, de que “Todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo sentido...”, para acusar de “teleológicos”¹⁶² Caio Prado e todos os seus mais importantes seguidores.

¹⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 504.

¹⁶² Fragoso afirma ser este pressuposto de Caio Prado “bastante teleológico em sim mesmo”. (FRAGOSO, J. L. R. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 57. V. afirmação semelhante também na p. 79, pelo menos). Entende-se aqui, discordando, que Caio Prado não estava prevendo um futuro a partir de um presente (que ele não viveu); ele, na verdade, olhou o processo como um todo (estando distante dele), início meio e fim, e chegou a uma conclusão. Tal qual se procura fazer na análise da obra de Fragoso.

Fragoso ressalta que Caio Prado, com suas pesquisas, estava se propondo a substituir, nos estudos de economia colonial, a ideia, precedente, de que a história desta economia baseou-se em ciclos dados por produtos primários de exportação que, em cada período colonial, um desses produtos teria sido hegemônico etc. Caio Prado, assim sendo, desloca do campo de visão da historiografia brasileira os tais “ciclos econômicos” e põe no lugar a concepção, estrutural, de que nossa economia colonial foi obra das necessidades de expansão do capitalismo comercial europeu em formação durante a época moderna.

Resumindo, a economia colonial, seu desenvolvimento e a sociedade dele decorrente, portanto, de forma plena em sua origem, foi resultado de outra sociedade, a europeia, que passava por um processo de transformação conhecido historicamente como uma transição entre dois “modos de produção” (em respeito a uma nomenclatura tipicamente marxista), o feudal, em crise, e o capitalista, em formação. Como se sabe, tal sociedade, “mutante”, foi alcunhada de “a sociedade do antigo regime”; logo, a estrutura montada aqui, principalmente na América tropical, por esta sociedade europeia da época moderna, pôde ser chamada por alguns historiadores de “o antigo sistema colonial”. E, em se tratando de sua agricultura, este sistema esteve, sobretudo, calcado no funcionamento de suas *plantations* (escravidão, monocultura, latifúndio e exportação); e tudo o mais nas colônias, a princípio, era-lhes secundário.

Estando a Europa em questão na fase “comercial” do capitalismo, suas ações econômicas eram orientadas pelas políticas mercantilistas; o mesmo valendo para as práticas, dependentes, da economia colonial. Em assim sendo – detendo-se agora no caso brasileiro para facilitar esta rápida exposição –, a metrópole, Portugal, procurou exercer, na medida do possível, um rígido controle sobre o domínio de sua colônia, o Brasil, estabelecendo um conjunto de expedientes que em resumo foram denominados de “pacto colonial”. O papel deste era garantir aos comerciantes metropolitanos o “exclusivo colonial” sobre a economia brasileira. Todas estas práticas mercantilistas, exercitadas sobre a economia colonial, tiveram como um dos seus principais resultados a “acumulação primitiva de capitais” na Europa, que esteve na base de sua industrialização no final do século XVIII.

Celso Furtado

No caso específico de Furtado, quando de seus estudos acerca da grande lavoura açucareira do Nordeste, uma de suas principais preocupações foram as flutuações da economia colonial. Para ele, esta, sem acumulação endógena e dependente do mercado

externo, em especial de seus centros mais importantes, não haveria uma dinâmica própria no que diz respeito às oscilações de seus preços ou ao ritmo de suas expansões ou contrações. Estes eram engendrados pelos movimentos da economia europeia, seus preços, capacidade ou não de crescimento etc. Mas, por outro lado, Celso Furtado também defendeu, indo um pouco além de Caio Prado, que um setor interno ligado ao abastecimento, ainda que tímido, teria surgido ao redor, por exemplo, da empresa açucareira que procurou analisar; no entanto, este setor teria um caráter predominantemente de subsistência, e sua mercantilização se dava em função da *plantation*; logo, sua reprodução dependia diretamente desta estrutura de produção da mesma maneira que esta, por sua vez, dependia da economia europeia. Todavia, esta reprodução atrelada à *plantation* (ou no caso, por exemplo, da extração do ouro da Capitania das Minas Gerais), se dava de duas maneiras, opostas. Se os preços externos estavam altos, tínhamos mais exportações e conseqüentemente uma maior demanda voltada para este setor interno, causando-lhe certo grau de mercantilização. Agora, se ao contrário, os preços externos estavam baixos, as exportações caíam e o setor mais dinâmico não procurava o setor interno, fazendo com que este se voltasse de forma mais intensa para às atividades de subsistência. Este setor interno, além de sua essência não mercantil, também não era assentado em um sistema escravista, o que o caracterizava, portanto, em certa medida, como indiferente ou imune às fases negativas do mercado externo; crescia, destarte, independente, por exemplo, das demandas por renda ou coisa semelhante – é o que Furtado observa para a pecuária nordestina quando da decadência do setor açucareiro no final do século XVII.

“No caso da criação, o afrouxamento do efeito dinâmico externo, aparentemente, teve conseqüências distintas. A expansão do sistema era, aí, um processo endógeno, resultante do aumento vegetativo da população animal. Dessa forma, sempre havia oportunidade de emprego para a força de trabalho que crescia vegetativamente, e também para elementos que perdiam sua ocupação no sistema açucareiro em lenta decadência. Sem embargo, se a procura de gado na região litorânea não estava aumentando num ritmo adequado, o crescimento do sistema pecuário se fazia através do aumento relativo do setor de subsistência. Em outras palavras, a importância relativa da renda.”¹⁶³

O interessante é que Fragoso vai “insinuar” que não só este setor interno de subsistência, ligado às empresas de vendas para o exterior, mas quase toda a economia colonial estaria, de certa forma, isenta das influências das fases negativas das flutuações da economia externa. E esta relativa “independência” aconteceria porquanto haver uma dinâmica interna muito acentuada nesta economia colonial. Este seria o movimento que ele apreendeu ao estudar “a formação social e econômica” do Sul-Sudeste, que tinha como seu centro

¹⁶³FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 63.

convergente a Cidade do Rio de Janeiro. E para montar suas conjecturas acerca deste mosaico “autônomo” da economia colonial brasileira, Fragoso procurou citar estudos especializados promovidos por outros pesquisadores sobre o Rio de Janeiro e outras regiões, antes ou um pouco antes dos deles, em diferentes períodos e tratando de outros produtos; dentre estes estudiosos podemos se citar, em meio a muitos outros por ele relacionados, Maria Yedda Linhares, Maria Petrone, Kátia Mattoso, Alcir Lenharo, Riva Gorenstein, Kenneth Maxwell etc.

Contudo, as grandes questões de Fragoso encontram-se não nestes autores, mas principalmente naqueles que procurou criticar. Quando se afirma mais acima que “insinua” que a relativa – mas importante – “autonomia” da economia colonial não teria sido um privilégio somente do Sul-Sudeste, mas quiçá de toda ou quase toda a economia colonial brasileira e isso desde perto de seu início, se faz em função de o próprio historiador afirmar, nesta sua sugestão aqui alegada, que seu estudo acerca da formação social e econômica que se desenvolveu ao redor da economia fluminense, na passagem do XVIII para o XIX, seria o *locus*, excepcional, a favor de suas proposições.

“A capitania do Rio de Janeiro de fins do século XVIII e inícios do seguinte emerge como o um *locus* privilegiado para verificação dos modelos explicativos propostos pela historiografia até aqui vistos. Isto porque ela apresenta todas as características de uma economia escravista colonial sublinhada por tais modelos a saber:

“a – a hegemonia do trabalho escravo, reproduzindo externamente via tráfico Atlântico;

“b – a existência de grandes unidades agrícolas (**PLANTATION**);

“c – a produção voltada para o mercado internacional, no caso, através do açúcar.

(...)

“Enfim, estamos frente a uma região definitivamente privilegiada para o estudo do funcionamento daquilo que tradicionalmente se entende por economia colonial. Considerando que a economia colonial é vista como sinônimo de agroexportação, cabe agora verificar a validade de tal modelo, apreendendo para tanto a própria reiteração da agroexportação escravista na capitania do Rio de Janeiro.

“(…) demonstramos que dificilmente poderia se pensar na **plantation** como uma unidade auto-suficiente [sic]. Mas do que isso, verificamos a existência de áreas que, no interior do espaço colonial, estariam voltadas para uma produção mercantil destinada ao abastecimento interno. Agora, se cruzarmos essas informações com a estimativa demográfica de 1819, efetivamente começa a surgir uma nova realidade colonial, distoante [sic] da apresentada pelos modelos que pretenderam explicar a economia colonial.”¹⁶⁴

Fernando Novais

No caso de Fernando Novais, que sem sombra de dúvidas aprofundou e deu bastante sofisticação aos pressupostos de Caio Prado, com Portugal e Brasil na Crise do Antigo

¹⁶⁴FRAGOSO, J. L. R. Comerciantes, Fazendeiro e Formas de Acumulação... *Op. cit.*, pp. 103, 106 e 123 – grifos do autor.

Sistema Colonial, as perspectivas assentadas no “pacto colonial” e nas outras características do “capitalismo comercial” praticado por Portugal no Brasil, encaminharam-me para pensar como o Brasil entra na fase industrial do capitalismo ocidental. Trabalhando principalmente com a balança de comércio de Portugal com suas colônias, ele afirma que:

“Para Portugal, os mecanismos de crise apresentavam-se como que de fora para dentro [suas relações com a Inglaterra, sua dependência das exportações brasileiras, etc.]; o que já contribuía para a distorção ideológica com que se pretendeu dar conta da situação. Mas a ‘peculiaridade’ não era capaz de isolar a relação Portugal-Brasil das malhas do sistema. Na medida em que se avança no processo, as contradições se agravam: no plano das relações internacionais, Portugal precisava da colônia, por que esta era a sua moeda para obter proteção; mas assim ela seria menos ‘colônia’ para a metrópole, que transferia as vantagens para a aliada protetora [Inglaterra]. Em face desse dilema, o máximo que se conseguia era preconizar a neutralidade, e no limite a aliança inglesa. No plano econômico, para conseguir aproveitar os estímulos da exploração de sua grande colônia, Portugal precisava desenvolver-se; mas a exploração da colônia era condição para seu desenvolvimento. Imaginar uma ‘integração’ era quanto se conseguia propor para superar esse dilema insolúvel. Mesmo assim, para conseguir ‘integrar’, tinha de modernizar-se; mas, agora no nível político interno, isso levava a um novo dilema: mobilizar o pensamento crítico para empreender as reformas, e contê-lo para que não se revelasse a sua face revolucionária. O ecletismo teórico e o reformismo prático não conseguiam, pois, superar as agudas contradições por onde se manifestava a crise.¹⁶⁵

Para Novais, a partir de meados dos séculos XVIII, uma crise se abateu nas relações Brasil-Portugal, e isso foi reflexo da crise do *Antigo Regime*. De forma muito resumida, pode-se dizer que na perspectiva do autor, quando as revoluções burguesas atingiram o mundo ocidental, sobretudo a Europa, houve um processo de alteração nas relações econômicas, sociais e políticas entre os Estados nacionais e suas classes sociais. Em termos econômicos e políticos, o processo de revolução industrial, que teve início neste contexto, fez com que uma série de fenômenos desencadeasse novas relações de dependência aguda de Portugal para com a Inglaterra, aprofundando, com isso, o grau de exploração de Portugal em relação ao Brasil – daí a “crise do pacto colonial”, etc. Existiriam, segundo Novais, vários outros aspectos a serem considerados como causas desta crise, o Iluminismo, as revoluções burguesas (ou “atlânticas”) de um modo geral etc.

Ao desenvolver e aprofundar com muita competência conceitos como *pacto colonial* ou *exclusivo colonial*, Novais (herdeiro direto do marxismo de Caio Prado) torna-se, a partir do início da década de 80, o expoente da crítica à colonização portuguesa no Brasil – “responsável”, na origem, de nosso atraso estrutural-socioeconômico etc. Em um artigo de síntese, publicado em 1968, Novais já colocava as coisas nos seguintes termos:

“A História do Brasil, nos três primeiros séculos, está intimamente ligada à da

¹⁶⁵NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 301.

expansão comercial e colonial européia [sic] na época moderna. Parte integrante do império ultramarino português, o Brasil-colônia refletiu, em todo o largo período da sua formação colonial, os problemas e os mecanismos de conjunto que agitaram a política imperialista lusitana.

“(…) O sistema de colonização que a política econômica mercantilista visa desenvolver tem em mira os mesmos fins mais gerais do mercantilismo e a eles se subordina. Por isso, a primeira preocupação dos Estados Colonizadores será de resguardar a área de seu império colonial face às demais potências; a administração se fará a partir da metrópole, e a preocupação fiscal dominará todo o mecanismo administrativo. Mas a medula do sistema, seu elemento definidor, reside no monopólio do comércio colonial.

“(…) *O monopólio do comércio* das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem a sua *função histórica*, isto é, respondem aos estímulos que lhe deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido.

“(…) O Brasil-Colônia se enquadra com exatidão dentro do quadro de determinações do antigo sistema colonial, e diríamos mesmo que o exemplifica de forma típica. É dessa estrutura básica que, ao nosso ver, se tem de partir, se se pretende compreender os movimentos históricos, em todos os seus níveis, dos três séculos de nossa formação colonial, e mesmo os seus prolongamentos e resistências até os dias atuais.”¹⁶⁶

Como se sabe, muitos foram os historiadores que não concordaram com o que fora dito por Novais. Seguindo as orientações de Sérgio Buarque de Holanda, Maria Odila¹⁶⁷, a título de ilustração, durante e depois da década de 70, coordenou um grupo de historiadores, a partir de suas pesquisas, que se preocuparam com a dinâmica interna da economia colonial brasileira. Destacam-se Alcir Linharo com As Tropas da Moderação¹⁶⁸ e Lenira Menezes Martinho com Caixeiros e pés-descalços¹⁶⁹. O tema central destes trabalhos é o conjunto das atividades comerciais no Centro-Sul brasileiro e o impacto causado sobre a sua produção mercantil de alimentos, a partir de 1808, com a necessidade de abastecimento da Corte instalada no Rio de Janeiro. Com a Coroa Portuguesa aqui, vários interesses mercantis se enraízam, ajudando-nos a entender o processo de Independência concretizado a partir de 1822; mas cuja origem seria 1808. Vejamos o que diz a própria Maria Odila:

“A preocupação, por si, evidentemente, justificada de nossos historiadores em integrar o processo de emancipação política com as pressões do cenário

¹⁶⁶ *Idem.* “O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva. 18ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, pp. 47, 51 e 63 – os primeiros grifos são do autor (em itálico) e o último nosso (sublinhado).

¹⁶⁷ Para Antônio Manuel Hespanha, “... [a] que promove uma leitura da história brasileira liberta dessa obsessiva oposição metrópole-colônia.” Hespanha, Antônio Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, J., BATISTA, M. F. e GOUVÊA, M. de F. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 168.

¹⁶⁸ LINHARO, Alcir. As Tropas da Moderação – o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808/1842). S. Paulo: Símbolo, 1979.

¹⁶⁹ MARTINHO, Lenira Menezes. “Caixeiros e pés-descalços: conflito e tensões em um meio urbano em desenvolvimento”. In: GORENSTEIN, Riva & MARTINHO, Lenira Menezes. Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Depto Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.

internacional, envolve no entanto alguns inconvenientes ao vincular demais os acontecimentos da época a um plano muito geral; contribuiu demasiadamente para o apego à imagem da colônia em luta contra a metrópole, deixando em esquecimento o processo interno de ajustamento às mesmas pressões que é o de *enraizamento de interesses portugueses* e sobretudo *o processo de interiorização da metrópole no Centro-Sul da Colônia*”¹⁷⁰

Esta argumentação indica uma outra dimensão da análise do processo de emancipação política do Brasil, pois sugere a necessidade de se associar o enraizamento dos interesses portugueses no Centro-Sul a um processo de emancipação política pouco traumática; coisa que a historiografia em geral já absorveu, mas que o senso comum, na maioria das vezes, desconhece.

Seguindo a trilha de Maria Odila, historiadoras como Maria Barbara Levy¹⁷¹ e Eulália Maria Lahmeyer Lobo¹⁷², dão continuidade a tais estudos e pesquisam a formação de uma burguesia fluminense, a partir do tráfico escravista, que no século XVIII era forte o suficiente para exercer pressão sobre a metrópole, ter representação na Câmara e ser credora da Coroa e de proprietários de terra.

Antes mesmo de Maria Odila (o conjunto de seu trabalho de maior envergadura, principalmente sobre 1808, encontram-se entre 1968 e 1976¹⁷³), outros autores (talvez embaçados pelo sucesso do argumento de Caio Prado Júnior) já trabalhavam a dinâmica da economia interna da colônia, o comércio de abastecimento, a predominância de homens sediados aqui no Brasil no comércio atlântico, etc. José Honório Rodrigues¹⁷⁴, v.g., pesquisou as atividades de homens de negócio no Brasil colonial, sobretudo Bahia e Pernambuco, que também no século XVIII superavam os comerciantes portugueses [no sentido dos que estavam sediados em Portugal] no controle do tráfico de escravos; inclusive, estes “brasileiros” chegavam também a abastecer a Índia. Também em termos de Bahia, outros estudos confirmam a importância dos comerciantes baianos desde o início do século XVIII, como os de Pierre Verger, com o Fluxo e Refluxo de Tráfico de Escravos entre o Golfo de

¹⁷⁰ DIAS, Maria Odila. “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: Dimensões. S. Paulo: Perspectiva, 1972, p. 165 – grifos do autor.

¹⁷¹ LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

¹⁷² LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro), 1º vol., Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

¹⁷³ “A recente publicação do livro *A interiorização da metrópole e outros estudos* traz á público três importantes artigos de Maria Odila Leite da Silva Dias outrora publicados entre 1968-1976. Três artigos fundamentais por terem marcado de modo muito significativo o curso do debate historiográfico desde a década de 1970.” GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dias, Maria Odila Leite da Silva: A Interiorização da Metrópole e outros estudos.” São Paulo: Revista Almanack Brasiliense, nº 02, novembro/2005, pp. 128-131, p. 128 – grifo do autor.

¹⁷⁴ RODRIGUES, José Honório. Brasil e África: outro horizonte. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983 (1ª edição de 1961).

Benin e a Bahia¹⁷⁵. Ou ainda casos específicos e importantes como o do Barão de Iguape, exposto por Maria Tereza Petrone em O Barão de Iguape¹⁷⁶. Estudo que demonstra a importância do grande negociante paulista, Antônio da Silva Prado (1788-1875), que na leitura do prefácio da obra, redigido por Sérgio Buarque de Holanda, fica claro a autonomia e o potencial do comércio realizado no “mercado interno” da colônia (pelo menos perto da independência) – e diz mais: na Bahia, em meados do XVIII, esses homens do comércio já superaram a aristocracia rural.

Poder-se-ia aqui citar vários outros trabalhos que apontam dinâmicas semelhantes para outras regiões coloniais brasileiras, como o de Mafalda Zemella, por exemplo, que com O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII, reconhece que existia uma intensa fiscalização metropolitana sobre esta capitania, pois “quem viesse da Bahia e não fosse boiadeiro não poderia entrar nas gerais”; porém, também reconhece, tentando apelar à lógica, que ela não acontecia de forma tão eficiente, “já que contrariava as leis naturais que regem as trocas econômicas.”¹⁷⁷

Não é necessário, portanto, que se continue a escrutinar a historiografia brasileira sobre o período colonial para se perceber que depois de Caio Prado Jr. vários outros autores, inclusive aqueles que deram continuidade a base dos argumentos Prado-Novais (como é o caso de José Jobson Arruda, do qual este trabalho também se apoia teoricamente), verificaram a existência de núcleos econômicos com dinâmicas internas na América Portuguesa; e isso bem antes da emergência das pesquisas de Fragoso. Todavia, com a notoriedade que ganham seus estudos, perpetrados a partir de Homens de Grossa Aventura (e acompanhado pelos demais componentes do ART), percebe-se que se deflagrou uma polarização muito nítida entre os defensores das perspectivas de Novais e os das de Fragoso. Em um texto do livro que inspirou o título desta dissertação, “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império Português: 1790-1820”¹⁷⁸, Fragoso mais uma vez rebate, como também o fez na Tese, as ideias de uma crise econômica nas relações entre Portugal e Brasil. Diferente, por exemplo, de Novais, que em seu já citado clássico privilegia um estudo

¹⁷⁵VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos, séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio, 1987 (1ª edição de 1968).

¹⁷⁶PETRONE, M.^a Tereza Schorer. O Barão de Iguape: um empresário da época da independência. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Mec, 1976.

¹⁷⁷ZAMELA, Mafalda P. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990 (1ª edição de 1951), pp. 71 e 71.

¹⁷⁸FRAGOSO, J. L. R. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império Português: 1790-1820”. In: FRAGOSO, J., BATISTA, M. F. e GOUVÊA, M. de F. (org.). O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 319-338.

minucioso das balanças de comércio, Fragoso trabalha com as balanças de pagamentos:

“O Rio de Janeiro, na verdade, como simples praça importadora e exportadora em meio ao Império, dificilmente conseguiria sobreviver por muito tempo. Isto, por uma boa razão. As suas contas eram deficitárias; ou seja, considerando apenas aquelas duas atividades [importação e exportação], seu saldo comercial era simplesmente negativo. “Caso tomemos as balanças do comércio externo de 1796 a 1807 do porto carioca, como exemplo, percebe-se que ele vendeu para o ultramar e reino 32:796:960\$555 e comprou dos mesmos 43:904:899\$356. Portanto, uma simples conta de subtração indica que o Rio, nos últimos 12 anos antes da ‘abertura dos portos às nações amigas’, apresentava um déficit de 11:177:938\$801, equivalente a 34,5 % das suas vendas. Portanto, as vendas de açúcar, couros e outros produtos não conseguiram pagar cerca de ¼ das importações. Deve-se sublinhar que tal déficit não foi o resultado de um ou outro péssimo ano em meio a um período de 12 anos. Na verdade, em todos os anos entre 1796 e 1807 nota-se um saldo negativo. Em alguns anos, o açúcar, o algodão e o couro, entre outros tradicionais produtos exportados, não chegaram a pagar nem a metade do que se importava via Portugal. Pior do que isto, em tais balanças não estavam computadas as compras de escravos na África. Portanto, caso incluísse o tráfico atlântico de cativos, aquele déficit geral chegaria a níveis estratosféricos. Em suma, trata-se de uma economia de exportação que era incapaz de pagar as próprias contas (Fragoso & Florentino, 2000).

“Na verdade, tais contas só eram pagas mediante a remessa de metais e dinheiro amoeado (Alexandre, 1993, pp. 64-65). Considerando essas remessas, começamos a ter um quadro bem distinto daquele até aqui apresentado. Isto é, as exportações deixam de ser apenas de 32 mil contos para se tornar de 48:354:216\$064 e, por conseguinte, a balança comercial passa de deficitária a superavitária em 4:449:316\$708. Caberia perguntar quem é que pagava tais contas. Para responder a esta pergunta deve-se considerar que, ao lado dos senhores das *plantations*, existiam os criadores de porcos, as charqueadas, as fazendas de pecuária bovina, os produtos de mandioca, entre outros produtos para o abastecimento interno, disseminados por Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul etc. Isto é, uma multidão de produtores que, apesar de não venderem mercadorias para os portos europeus, produziam riquezas e com elas compravam fazendas europeias [sic], da Índia, escravos africanos etc. As pessoas que adquiriam esses produtos e cativos, evidentemente, não o faziam vendendo fubá ou toucinho, através de Lisboa, para Londres ou Hamburgo, mas sim por meio de moedas conseguidas antes com a alienação daquele fubá ou mulas nos vários mercados regionais da América portuguesa (Fragoso & Florentino, 2000). Portanto, se trabalhamos com as ‘contas internacionais’ da colônia, percebe-se que ela era mais que uma *plantation* exportadora, e era isso que lhe permitia pagar suas ‘dívidas externas’.”¹⁷⁹

Fazendo uma interpretação do que seria “uma economia colonial tardia”¹⁸⁰, e a utilizando para o caso do Rio de Janeiro, Fragoso estabelece para as décadas finais do domínio português um comportamento diferente das práticas coloniais baseadas na predominância de uma economia agroexportadora. Ainda que estabeleça o final do século XVII como ponto de partida deste novo comportamento (expondo, segundo ele, uma conduta “colonial tardia” – aquela a demonstrar um esgotamento de padrões vigentes nas primeiras décadas coloniais), é no decorrer do século XVIII, sobretudo na passagem deste para o XIX, que tal comportamento se consolida. Fragoso vai demonstrando, com o desenvolvimento do

¹⁷⁹ *Idem, ibidem*, pp. 335 e 336.

¹⁸⁰ Cf. Fragoso. Para uma melhor compreensão do termo, ver Fragoso, *ibidem*, pp. 331, 332 e 333 (pelo menos).

texto, que grandes comerciantes sediados no Rio de Janeiro controlavam determinados circuitos internos e externos da América portuguesa. De um lado, tendo relações com manufatureiros e comerciantes portugueses, praticando ativamente o tráfico de escravos que vinha de Angola e comprando tecidos em Goa; de outro, revendiam tais produtos àqueles que, atuando no mercado interno, produziam charque no Rio Grande do Sul, toucinho em Minas Gerais e farinha de mandioca em várias partes do Brasil.

Considerando moedas e metais amoeáveis como produtos de mercancia (afinal ele afirma que tanto um como outro foram usados como formas de pagamento: “tais contas só eram pagas mediante a remessa de metais e dinheiro amoeado”, logo não se está considerando as remessas de metais devidas à Coroa Portuguesa), Fragozo inclui a remessas desses como mercadorias exportadas, aí o quadro econômico da colônia se modifica: exportávamos mais valores do que importávamos – mas como isso era realizado, ou melhor, quem tornava isso possível? Para Fragozo, as transações do mercado interno – como se demonstrou na citação acima. Mas fica uma dúvida: e as quantidades, em espécie e em valores monetários, das importações de escravos? Em termos do debate econômico sobre a colonização, é uma das questões que precisam ser melhor investigadas nas fontes documentais.

Este questionamento, na verdade, acaba corroborando com o raciocínio de Fragozo; contudo, também se entende aqui neste trabalho que se ele afirma, depois de “engrossar” metodologicamente sua balança comercial com uma grande quantidade de itens da balança de pagamentos, que a economia interna era capaz de bancar os custos das importações, se se adiciona a entrada da mão-de-obra escrava africana como mercadoria, pela imensa quantidade de escravos que entraram pelo porto do rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, seu raciocínio corre o risco de tornar-se uma especulação que não se comprova.

Por ora, contudo, em se tratando de uma “matemática simples”, também se pode perceber que no valor total das exportações para o ultramar e reino, 32:796:960\$555, para se chegar a um novo total, 48:354:216\$064, onde se incluiu as remessas de dinheiro metalizado e os próprios metais (onde o ouro tinha mais importância), foi preciso acrescer (neste recurso estratégico que “engrossa” seus dados), portanto, 15:557:255\$509 ao primeiro valor (ele não cita este valor). Esta última importância representa 32,2% do segundo total; onde se conclui (ainda que de forma elementar) que as exportações agrícolas do Brasil colônia, para o período apresentado, tinham uma relevância numérica (ou nominal, em termos monetários), naquilo que a região Sul-Sudeste era capaz de gerar em riqueza equivalente a produtos de exportação,

68,8% mais importante do que as atividades de “criadores de porcos, as charqueadas, as fazendas de pecuária bovina, os produtos de mandioca, entre outros produtos para o abastecimento interno, disseminados por Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul”.

Levantar este predomínio de 68,8% a mais de nossos produtos agrícolas nas exportações, em relação ao que o mercado interno era capaz de produzir para bancar os custos totais das importações (sem contar que nestes 15:557:255\$509 utilizados, tivemos a participação dos ganhos com as exportações), significa que não se trata de uma “matemática simples” a constatação feita por Fragoso sobre uma capacidade maior do mercado interno, em relação ao ganhos com a exportação, de custear o grosso de nossa economia colonial ou dos primeiros anos do Império.

Ainda em relação à economia colonial e os traços internos e externos de seu comércio, finanças etc., pode-se resumir um dos pontos essenciais abordados criticamente por Fragoso da seguinte maneira ou com a seguinte oposição de ideias: se a relação da economia colonial com a europeia, particularmente em se tratando dos recursos aqui levantados, foram, em sua maior parte, objeto ou não de acúmulo nos principais centros econômicos, contribuindo significativamente para a formação do capitalismo em sua fase “comercial”, em nosso detrimento; ou, ao contrário, se boa parte destes recursos ou capitais foram endogenamente acumulados. Sendo ele, Fragoso, adepto da segunda opção, uma de suas principais críticas ao ASC foi exatamente ao fato de seus historiadores terem optado, ao contrário, pela primeira.

3.1.2. O Modo de Produção Escravista Colonial

Ciro Flamarion e Jacob Gorender

Na década de 70, como já foi afirmado, **Ciro Flamarion Cardoso** e **Jacob Gorender**, não chegam a formar e nem articular um grupo; entretanto, suas perspectivas marxistas acerca de nossa colonização encontram-se em muitos aspectos teóricos. Discordam, por exemplo, do “marxismo paulista” (Caio Prado, Florestan, Fernando Henrique, Novais etc.) por este, nas análises do Brasil em períodos de colônia e Império, privilegiar os aspectos da circulação das mercadorias exportadas em detrimento a um olhar mais preciso sobre o processo que as produziu. Esta diferença de perspectiva insere-se nas discussões envolvendo o conceito de “capitalismo comercial” proposto tanto pelo ASC quanto pela Escola Paulista de Sociologia

(que guardam entre si as mesmas origens; vale dizer: Caio Prado Jr.). Para Ciro Cardoso e Gorender, o traço mais marcante da sociedade e economia coloniais, em relação sobretudo a seus processos produtivos, veio da escravidão.

Concebida como estruturante, foi a base de um sistema escravista que, segundo entendem, é único; portanto, não podendo ser confundido com a escravidão antiga e muito menos com outras forma de trabalho compulsório, como aquele praticado no feudalismo europeu. No que diz respeito ao conceito de “capitalismo comercial”, também entendem que seria um equívoco enquadrar o Brasil colonial como pertencendo a este modelo. Ciro Cardoso, especificamente, chega a afirmar que demasiado enquadramento entre o funcionamento de economias de domínios metropolitanos nas Américas e sistemas econômicos europeus da época moderna, é resultado da utilização de modelos importados, ainda que marxistas, que não se encaixam plenamente ao passado de nossas realidades.

“Não há, nos textos de Marx, uma verdadeira teoria dos modelos de produção coloniais. As referências mais numerosas e mais específicas se referem à escravidão, mais exatamente às plantações escravistas do sul dos Estados Unidos no século XIX (antes da Guerra de Secessão), e proveem elementos úteis para uma teoria do modo de produção escravista colonial, embora não se possa falar ali de uma teoria elaborada.

“(…) De todas as maneiras, um grande passo foi dado; já não se pode usar seriamente os esquemas de Marx como uma verdade transcendental, acabada e definitiva que comanda desde o exterior o curso da história; a fase do dogmatismo staliniano está cientificamente superada.”¹⁸¹

Ciro Cardoso, desse jeito, propõem, tal como Gorender, que investiguemos nosso passado como que pertencendo a um modo de produção próprio da América Colonial, o “modo de produção escravista colonial”; mesmo que dependente das práticas do mercantilismo europeu.

Pode-se entender, desse jeito, o MPEC, enquanto uma “corrente” ou “tendência” historiográfica dos estudos de colônia no Brasil, como apresentando uma interpretação mais abrangente no que diz respeito às relações econômicas entre metrópole e colônia, pois que entende esta relação dialeticamente; ou seja, nas interferências nesta relação, o interno e o externo são vistos como que “dialogando” com ambos, metrópole e colônia. Enquanto que para o ASC a primazia desta relação parece concentrar-se, principalmente, no que é exógeno à colônia; para o ART, ao contrário, tal primazia encontra-se no que é endógeno a esta mesma colônia. Reforçando, o MPEC, portanto, tem uma perspectiva, com sua postura mais dialética, que não estabelece hierarquias entre o interno e o externo nas relações econômicas entre

¹⁸¹CARDOSO, Ciro Flamarion. “Sobre los modos de producción coloniales de America.” In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat (*et. al.*). Modos de Producción em America Latina. Córdoba: Cuadernos de Passado Y Presente, 1974, pp. 135 e 138.

metrópole e colônia.

Como demonstrado mais acima, rompe com a perspectiva de tratar a economia colonial como que inserida nas malhas do “capitalismo comercial” da “corrente anterior”, preservando desta, entretanto, o tratamento marxista sobre o assunto; mas repreendendo-lhe no exagerado apelo às perdas externas provocadas pela economia internacional. Este, por exemplo, é um ponto em comum entre o MPEC e Fragoso, expresso em sua tese; no entanto, este avança em um sentido que acaba superando a similaridade existente com Cardoso e Gorender.

“Algumas observações [críticas] que acima apresentamos e que ainda poderiam ser feitas a Caio Prado Jr. e seus seguidores já o tinham sido formuladas [também criticamente] por Jacob Gorender e Ciro Cardoso. Isto é verdade, particularmente, no que se refere à questão do excessivo caráter extrovertido da economia colonial, o papel do Novo Mundo no processo de acumulação primitiva do capital, a noção de ‘capitalismo comercial’, etc. Observa-se assim uma nítida diferença entre os adeptos do ‘Antigo Sistema Colonial’ (entendido como sistema que enfatiza o caráter extrovertido da economia colonial) e da noção de modo de produção escravista colonial. As coisas, contudo, começam a mudar de figura quando passamos para os traços internos da economia colonial. Aqui percebe-se uma certa proximidade entre aquelas duas formas de olhar a história econômica colonial.”¹⁸²

Para Fragoso, tirando o fato de Jacob Gorender e Ciro Cardoso não concordarem, em sua totalidade, com as premissas defendidas pelo ASC de que a economia colonial brasileira tinha o grosso de seus excedentes apropriados pelo capital mercantil metropolitano, aquele que controlaria nosso ritmo de reprodução econômica, o MPEC acaba concordando com muitos outros pressupostos apresentados por Caio Prado e seus seguidores. Produção escravista reproduzida pelo tráfico Atlântico, voltada para o mercado externo e sob controle da classe dominante senhorial; ausência de flutuações próprias na economia colonial; unidades microeconômicas que quando existiam se reproduziam à margem do mercado; e, como resultado disso tudo, a ausência de um importante mercado interno e, portanto, também, sem relevantes acumulações endógenas. Com uma ou outra exceção, estes seriam traços não “vertebrados” presente, grosso modo, nas duas “correntes” por ele, Fragoso, criticadas.

No caso específico de Gorender, Fragoso afirma que ele, assim como Cardoso, questionou a ênfase do ASC em transferir os excedentes coloniais para a Europa; assinalando assim a possibilidade de acumulação endógena, desde que concentrada no setor agroexportador. No entanto, as concepções de acumulação endógena de Gorender e Fragoso são distintas. Para este, a acumulação endógena de capitais tem sua retenção, em sua maioria, nas mãos de uma “elite” mercantil residente. Já para Gorender, esta acumulação é apropriada

¹⁸²FRAGOSO, J. L. R. Comerciantes, Fazendeiro e Formas de Acumulação em sua Economia Escravista-Colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888. Niterói: UFF, 1990 (Tese de Doutorado), p. 85.

exclusivamente pela classe dos mais importantes senhores de terras e escravos.

Um ponto também muito interessante levantado por João Fragoso, é que Ciro Flamarion e Jacob Gorender, apesar de defenderem a existência de um modo de produção escravista colonial para o caso brasileiro, fazem-no apresentando, repetindo, algumas diferenças¹⁸³. Por exemplo, no que diz respeito a expressão “colonial”, Cardoso afirma, segundo Fragoso, que o termo define uma relação de dependência estrutural, e não política; deste jeito, o fim dos laços políticos-administrativos, compulsórios, que ligam a colônia a sua metrópole, não significa, necessariamente, que aquela tenha ganho plena autonomia econômica em relação a esta – logo, em 1822, não se alcançou aqui esta autonomia, pois estávamos economicamente apoiados ainda em uma estrutura escravista.

No caso de Gorender, diferentemente do que dissera Flamarion, “colonial”, também segundo Fragoso, não quer dizer obrigatoriamente dependência estrutural da economia da colônia em relação à economia das regiões metropolitanas. Ele define “colonial” como apresentando três aspectos principais: 1º – economia voltada em grande medida para o mercado externo, de onde vem boa parte de seu estímulo original para o desenvolvimento de suas forças; 2º – exportação de produtos primários e importação de manufaturados; 3º – relação frágil com o mercado externo. Estes pontos são cruciais na análise de Gorender; uma vez tendo a estrutura socioeconômica de uma região qualquer, como foi o nosso caso em especial, uma designação que a relacionava ao termo “colonial”, isso implica dizer, também, que a economia e mercado interno desta região eram provavelmente débeis, particularmente em relação à outra região que lhe impunha o termo em questão. E no que se refere à fraqueza do mercado interno colonial brasileiro, ela acabava gerando uma contradição na infraestrutura econômica em relação ao que o escravismo colonial era capaz de gerar em termos de excedentes extraídos do sobretrabalho da mão-de-obra escrava. E isso explicaria em parte, portanto, o porquê da fraqueza do mercado interno em relação ao externo. As forças sociais e econômicas deste último, apoiadas em outro modo-de-produção, transformam os recursos oriundos de nossas *plantations* em lucro e investimentos em seus processos produtivos. Sendo assim, a expressão “colonial” denotaria uma dependência, no que diz respeito à realização do capital, da produção da colônia em relação a fatores externos.

Além do mais, Fragoso também vai censurar Gorender não só porque este atribuiu uma suposta “fraqueza” da economia colonial, em resumo, à realização externa do capital

¹⁸³“Em fins dos anos 70, seguindo os passos de Ciro Cardoso, Jacob Gorender procurava levar às últimas conseqüências [sic] a idéia de um modo de produção escravista colonial, inclusive através da formulação de suas ‘leis de funcionamento’.” (*Idem, ibidem*, p. 78).

oriundo do sobretrabalho de nossas *plantations*. Fragoso aponta para o fato, como ele interpreta, de que Jacob Gorender, apesar de ter criticado certas perspectivas do ASC, ainda manifestar determinadas permanências apresentadas por Furtado e Novais sobre as nossas flutuações coloniais. Para Gorender, pelo fato da *plantation* ser altamente especializada e, por outro lado, ela mesma produzir, numa espécie de “economia natural”, boa parte de sua subsistência, impedia o surgimento de um mercado interno importante, pois que o escravismo colonial, desta maneira, reproduziria sua mão-de-obra à margem do mercado. Esta relação de dependência, da economia colonial para com o mercado externo, era a fonte das flutuações coloniais; ou seja, a alta dos preços dos produtos primários no exterior estimularia a produção do escravismo colonial; este, em alta, por sua vez, acabaria fortalecendo nosso mercado interno de abastecimento. Naturalmente teríamos o contrário caso os preços de nossos produtos de exportação caíssem no mercado europeu. Haveria uma retração da agro-exportação escravista, que, como mecanismo de autodefesa, retornaria à “economia natural” de subsistência para reproduzir sua mão-de-obra.

3.1.3. Evitando “a Agonia” metodológica pelo uso de teorias lusitanas principalmente

No que diz respeito às flutuações dos preços coloniais etc., Fragoso, como aqui tem se tentado demonstrar, trabalha com outra perspectiva. No seu entender, havia uma relativa autonomia destas flutuações frente às oscilações dos preços de nossos produtos de exportação no mercado externo; pelo menos foi o que ele conseguiu apreender estudando a economia cafeeira, escravista, que se instalou no Vale do Paraíba Sul Fluminense e suas relações com o centro econômico do Rio de Janeiro e desse com as demais regiões do Centro-Sul e Sudeste. Efetivamente entre a cafeeira de Paraíba do Sul e o mercado da Cidade do Rio de Janeiro, Fragoso, por exemplo, utilizou-se, dentre outros documentos primários, do Código de Embarcações, no período de 1797 a 1822, para produzir séries de quantidades e preços das mercadorias de importação e exportação.¹⁸⁴ Mas, o mais importante, é sua abordagem relacionando a estrutura de funcionamento da economia colonial, tendo como referência

¹⁸⁴Fragoso também consultou, como era de se esperar – dado o volume estatístico que procurou verificar e demonstrar –, fontes secundárias que expunham séries acerca deste mercado colonial, como é o caso, para servir aqui de registro (pois existem muito outros casos), do trabalho de Jobson Arruda, *O Brasil no Comércio Colonial*, em que examinou os preços e volumes do açúcar exportado. (ARRUDA, José Jobson. O Brasil no Comércio Colonial. São Paulo: Ática, 1980).

privilegiada¹⁸⁵ este eixo produtivo-comercial cafeeiro do início do XIX envolvendo Paraíba do Sul e Rio de Janeiro, às formas de propagação sócio-política de suas hierarquias econômico-sociais.

Para Fragoso, na busca de garantir a manutenção de uma determinada estratificação econômico-social, a de serem Senhores, a conjugação de “elites” agrárias e mercantis residentes era a responsável pela reprodução da economia colonial considerada, já que procuravam recompor o sistema agrário-escravista exportador. Avançam e desbravam em direção aos limites entre as culturas agrícolas já estabelecidas e as matas virgens disponíveis, em um movimento em que os confins tropicais são transformados, pelas ações desta “elite” conjugada que despreza o lucro e valoriza o *status* (salvo quando aquele garante este), em regiões que passam a pertencer à civilização do antigo regime português.

Não se trata de único caso, mas Fragoso utiliza-se, por exemplo, dos estudos do historiador francês Pierre Goubert (que teve algumas importantes relações com os *Annales* da segunda geração), especialmente Cent mille provinciaux au xvii e siècle¹⁸⁶, em que estuda a ocupação dos espaços da Região de Beauvais, na França do século XVII, para ter como base um importante antecedente de estudos de inventários *post-mortem* que tratam de fronteiras agrícolas móveis.

“... observa-se um fenômeno próximo daquele descrito por P. Goubert, para a Beauvais do século XVII. Esse historiador, trabalhando com os inventários post mortem de comerciantes, verifica a presença de diferentes padrões de composição de bens, o que leva a estabelecer uma distinção entre fortunas jovens e velhas de mercadores. Para fortuna jovem, entendem-se aquelas formadas majoritariamente por dívidas ativas e estoques de mercadorias, sendo pequeno o espaço ocupado por terras e imóveis urbanos. Esses seria o perfil da riqueza de um comerciante na ativa,

¹⁸⁵“Para tanto, escolhemos como referencial a Praça do Rio de Janeiro entre 1790 e 1840. A escolha dessa cidade deve-se ao fato de ela ocupar uma posição nevrálgica no mercado interno (ela é o contato entre a agroexportação e as produções de abastecimento) e de ser o principal porto de exportação e importação no período considerado.” (FRAGOSO, J. L. Comerciantes, Fazendeiro e Formas de Acumulação... *Op. cit.*, pp. 33 e 34). Não se está desconsiderando como importante esta observação; contudo, também é verdade que tenha levado em consideração o fato de já estar estudando a região a muito tempo, desde o mestrado; portanto, se envolvendo em pesquisas que tiveram como foco a economia escravista e cafeeira do de Paraíba do Sul (que obrigatoriamente tinha que exportar seus produtos pelo Rio de Janeiro). Portanto, a escolha desta região por Fragoso também pode ser entendida como um facilitador a seus propósitos na tese (e isso não deixa de ser válido); e a explicação desta escolha foi uma justificativa para poder se apropriar – legitimamente – daquilo que já vinha acumulando em investigações e utilizar como estratégia metodológica de comprovar a validade de se conceber uma totalidade maior (a economia colonial brasileira) olhando para uma de suas inúmeras partes (o Rio de Janeiro na primeira metade do XIX). Trata-se de uma estratégia a justificativa de sua escolha, porque se pegasse o caso, por exemplo, de Recife ou Salvador, a princípio em qualquer momento, teria que encontrar, obrigatoriamente, traços semelhantes, já que um de seus objetivos é comprovar que as concepções, principalmente, do ASC, no mínimo, não se encaixavam no que ele entende como “formação econômica e social” da América Portuguesa (o mesmo valendo, mas em menor grau, para o MPEC).

¹⁸⁶GOUBERT, Pierre. Cent Mille Provinciaux au XVII e Siècle Beauvais et le Beauvaisis de 1600 a 1730. Paris: Ed. Flammarion, 1968. *Apud* FRAGOSO, J. L. R. *Op. cit.*, p. 351. Este livro é parte da tese de doutoramento apresentada por Goubert, em 1960, a École pratique des Hautes Études, VI^e section, Paris, com o título de *Beauvais et la Beauvaisis de 1600 à 1730*.

em fase ainda de acumulação. Já a fortuna velha teria um outro conteúdo, ela se resumiria, principalmente em terras, prédios urbanos e rendas. O lugar aqui reservado ao comércio é diminuto. Esse último tipo de inventariado pode ter constituído sua riqueza no comércio, em algum momento ele fora portador de uma fortuna jovem, contudo, dele agora estaria afastado. Em outras palavras, em Beauvais, percebe-se que a acumulação mercantil pode servir de mecanismo gerador de fortunas rentistas e, portanto, como forma de ascensão social do mercador na hierarquia social do Antigo Regime.”¹⁸⁷

Na verdade, com o caso de Beauvais do século XVII, estudado por Goubert, Fragozo está tentando apenas ilustrar que seu modelo explicativo tem validade porque o que diz para o Brasil teria ocorrido em outro lugar; mas precisamente em uma sociedade do Antigo Regime francês. Contudo, para montar seu modelo que aponta para as razões da formação das “velhas” fortunas dos comerciantes “cariocas” no início do século XIX, de fato ele apoia-se, dentre outros, em Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho¹⁸⁸. Dele extrai, por exemplo, que a sociedade portuguesa da época moderna longe esteve, mesmo no século XVIII, de poder cumprir o papel, social, de uma metrópole capaz de acumular previamente os capitais oriundos de suas colônias; contrariando a “clássica” historiografia crítica brasileira, quando esta se refere ao importante papel desempenhado pelos excedentes de nossas *plantations* coloniais na formação do “capitalismo comercial” e, portanto, também na transição deste para o “capitalismo industrial”.

Vemos que se a economia colonial tinha por objetivo propiciar a acumulação prévia na metrópole, não foi esse o seu papel em Portugal. Se tomemos o século XVIII, veremos uma Inglaterra em pleno TAKE-OFF contraposta a uma economia portuguesa que, apesar do polêmico projeto pombalino, parece caminhar em direção oposta, ou seja, ao não capitalismo. Mesmo nesse século encontramos em Portugal o domínio de um mundo agrário, em princípio típico do Antigo Regime, onde a aristocracia detém metade das terras e seus pares eclesiásticos outro terço... Mero atraso ou resultado lógico de um ‘projeto’ de reiteração de determinado tipo de estrutura arcaica?

Tal indagação adquire um sentido ainda maior quando pensamos que o arcaísmo dessa estrutura chega a ponto de deferir até dos padrões clássicos que marcam as sociedades do Antigo Regime, e isto mesmo em pleno século XVI [o antigo regime português, em plena Europa das ‘Luzes’, era pior do que os outros antigos regimes quando estes se encontravam no seu auge]. Nessa época o panorama agrícola é de

¹⁸⁷FRAGOSO, J. L. R. Comerciantes, Fazendeiro e Formas de Acumulação... *Op. cit.*, pp. 312 e 313.

¹⁸⁸GODINHO, Vitorino Barbosa de Magalhães. *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Lisboa: Sá Costa, 1962. *Ensaio II*. Lisboa: Sá Costa, 1978. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1978. (*Apud* FRAGOSO, J. L. R. Comerciantes, Fazendeiro e Formas de Acumulação... *Op. cit.*, pelo menos nas pp. 88-91, 118, 119 e 711). Pode-se também incluir outro historiador português, José Raimundo Correia de Almeida, que estudou o comércio Atlântico português nos séculos XVI, XVII e XVIII, utilizado por Fragozo para reforçar a ideia de que Portugal na época moderna possuía uma estrutura socioeconômica de Antigo Regime (com monopólios mercantilistas frágeis), onde a grande nobreza, para resumir, impedia uma acumulação capitalista prévia, por exemplo, aos moldes de uma Inglaterra no XVII e XVIII etc. (ALMEIDA, José Raimundo Correia de. “Traços Gerais do Sistema do Comércio Português no Atlântico – Esboço de Caracterização (1475-1750)”. In: *Primeiras Jornadas da História Moderna*. Lisboa: s/d. *Apud idem, ibidem*, pp. 93-96, 119 e 706).

Logo no início de sua tese, no resumo, Fragoso anuncia a preocupação em apontar a necessidade das “élites” agrárias de manter a estabilidade, ou a paz, em suas relações senhor/escravo, para que com isso o sistema agrário-escravista, como um todo, cumprisse o seu papel, atribuído tanto pela aristocracia rural quanto pelos mercadores residentes, de reiterar as hierarquias existentes.

“Diante de tal quadro, procuramos indagar sobre o móvel que informa a recorrência da economia escravista-colonial e que se traduzira, entre outros fenômenos, na contínua recriação de sistemas agrários na fronteira. Aqui, apesar das dificuldades de ordem teórica, partimos do pressuposto que esse móvel identificar-se-ia com a estabilidade de sua hierarquia social. A escolha desse parâmetro deveu-se à próxima natureza da forma de extorsão do sobretrabalho analisada. Isto é, a reprodução das relações econômicas consideradas, teria como momento essencial a repetição de relações de poder cristalizadas em uma estratificação onde proprietário e trabalhador direto se percebem e são percebidos, respectivamente, como senhor e cativo. Fenômeno que, ao conferir a lógica do sistema, transformava a produção mercantil e o uso do trabalho excedente em elementos subjugados à produção do poder. Por sua vez, no interior de tal processo localizamos a metamorfose do capital mercantil no acúmulo de terras e escravos, ou que é o mesmo, a conversão de frações da acumulação mercantil em um sistema agrário escravista-exportador.”¹⁹⁰

Este “móvel”, ou a indagação da causa motriz da história narrada nesta tese, passaria pelo reconhecimento mútuo entre senhor e escravo de suas respectivas condições de proprietário e cativo; ou seja, quando Fragoso decidiu-se por, louvavelmente, transumanar o escravo, necessariamente, sendo coerente a sua proposta teórica, colocou-o na condição de certa aceitação de seu estado enquanto cativo; e seria dentro desta condição – não descartada a fuga, é claro, ainda que sob o risco de chibatadas em costas negras – que este escravo procuraria os traços subjetivos, sobretudo de suas raízes e heranças históricas culturais, que lhe confeririam, cotidianamente, sua humanidade. Em resumo, pode-se dizer, segundo afirma Fragoso, que esta humanização passaria, preliminarmente, pelo reconhecimento do cativo de sua condição de propriedade de outrem. Em certa medida, o raciocínio do autor cai em contradição; pois, segundo ele, para o escravo não se entender como coisa, precisa, antes, não só se entender como propriedade alheia, mas principalmente aceitar esta situação que lhe foi imposta, de uma propriedade que pode ser alienada tal como uma mercadoria.

Contudo, enquanto abrir mão de parte de sua condição de senhor, em relação a sua

¹⁸⁹ *Idem, ibidem*, pp. 88 e 89 – grifo do autor. Também se utiliza de Francisco Falcon (FALCON, Francisco J. C. Época Pombalina. São Paulo: Ática, 1982. *Apud idem, ibidem*, p. 118) para dizer que “A cidade, por seu turno, não se desenvolve [mesmo na Portugal pombalina], mantendo suas funções eminentemente mercantis e administrativas. Ali a indústria é ainda sinônimo de produção artesanal, assentada em pequenas e médias oficinas, sendo a manufatura mais complexa uma exceção.” (*Idem, ibidem*, p. 88).

¹⁹⁰ *Idem, ibidem*, sem número de página (no Resumo da Tese) – grifos nossos.

propriedade, garantindo assim a estabilidade do sistema, era a estratégia da “elite” agrária, a da “elite” mercantil residente, por sua vez, consistiria em abrir mão, primeiramente, de parte de seu capital, só assim, segundo o que defende o raciocínio do autor, esta última poderia se dar ao luxo da benevolência, ardilosa, de um espírito nobre. Para chegar a este raciocínio, todavia, Fragoso inicialmente teve que “reconsiderar certos elementos dos tradicionais modelos explicativos da economia escravista”¹⁹¹, e, como preferiu ir em direção a um caminho contrário, além da prévia pavimentação deste pelos tais “modelos tradicionais”, precisou construir seu próprio arsenal de pressuposições que lhe capacitasse a empreender, “apesar das dificuldades de ordem teórica”, sua movimentação historiográfica de pretensões originais.

Este seu “novo” curso teórico (que vinha, na verdade, se manifestando já algum tempo), encaminhou-lhe para o outro lado do Atlântico, um pouco mais ao norte, para lá, em terras portuguesas, buscar parte do amparo de que carecia; e este se deu de duas maneiras. Em primeiro lugar, sua originalidade precisou contar com a originalidade de historiadores lusitanos, como, principalmente, a de Vitorino Magalhães Godinho. Em segundo lugar, aperfeiçoando seu arcabouço metodológico-conceitual, fechou o conjunto de seus argumentos em uma concepção cultural que acusa a tradição do Antigo Regime português como a responsável, na origem, pelo comportamento “arcaico” de nossa aristocracia tropical, formada por grandes proprietários rurais e retroalimentada por poderosos homens de negócios, também orientados pela mesma tradição e que aqui residiam.

Neste conjunto fechado, quando Fragoso descreve seu funcionamento, as partes estruturantes ali contidas etc., o faz a partir de seu arsenal de pressuposições, vislumbrando hipóteses, no interior deste conjunto, que a historiografia “tradicional” brasileira, a princípio, não teria sido capaz de enxergar em sua plenitude – e por isso “a agonia” da história econômica relacionada a esta historiografia. Contudo, mais importante do que “testar” estas hipóteses, cotejando-as aos dados empíricos, é saber que o que lhe inspirou a chegar a tais suposições teóricas veio do ultramar. Dos que deram início a nossa colonização, veio a ferramenta teórico-metodológica que lhe quebrou, abrindo, este todo sociocultural fechado (“Uma vez realizado tal movimento, fecha-se o ciclo da reprodução econômica da sociedade investigada, sendo esse, portanto, um processo interno às suas estruturas”), mostrando-lhe o “mal” aqui instalado pela “contaminação” do “arcaico” antigo regime português, de onde veio boa parte de nossas origens, como ele tentará reforçar em trabalhos mais adiante.

¹⁹¹ *Idem, ibidem.*

3.2. O Arcaísmo como Projeto, um Escopo Teleológico, pois “O arcaísmo da sociedade brasileira não existe por acaso, mas por desígnio.”¹⁹²

Sempre suspeitei que a visão de Caio Prado Júnior e Celso Furtado de que o Brasil Colônia era inteiramente dependente da metrópole, sem mercado interno, era uma simplificação, que havia na época um caixa dois, como hoje. Fragoso e Florentino contam que havia no Brasil grande concentração da riqueza nacional nas mãos de umas 20 famílias.
(Paulo Francis. O Globo, 03/06/93).¹⁹³

João Fragoso, tendo terminado o doutorado em 1990, publicado Homens de Grossa Aventura em 1992 e antes de ingressar em seu primeiro pós-doutorado em 1996, aproveita as afinidades construídas com Manolo Florentino¹⁹⁴, que também já tinha se doutorado (1991), e com ele publica um dos livros mais polêmicos, desde a Formação do Brasil Contemporâneo em 1942, da recente historiografia brasileira preocupada com nossas origens coloniais: O Arcaísmo como Projeto¹⁹⁵; possivelmente a mais perfeita antítese da obra de Caio Prado Júnior.

O significado dado por Caio Prado ao fluxo de nossa história, decorrido os quatro séculos da chegada dos portugueses, é substituído por uma acepção que na verdade o inverte; isto é, se para Caio Prado chegamos à época contemporânea, atrasados, como resultado de nossa história pregressa, de exploração metropolitana, para o Arcaísmo, por sermos atrasados em nossa essência cultural, reproduzimos aqui, nós mesmos, aquilo que seriam os efeitos desta exploração apontada pelo Sentido da Colonização. Alteram, Fragoso/Manolo, a direção do movimento entre as extremidades conceituais da realidade social do fenômeno histórico (enquanto eles partem da cultura portuguesa e chegam à economia brasileira, Caio Prado parte da economia portuguesa e chaga à economia brasileira); contudo, apesar de insistirem no caráter introvertido da economia colonial, igualmente buscam a razão primeira deste caráter em Portugal, sendo que em sua tradição cultural.

¹⁹²SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Prefácio à presente edição”. In: FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, J. L. R. O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 13.

¹⁹³FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, J. L. R. O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, contracapa.

¹⁹⁴“Trata-se, em primeiro lugar, de uma obra em colaboração que efetua a confluência de duas importantes teses de doutoramento, defendidas na Universidade Federal Fluminense. Além do fato óbvio e que duas cabeças bem sintonizadas pensam melhor do que uma, deve ser ressaltado que aquelas teses resultaram de longos processos de pesquisa coordenadas entre si, voltados em parte para as mesmas massas documentais, interrogadas para finalidades diferentes mas complementares.” (CARDOSO, Ciro Flamarion. “Prefácio à primeira edição”. In: FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, J. L. R. O Arcaísmo... Op. cit., p. 9). Sem contar também, por exemplo, que Fragoso participou como arguidor da banca de qualificação de doutorado de Florentino em 1991.

¹⁹⁵FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, J. L. R. O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

Em termos dos “mecanismos de ascensão social” mencionados no Arcaísmo, no que diz respeito à propriedade dos meios de produção, determinadas condições socioeconômicas que para a maioria dos historiadores econômicos de uma historiografia “tradicional”, ligada sobretudo às teses do materialismo histórico, seriam resultados das relações de produção, para Frago/Manolo são causas. Sua perspectiva é que estes “mecanismos”, no Brasil escravista agrário-exportador do XVIII para o XIX, eram os responsáveis pela reprodução do sistema produtivo escravista. Concordam que tal “hipótese”, por contrariar os “principais paradigmas analíticos da historiografia nacional”¹⁹⁶, obrigou-os, na confirmação desta suposição teórica, a se afastarem conceitualmente do grosso de nossa produção historiográfica sobre o assunto no Brasil; como se tem demonstrado ao longo deste capítulo.

Partem, especificamente, de uma constatação do economista Maurício Costa Romão de que os níveis de distribuição de renda no Brasil são os mais desiguais do mundo, “senão o mais desigual”¹⁹⁷. Esta citação vem de um texto de Romão (publicado em uma coletânea de análises econômicas sobre o Brasil) que, dentre outras coisas, aponta, em resumo, os problemas de acumulação e exclusão de renda no Brasil até o final da década de 80 do século passado. Frago/Manolo, concordando com o autor, descrevem, rapidamente, o que este diz acerca de nossa acentuada e contínua, independente do período, acumulação de riquezas, por uns poucos, e exclusão de boa parte desta riqueza por muitos. Frago/Manolo constroem seu argumento tendo como um dos focos principais este alto grau de concentração de renda e exclusão da realidade econômica brasileira; porém, em um eixo cronológico entre o fim da colônia e o início do Império em nosso país. Do livro de onde extraem a fala de Romão, ainda aproveitam o que vem escrito no Prefácio, assinado pelo também economista Antonio Barros de Castro, de que os economistas, para darem conta de entender esta constante acumulação/exclusão brasileira, teriam que “assumir o risco de ir além dos limites que circundam o seu terreno profissional (...) mediante a introdução de considerações historicamente contextuais.”¹⁹⁸ Dão a entender, os autores, que pretendem, além de outros objetivos, auxiliar os economistas nesta tarefa.

Apontam, na realização dessa tarefa, que o traço maior, no tempo, desta nossa economia da “acumulação excludente” é a persistência. Afirmam que com o fim do tráfico em 1850, nossa economia passaria, lentamente, do “padrão agro-exportador para outro de base

¹⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 12.

¹⁹⁷ ROMÃO, Maurício da Costa. “Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil”. In: CAMARGO, José M & GIAMBIAGI, Fábio (orgs.). Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.103. *Apud* FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, J. L. R. O Arcaísmo... *Op. cit.*, p. 11.

¹⁹⁸ *Idem, ibidem*.

urbano-industrial¹⁹⁹; no entanto, esta mudança não significaria uma também mudança na cruel persistência da acumulação/exclusão; logo, fica claro, para eles, que as respostas para este padrão social de exclusão não se encontram na economia simplesmente.

“Não se engane, porém, o leitor, imaginando que o estudo que se segue possa ser confundido com uma análise econômica no sentido restrito. Ao contrário, seu eixo maior é a ideia de que a natureza arcaica da formação colonial brasileira impede que a estrutura econômica possa ser apreendida por si mesma, i.e., sem levar em conta os aspectos não econômicos que informam seu funcionamento.”²⁰⁰

A manutenção de sua posição de destaque, privilégios e comando na sociedade, ocupando o topo da hierarquia social, seria, para os autores, o que incitava “as elites” agrárias escravistas do período estudado por eles a continuar a produzir os seus produtos da maneira que produziam. (Aquela maneira introduzida por Portugal desde o séc. XVI: o latifúndio, monocultor, trabalhado por mão-de-obra escrava e voltado para o mercado externo; ou seja, a *plantation*).

“Daí deriva a hipótese norteadora de toda a reflexão: a de que a reprodução do sistema econômico imbricava-se organicamente com a contínua reiteração de uma hierarquia fortemente excludente. Em se tratando de uma sociedade escravista, não poderia ser de outro modo, pois nela a produção não é auto-regulável, pressupondo a constituição de relações de poder. Aqui o produtor direto é cativo de outrem. O poder, expresso em uma hierarquia excludente, é, portanto, condição **sine qua non** para a concretização do processo produtivo.”²⁰¹

Então, reforçando, a propagação orgânica do sistema em questão e de seu estilo de vida, dentro do próprio corpo de agentes sociais deste sistema, relacionava-se, de forma dependente, à manutenção de uma ordem, por parte dos que ocupavam o topo da “pirâmide” social daquela sociedade, extremamente excludente: “um tipo específico de reprodução no qual os próprios mecanismos de ascensão social implicavam em recriar o padrão excludente”.²⁰² Com base neste raciocínio, pode-se dizer que os autores defendem o ponto de vista de que os expedientes relacionados à promoção social, alicerçados na exclusão, retroalimentavam-se enquanto necessidade cultural; ou seja, daqueles que detinham estes expedientes, em uma espécie de comportamento cíclico, vinham os códigos de conduta para que o sistema produtivo, como tal, fosse “copiado” e repetido continuamente no tempo.

“O trabalho que apresentamos assume os riscos inerentes à tentativa de ultrapassar a redução – muito em voga nos tempos atuais – da reflexão histórica à simples reiteração da ‘memória’. Ao contrário, assume-se aqui a ideia, tão cara a Marc Bloch, de que o ofício de historiador pode oferecer importantes subsídios para,

¹⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 12.

²⁰⁰ *Idem, ibidem*.

²⁰¹ *Idem, ibidem* – grifos nossos e dos autores, respectivamente.

²⁰² *Idem, ibidem* – grifo nosso.

através do passado, ajudar a compreensão do presente .»²⁰³

Claro está que esta crítica ao uso da “memória” – que estaria tão em voga nos dias de “hoje” – se dirija exatamente à historiografia precedente a eles, autores do Arcaísmo como Projeto. Historiografia que teria ficada presa às armadilhas, “invertebradas”, da redução da complexidade do tecido histórico, sociocultural, às análises economicistas, típicas de uma historiografia que naquele momento “agonizava”; refém de repetitivas reminiscências acerca da – já “ladainha” – noção de que a base econômica, e suas relações sociais de produção, além de produzir, fisicamente, seus objetos-produtos, produzem também, imaterialmente, suas manifestações culturais, como o *status* que as classes dominantes detêm sobre a totalidade social. Para Fragoso/Manolo, parece ser exatamente o contrário. E aí mais uma vez segundo se interpreta aqui, afirma-se que estes autores, em uma atitude por eles considerada “altruísta” (“O trabalho que apresentamos assume os riscos inerentes à tentativa de ultrapassar a redução...”), tomam para si a tarefa (que para eles estaria nos moldes de Marc Bloch) de alertar-nos dos equívocos, para o assunto em questão, da “historiografia economicista”.

É o mercado a serviço da manutenção de uma distinção social excludente; esta seria sua lógica, pois “é o resultado mais palpável deste novo ponto de vista”²⁰⁴ historiográfico do ART, colocando, na perspectiva de dois de seus autores, o desejo cultural de prestígio subordinando os interesses econômicos. Como se tem tentado demonstrar, a principal “vítima” do “altruísmo” destes dois autores seja, em maior grau, a teoria defendida pelo ASC e, em menor grau, a do MPEC. Mas não se trata de um “ataque” totalmente original, como foi dito mais atrás, do Arcaísmo, ou do ART, no qual aquele está incluso, ao defendido pelo ASC principalmente; haja vista que “A historiografia lusa recente vem pondo em dúvida a possibilidade de apreender o projeto ultramarino português a partir dos clássicos quadros do moderno sistema colonial”²⁰⁵. Portanto, há de se levar em consideração, dentro desta perspectiva, que Portugal, enquanto metrópole, tinha um caráter particular e por isso especial. Essa particularidade encontrar-nos-íamos nos quadros do chamado Antigo Regime; é ele, em última instância, que orientaria os objetivos da empresa mercantil/colonial, a serviço de uma concepção de mundo calcada em valores típicos da aristocracia agrária.

Por parte, então, dos grandes mercadores lusitanos, tal comportamento distanciava-os dos seus congêneres de outras metrópoles europeias que alcançaram um padrão mais consistente de concretização do capital comercial metropolitano. Esta nova (e nova, de fato,

²⁰³ *Idem, ibidem.*

²⁰⁴ *Idem, ibidem*, pp. 12 e 13.

²⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 13.

seria para a historiografia brasileira, e não para a portuguesa) análise acerca de uma, digamos, fragilidade mercantil lusitana, derivada de uma tradição de Antigo Regime – e por isso, arcaica –, teria possibilitado também uma “brecha”, inédita, em nossas concepções para o entendimento do que fora verdadeiramente o Brasil; seria, tal como aconselha-nos Husserl em sua fenomenologia, uma espécie de retorno à coisa mesma (o nosso início colonial enquanto objeto, coisa ou fenômeno de estudo), tirando-se de nosso raio de visão este amontoado de especulações teóricas que no máximo, até agora, tem nos permitido ver de forma opaca e translúcida o objeto de estudo. (E é por isso, a respeito do trabalho de Fragoso/Manolo em o Arcaísmo, que Wanderley Guilherme dos Santos, no Prefácio à edição de 2001, fala em “uma fenomenologia da matéria social”²⁰⁶).

Esta “brecha” de originalidade elegeu como o novo fenômeno histórico relevante e real “o capital mercantil residente” aqui no Brasil colônia; que, desbancando o metropolitano português, em função também da fragilidade da divisão social proporcionada por uma economia escravista, carrega em si a capacidade de centralização sobre o controle da produção além-mar aqui fixada, até porque, “a [própria] estrutura social portuguesa tramaria contra a solidificação do capital comercial metropolitano.”²⁰⁷

Sob a direção desta “brecha original”, foram levados, os dois, para além, inclusive, da constatação de que os nossos mercados coloniais eram, se comparados aos da metrópole, detentores de primazia. Chegaram ao encontro da lógica que permitia a existência reiterada da economia colonial controlada por seu capital residente; que nada mais era do que a possibilidade de aquisição relativamente “barata”, e também reiterada, de fatores econômicos necessários a esta produção: terra, mão-de-obra e alimentos. Em primeiro lugar, uma ampla “fronteira aberta” possibilitava, ao mesmo tempo, sempre novas terras a serem incorporadas (em um modelo agrícola extensivo) e, dentro de formas não capitalistas de produção, um cultivo alimentício que poderia, além da subsistência, ser fornecido às grandes unidades agrícolas; e, em segundo lugar, “o crescimento do tráfico negreiro através do Atlântico, continuamente alimentado por sua vinculação estrutural com a exacerbação da diferenciação social na África.”²⁰⁸

Tratava-se, portanto, na história colonial da Época Moderna e início da Contemporânea, de um fenômeno próprio, ainda que guardasse importantes contatos com a matriz geradora: “uma economia de natureza atlântica”; que garantia seu relativo grau de

²⁰⁶ *Idem, ibidem.*

²⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 13.

²⁰⁸ *Idem, ibidem.*

autonomia, em relação ao mercado internacional, por meio de formas não capitalistas de produção no interior de cada espaço colonial, possibilitando assim uma importante acumulação endógena de capital. Os autores, portanto, conseguiram seguir as pistas das práticas históricas de um mercado que teceu a trama de uma sociedade hierarquizada e excludente, em padrões do Antigo Regime português, e por isso mesmo “arcaica”. E os grandes negociantes de grosso trato, residentes na colônia, monopolizaram o que tinha de mais lucrativo neste comércio atlântico; empurrando os demais setores para as atividades menos rentáveis, como a agricultura, por exemplo.

Com este estudo, os autores perceberam ou montaram um quadro histórico, socioeconômico (e pode-se dizer também cultural), do Brasil no século XIX, em que o padrão de riqueza/acumulação pela “elite” mercantil residente tendeu, persistentemente, a se manter e com isso a excluir economicamente uma grande parcela de homens livres pobres; que só não pereceu de vez devido a certa facilidade que a fronteira aberta oferecia-lhes. Entretanto, apesar deste domínio econômico, esta “elite” esteve, invariavelmente, como que assombrada pelo fantasma da tradição arcaica do Antigo Regime lusitano, que a direcionava a perder parte considerável de seus rendimentos em terras, escravos e sobrados, na tentativa de garantir o que os autores denominaram de “ideal aristocrático”. Os autores dão a entender (fica difícil racionar de forma diferente) que se não fosse a busca deste ideal por aqueles que aqui detinham o grosso do capital adquirido com o comércio atlântico, ao qual nossa produção agrícola estava inserida, hoje não teríamos uma história, que se perpetua, de grande acumulação, de poucos, e muita exclusão, para muitos.

“A elite mercantil, por sua vez, viu-se sempre marcada por aquilo que chamamos ideal aristocrático, que consiste em transformar sua acumulação em terras, homens e sobrados. Contempla-se, assim, através da subordinação da acumulação comercial, a constituição de uma sociedade arcaica, com sua hierarquia excludente em perpétua reconstituição. Nas condições específicas da Colônia, a ausência deste movimento [as práticas da elite mercantil para alcançar o ‘ideal aristocrático’] inviabilizaria o grande cenário que por séculos articulou senhores e cativos.”²⁰⁹

Quando tratam de forma mais detalhada os modelos explicativos da economia colonial, de imediato apontam para a existência, assim como fez Fragoso em sua tese, de duas grandes “vertentes” historiográficas voltadas para a interpretação da economia colonial brasileira: a que teve início com Caio Prado Jr., e foi seguida por Celso Furtado e Fernando Novais, a do “sentido da colonização”, ou, como neste trabalho é denominado, a do “antigo sistema colonial” (ASC); e a de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, a do “modo de

²⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 14.

produção escravista colonial” (MPEC).²¹⁰

“Trata-se de um problema central, já que todos os autores em questão compartilham, implícita ou explicitamente, da ideia de que a perenidade da escravidão torna-se imprescindível a existência de um fluxo externo, contínuo e economicamente viável de mão-de-obra o Brasil.”²¹¹

Em resumo, os autores indicam que para estes “clássicos” (em menor grau para Flarmarion) era o comércio externo que determinavam, por exemplo, o fluxo de escravos africanos que aportavam em nossos portos coloniais. Tratava-se de um sistema agrícola extensivo, que sempre necessitava da incorporação constante de itens como terra e mão-de-obra. Este último, como se sabe, era o braço escravo; portanto, para tais “clássicos”, a necessária abundância de trabalhadores era fornecida pelo tráfico atlântico, que deveria funcionar muito bem para a reprodução e estabilidade do sistema econômico colonial. E isso explica, a favor desta concepção, o imenso e colossal contingente de africanos que aqui chegaram em quase quatro séculos.

Dentro de uma linha de raciocínio semelhante, para Caio-Furtado, a reprodução da força de trabalho implicava em uma “crueldade” na vida dos escravos (elevado grau de exploração física), além, em resumo, de uma perspectiva empresarial de curto prazo para quem nela investia, já que a compra desta mão-de-obra era relativamente barata. E Para Novais, a compra de escravos também implicava em uma capacidade reduzida de movimentação de capitais; ideia que Frago e Florentino rebatem, alegando que o próprio tráfico resolveria este problema. Portanto, a linha de raciocínio do ASC, conjugando tais perspectivas de seus autores, entende o tráfico atlântico enquanto ferramenta de reprodução da mão-de-obra da produção colonial. Mas existem, neste aspecto em especial, algumas diferenças sutis entre o ASC e o MPEC.

Gorender dirá, por exemplo, que há mecanismos de compensação ao fato do sistema escravista degastar, com sua “crueldade”, a mão-de-obra. A superexploração do trabalho escravo, em parte, permitia um rendimento que era capaz de repor rapidamente a mão-de-obra. No entanto, não sem se livrar de uma alta mortalidade escrava, devido exatamente a esta exploração intensa; o que, contraditoriamente, acabava limitando a capacidade de repor internamente os braços para a lavoura de exportação. Tendo em vista que o alto grau de

²¹⁰É interessante perceber que se surpreenderam, na quarta edição, com a permanência de tais modelos explicativos, dado os contextos das décadas de 70 e 80 do século passado. “Não deixa de impressionar a longevidade desses quadros explicativos, tendo em vista a radicalidade das críticas à Teoria da Dependência, a partir dos anos 70, e da rapidez com o que o mundo socialista foi varrido do planeta em fins da década de 1980.” (*Idem, ibidem*, p. 25 – 4ª ed.).

²¹¹*Idem, ibidem.*

exploração era resultado da facilidade de se conseguir escravos no mercado externo, este, ao mesmo tempo, portanto, possibilitava e limitava a quantidade de mão-de-obra escrava aplicada na produção colonial. A possibilidade ou a expansão da economia colonial, pela incorporação de mais escravos, ajustava-se ao aumento da procura de seus produtos pelo mercado externo; logo, os preços externos dos produtos exportados guardavam uma relação diretamente proporcional ao número de escravos importados. Repetindo, a economia colonial, também pela perspectiva de sua mão-de-obra, era estabelecida, em sua reprodução ou retração, pelo mercado externo.

“Os clássicos”, portanto, trabalham com a perspectiva de que os preços de nossos produtos agrícolas coloniais no mercado externo travavam, reiterando, uma relação diretamente proporcional à imigração de cativos africanos; contudo, Fragoso/Manolo afirmam que o contrário não foi levado em consideração. Para eles o mercado atlântico de escravos era tão pujante que também era capaz de, em certa medida, prescindir do mercado internacional; em momentos de baixa deste, ele, o tráfico atlântico de escravos, poderia continuar não só ativo como também em alta. E “os clássicos” teriam desperdiçado tal visão.

De qualquer maneira, cada um dos “clássicos”, segundo Fragoso/Manolo, elaborou uma explicação um tanto quanto distinta um do outro a respeito das razões da compra de escravos por parte dos colonos; mas concordam, os clássicos, que em cada período diferente, os motivos desta compra assumiram propósitos também diferentes. Quando já consolidada a escravidão colonial, “observa-se que o exercício da lógica empresarial [para ‘os clássicos’] implica um aparente desperdício de força de trabalho, o que torna o tráfico um elemento estrutural.”²¹² Entendem este “desperdício” em função de alegarem a existência de um acentuado desgaste físico imposto ao cativo, dado pela superexploração. Por isso a necessidade de que o tráfico negreiro, atlântico, repusesse a mão-de-obra; tornando este tráfico parte integrante da estrutura produtiva da econômica colonial montada nas Américas, segundo o MPEC, ou como que presidindo o processo, pelo ASC.

Ainda sobre o tráfico negreiro, no que diz respeito a sua origem no séc. XVI, os autores indicam que para Caio Prado, Furtado, Flamarion e Gorender, um pouco menos para este último, a demanda por braços determinava a oferta de cativos africanos para a América; tendo em vista a escassez de mão-de-obra em terras nativas. Já para Novais, no entanto, é o contrário; salvo para o comércio de cativos ameríndios.

Novais trabalha com o raciocínio de que a mudança na utilização da mão-de-obra

²¹² *Idem, ibidem.*

cativa, de ameríndios para o tráfico atlântico, se deu pela alta lucratividade deste último. Apesar desta discussão interna sobre a origem da escravidão africana no Brasil, entre as duas posturas críticas em relação à colonização portuguesa, para Fragoso e Manolo “os clássicos” encontram-se quando olham para as condições socioculturais do cativo africano e de seu continente. Fragoso e Manolo acusam “os clássicos” de coisificação do indivíduo escravo e simplificação das características sociais da África. “Não deixa de ser curioso notar que, embora pensem o tráfico como um fluxo contínuo e barato, estes autores tomam a África apenas como uma espécie de grande e passivo viveiro humano.”²¹³ Questionam o fato dos autores “clássico” não trabalharem (com exceção de Cardoso; mas que também não avançaria muito) a África como socialmente heterogênea para poder se explicar porque durante séculos este continente nos mandou escravos etc. Gorender se aplica um pouco mais a este estudo; no entanto, não rompe com a perspectiva de ver o continente de forma passiva e reificadora.

Outra interseção entre os “clássicos”, apontada por Fragoso/Manolo, foi o controle e acumulação exógena metropolitanos nos negócios envolvendo o tráfico atlântico de escravos da África para o Brasil. O que implicaria dizer que estes “clássicos” entenderiam, equivocadamente, que na colônia o setor mais importante era aquele voltado para a exportação, tornado desprezível o capital mercantil residente – e também, obviamente, a sua classe social. E, ao contrário, na metrópole residiria o capital mercantil que acumulou boa parte dos lucros oriundos do tráfico negreiro etc. Os autores questionam, a partir de um comentário do sociólogo-economista João Manuel Cardoso de Mello (que foi orientando em sua tese de doutorado na Unicamp, O Capitalismo Tardio²¹⁴, por Luiz Gonzaga de Mello Belluzo), a validade teórica, por exemplo, de um modo de produção que não se reproduz: “(...) que modo de produção é este que não se reproduz [internamente]”.²¹⁵

A coisa toda é muito mais complexa. A despeito de o continente africano ser, obviamente, muito importante, e, portanto, não um simples depósito de cativos, pode-se questionar, na perspectiva de se apreender os mecanismos internos de funcionamento da economia colonial: qual seria a importância de se entender, plenamente, a heterogeneidade deste continente senão, quando se olha para a escravidão moderna, como relacionado às necessidades das transações comerciais do período? Não se trata de se desconsiderar esta heterogeneidade social africana durante os séculos de colonização americana; mas o que

²¹³ *Idem, ibidem*, p. 24.

²¹⁴ MELLO, João Cardoso de. O Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: Unicamp, 1975 (tese de doutorado).

²¹⁵ *Idem. O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 42. *Apud* FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, J. L. R. Op. cit., p. 25.

presidiu o processo de atender as demandas ou por mão-de-obra para o Brasil ou por altos lucros para os mercadores (independente de onde residiam) foi exatamente atender a uma destas demandas ou, o que é mais provável, as duas concomitantemente. O próprio Cardoso de Mello não tem dúvida em afirmar (pois que está concluindo sua pesquisa) que:

“... a História do capitalismo é também a nossa História: o capitalismo não pode formar-se sem o apoio da acumulação colonial; o capitalismo industrial valeu-se da periferia para rebaixar o custo de reprodução tanto da força de trabalho, quanto dos elementos componentes do capital constante; ademais, dela se serviu como mercado para sua produção industrial, quer como campo de exportação de capitais, financeiro e, mais adiante, produtivo.”²¹⁶

Feita a crítica aos modelos “clássicos”, João Fragoso e Manolo Florentino procuram demonstrar a nova abordagem sobre a economia colonial por eles concebida como parte do sistema Atlântico português; contudo, primeiramente, precisaram concordar em parte com o que diz pelo menos com Caio Prado, Fernando Novais e Ciro Cardoso.

“Seguindo os passos de Caio Prado, Novais e Ciro Cardoso, acreditamos que o entendimento da constituição da economia colonial passe necessariamente pela compreensão da economia e sociedade lusitanas do Antigo Regime. Afinal, a Colônia resulta da expansão metropolitana, e a estruturação de seu sistema produtivo obedeceu às vicissitudes do projeto português de colonização. Urge, pois, ao menos tentar esboçar os traços gerais da peculiar estrutura portuguesa moderna, para podermos encontrar as raízes da formação colonial brasileira.”²¹⁷

Na busca de mapear a sociedade e economia portuguesa durante a época moderna, como ponto de partida de se entender como era esta sociedade que nos colonizou, ou seja, como a estrutura lusitana de funcionamento social montou a empresa colonial em sua porção da América tropical, os autores, apoiando-se mais uma vez em Francisco Falcon e Magalhães Godinho (sobretudo neste último), demonstram, por exemplo, que Portugal do século XVIII se constituía em uma “típica paisagem de Antigo Regime”; com uma composição fundiária em que 80% das terras estava concentrada entre o clero e a nobreza; cidades que guardavam para si somente a organização mercantil e administrativa; e uma indústria que se restringia à manufaturas e oficinas artesanais.

Um questionamento possível é se estes mesmos percentuais, inclusive no séc. XVIII, entre os países mais “modernos”, sobretudo na Inglaterra industrial, não eram semelhantes. Pode-se supor – um objetivo a ser pesquisado futuramente – que as diferenças não sejam tão gritantes; até mesmo que o grau de “aristocratização” fundiária, por exemplo, fosse um pouco semelhante.

Poderá se dizer igualmente, e com muita propriedade, que sim, a população

²¹⁶MELLO, João Cardoso de. O Capitalismo Tardio... *Op. cit.*, p. 196.

²¹⁷FRAGOSO, J. L. R. O Arcaísmo... *Op. cit.*, p. 25.

portuguesa no período em questão era pequena. E que por isso – como sinal desta parcimoniosa demografia –, quando da montagem, por exemplo, da indústria açucareira no Brasil, se precisou lançar mão de um elemento não português como mão-de-obra (o braço escravo ameríndio e posteriormente o africano). Contudo, em resposta, tem-se que o tamanho do Brasil, a ousadia da empreitada de colonizá-lo, impossibilitaria que qualquer outra nação europeia, em separado, caso fosse esta outra nação a colonizar o Brasil e não Portugal, fizesse coisa muito diferente.

Além de apontar estas características que indicariam um possível atraso de Portugal em plena época moderna, se comparados aos outros países europeus, dirão também que o antigo regime em Portugal acabava sendo, pela sua configuração social, mais obsoleto do que todos os outros no Ocidente.

“Na verdade, o arcaísmo desta estrutura é tão radical que chega a diferir até mesmo dos padrões clássicos que marcam as sociedades do Antigo Regime. Por exemplo: durante o século XVI, o panorama agrícola é de atrofia tecnológica e demográfica, estimando-se que o campesinato some apenas 1/3 da população – dado estranho às economias de tipo antigo. Em contrapartida, os segmentos formados pelo clero (no século XVII há um membro da Igreja para cada grupo de 36 habitantes), fidalgos e mercadores, abarcam outro terço, cabendo a parcela restantes a artífices, trabalhadores manuais, marinheiros, pescadores, servidores e ociosos (Godinho, 1975: 104).”²¹⁸

Vejamos: primeiramente, o cenário demográfico “atrófico” em terras do Reino Português do XVI se explique pela retração demográfica verificada na Europa Centro-Ocidental após “a Crise do Século XIV”; e mais – pode se questionar: esta retração não seria uma constante destas populações europeias recém-saídas desta crise? Em segundo lugar, ainda para o século XVI, o fato do número de camponeses naquela sociedade portuguesa de final do medievo ser reduzido, se comparado ao todo de seu tecido social, pode ser explicado pelas suas características de poucos atributos tipicamente feudais, quando confrontado aos demais países europeus.

A esta estrutura socioeconômica, possuidora do pior dos “arcaísmos”, acrescentam um arcabouço agrônomo que fora incapaz de suprir a sobrevivência de sua população durante a época moderna. A formação social e econômica dos lusíadas, no mínimo até o século XVII, segundo se pode interpretar no Arcaísmo como Projeto, era mais ineficiente até mesmo do que a de sua colônia na América; já que esta conseguiria arcar com as necessidades de abastecimento interno de forma endógena. Enquanto a de Portugal, sendo um país tipicamente agrícola, no período apontado, precisava importar uma quantidade considerável

²¹⁸ *Idem, ibidem.*

de alimentos; ao mesmo tempo em que observava suas exportações de itens rurais aumentarem.

“Estamos frente a uma agricultura incapaz de prover os recursos necessários à manutenção da sociedade, tendência que se agrava com o passar do tempo. Assim, se até o século XIV a importação de alimentos era episódica, ocorrendo apenas em épocas de escassez, no século XVII importa-se de 15% a 18% dos cereais consumidos (Godinho, 1978:27). Acompanhando este movimento, percebe-se a expansão de uma agricultura exportadora (centrada sobretudo em vinhas e oliveira) e, por volta da época da Restauração, os cereais ocupam 900 mil hectares contra os 600 mil dos cultivos de exportação (Hanson, 1986:222).”²¹⁹

Insistindo-se nos efeitos da Crise do Século XIV, em um contexto de produção agrícola, de um modo geral, retraída, fosse pelas guerras constantes ou fosse pelas pestilências duradouras, como pensar em importação de alimentos? Não havia produção alimentícia em larga escala; que se combinava a uma demografia contraída. Tanto é assim, que os próprios dados utilizados no Arcaísmo confirmam isso; ou seja, que no decorrer da Época Moderna, quando tais efeitos são dissipados, percebe-se, primeiramente, um significativo aumento da importação de alimentos em Portugal, resultado evidente da ampliação de uma demanda que só poderia vir, pelo menos, de um também aumento populacional; ainda que se não tratasse de um crescimento “avassalador” da sociedade portuguesa, ele parece ter sido suficiente para que essas transformações ocorressem.

Na perspectiva desta pesquisa, não se supõe que esta composição socioeconômica lusitana, da Baixa Idade Média e da Época Moderna, tenha sido o resultado de uma marca exclusiva da história e composição social portuguesa, como uma espécie de “carimbo”, único, no “DNA” cultural deste povo. Prefere-se, aqui, trabalhar com a perspectiva de que: 1 – tais manifestações econômicas foram contingenciais para aquele momento da história portuguesa; e 2 – não poderia, salvo algumas exceções, ter sido, por exemplo, muito diferente das de outras formações socioculturais e econômicas da Europa Atlântica, pelo menos. Afirma-se, portanto, que também não se crer que herdamos uma tradição retrógada do “DNA” histórico-cultural lusitano; que teria, desse jeito, imprimido um arcaísmo econômico-social em nossa formação colonial. E afirma-se tal coisa porque igualmente este trabalho considera que este arcaísmo lusitano, de um Antigo Regime dos mais antiquados, como uma opção da cultura portuguesa, não existiu assim, desta maneira.

Que Portugal, na época moderna, tenha apresentado um antigo regime que insistiu em perdurar, no tempo, com suas arraigadas tradições que impediram, por exemplo, uma industrialização que copiasse a da Inglaterra, é porque também, primeiramente, vários outros

²¹⁹ *Idem*, pp. 25 e 26.

países europeus, com suas especificidades, também não o conseguiram. (E no caso específico de Portugal, ainda se pode questionar: por que deveriam se afinal tinha as colônias?). Em segundo lugar, aqui se defende um raciocínio que antagoniza tal perspectiva de um “projeto arcaico”; pois, segundo este raciocínio antagônico ao “Arcaísmo”, foram as conjunturas econômicas dos contextos históricos que Portugal teve que se confrontar, somadas às inúmeras posturas assumidas perante estes contextos, que fornecem, em se tomando uma posição conceitual dialética (entre as relações econômicas, sociais e culturais), a conformação estrutural que se tornou a sociedade portuguesa para o momento abordado.

Momentos históricos, específicos, obrigaram que determinadas decisões fossem tomadas. Claro que estas decisões sofreram, em uma relação dialética, influências de manifestações culturais históricas; todavia, ou na busca por lucro, sobrevivência e até mesmo *status*, os agentes sociais mobilizaram-se, não ficaram parados e moveram a história. No caso do Brasil, independente dos desdobramentos ulteriores, a empresa açucareira foi montada porque, obviamente, as taxas de lucros eram altas para este produto tropical tão desejado em uma Europa em plena expansão comercial. Portanto, no caso específico da expansão marítima e comercial portuguesa, os desdobramentos econômicos – que por sua vez foram resultados de outros desdobramentos anteriores – estiveram, junto a outros motivos (de ordem política ou cultural), por detrás da empreitada dos lusos no “mar tenebroso”.

Para Frago e Florentino, por outro lado, esta expansão marítima e a sua consequente colonização da América, do início da Época Moderna, não foram os resultados de nenhum desenvolvimento, por menor que seja, da economia portuguesa (“A colonização ultramarina transformou-se em condição de possibilidade para a existência desta estrutura”²²⁰); muito pelo contrário, foi decorrência direta de suas obsoletas condições econômicas de uma sociedade aristocratizada que precisava ser mantida – “uma resposta feudal à grande crise por que passava a economia e sociedade portuguesa.”²²¹ Em resumo, a colonização serviu para se transferir renda dos territórios conquistados em nome da manutenção de um sistema social parasitário, garantido por uma Estado hipertrofiado em mãos de fidalgo-mercadores.

Apoiados em autores como, dentre outros, Charles Boxer e Godinho, procuram demonstrar que aristocratização do controle dos ganhos da colonização, onde o fidalgo-mercador impediu a ascensão de comerciantes à condição de grandes mercadores, era em substituição à atividade agrícola interna (em mãos da nobreza e do clero), que não conseguia

²²⁰ *Idem, ibidem*, p. 26.

²²¹ *Idem, ibidem*.

mais sustentar o padrão aristocrático desta nobreza. Seria por isso que esta se viu obrigada a se envolver com a expansão e os negócios abarcando a colonização. Era um projeto deliberadamente “arcaico”, que necessariamente previa o controle do Estado. Tal projeto impediria um desenvolvimento nos moldes capitalistas.

Os autores citam o modelo de “lucro sobre a alienação” (em sistema de monopólios, comprar muito barato para vender muito caro), dado por Marx, para encaixar o caso do capital mercantil português; onde este capital, devido ao uso que lhe foi dado, não desenvolveu as forças produtivas capazes de darem um rumo capitalista à economia portuguesa. E aí acrescentam que diferentemente dos casos inglês, francês e holandês, optou-se por fazer a manutenção desta característica.

“Isso significa que a esterilização [capital que se torna ‘combustível’ da vida luxuosa e parasitária da nobreza controladora do Estado e de seus negócios no além-mar, e que por isso torna-se um capital com uma profunda improficuidade para alavancar a estrutura produtiva do reino] dos recursos apropriados na esfera colonial é tão volumosa, que sua capacidade de financiar até mesmo as atividades essenciais para a sua reprodução parasitária (navios, armazenamento, seguros etc.) é limitada.”²²²

Esta limitação do capital mercantil (sugado pelos excessivos gastos aristocráticos do Reino), fazia com que se necessitasse cada vez mais do sobretrabalho extraído do cativo na colônia, quando da venda do produto colonial. Para ser vantajoso, já que este capital, como foi dito, tinha dificuldade de manter a atividade que lhe sustentava, era necessário também que os custos de produção colonial fossem baixos. É aí que se encaixa a agricultura extensiva desenvolvida aqui no período colonial, calcada em farta oferta, barata, de terras, homens e alimentos. O circuito do mercado – não capitalista – que abastecia estes três fatores, ou variantes, de produção, era centrado geograficamente no Atlântico Sul. A mão-de-obra, arrancada de forma violenta, em função da própria história social e cultural do continente, e por isso não era cara, vinha da África; e as terras e alimentos eram conseguidos aqui mesmo no Brasil.

O primeiro item é óbvio demais (grandes quantidades de matas virgens que sempre ofereciam uma fronteira móvel e aberta a ser explorada etc.), dispensando maiores exposições; já o seguinte item, a produção de alimentos da agropecuária consumidos pelas *plantations*, este sim merece mais atenção. Em uma mesma estrutura extensiva, os alimentos eram produzidos em condições não capitalistas de produção, fossem em roças camponesas ou mesmos por cativos que se encontravam nas grandes unidades produtivas de exportação (a chamada “brecha camponesa” de Ciro Flamarion). Estes itens possibilitavam à produção

²²² *Idem, ibidem*, p. 27.

colonial voltada para exportação, certo grau de independência perante o mercado externo, dado aos seus circuitos comerciais internos ou do Atlântico Sul (África/Brasil). Como consequência, tínhamos duas características muito importantes: a acumulação endógena, que era superior a pensada pelos “clássicos”; e um maior controle da venda destes produtos tropicais no mercado europeu por uma classe mercantil residente.

Os autores deixam claro que partem do exemplo do Rio de Janeiro colonial, onde seus estudos presenciaram a montagem de uma estrutura econômica colonial voltada não simplesmente para que *plantations* existissem, e sim para se custear a manutenção e reprodução de um estilo de vida para a aristocracia lusitana. E esta estrutura não poderia variar conforme o mercado externo, senão todo o esforço seria em vão; não é à toa, portanto, que momentos de baixa dos preços de determinada mercadoria no mercado externo, avidamente procurava-se outro produto. Um ambiente social altamente estratificado, calcado aqui na escravidão, tinha que se mantido a todo custo; e para isso era necessário que se controlasse os mais importantes mecanismos das relações de poder (como o “status” social aristocrático); que inclusive garantiam, culturalmente, a conservação da própria escravidão. “Por se tratar de estratificação assentada no escravismo, sua viabilização tinha por pressuposto a própria reprodução das relações de poder: afinal, eram mecanismos extra-econômicos os vetores que impeliam o cativo a trabalhar”²²³

3.2.1. Finalizando: uma metodologia, seriada, do menor espaço/tempo econômico para o maior espaço/tempo cultural.

Para comprovarem tal concepção, exposta neste subcapítulo, desenvolveram uma técnica de pesquisa calcada no manuseio de documentos manuscritos de origem cartorial (como inventários etc.), devido a se prestarem perfeitamente à quantificação. Esta foi a constante, procedimental e algorítmica (encadeamento de raciocínios ou operações que se presta à resolução de problemas), utilizada como base metodológica a quase todos ou senão a todos os trabalhos dos autores (pelos menos dos que esta pesquisa teve contato); e o Arcaísmo como Projeto não foi a exceção.

Um dos artifícios mais importantes, desses autores, foi a determinação de quantidades seriadas a partir de certos dados tabelados (cujas lacunas foram complementadas com outras fontes primárias, tais como periódicos especializados, e secundárias etc.) sobre

²²³ *Idem, ibidem*, p. 29 – grifo nosso.

realidades com cortes espaço/temporal menores. Estes cortes menores serviram como uma espécie de “amostragem” comprobatória das teorias desenvolvidas, antes mesmo do Arcaísmo, para que se encaixassem sobre realidades maiores em termos geográficos e cronológicos.

Nos casos em que a realidade presumida não é totalmente contemplada pelo quantitativo do conjunto de fontes, os autores lançaram mão do recurso de se analisar qualitativamente algumas delas – talvez as julgadas como mais representativas: “Na medida em que este tipo de material inexistia, ou que a reflexão não demande medição, lançaremos mão de manuscritos de base qualitativa.”²²⁴ Contudo, em sendo assim, acabam desmentindo aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos disse no Prefácio ao Arcaísmo na edição de 2001, de que os autores, em uma postura “Fenomenológica”, tal como a de Husserl, vão à coisa em si (o objeto de estudo), retirando-lhe aquilo – o conjunto de conjecturas – que lhe confere “opacidade”, já que, sobre o material empírico, eles mesmos, os autores, cogitam e elucubram suposições.

Este livro é um bom exemplo disso. Mas se se pega especificamente os estudos de Fragoso, a título de ilustração, também se poderá constatar, como já foi aqui analisado, a construção de conjecturas abrangentes, bem planejadas, sobre corpos documentais que tratam de contextos menores.

Desse jeito, o Rio de Janeiro oitocentista foi o modelo – para os testes hipotéticos pelo menos de Homens de Grossa Aventura, de Em Costas Negras e de O Arcaísmo como Projeto – de um comportamento que, a partir de terras ibéricas próximas ao Atlântico, atravessou séculos para aqui, nestes trópicos carioca e fluminense, fazer paragem; fornecendo àquela província, portanto, uma das pontas de um vasto *link* (de teor tempo/espaço) que liga as extremidades “arcaicas” da identidade luso-brasileira.

Tratando com mais precisão, também para o caso do Rio de Janeiro no Arcaísmo, os corpos documentais escolhidos, repetindo, por sua qualidade e excelência favoráveis à quantificação, foram:

1. As listagens impressas ou manuscritas das entradas de navios no seu porto (que registram, sobretudo, a entrada de escravos, gêneros de abastecimento e as exportações); pela importância do porto carioca para o restante do Sudeste, puderam os autores medir os momentos de expansão e retração das atividades econômicas da região e o perfil da concentração geográfica dos mais importantes de seus negócios realizados.

²²⁴ *Idem, ibidem.*

2. Os códices de entrada e saídas de tropeiros; com a apuração das tropas de escravos que do Rio iam para outras regiões no interior da colônia, os autores puderam apurar as características do mercado interno colonial no que diz respeito ao perfil de seus empresários ou ao aspecto de como se dava a distribuição deste mercado.

3. Mil inventários *post-mortem* das mais importantes fortunas; com estes estabeleceram a hierarquização e o padrão geral da composição empresarial, estabelecendo igualmente o contorno social da própria economia carioca.

4. Cinco mil escrituras públicas de compra e venda, entre 1798 e 1835, depositadas no acervo do Arquivo Nacional – RJ; trata-se do registro das mais importantes transações mercantis da praça comercial da capital da colônia, e para os autores foi capaz de sinalizar de que forma se deu o movimento do mercado da região e seus aspectos mais marcantes, permitindo-lhes verificarem os setores ligados às atividades rentistas e especulativas.

Primeiramente, o cruzamento das informações dos dois últimos corpos documentais (respectivamente, as fortunas estabelecidas nos inventários entrecruzadas ao volume e valores dos negócios dos que atuavam no mercado carioca), possibilitaram aos autores medir o nível de concentração do mercado em questão. Em segundo lugar, esse conjunto documental quantificado foi aplicado a uma documentação primária considerada de cunho qualitativo pelos autores, como correspondências oficiais, alvarás, decretos e Ordens Régias de um modo geral (Graças Honoríficas etc.). Por último, ainda cabe mencionar que todo o estoque documental da Junta de Comércio, no Arquivo Nacional, nos anos de 1808 a 1830 (processos e correspondências comerciais e portaria e balanços de pagamentos), também foi apreciado pelos autores, permitindo aos mesmos a abordagem da hegemonia do capital comercial do Rio de Janeiro em seus mais variados ramos de circulação e rentabilidade da produção escravista.

“Levando-se o raciocínio mais adiante, e lembrando a posição privilegiada do capital mercantil carioca no mercado atlântico português, observa-se que a contínua recriação desta estrutura agrária escravista envolve a própria reprodução de outras formações não capitalista. É o caso daquelas que, na África, têm no tráfico de almas o mais importante eixo de diferenciação social. É também o caso de Portugal, apropriando-se das rendas derivadas dos negócios ultramarinos. É pois, factível concluir que, ainda quando seja correto apontar para a cada vez mais intrincada vinculação da economia colonial ao mercado exterior de feições mais e mais capitalistas, seu pano de fundo viabilizador é constituído pela contínua exacerbação de uma natureza arcaizante.”²²⁵

Suas pesquisas, notadamente o mestrado e o doutorado de Frago e o doutorado de Florentino, foram sendo montadas de uma maneira tal, negando certos autores “clássicos”, adotando perspectivas que esta pesquisa as está entendendo como culturalista etc., que

²²⁵ *Idem, ibidem*, p. 109.

geraram um fio condutor que os conduziu a uma ideia geral de Brasil, cuja origem é dada pela tradição lusitana, definida como “arcaica”.

Capítulo IV – João Fragoso: A História Econômica do ART – de uma breve formação Marxista à História das “Elites”

Nas análises dos historiadores do ART, que examinaram vários aspectos da sociedade colonial brasileira, sobretudo na província do Rio de Janeiro e seu entorno, seus enfoques econômicos, conforme foi esclarecido na Introdução, foram os mais explorados neste trabalho. Sendo assim, procurou-se enfatizar os estudos de João Luis Ribeiro Fragoso, pois foi o que mais se dedicou a estes enfoques.

Fazendo parte de um conjunto de trabalhos liderados por Maria Yedda Leite Linhares, que coordenava estudos sobre história agrária²²⁶, Fragoso inicia suas pesquisas sobre o sistema agrário do Município de Paraíba do Sul no século XIX, buscando depois entender as especificidades do comércio da Praça do Rio de Janeiro, e também de seus agentes. Em um primeiro momento, pode-se identificar que suas principais preocupações direcionavam-no a averiguar a importância de setores e aspectos, na economia Fluminense (podendo se estender a outras áreas), como a entrada do ouro das Minas Gerais, a formação de novos territórios consumidores e as consequências econômicas da mudança de Corte em 1808.

Lendo sua tese de doutoramento, já comentada aqui em partes, não fica difícil identificar tais preocupações. E no caso desta tese em particular, pode-se ainda reconhecer outros aspectos econômicos recorrentes ligados aos seus estudos sobre o Rio de Janeiro e de suas relações mercantis com o Centro-Sul; é o caso de expressões como “acumulação endógena”, “mercado interno” e certa “autonomia econômica da colônia”, sob a liderança de comerciantes do Rio de Janeiro principalmente, no que diz respeito à ingerência de Lisboa ou do governo de D. João VI no Rio de Janeiro.

Até chegar a esta tese, que o lança ao reconhecimento acadêmico, Fragoso parte de uma “plataforma” marxista²²⁷; isto é, utiliza-se de um instrumental metodológico retirado de conceitos da teoria crítica do marxismo. Um uso formal muito bem realizado de tais

²²⁶Sobre a participação de Linhares na história das pesquisas agrárias sobre Brasil na segunda metade do século XX, sobretudo realizada no Rio de Janeiro, ver um texto seu que procura fazer um apanhado resumido não só de sua participação como as dos principais analistas do tema: LINHARES, Maria Yedda. “Pesquisas em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro”. Revista Estudos Rurais – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro: 12 de abril 1999: 104-112. Ou: *Idem*. “História Agrária”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, pp. 155-191.

²²⁷Que é diferente, por exemplo, do “marxismo paulista” (Caio Prado, Florestan Fernandes, Antônio Novais, Fernando Henrique Cardoso etc.) e seus conceitos ligados principalmente à circulação das mercadorias (“capitalismo comercial” etc.). E notadamente mais próximo de um marxismo proposto por Ciro Cardoso, calcado nos processos produtivos, reticente em relação a determinismos ortodoxos e que, em certa medida, recebeu influências dos estudos de Braudel via Frédéric Mauro etc.

conceitos; que pode ser constatado, por exemplo, em sua dissertação de mestrado, Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: (1650-1920) um estudo de relações não-capitalistas de produção²²⁸, defendida na UFRJ em 1983.

4.1. O Marxismo de João Fragoso

*O marxista João Luís Fragoso, analisando o mercado do Rio de Janeiro no período 1790-1830, notou que este tinha um comportamento inverso à tendência internacional*²²⁹.

Concluída sua graduação em História pela UFRJ em 1979, com a monografia “Questão Agrária na América Latina”, orientada pela historiadora e marxista Philomena Gebran, organizadora do clássico Conceito de Modo de Produção²³⁰, Fragoso ingressa, neste mesmo ano e nesta mesma instituição, para o mestrado em História Social, obtendo aprovação em 1983 com a dissertação já citada acima.

4.1.1. A Concepção de um Sistema Agrário para a Economia do Vale do Paraíba Fluminense na passagem do século XIX para o XX

Ao se ler o texto final da pesquisa deste mestrado, sobretudo suas primeiras páginas, percebe-se que a região do Paraíba do Sul – RJ, entre os anos de 1850-1920, em seus aspectos gerais, serviu de base para a exemplificação de um sistema agrário atrelado a uma economia de exportação, no caso específico o café. A dissertação, segundo pretendia o autor, se prestaria a uma primeira abordagem a este tipo de sistema econômico (não fazendo referência

²²⁸FRAGOSO, J. L. R. Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: (1650-1920) um estudo de relações não-capitalistas de produção. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. (Dissertação de mestrado orientada por Maria Yedda Leite Linhares, e que também contou com a participação na banca examinadora de Ciro Flamarion Santana Cardoso e de Eulália Maria Lahmeyer Lobo. Segundo informações, esta dissertação foi publicada, contendo algumas alterações, este ano; contudo, em seu *Lattes*, consultado para esta pesquisa pela última vez no dia 15/08/2014, não consta a indicação desta publicação. Também não consta no *site* da Civilização Brasileira, onde o autor tem publicado seus últimos livros; nem no da Pós-Graduação do Departamento de História da UFRJ).

²²⁹CALDEIRA, Jorge. A Nação Mercantilista. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 241. O mais curioso é que Jorge Caldeira, escritor e doutor em ciência política pela USP (e que pautou sua carreira com preocupações nitidamente editoriais), enxergou Fragoso como “marxista”, em 1999, de sua leitura acerca de os Homens de Grossa Aventura (na 1ª edição de 1992, que foi resultado da publicação de sua tese de doutorado defendida em 1990); contudo, neste trabalho Fragoso, na verdade, conciliou a metodologia marxista a outras teorias etc. Mas foi sobretudo em sua dissertação que as teorias econômicas de cunho marxistas mais ampararam o caminho percorrido entre hipóteses e conclusões.

²³⁰GEBRAN, Philomena (org.). Conceito de Modo de Produção. São Paulo: Paz e Terra, 1978. Também podemos mencionar da mesma autora: As Sociedades Andinas: Uma Historiografia particular da América Latina. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

ao conceito marxista de “modo de produção”). E para dar conta de seus objetivos, Fragoso procurou se concentrar em alguns aspectos desta específica produção escravista exportadora do Paraíba do Sul, bem como em determinados traços de seu processo de reprodução enquanto sistema e também de suas relações de produção. Esses traços, da reprodução do sistema produtivo e de suas relações sociais, no texto de Fragoso, aparecem conectados entre si e a uma noção, apreendida pelo autor, de permanência de certas práticas de cultivo do campo brasileiro oitocentista.

Para comprovar suas hipóteses, Fragoso, em sua metodologia, contou com fontes primárias cartoriais (testamentos, inventários *post-mortem* etc.), relatórios de órgãos governamentais, que trazem balanços da produção da região estudada, relatos de viajantes e outros autores de época que escreveram matérias em alguns periódicos. Estes documentos estiveram contidos em um corte geográfico que compreendia principalmente a Paraíba do Sul. Trata-se de um procedimento, por parte de Fragoso, de se conceber a “parte pelo todo”; ou seja, relacionar o que foi o território agrícola brasileiro, na passagem do século XIX para o XX, a este seu corte cronológico e espacial.

Este procedimento de pesquisa foi embasado por um conjunto de fontes secundárias assinadas, em sua maioria, por autores (historiadores, sociólogos e economistas) especializados principalmente em assuntos agrários – a maioria marxista ou se utiliza de suas teorias. Na intenção de um estudo agrário regionalmente determinado, certamente pela orientação de Maria Yedda, nota-se, além disso, certa influência da segunda geração dos *Annales*.

Das referências teóricas de inspiração marxista, destacam-se três considerações que são as mais importantes de seu trabalho. 1ª – “As relações não-capitalistas de produção”, em que o trabalhador direto, para sobreviver, não necessita da mediação do mercado, pois produz ele mesmo boa parte dos bens que precisa para viver. Este conceito auxiliou-o, em parte, para que elucidasse o porquê da persistência do sistema econômico estudado. 2ª – “As relações capitalistas de produção”, onde o trabalhador direto é assalariado, pois vende continuamente sua força de trabalho no mercado, e neste, também, retorna para a compra de todos os meios que necessita para sobreviver. Preceito amplo que serviu de contraponto teórico, e por isso comparativo, ao que Fragoso definiu como “relações não-capitalistas de produção”. 3ª – “A reprodução simples” e “a reprodução ampliada”, esta, a “ampliada”, definida por Marx como tipicamente capitalista, é o retorno de boa parte da mais-valia na própria produção, podendo assim não só repetir o ciclo produtivo como ampliar o volume do que é produzido etc.;

enquanto aquela, a “simples”, é totalmente utilizada na compra de bens de consumo, possibilitando uma reprodução, ou sobrevivência, periódica menor da unidade produtiva.

Ele parte, portanto, do princípio de que seu objeto de estudo teve, como atividade agrícola, uma natureza extensiva no que diz respeito aos usos básicos de seus meios diretos de produção, sobretudo a terra; isto é, o sistema se reproduzia e se sustentava pelo uso constante de novas terras que eram acrescentadas à continuidade da lavoura. A este caráter extensivo da produção agrícola, agrega-se a associação entre trabalhador direto e os meios de produção, terra, insumos etc., e aí se pode apreender a lógica de funcionamento do sistema que orientava a sua reprodução tal como, exatamente, uma agricultura extensiva; atributo maior deste sistema agrário historicamente definido e alicerçado em uma economia agrário-exportadora.

Fragoso demonstra que mesmo no início do século XX – ou seja, já algum tempo depois de abolida a escravidão – esta forma de produção agrícola extensiva insistia em perdurar no tempo na região estudada. E aí ele afirma, adiantando suas conclusões, que tal persistência é o que daria às relações de produção baseadas no trabalho livre, na região do Vale do Paraíba do Sul, um caráter não-capitalista. Ajudando a explicar, igualmente, o que ele define como o “definhamento” deste sistema agrário em questão na região citada – sobretudo enquanto uma economia pujante e exportadora; já que este “definhamento” estaria relacionado, justamente, a suas características estruturais de reprodução.

Inicialmente, conforme ele informa em sua Introdução, o tema da dissertação surgiu com sua preocupação em estudar, no Brasil, a transição do trabalho compulsório para o livre; especificamente a análise da formação das relações sociais, após a abolição, oriundas do tipo de produção econômica que se estabeleceu na região do Vale do Paraíba do Sul – RJ.

Neste sentido, o trabalho do sociólogo José de Souza Martins, o clássico O Cativo da Terra²³¹, foi apreciado com especial atenção. Para Martins, no caso de São Paulo, no caráter não capitalista das relações sociais e econômicas advindas do tipo de produção que se instala com a transição do trabalho escravo para o livre, esteve presente a intenção de se fazer a manutenção da economia colonial brasileira (para ele um modelo específico, no Brasil colonial, de concretização do lucro cuja base seria determinada pela superposição da circulação sobre a produção); neste sentido, as relações não capitalistas de produção estariam a serviço de se manter este padrão. Souza rejeita as teses que afirmaram ser um sistema de tipo feudal aquele que se instala no campo paulista cafeicultor com o fim da escravidão; os colonos, em terras de latifundiários, estavam inseridos na lógica de realização da produção de

²³¹MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. *Apud* FRAGOSO, J. L. R. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul... Op. cit.*

nosso modelo de inserção no capitalismo mundial.

Apesar de certa discordância, Fragoso concorda com Martins de que: 1) se instalam nas regiões em questão, com a crise do escravismo, relações de trabalho não capitalistas; e 2) não se tratava de feudalismo o fenômeno abordado – como queria parte da historiografia. Contudo, para Fragoso, Souza Martins equivoca-se com sua escolha pautada em se privilegiar, como presidindo o processo, a circulação das mercadorias; Fragoso acredita que não tem como se entender este processo, já que está se falando em mudanças nas relações socioeconômicas de produção, sem que se vasculhe a composição de sua mão-de-obra, as técnicas de trabalho empregado no cultivo da terra e coisas do tipo. E aí, por exemplo, salienta de forma muito interessante – na verdade faz um alerta – que sem a incorporação, nesta análise, da importante produção de subsistência por parte do trabalhador direto da lavoura, não se pode entender como de fato se processou a extração do sobre-trabalho deste trabalhador.

Com este cuidado, de entender seu objeto de estudo por sua base produtiva, Fragoso redefine suas preocupações. Do estudo da transição do trabalho escravo para o livre, passa para a pesquisa e análise focadas na apreensão da lógica de funcionamento e reprodução do sistema agrário em questão. Como discorda de José Martins, no que diz respeito ao fato deste definir o processo pela circulação em detrimento da produção, Fragoso, para além exclusivamente da organização social do trabalho, vai buscar nos detalhes mais característicos do processo produtivo (como o sistema de uso da terra, os métodos e instrumentos utilizados pelos trabalhadores – fossem escravos ou livres – na produção e a composição demográfica desta força de trabalho), as razões da permanência de um padrão técnico de produção, que explicariam, por isso, as relações não-capitalistas de produção da região estudada após a escravidão.

Resumindo, portanto, o tema definido por Fragoso nesta dissertação, primeiramente, teve sua apreciação demarcada na observação empírica e conceitual das formas não capitalistas que as relações de produção assumiram no Brasil rural com a crise do escravismo; e, em segundo lugar, como forma de apreensão – diferentemente da de José de Souza Martins –, a opção por focalizar a base material de funcionamento destas relações não capitalistas, trazendo, à vista disso, como seu foco de apreciação, a produção, e não a circulação, deste sistema econômico, juntamente, dentre outras coisas, com suas técnicas de trabalho aplicadas à terra; e, por último, como região delimitada de seu objeto de estudo, o Município de Paraíba do Sul na província e depois estado do Rio de Janeiro, e sua produção cafeeira de

exportação como ponto de partida, e isso entre os anos de 1850, onde temos o seu auge, e 1920, em que se dá sua decadência.

Fragoso demonstra que este tipo de produção verificado em Paraíba do Sul, no período estabelecido, era alicerçado por uma baixa relação trabalho-terra, típico de uma “economia de exportação de bens primários”. Esta noção Fragoso foi buscar no sociólogo e marxista argentino Hector Perez Brignoli²³², em que este a define como sendo daquelas economias que se expandem tendo como base o crescimento populacional e a incorporação de áreas vazias; bem distinto da lógica, por exemplo, do “capitalismo industrial”, em que a expansão acontece por meio da fabricação dos mais variados tipos de bens reprodutíveis.

Outro conceito importante para Fragoso, dentro desta tendência de privilegiar os aspectos básicos do funcionamento produtivo da lavoura, foi o de “sistema agrário”, concebido por ele, com o auxílio de Ciro Flamarion Cardoso²³³, como os modos de apropriação e utilização da terra bem como as condições jurídicas às quais estão submetidos os seus trabalhadores diretos. Deste jeito, cada sistema agrário diferente seria o resultado das também diferentes formas, no tempo, de se produzir na zona rural; onde cada um dos sistemas ou formas de produção, históricos, apresenta em seu conteúdo relações de produção que expressam um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

As Hipóteses

Definido, portanto, o tema a ser trabalhado, bem como seus cortes cronológico-temporais, e amparado principalmente, como se pode observar em seu texto, em alguns conceitos econômicos marxistas, em especial aqueles que tratam da produção agrária, Fragoso formula duas hipóteses principais que se relacionam.

“1º) Em Paraíba do Sul o sistema agrário de economia de exportação perpassa a crise do trabalho escravo, persistindo em seu definhamento. E isto seria explicado: a) redução das matas virgens e declínio demográfico – configurando assim a crise de um sistema agrário cuja reprodução se faz pela incorporação de mais terra e força de trabalho; b) manutenção do sistema de uso da terra, instrumentos e métodos de trabalho agrícola – o que demonstra a persistência em seu definhamento do sistema agrário; c) substituição progressiva da agricultura extensiva por uma pecuária igualmente extensiva, onde se fazem presentes elementos (uso extensivo da terra e aplicação de um trabalho adicional) daquele sistema.

²³²BRIGNOLI, Hector Perez. Economia Política del Café em Costa Rica 1850-1950 (nº 5). São José: Centro de Investigaciones Históricas/Universidade de Costa Rica, 1981. *Apud* FRAGOSO, J. L. R. Sistemas Agrários em Paraíba do Sul... *Op. cit.*. Em resumo, a noção de “economia de exportação de bens primários”, de Brignoli, trata da baixa relação entre trabalho e terra, onde sua expansão se dá no aumento demográfico e na anexação de novas áreas despovoadas e não cultivadas ainda, ficando claro seu aspecto extensivo enquanto atividade agrícola.

²³³CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979. *Apud* FRAGOSO, J. L. R. Sistemas Agrários em Paraíba do Sul... *Op. cit.*

“2º) O Caráter não-capitalista das relações de produção pós-escravidão na agricultura cafeeira, em Paraíba do Sul, deve-se à persistência (em seu definhamento) do sistema agrário da economia de exportação. E isto é percebido pela manutenção de um sistema de uso da terra que permite a combinação da produção de gêneros de subsistência com o café – o que se traduz numa situação em que o trabalhador direto livre aparece ‘associado’ aos meios de subsistência, enquanto valor de uso. Por sua vez a articulação dessas relações não-capitalistas de produção respondia às necessidades de funcionamento daquele sistema, ao garantir a manutenção do trabalhador direto a baixos custos de produção.”²³⁴

Isso posto, a primeira hipótese afirma que o sistema agrário do Paraíba do Sul conseguiu sobreviver às dificuldades da crise escravista, porém persistindo em seu “definhamento” (decadência); e Fragoso atribui a este comportamento, do sistema agrário em questão, a ocorrência de três características: a) primeiramente, para o “definhamento”, temos o decréscimo tanto das matas virgens quanto da população, o que configura exatamente a crise do sistema agrário expansivo em estudo; b) em segundo lugar, para a própria persistência apontada, a conservação dos princípios básicos da utilização do solo lavrável, seus utensílios ferramentais e procedimentos agrários, assinalando justamente, por conseguinte, a persistência no “definhamento” (uma rotina de práticas extensivas); c) e por último, a substituição de um sistema econômico extensivo por outro também extensivo, pois a agricultura extensiva é substituída pela pecuária extensiva, onde esta se utiliza dos mesmos meios, quais sejam, o emprego extensivo da terra e um aproveitamento numericamente contido de mão-de-obra adicional.

E na segunda hipótese, Fragoso vai propor que foi precisamente por esta persistência, em pleno “definhamento”, que relações de produção não-capitalistas emergem, após a Abolição, na agricultura cafeeira de exportação na região de Paraíba do Sul. Tal fenômeno se apreenderia pela continuidade de uma maneira de utilização do solo que permitia que o cultivo da subsistência e a cultura do café se combinassem. O trabalhador direto, portanto, apresentava-se como que associado aos meios de produção, pois produzia boa parte do que precisava para sobreviver, diminuindo os custos de sua força de trabalho. Ora (se pode questionar), se o sistema agrícola em questão diminuía os custos por ser uma economia de expansão extensiva, sua viabilidade só poderia acontecer, após o fim da escravidão, por algum mecanismo compensador para a perda da mão-de-obra compulsória, e a alternativa encontrada foi esta específica relação de produção não-capitalista em que o trabalhador direto produzia seu sustento.

Da formulação do projeto ao desenvolvimento da pesquisa, Fragoso foi dando mais

²³⁴FRAGOSO, J. L. R. Sistemas Agrários em Paraíba do Sul... *Op. cit.*, pp. 14 e 15 – grifos nossos (sublinhados) e do autor (aspas).

ênfase às formas de uso da terra e do trabalho na agricultura de seu “sistema agrário” em análise, do que a organização social do trabalho pós-escravidão, como pretendia no início da pesquisa. E aí a região do Paraíba do Sul serviu como uma espécie de “laboratório” de apreciação empírica e teórica. “Laboratório” que permitiu a Fragoso reproduzir, em uma escala menor, um padrão maior do que poderia ser a produção agrária do campo brasileiro, até aquele período estudado, e que estava definido historicamente. Deste jeito, pode-se perceber João Fragoso dando seus primeiros passos em direção a uma característica (“metonímica”) que vai lhe marcar profundamente no futuro, que é tomar “a parte pelo todo”.

Dentro desta caracterização de “um sistema agrário” para o Paraíba do Sul, que na verdade era a manifestação local de um padrão geograficamente maior, Fragoso foi muito atento ao que os cronistas da época chamavam de a “bruta rotina” das práticas do campo brasileiro, entendendo-as como “atrasadas”. Já Fragoso percebe tal “rotina” (influenciado pela antropologia econômica expressa em alguns trabalhos históricos, como os de Georges Duby²³⁵ e Witold Kula²³⁶, dentre outros) como parte de uma lógica, ou racionalidade, que buscava a diminuição dos custos e a manutenção da agricultura local, e posteriormente também da pecuária, em um momento de crise. Metodologicamente, a noção de “frequência de cultivo” (da economista dinamarquesa Ester Boserup²³⁷) forneceu-lhe os elementos conceituais aplicados ao “sistema agrário” estudado.

Fragoso, contudo, apontou alguns limites metodológicos em sua pesquisa; como, por exemplo, o fato dele não ter relacionado produção e comércio; ou ainda, mais especificamente, lamentou igualmente não ter analisado as relações entre a produção cafeeira da região e o mercado internacional, dentre outras coisas. Entretanto, também alega que o número de documentos apreciados foi insuficiente para compreender plenamente o sistema na região. Ele estudou inventários e contas de tutela; mas ficaram faltando livros de notas, onde constam compras e vendas de terra; registros paroquiais, para um melhor exame dos movimentos populacionais; os processos criminais, e muitos outros, segundo ele. E mesmo assim, para as contas de tutela e inventários, ele gostaria de ter sido mais metódico; sobretudo nesta última fonte, em que, para ele, o ideal seria uma consulta de intervalo de 5 em 5 anos ou

²³⁵DUBY, Georges. Guerreiros e Camponeses: Os proprietários do crescimento econômico, séc. VII – XII. Lisboa: Editorial Estampa, 1978. Historiador da segunda geração dos *Annales*, especializado em economia feudal e que em seus trabalhos percebe-se certa influência das teses marxistas. *Apud* FRAGOSO, J. L. R. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul... Op. cit.*

²³⁶KULA, Witold. “Da tipologia dos Sistemas Econômicos”. In: FOURASTIE, Jacqueline *et. al.* Economia (3ª ed.). Rio de Janeiro: FGV, 1981. Kula é um importante historiador e economista marxista polonês que se dedicou às práticas agrícolas do “feudalismo” da Europa Oriental. *Apud* FRAGOSO, J. L. R. *Ibidem.*

²³⁷BOSERUP, Ester. Las Condiciones del Desarrollo en la Agricultura. Madrid: Editorial Tecnos, 1967. *Apud* FRAGOSO, J. L. R. *Ibidem.*

mesmo de 2 em 2 anos, e não o intervalo de 10 anos, que foi o que ele fez.

Fragoso informa, reiterando, que a pesquisa que fez para a dissertação seria um primeiro passo para uma construção, mais adiante, de um modelo teórico explicativo para um sistema agrário de uma economia de exportação; o que acabou não se confirmando, pois, por exemplo, em Homens de Grossa Ventura, um de seus mais importantes trabalhos (que é a publicação de sua Tese), o que faz, de maneira mais aprofundada e sofisticada, é aplicar o mesmo princípio teórico da dissertação (resumindo: “a parte pelo todo”) para compreender a postura cultural (ou o *ethos* aristocratizante) de determinados agentes econômicos, os comerciantes de grosso trato da Praça do Rio de Janeiro etc.

Neste primeiro passo, ou “fase”, Fragoso fez a caracterização do sistema, demonstrando suas permanências etc., para posteriormente construir o modelo explicativo mais abrangente²³⁸. De qualquer maneira, já na dissertação, Fragoso enumera alguns pontos que considerava necessários para elaboração do modelo teórico que pretendia fazer; que vão da constatação de uma baixa relação demografia/terra, onde terras novas são anexadas evitando possíveis altos custos de investimento na preparação do plantio, e aí justificando as práticas extensivas; até a também constatação de que a “crise” deste sistema se daria exatamente pelo esgotamento da possibilidade de se anexar mais matas virgens (que no caso da região de Paraíba do Sul se combinou com a crise do escravismo); passando pela concepção de que a baixa relação trabalho/terra permitia que a apropriação do sobre-trabalho estivesse relacionada aos mecanismos de controle do trabalhador direto.

Neste sentido, (levando em consideração os princípios reguladores do uso da terra e dos instrumentos de trabalho, assinalando seus pontos de distinção, quanto, primeiramente, a localização geográfica que dá a sua região de estudo) Fragoso caracteriza a espacialidade deste “sistema agrícola” como: “Encravada no vale de Paraíba, a meio caminho entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro e cortada pelo rio que lhe dá o nome, Paraíba do Sul [que] tem a sua topografia marcada por um relevo de pequenas elevações”²³⁹. A seguir, descreve, rapidamente, suas características naturais, detalhes do solo (como suas “colinas arredondadas”, propícias, segundo os da época, ao plantio do café), clima e a incidência de chuvas, destacando o fato das terras serem férteis no início e com o tempo, devido exatamente às suas características (florestas com matéria orgânica insuficiente e que, além disso, era levada pelas chuvas etc.), ficarem inférteis:

²³⁸Que até o momento, nas leituras que se pode realizar para esta pesquisa (que continuaram após a defesa da mesma), não foi realizado.

²³⁹FRAGOSO, J. L. R. Sistemas Agrários em Paraíba do Sul... *Op. cit.*, p. 12.

“Quanto à fertilidade dos solos, as margas argilosas e as gredas arenosas do vale permitiam, nos primeiros tempos, a produção de cafezais florescentes, contudo, a sua fertilidade seria efêmera... Por conseguinte, após um certo período de cultura, as terras da região do Rio [próximas ao Paraíba do Sul], tornavam-se impróprias à continuidade dos trabalhos agrícolas.”²⁴⁰

Ele também aponta para o fato de que os trabalhos agrícolas em geral, como plantio para subsistência, queimadas, capinas e colheitas do café, contribuíram para alteração no padrão climático e, conseqüentemente, na incidência das chuvas, em função do desmatamento que causavam – e o curioso é que estas atividades, sistematicamente, eram organizadas segundo este padrão; portanto, o próprio ritmo das atividades agrícolas acabou sendo alterado. Sem contar, também, que antes da produção agrícola de maior porte, até o início do XIX, a densidade demográfica era muito pequena, e se dedicava ao plantio de mandioca, milho etc.

E ai tratando desta agricultura de alimentos, basicamente milho, feijão e mandioca, Fragoso esclarece as razões oferecidas pela região para que se fosse implantada uma agricultura de tipo extensiva:

“A baixa densidade demográfica, a disponibilidade de matas virgens, permitiria a configuração de uma agricultura fundada em um sistema de exploração do solo extensivo, em que os principais fatores de produção consistiriam na mão de obra e terra, ficando em segundo plano as técnicas e instrumentos de trabalho. Em outras palavras, a baixa relação homem-terra influenciaria a forma de produção agrícola desenvolvida no vale do Paraíba.”²⁴¹

A partir deste ponto, o autor faz uma descrição da agricultura europeia da 1ª revolução agrícola (utilizando-se de Slicher Van Bath²⁴² e Duby), afirmando que esta agricultura (do século XI ao XIX) baseava-se no rodízio do campo dividido em três áreas, onde cada uma delas descansava um ano. A superfície da terra, tanto do cultivo quanto do pastoreio, o gado e seu adubo eram muito relevantes no que dizia respeito à produtividade deste tipo de agricultura, já que o sistema de pousio não dava conta de garantir a fertilidade da terra – sem contar que este sistema demandava uma intensa utilização de mão-de-obra. Tal sistema não deixava de ser, em certa medida, um sistema extensivo, pois sua reprodução estava ligada à incorporação, a cada plantio, de um novo solo, ainda que este estivesse antes em repouso. Todavia, com o aumento demográfico experimentado na Europa e a

²⁴⁰ *Idem, ibidem*, pp. 12 e 13.

²⁴¹ *Idem, ibidem*, pp. 15 e 16.

²⁴² BATH, B. H. Slicher van. *História Agrária di Europa Occidental*. Barcelona: Editorial Península, 1978. *Apud* FRAGOSO, J. L. R., *ibidem*. Este historiador holandês, preocupado, sobretudo, com as questões agrárias medievais de seu país, entende, em resumo, o homem como preso às condições dadas pela natureza; por exemplo, o excesso de água que ameaça o território holandês e a falta dela no Nordeste brasileiro, faz com que seus agricultores sejam moldados, em grande medida, por estas condições. Ver LINHARES, Maria Yedda Leite. “A Pesquisa Histórica no Rio de Janeiro. A História Agrária como Programa de Trabalho: 1977-1994. Um Balanço.” São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 15, n° 30, 1995, pp. 77-89, p. 85.

concomitante falta de adubos, foi necessário incorporar à terra mais trabalho (com a utilização de arados etc.), no caso específico, mais trabalho adicional para aumentar a fertilidade do solo e não se precisar de mais terras. E aí, a relação entre o gado (fosse para adubo ou fosse para a tração do arado) e a produtividade da terra tornou-se muito importante; ao ponto de se perceber a relevância da empresa agrícola pelo tamanho do rebanho – sendo um dependente do outro, rebanho e empresa agrícola.

Fragoso, a partir de relatos dos viajantes europeus, assinala que no caso do Brasil esta relação não se dava. Diante desta constatação, passa a descrever, utilizando-se destes viajantes, como ocorriam as técnicas de queimadas empregadas por nossos agricultores no período: em um primeiro momento, queimava-se uma área de mata virgem, para em seguida, sem muita preparação do solo e utilizando as cinzas como adubo, jogar as sementes em buracos rasos e esperar as plantas crescerem. Repetia-se no ano seguinte; no entanto, no terceiro ano, deixava-se o solo descansar e os arbustos e matos crescerem durante uns cinco, seis ou sete anos e se repetia o processo com uma única colheita e mais descansos. Assim ia se fazendo até a terra ficar inútil (no máximo umas sete ou oito colheitas) e se procurar novas matas virgens.

Um sistema extensivo, diferente do europeu, em que a presença de terras em abundância (matas virgens, em que estas acabavam sendo uma parte importante da reprodução do sistema) dispensava a aplicação de trabalho adicional na preparação da terra (e a dimensão da área trabalhada era dada pelo número de braços que o proprietário poderia dispensar para este trabalho); mas é necessário que se lembre de que a densidade demográfica era baixa, permitindo não só o repouso das terras durante um tempo mais elevado do que no caso europeu, como a obtenção de mais matas virgens. Neste sistema brasileiro – em que as técnicas de trabalho acabavam sendo uma constante – a produtividade entre grão plantado e colhido era, segundo Frago, superior ao europeu.²⁴³

No caso do território estudado, no que diz respeito às ferramentas (enxada, foice, machado e cavadeira), elas estavam intimamente relacionadas ao sistema empregado; que era o de derrubada e queimada de matas como ponto de partida para uma agricultura extensiva, em que o emprego de mão-de-obra era bem menos intenso do que no caso europeu. E por isso este instrumental também tinha pouco valor aplicado em sua realização – não havia a necessidade do arado, dado ao tipo de técnica de plantio utilizado.

Outro aspecto levantado é que este tipo de plantio promovia uma “separação” entre

²⁴³V. em Frago, J. L. R. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul... Op. cit.*, especificamente no Cap. I – “Sistema de uso da terra e instrumentos de trabalho”, pp. 12–38.

as atividades econômicas da agricultura e da pecuária, que para Fragoso “contribuía para impedir o emprego do adubo animal na primeira [atividade]”²⁴⁴. Esta afirmação pode levantar algumas discordâncias; pois se pode defender a ideia, por exemplo, de que não teria sido o fato de não usar o gado que impediu que o seu estrume fosse utilizado como adubo, e sim o contrário. Pode-se, portanto, pensar o oposto, que a não necessidade de utilização deste esterco bovino que tornava dispensável, também, o desenvolvimento consistente de uma pecuária paralela à agricultura em uma mesma propriedade (afinal, já que se está falando de uma específica agricultura extensiva, o agricultor poderia se valer da queimada, por exemplo, para fertilizar o campo arável). De qualquer maneira, o esgotamento do solo, resultado desta agricultura extensiva, em que a reutilização via adubo não existia, com o tempo deixava na área plantada uma vegetação rasteira típica de solos pobres etc. Com este novo aspecto físico do solo, a paisagem econômica alterava-se, de uma agricultura extensiva para uma pecuária também extensiva, o que para Fragoso configurava uma decadência econômica da região.²⁴⁵

Toma Duby como base mais uma vez quando este afirma ser o camponês medieval europeu, na agricultura extensiva, um “pioneiro habitual”, devido a necessidade de novas terras. João Fragoso diz que no nosso caso este “pioneirismo” territorial era mais acentuado ainda; porém, por motivos diferentes. Para os europeus do medievo, era a falta de adubos, e para os brasileiros do XIX, a existência de matas virgens em abundância, o que tornava nossas fronteiras agrícolas móveis, levando a uma migração de povoados, com terras escassas, para novas áreas.

A primeira conclusão de Fragoso, sobre esta agricultura de mercado interno²⁴⁶ e de pequenas plantações de café, mostra que a lavoura de alimentos da região do município de Paraíba do Sul, no XIX, estava mais próxima da agricultura indígena do que da europeia; em verdade, herdando daquela não só a técnica da queimada, dentre outras coisas, como também os produtos, feijão, milho e mandioca. Mesmo no decorrer do séc. XIX, em que os europeus desenvolvem técnicas ligadas à “2ª revolução agrícola”, que possibilitavam o desenvolvimento de uma agricultura intensiva, não se abandonou no Brasil o uso extensivo do solo; pois era mais barato e tínhamos ainda fronteiras agrícolas com matas virgens disponíveis. Isso explicaria, segundo Fragoso, o que constatara, por exemplo, Saint-Hilaire

²⁴⁴FRAGOSO, J. L. R. Sistemas Agrários em Paraíba do Sul... *Op. cit.*, p. 21.

²⁴⁵A leitura que se fez aqui desta dissertação de Fragoso não conseguiu estabelecer uma relação, clara e explícita, entre esta sua afirmação e suas fontes teóricas. Entende-se aqui que o autor chega a esta conclusão (a decadência da região estudada com a implantação de uma pecuária extensiva substituindo uma agricultura que também fora extensiva) por sua interpretação (original) dos dados empíricos que coletou.

²⁴⁶Sobretudo incluído o caráter de subsistência de muitas de suas pequenas propriedades rurais, que para sobreviver também vendiam parte dos excedentes para tropeiros etc. (no “caminho novo” Rio/Minas).

(viajante francês do início do XIX), de que nossos agricultores, mesmo quando eram europeus ou descendentes, não utilizavam as “avançadas” técnicas europeias, preferindo perder a fertilidade de suas propriedades e devastar a floresta.

Tentando dar conta de esclarecer esta característica extensiva da agricultura estudada, quando trata especificamente das *plantations* de café, Fragoso afirma que a cultura cafeeira foi uma espécie de “lavoura de alimentos alargada”, pois se utilizava basicamente dos mesmos procedimentos, expedientes, técnicas, instrumentos etc. da agricultura extensiva de alimentos; porém, em uma escala maior e produzindo para a exportação. Mais do que isso, seria uma “lavoura de alimentos alargada” em que o uso extensivo das matas potencializou-se. Todavia, não se tratou simplesmente de uma comparação alimentos/café, em que este último seria uma mera extensão, aumentada numericamente, em relação ao primeiro. O fato é que na produção do café em larga escala, está implícito a extração do sobre-trabalho – gerando relações sociais típicas deste aspecto; e na lavoura de alimentos, não teríamos, necessariamente, estas relações.

Fragoso, pensando em como este sistema agrário se perpetua, apresenta uma expressão teórico-metodológica do marxista e historiador italiano Emílio Sereni: “a reprodução extensiva”²⁴⁷ (que vale tanto para uma base agrícola, independente de que território, ou para outro aspecto econômico qualquer). Este conceito o subsidiaria a entender as relações entre, sobretudo, a produção agrícola extensiva do Vale do Paraíba do XIX e os processos típicos de uma produção de fato capitalista. Esta última, segundo Marx, só pode acontecer em escalas de “reprodução ampliada” (diferente da “simples”, que é aquela totalmente utilizada na compra de bens de consumo; enquanto a “ampliada”, em síntese, é o reemprego de boa parte da mais-valia na própria produção, onde ela pode não só repetir o ciclo produtivo como a ampliar o volume do que é produzido etc.²⁴⁸), que, em resumo e dentre

²⁴⁷ SERENI, Emilio. “Los Problemas Teóricos y Metodológicos”. In: Idem. Agricultura Y Desarrollo del Capitalismo. Madrid: Alberto Corazon Ed., 1974. *Apud* FRAGOSO, J. L. R. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul... Op. cit.* O conceito de “reprodução extensiva” costuma ser aplicado, em geral, às sociedades pré-capitalistas; onde o aumento da produção não se dá por acentuadas inovações tecnológicas (como acontece naqueles casos apontados pelo conceito de Marx de “reprodução ampliada”); e sim pela repetição de determinados padrões técnicos na utilização de seus insumos – se incorpora quantitativamente, e não qualitativamente. As considerações de Sereni acerca do que entende como “reprodução extensiva” orientaram Fragoso na compreensão da “frequência do cultivo”, conceito de Ester Boserup, e, por consequência, do “sistema agrário”.

²⁴⁸ A título de um melhor esclarecimento, das relações entre “produção extensiva” e “ampliada”, acrescenta-se que o papel, repetitivo, de recomposição do capital produtivo, isto é, a sua reprodução em um processo contínuo em relação à sua valorização, se dá em vários aspectos da composição orgânica do capital, constante e variável, em que um dos aspectos mais importantes é não somente a extração da mais-valia como, principalmente, a inversão deste sobre-trabalho no aprimoramento técnico do capital, seja ele mão-de-obra ou máquinas. “O ciclo do capital produtivo... Significa a função periodicamente renovada do capital produtivo, portanto a reprodução, ou seu processo de produção como processo de reprodução com relação à valorização: não só produção, mas

outras coisas, precisa renovar suas técnicas aplicadas ao capital constante e às técnicas empregadas pela mão-de-obra; o que não ocorria na produção cafeeira do Vale do Paraíba, mas que se relacionava com o capitalismo, afinal exportava para o mercado capitalista internacional, participando de parte de seu lucro gerado – não importando, a princípio, o grau desta participação.

As características extensivas da agricultura do Vale do Paraíba, onde a relação entre a mão-de-obra empregada e a obtenção sempre de mais terras não incluiu a modernização nem das técnicas e nem dos instrumentos de trabalho, substituíam a renovação tecnológica dentro do processo de “reprodução ampliada” descrito originalmente por Marx. Portanto, uma lavoura de tipo extensiva (valendo também para uma atividade pecuarista), seria um gênero de produção que se adequaria à “reprodução ampliada”, permitindo sua existência, sem, no entanto, apresentar a totalidade das práticas tipicamente capitalistas de produção.

“A produção nesta forma de produção agrícola se faz fundamentalmente pela combinação do fator terra e força de trabalho, sem a mediação de instrumentos de produção ou técnicas agrícolas mais apuradas. É essa lógica interna desse sistema agrário, e ela está presente tanto na sua reprodução simples como na ‘ampliada’. E isto é possível pela existência de um vasto espaço, ou seja, da fronteira móvel e de uma pequena população.”²⁴⁹

Fragoso também procurou esclarecer que Sereni criou a expressão “reprodução extensiva” para explicar o campo europeu centro-ocidental dos séculos XI, XII e XIII, onde, a princípio, terras abandonadas (“baldias”) eram recuperadas mediante o emprego de mais mão-de-obra utilizada no cultivo de terrenos incultos (“arroteamentos”) – e Fragoso também acrescenta Pierre Vilar²⁵⁰ para o caso espanhol. Mas segundo Fragoso, o conceito, sendo adaptado, pode ser usado em sociedades diferentes; portanto, ele se utiliza deste conceito para aplicá-lo ao que ocorria no Brasil no período estudado; sendo que no caso europeu de Sereni, “os arroteamentos”, o aspecto predominante era o crescimento demográfico – o que não ocorria no caso brasileiro de Fragoso –, e aqui, o fato de ser uma economia primário-exportadora (o café), o aspecto predominante estava atrelado ao mercado capitalista internacional.

“Pierre Villar afirma que o crescimento medieval deve ser estudado no marco da ‘demografia – roturações – estrutura feudal/senhorial’, é nessas condições que é realizada a reprodução extensiva. Em nosso caso, como dissemos acima, o papel da demografia, levando à extensão do processo produtivo, é desempenhado pelas

reprodução periódica de mais-valia...” (MARX, Karl. “O Ciclo do Capital Produtivo” (Cap. II). In: O Capital, Vol. II, Livro Segundo (“O Processo de Circulação do Capital”). São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 49).

²⁴⁹FRAGOSO, J. L. R. Sistemas Agrários em Paraíba do Sul... *Op. cit.*, pp. 38 e 39.

²⁵⁰VILAR, Pierre. Crecimiento y Desarrollo – Economía e História, Reflexiones sobre el Caso Español. Barcelona: Editorial Ariel, 1974. *Apud* FRAGOSO, J. L. R. *Ibidem*.

relações de mercado.”²⁵¹

Descrevendo esta afirmação de Villar, Fragoso fornece as condições iniciais para se entender como se aplica o caso da população escrava ao sistema que avalia. Se a “reprodução extensiva”, portanto, tem como um de seus aspectos o aumento demográfico aplicado enquanto mão-de-obra, no caso estudado, as *plantations* de café do Vale do Paraíba, esta força de trabalho é alimentada pelo tráfico de escravo, externo e, depois de 1850, interno. Tal fato, em grande medida, conferia à demografia da região traços peculiares (Fragoso diz que isso não é mecânico e, sendo assim, há também outros aspectos). Um deles é a constatação (por censos, levantamentos de inventários etc., Fragoso apresenta inúmeros quadros quantitativos) de que a população masculina, em fase produtiva, era bem maior do que a feminina, sobretudo entre os escravos; sem contar que existia, também explicado pelo tráfico, um crescimento demográfico com taxas razoáveis de mortalidade infantil. Tudo isso faz com que o autor conclua que a produção extensiva em questão, no Vale do Paraíba, dependia sobremaneira, para existir e se reproduzir, da manutenção das condições de obtenção da mão-de-obra escrava.

Fragoso escora-se no Livro I de *O Capital*²⁵² para dizer, em relação à fazenda de café e sua reprodução anual, que todo o processo de produção, em seus aspectos, no tempo, de repetição, é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução; apresentando, portanto, as mesmas condições de se efetivarem, tanto a produção quanto a sua reprodução. Fragoso introduz esta ideia de Marx para apresentar a sua concepção de produção e reprodução, aplicada obviamente a seu objeto de estudo, cujo processo produtivo, segundo ele, associa “produção extensiva” e “reprodução ampliada”.

“Parece-nos que o processo de reprodução no sistema agrário que estamos estudando pode ser desdobrado, no tempo, em dois movimentos [segundo ele no que diz respeito à reprodução de culturas permanentes, tendo em vista a maneira em que se dava o plantio em atividade em tal sistema]: o primeiro diz respeito à reprodução anual da fazenda e o segundo, mais longo no tempo, consiste propriamente na reprodução.”²⁵³

Fragoso, portanto, para a produção do sistema agrário em questão, afirma existir dois processos de reprodução. O 1º seria o da própria fazenda de café para que a cada ano continuasse a existir enquanto unidade de produção; os trabalhos diários, ou em espaços periódicos um pouco maiores dentro do ano, como roça, capina, colheita, do próprio café ou

²⁵¹FRAGOSO, J. L. R. *Ibidem*, pp. 39 e 40.

²⁵²MARX, Karl. *O Capital, Livro 1, Volume 2* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. *Apud* FRAGOSO, J. L. R. *Ibidem*.

²⁵³FRAGOSO, J. L. R. *Ibidem*, p. 51.

mesmo das culturas de subsistência (milho, feijão, arroz, mandioca). Já o 2º, mais longo no tempo, segundo suas palavras, “consiste propriamente na reprodução.”²⁵⁴ A partir de então, passa a descrever, amiúde (com inúmeras comparações em suas tabelas quantitativas), como as fazendas que pesquisou, nos inventários e outras fontes, realizaram estes processos da reprodução anual da fazenda de café. Ele destaca a importância, dentro destes processos, da produtividade no plantio de subsistência para a manutenção da mão-de-obra escrava; e, portanto, principalmente também para as fazendas que tinham os instrumentos de beneficiamento das plantas colhidas em alimentos (moinhos de farinha ou fubá, por exemplo), do barateamento dos custos de manutenção da unidade produtiva, ou seja, de sua reprodução anual.

Em seguida, Fragoso se dedica a descrever as proporções dos rebanhos que coexistiam com o café e a agricultura de alimentos no interior de uma mesma unidade produtiva. Inicia afirmando que, em geral, o maior rebanho era representado pelo muar, seguido de suínos e bovinos; com o desenrolar do séc. XIX, há uma mudança, o que, dentre outras coisas, assinalava a perda de importância, na região, das tropas de mula para o transporte do produto a longa distância; que passa a ser substituído por outros meios de transportes, como as ferrovias, por exemplo. Fragoso também faz uma divisão (um tanto quanto óbvia) entre os rebanhos; os de transporte, de maior tamanho em geral, para dentro e fora da fazenda, e os animais, de médio porte, para a subsistência da fazenda – estando o rebanho bovino incluso nos dois grupos. Estes animais não estavam ligados à fazenda no seu aspecto diretamente produtivo (adubo ou tração para equipamento da lavoura), e sim à reprodução física da mão-de-obra ou à circulação dos produtos (sem contar que reprodução e sustento do próprio rebanho, segundo a documentação, se davam no interior da própria fazenda) – o sistema extensivo de uso da terra que decidia esta configuração. Mas neste sistema extensivo, o carneiro, por exemplo, dentro de suas características alimentares, servia como uma espécie de capina, que não ameaçava o cafézal.

Fazendo um levantamento minucioso acerca do ferramental, quantitativos de escravos e suas ocupações, tipos de lavoura e roça, as estruturas imóveis da propriedade etc., em um grupo pequeno de 11 fazendas, Fragoso chega à conclusão (que na verdade confirma o que vem argumentando) de que “a fazenda da região se reproduzia parcialmente à margem do mercado [tendo em vista produzir ou ter quase tudo de que necessitava para as pessoas,

²⁵⁴ *Idem, ibidem.*

atividades ou aparelhamentos].”²⁵⁵ No entanto, dentro destes “poucos” gastos na reprodução anual da fazenda de café, um pouco mais de 50% destinavam-se, em geral, à mão-de-obra escrava, o que para Fragoso era normal em se pensando o tipo de agricultura em questão, “em cuja base a presença do fator mão de obra é superior a dos meios de produção.”²⁵⁶

Dentro de todos estes aspectos levantados por Fragoso, relacionados aos custos de reprodução anual das fazendas de café no Vale do Paraíba no séc. XIX, o que mais chama a atenção foi o fato do próprio escravo, algumas vezes, vender para o proprietário da fazenda a qual estava cativo, portanto ao seu proprietário, parte, dentre outras coisas, do que produziu em termos de alimentos agrícolas de sua subsistência, contribuindo para boa parte da manutenção da fazenda alheia ao mercado capitalista:

“Com relação às despesas com a força de trabalho escravo (acrescida dos custos dos gêneros) verifica-se que, estas podem ser desdobradas, a grosso modo, em custos com a venda de gêneros por parte dos escravos à fazenda, roupas, saúde, remuneração por serviços (nas contas posteriores da fazenda Cachambú este item aparece), compra de gêneros no mercado.

“Detendo-nos no caso da fazenda Cachambú encontramos ainda, despesas como o pagamento de aluguel de escravos. Acrescido desse último item o total médio das despesas com os escravos nos três anos considerados, correspondem a 41,5% (22:404\$953) do total. Sendo desses gastos um dos que pesam mais são os gêneros comprados no mercado, que corresponde a 39% (8:751\$798) do total das despesas com os escravos. Entretanto, o fato do escravo vender ele próprio gêneros à fazenda, nos leva a crer que este produzia parcialmente a sua vida material à margem do mercado. Isto é, estes mantimentos vendidos por ele seriam excedentes de sua própria produção.”²⁵⁷

Fragoso também assinala a fragilidade de circulação monetária no “capitalismo” da região; além das limitações de mercado (já que boa parte do que a fazenda necessitava era produzida nela mesma). Por exemplo, levando em consideração o levantamento de duas fazendas, a de Cachambú e a de Bonsucesso, percebe-se que os trabalhadores livres da fazenda não recebiam “salários” mensais; os períodos eram bem mais longos, podendo, inclusive, ultrapassar um ano. Destes pagamentos, eram descontados o que o empregado recebia para seu sustento, como roupas, alimentos etc.; como foi dito, uma parte considerável destes itens era produzida na própria unidade econômica, ou seja, na fazenda.

Fragoso levantou determinadas considerações teóricas interessantes sobre os dados por ele contemplados. Afirma, por exemplo, que o cálculo da receita líquida, de algumas

²⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 65.

²⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 67.

²⁵⁷ *Idem, ibidem*. Acrescenta-se ainda, excluindo o que os escravos produziam de alimentos vegetais para o seu próprio sustento, do total de produtos vegetais (excluindo o açúcar) adquiridos pela fazenda, no mercado ou na mão de seu próprio escravo. Estes últimos poderiam corresponder, segundo o levantamento por Fragoso (em uma única fazenda, por exemplo, a de Cachambú), a aproximadamente 40% das despesas totais da fazenda com produtos vegetais.

fazendas da região, deve ser realizado levando-se em consideração a diminuição do preço do escravo. Apoiando-se em Jacob Gorender²⁵⁸, defende a conjectura de que o escravo não pode ser visto como meio de produção e parte do capital fixo; trata-se de um “agente subjetivo do processo de trabalho [palavras de Gorender]”. Da mesma maneira, este escravo também não pode ser entendido, quando comprado (inversão inicial), como “capital variável” (salário), sendo incluído, desta maneira, no capital circulante.

“Se assim o fizéssemos estaríamos vendo relações capitalistas numa relação de produção em que o produtor direto não vende a sua força de trabalho mas sim é vendido; e caso considerássemos estas relações como ‘capitalistas’, a identificação da inversão inicial gasta na compra do escravo com o capital variável estaria igualmente errada pois, essa categoria estaria mais próxima à reprodução da vida material do escravo (p. 73).”²⁵⁹

Fragoso teve como procedimento metodológico, segundo ele mesmo, o que defende Gorender para o dinheiro investido na compra de escravos. E, sendo assim, finaliza este item afirmando três conclusões, que podem ser resumidas da seguinte maneira: 1ª, os custos de reprodução da fazenda de café concentravam-se mais na reprodução da força de trabalho do que na reposição dos meios de produção; 2ª, que o caráter extensivo do uso da terra fazia, dentre outras coisas, que os custos do beneficiamento do produto fossem maior do que a própria produção direta e imediata do mesmo; e, 3ª, em fazendas que apresentavam um maior e mais diversificado rebanho, a reprodução dos mesmos se fazia com menos custos.

Ainda pensando na reprodução do sistema econômico de sua pesquisa, Fragoso passa a desenvolver como se deu a transformação das matas virgens em cafezais, que seria o segundo movimento do processo de reprodução apontado por ele. Este segundo movimento apresentava-se, em relação à reprodução anual da unidade de produção, a fazenda de café (o 1º movimento), de forma mais longa no tempo, sendo a própria propagação do sistema econômico em questão; enquanto reprodução simples ou ampliada. Para que a produção cafeeira-exportadora se mantivesse ao longo do tempo, foi necessário que cada fazenda substituísse, de tempo em tempo, a terra de plantio por matas virgens; e o critério era exatamente o esgotamento da terra. No mínimo esta substituição garantiria a reprodução simples da unidade produtiva.

E aí Fragoso menciona o que vem defendendo desde o começo: tal reprodução estava dentro de um modelo de uso da terra que é típico de uma agricultura extensiva, se dispensava um gasto maior de mão-de-obra na manutenção da terra de cultivo (fertilizante ou tempo

²⁵⁸ GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo: Ed. Ática, 2ª ed., 1978, pp. 188-189. *Apud* FRAGOSO, J. L. R. *Ibidem*.

²⁵⁹ FRAGOSO, J. L. R. *Ibidem*, p. 73.

maior de pousio) pela incorporação de novas terras disponíveis em grande quantidade, que de virgens se tornavam novos cafezais; onde se agregava também mais escravos no plantio do café, e este aumento acontecia independentemente da variação demográfica da região. Também estavam incluídas, todavia, as que iriam se utilizadas para a agricultura de alimentos a serem consumidos na fazenda, o que possibilitava, em conjunto, a reprodução ampliada; do contrário, o cafezal tomaria para si a fatia de terra que poderia ser utilizada na produção de alimentos, obrigando o fazendeiro a buscá-los no mercado e aí diminuindo a exploração do sobre-trabalho do escravo, já que este produzia certa quantidade do que iria lhe dar sustento, mesmo que vendesse parte desta produção para o fazendeiro. Contudo, Fragoso, mostrando vários dados e as avaliações dos mesmos, adverte que o quantum de mata virgem, ou floresta, não era simplesmente uma parcela das terras incultas; mas do que isso, esta quantidade de chão imaculado estava nas projeções e cálculos iniciais e futuros do projeto empreendedor agrícola; bem como na avaliação posterior, depois de muito usada, da propriedade – sem contar que as matas virgens, na propriedade, eram mais valiosas do que a própria terra cultivada com café.

“Por conseguinte, a partir do segundo movimento do processo de reprodução, percebe-se que as matas virgens, como já dissemos antes, não são ‘terras incultas’ mas sim um momento na renovação do processo produtivo. E isto pode ser percebido na conta de tutela (1854) dos menores de D. Maria Joana da Silva Ribeiro, em que a tutora ao se referir ao estado da fazenda de seus tutelados, liga a capacidade de reprodução desta à disponibilidade de terras.”²⁶⁰

Esta reprodução de longo prazo, em termos da capacidade produtiva da fazenda, pode ser resumida assim: as matas virgens indicariam, comparadas ao cafezal, a capacidade de reprodução futura da fazenda, isto é, a sua potencialidade; o cafezal seria o presente, ou seja, a capacidade atual da propriedade; e o capinzal (a terra já esgotada, tanto para o café quanto para a roça de alimentos, sendo utilizada para pasto) e a capoeira (áreas, depois de cafezal e pousio, que apresentavam uma mata intermediária à mata virgem, com gramíneas abundantes e algumas árvores pequenas e de médio porte, e que poderiam ser queimadas mais uma vez, roçadas, capinadas e utilizadas para o plantio de alimentos) como a própria história produtiva e reprodutiva da fazenda, “registrando” os ciclos passados da produção do café.

Fragoso apreende uma relação dialética entre o primeiro e segundo movimentos da reprodução. Os dispêndios, por exemplo, com mão-de-obra na derrubada da mata para que

²⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 76. Fragoso, portanto, está procurando demonstrar, em resumo, que este sistema tinha uma lógica própria, e que esta era diferente da lógica de empreendimentos agrícolas tipicamente capitalistas. Nestes, por exemplo, ao contrário do sistema estudado por Fragoso, as terras cultivadas, pelo capital investido em sua capacidade produtiva, valem mais do que as incultas.

esta se transforme em cafezal só retornam enquanto lucro depois de, em média, uns 4 ou 5 anos; contudo, há as despesas a serem arcadas neste período. O que paga estas despesas até o novo cafezal dar lucro é o antigo cafezal. Vejamos: se o 2º movimento da reprodução, o mais longo e que encarna a reprodução do sistema em si, é a própria incorporação de matas virgens como novos cafezais, a sua viabilidade, até a maturação de seu lucro, é sustentada pelo cafezal que anualmente está se reproduzindo; em outras palavras, a reprodução anual da fazenda, o primeiro movimento, sustenta o 2º em sua etapa inicial. Por outro lado, a concretização deste segundo movimento, faz com que os lucros não só continuem como também se ampliem, tornando possível a reprodução ano-a-ano da fazenda.

“... percebe-se, por conseguinte, uma relação íntima entre aquilo que chamamos de 1º movimento e 2º movimento [do] processo de reprodução. Ao mesmo tempo em que o 2º, ao transformar matas em cafezais e ao repor ou ampliar o contingente de trabalhadores, permite a continuidade da reprodução anual da fazenda, por sua vez, aquele 2º movimento é sustentado pela reprodução anual.”²⁶¹

Esclarecendo seu método, Fragoso alega que apesar de verificar um número pequeno e isolado de fazendas de café, na procura de demonstrar suas técnicas agrícolas extensivas, o que ele encontrou não foram casos isolados, circunscritos a estas fazendas somente, e sim um padrão. A reprodução extensiva destas fazendas faz parte “de uma forma de produção historicamente definida numa dada região.”²⁶² Ao entender esta agricultura escravista cafeeira do Vale do Paraíba do Sul no séc. XIX, e sua reprodução extensiva, como um tipo de produção dada historicamente, Fragoso pôde também apreender suas consequências, econômicas e sociais, para a região. Trata-se de um movimento de transformações que se acumularam com o tempo e que refletiram no aumento da população trabalhadora e na paisagem rural da região. Por exemplo, os preços fundiários foram intensa e diretamente influenciados, com o tempo, por este tipo de produção agrícola e seu uso do solo. Como a reprodução de longo prazo da atividade dependia sempre de matas virgens, que é claro, se esgotavam quantitativamente, o preço destas matas, em relação ao cafezal, tendia a aumentar, e, em contrapartida – o que também é óbvio (“lei da oferta e da procura”) –, o dos cafezais tendia a se depreciar. Quanto mais cafezais, menos valia a terra onde foram plantados e também se poderia apreender o quanto de matas foram queimadas etc. Quanto aos cafezais que antes eram matas, decorridos os 4 ou 5 anos, passariam a dar lucro e aumentar seu valor. A partir destas afirmações, Fragoso aponta uma contradição no sistema. Já que a valorização do cafezal e a depreciação do solo em que estava plantado aconteciam mediante a valorização

²⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 81.

²⁶² *Idem, ibidem*.

das matas virgens, que concomitantemente estavam acabando:

“O distanciamento desses valores, no tempo, progressivamente passaria a indicar não apenas a realização do segundo movimento mas também a redução de suas possibilidades de se concretizar, até o momento em que as terras voltariam a ter um valor superior ao dos cafezais, só que agora não mais devido à presença das matas.”²⁶³

Fragoso aponta que ao final do processo, com o fim das matas virgens, as terras voltariam a se valorizar, com um valor superior ao dos cafezais. No entanto, o mais interessante é sua demonstração – baseada, como fez em toda a dissertação, em muitos e detalhados dados empíricos extraídos de alguns casos, ou seja, de algumas fazendas – de como foi aplicado, por parte do cafeicultor, o sobre-trabalho extraído dos escravos em cada unidade produtiva.

Ele afirma que as inversões feitas pelos fazendeiros, do sobre-trabalho extraído da mão-de-obra escrava, não eram, em termos de maior quantidade, em bens imóveis externos à fazenda e nem na manutenção da produtividade agrícola do solo arável (fertilizantes ou equipamentos de arado); mas principalmente em terras e novos escravos. Depreende-se, portanto, segundo os próprios dados levantados por Fragoso, que os investimentos, pelo menos dos fazendeiros do Vale do Paraíba, em mais terras e escravos estariam dentro de uma lógica, muito lucrativa, de diminuição dos custos com a produção total do café; pois esta era a lógica, repetindo, demonstrada por Fragoso, de uma agricultura em larga escala, escravista e de exportação calcadas em métodos extensivos. Comprar terras e escravos, destarte, era lucrativo na lógica agrícola vigente para aquele contexto; comprar imóveis (ou arriscar-se na circulação urbana, por exemplo) não parecia, pelo menos para aqueles proprietários de lavoura de café, e se comparado ao método extensivo da cafeicultura do XIX, tão lucrativo assim.

Foi a reprodução do tipo de sistema agrário praticado na região estudada que se manteve razoavelmente intacta durante um bom espaço de tempo. Os dados levantados por Fragoso deram conta de evidenciar que o que se ganhava com a exploração do escravo, não retornava como investimento em coisas que poderiam dar um ganho qualitativo às técnicas de produção (nos inventários, por exemplo, de tempo em tempo, os valores relativos ao ferramental nunca eram substantivos, isolados ou se comparados aos outros itens da fazenda). O que permanecia, exatamente, era a persistência das técnicas utilizadas; os investimentos do sobre-trabalho eram quantitativos e não qualitativos:

“E se a isso combinarmos à persistência, no tempo, dos instrumentos de trabalho agrícolas (quadro nº 5) e do sistema de uso da terra (quadro nº 15) e do sistema de

²⁶³Idem, *ibidem*, p. 82.

uso da terra (quadro anexo nº II), isto é, do baixo nível técnico por eles representados, infere-se que o sobre-trabalho invertido na lavoura assumia aspectos quantitativos não gerando uma mudança técnica, mas antes a ‘repetição de um mesmo processo de produção’, o que caracterizava a reprodução desse sistema agrário como extensiva.”²⁶⁴

Fragoso, com essas explicações, confirma a tese de Ester Boserup de que mudanças qualitativas nas técnicas de produção agrícola representariam um aumento do tempo gasto em mão-de-obra aplicada à lavoura; por isso – é óbvio – a preferência entre aqueles homens de manter intactas as técnicas de derrubada, queimadas, utilização das cinzas etc. E, aplicando à realidade de seu objeto de estudo, Fragoso utiliza-se também do conceito de “degradação” de Kula²⁶⁵ sobre os limites da agricultura extensiva, enquanto sistema econômico que se reproduz, para induzir-nos, complementando o raciocínio inicial, no que consistirão futuramente as atividades agrícolas da região em questão. No caso de Paraíba do Sul, portanto, isso fica muito claro, o esgotamento do solo foi acompanhado do fim de matas virgens etc.

De forma muito interessante, Fragoso, com estas afirmações, pôde fazer uma comparação muito fértil para seus procedimentos de pesquisa, pois consegue comparar, qualitativa e quantitativamente, sistema produtivo e região aonde acontece; sendo mais específico, entre o sistema agrário extensivo da lavoura de café e a região do Vale do Paraíba do Sul no séc. XIX. Houve, palavras dele, uma “disjunção” entre ambos. Se as matas virgens, que para aquele sistema extensivo eram vitais, fossem extintas, significaria dizer que a economia da região, sustentada por esta agricultura (do café), poderia ser dada como encerrada (“degradação”); entretanto, como este sistema econômico tendia a avançar em direção às áreas virgens, as tendo (“as fronteiras abertas”), e as teve, ele acabou avançando de fato para além das fronteiras geográficas da região, fazendo com que as fronteiras físico-econômicas do sistema fossem móveis, e o sistema sobreviveu em uma nova região.

Agora, no que diz respeito especificamente ao modo como tratou, neste sistema agrícola que se esgotava, do “sobre-trabalho”, fica fácil se afirmar, interpretando-o, que foram exatamente as técnicas de trabalho, uma constante naquela agricultura extensiva, que, ao possibilitar um tempo menor de lida ou fazeres na agricultura principal, o café, permitiu ao trabalhador direto, o escravo, dedicar também parte de seu tempo a uma agricultura de alimentos voltada para a sua subsistência (na maioria dos casos: arroz, feijão, milho e mandioca – e podendo estes dois últimos serem beneficiados em fubá e farinha,

²⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 91.

²⁶⁵ KULA, Witold. Teoria Econômica do Sistema Feudal. Lisboa: Editora Presença, 1979. *Apud. Idem, ibidem*.

respetivamente). Esta lavoura de alimentos também era trabalhada com o mesmo tipo de uso da terra (o que, igualmente, acabava tomando pouco tempo; sem contar que culturas como as do milho eram plantadas entre os cafezais, e quando os escravos iam fazer a capina para proteger o milho, por exemplo, tinham que fazer o mesmo para o café), prescindindo, em parte, do mercado capitalista externo à fazenda.

Fragoso preocupou-se, inicialmente, em demonstrar como “a classe dominante agrária” [expressão que, como se sabe, abandonará em futuros trabalhos; preferindo hoje, e já algum tempo, a expressão “elite”] criou os mecanismos adequados para extrair o sobre-trabalho do produtor direto e tornar possível a existência e reprodução do sistema agrícola. Esses procedimentos passavam, necessariamente, por esta capacidade de possibilitar, sem prejuízo para o fazendeiro, um tempo “extra” para que o trabalhador direto pudesse, ele mesmo, dedicar-se à produção de boa parte de seu sustento; e isto era possível em função do uso extensivo da terra, que era proporcionado pela baixa relação população/terra, substituindo, assim, um maior gasto no plantio com adubos ou aragem. Obviamente, foi a sua condição de escravo e também, o que é mais evidente ainda, o fato de não possuir, enquanto propriedade, os principais meios de produção desta atividade, quais sejam, pelo menos, a terra e a mão-de-obra, que tornava viável por parte da classe dominante extrair o trabalho realizado pelo trabalhador direto além das necessidades de sua sobrevivência. Desta maneira, a produção e posterior venda para o exterior do café guardava intensas relações com a materialização do sobre-trabalho extraído do cativo.

Fragoso adverte, porém, que esta relação de produção, onde a classe dominante é proprietária do trabalhador e da terra, não seria suficiente para explicar o outro traço importante deste sistema agrário: o fato do trabalhador direto está “associado” aos meios de produção para a concretização de seus alimentos e assim não precisar comprá-los no mercado; e ele acrescenta: “Afinal, em tese, o produtor direto pode ser escravo e, ao mesmo tempo, ter a sua existência material reproduzida mediante à compra de meios de subsistência retirados (totalmente) do mercado.”²⁶⁶ E esta relação social de produção pode ser resumida assim: “o trabalhador direto aparece ‘associado’ a seus meios de produção, produzindo e se apropriando diretamente de seus meios de subsistência.”²⁶⁷

²⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 96.

²⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 97. Uma questão: Fragoso diz que “o aumento do sobre-trabalho ou que é o mesmo, do trabalho excedente não pode ser feito, em tese, através de uma mudança técnica que levasse à diminuição do trabalho necessário na produção dos gêneros de subsistência.” (pp. 98 e 99). Como assim? Ele cai em contradição sobre o que vem dizendo. Como que uma diminuição no tempo gasto na produção da subsistência não vai, ou não pode, proporcionar uma maior obtenção de sobre-trabalho que poderia ser aplicado na lavoura de café? Ele não esclarece seu raciocínio. Talvez queira dizer, pode-se supor, que um avanço técnico sobre as

Também é interessante observar o que diz Fragoso sobre outra característica importante deste sistema extensivo, relacionada à incorporação de mais mão-de-obra. Em um sistema em que o produtor direto não produz seu sustento, esta incorporação representaria uma diminuição do sobre-trabalho extraído; no entanto, isso não ocorria com a cafeicultura do Vale do Paraíba, já que, ao contrário, o escravo produzia ele mesmo parte de sua subsistência.

A partir da reafirmação da constatação que vem fazendo ao longo do seu texto, de que o trabalhador direto produzia boa parte de seu sustento, tendo em vista o tipo de uso extensivo daquela agricultura (sem mudança técnica etc.), Fragoso, em relação a esta “associação” trabalhador direto / meios de produção, considera três pontos importantes: 1º – A baixa relação população/terra, que permitia a extração do sobre-trabalho do produtor direto, era o mecanismo de controle da classe dominante sobre o escravo; 2º – O sistema de uso da terra, por necessitar de pouco tempo de trabalho, permitia ao trabalhador direto que ele tivesse tempo não só para produzir seu alimento como também para se dedicar mais naquilo que era exportado – que era a materialização do sobre-trabalho extraído; e 3º – que consideramos o mais importante:

“o nível das forças produtivas presente neste sistema agrário historicamente definido, o caráter extensivo de sua reprodução, estabelece um frágil equilíbrio entre o tempo de trabalho excedente e o necessário, nestas condições, à produção de alimentos pelo trabalhador direto e, portanto, a sua reprodução feita parcialmente à margem do mercado permite a manutenção da taxa de sobre-trabalho.”²⁶⁸

Fragoso conclui dizendo que não existia, no interior de uma fazenda de café [e acrescenta-se: pelo menos nas que ele estudou], um dualismo entre cultura de alimentos e de exportação; e isso não se dava simplesmente pelo mesmo padrão técnico empregado nas duas modalidades de produtos. “A interpenetração” entre estas duas modalidades deve ser procurada, principalmente, na própria realização do sobre-trabalho.

A fazenda de café, deste modo, ajustava em si as duas variações existentes da agricultura extensiva (ajuste este que acabou se transformando em um tipo extensivo do uso do solo típico da região estudada): a) o rodízio do solo da cultura de alimentos, de um lado, e b) o emprego das matas principalmente virgens, sem a necessidade do pousio, como terra para o plantio de café, de outro. Combinação que permitia a existência de relações não capitalistas de produção na cafeicultura de exportação do Vale do Paraíba do XIX, em função da diminuição dos custos e do tempo de trabalho adicionado na reprodução da lavoura.

atividades de subsistência levaria conseqüentemente a um avanço também na lavoura de café. E aí teríamos menos escravos trabalhando nesta lavoura; logo, teríamos menos escravos produzindo excedentes que poderiam ser extraídos etc. Mas ele não deixa isso claro.

²⁶⁸ *Idem*, p. 100.

Por último, Fragoso vai tratar do que ele entendeu como o “definhamento” do sistema agrário da economia de exportação, o corrido entre os anos de 1872 e 1920. Primeiramente, procurou definir mais uma vez o que vem a ser uma “agricultura extensiva”, a partir, sobretudo, como já demonstrado, de autores marxistas. Esta definição, em segundo lugar, foi feita em função dele poder elaborar sua concepção – também apoiado nos *Annales* – de “sistema agrário”; já que a estrutura agrícola por ele estudada no Vale do Paraíba do Sul-RJ no séc. XIX, principalmente a *plantation* de café, enquadra-se no modelo extensivo. E tendo em mãos tais conceitos, o autor descreve, detalhadamente e a partir do exemplo de algumas unidades produtivas (propriedade grandes ou pequenas, propriedade cafeicultoras, lavouras de alimento não exportáveis, unidades mistas destas duas últimas etc.), a estrutura e os mecanismos de funcionamento do seu objeto de estudo, auxiliado pela montagem de tabelas e alguns gráficos que foram consultados em documentos cartoriais (como inventários, dentre outros), relatos de viajantes etc. Tudo isso para poder estabelecer as limitações, históricas, deste sistema agrário.

Levando em consideração o desdobramento da agricultura em questão, em termos das grandezas numéricas mensuradas ao longo do trabalho, lhe foi possível apresentar, objetivamente, as principais características do conjunto estatístico que aponta para o esgotamento, ou “degradação”, desse sistema produtivo: uma crise, a partir de finais do XIX.

“A repetição no tempo da reprodução extensiva do sistema agrário criaria progressivamente, na região de Paraíba do Sul, uma disjunção entre os dois movimentos que a formam. A esta situação chamaremos, de definhamento do sistema agrário. Em outras palavras, gradativamente a fazenda de café varia a sua capacidade de realização do segundo movimento do processo de reprodução ampliada, até chegar ao ponto de vivenciar apenas, devido à longevidade do café, uma reprodução anual que, no tempo, já possuía os seus limites. Por conseguinte, a própria forma de reprodução extensiva, a repetição em larga escala do sistema de uso da terra e das técnicas a ele correspondentes, levaria à ruína da agricultura do café na região.”²⁶⁹

Com o tempo, tal sistema de uso da terra teria, indubitavelmente, seu esgotamento na região. As matas vão dando lugar às pastagens e os cafezais, envelhecendo e não sendo renovados, vão perdendo a produtividade. Este sistema, em que as matas substituíam a aplicação de um tempo maior de trabalho para a manutenção da terra de plantio, não tinha como única consequência o esgotamento do solo; a derrubada das matas alterava também a regularidade climática da região, como falta de chuvas em períodos normalmente esperado etc., o que acabava prejudicando as culturas agrícolas em geral. Sem contar que no auge deste processo agrícola extensivo, desmatamento, queimadas e chuvas torrenciais contribuíam,

²⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 109.

igualmente, para a deterioração dos solos de um modo geral, como erosão etc. (sem falar também do surgimento de pragas como formigas etc., que provocavam aumento de custos). A cada nova colheita ruim, que indicariam as chamadas “mudanças oscilatórias”, a degradação desta maneira extensiva de se cultivar acentuava-se; que para Fragoso configuraria, definitivamente, como “as mudanças acumulativas e direcionadas”.²⁷⁰

Somando-se a estes elementos de “crise”, temos outra crise, a do escravismo a partir de 1850 e o próprio fim da escravidão em 1888. A carência da mão-de-obra levou a uma readequação dos elementos constituidores daquela agricultura extensiva; além do tráfico interno de escravos, para se tentar obter um maior número de braços para a lavoura, percebe-se um desenvolvimento técnico do beneficiamento do café (com maquinário novo etc.) e, em alguns casos, dos alimentos; o que confirma a manutenção das técnicas extensivas, tendo em vista não se perceber nenhuma alteração, além do beneficiamento, no trabalho da lavoura.

“Partindo ainda da racionalidade desse sistema agrário, deve-se perceber que se a mudança nas técnicas de beneficiamento representava uma diminuição do tempo de trabalho, o mesmo não ocorria com a mudança das técnicas na lavoura, na medida em que essa última representaria a incorporação de mais trabalho à terra e, portanto, um aumento do tempo de trabalho.”²⁷¹

O investimento neste maquinário de beneficiamento não era pouco, e somente alguns fazendeiros conseguiam tal investimento, exatamente os mais ricos; ou seja, aqueles que ainda dispunham das condições que permitiam a reprodução extensiva de sua agricultura cafeeicultora. Em outras palavras, aqueles que ainda dispunham de pelo menos um percentual razoável de matas virgens: “a possibilidade de se repetirem as técnicas agrícolas aparece como garantia para a mudança das técnicas de beneficiamento.”²⁷²

Utilizando-se de relatos da época, Fragoso defende que o colapso que se abateu na cafeeicultura do Vale de Paraíba, no final do séc. XIX, foi uma crise estrutural, intrínseca ao próprio modelo do sistema, e não uma deficiência do produto café em relação à crise do escravismo. Ele aponta, por exemplo, que a produção cafeeicultora esgota-se nesta região; porém, incorporando mais matas e mão-de-obra, avança em direção a São Paulo. Curioso notar, como consequência direta desta mudança, é que o deslocamento da fronteira cafeeicultora, do Vale do Paraíba do Sul Fluminense para o de São Paulo, corresponde, numa relação diretamente proporcional, a uma diminuição de estrangeiros (não africanos) na

²⁷⁰Estes termos, “mudanças oscilatórias” e “mudanças acumulativas e direcionadas”, Fragoso os retirou de Witold Kula, onde este seria a estrutura de longo prazo e aquele a de curto prazo. *Idem, ibidem*, v. p. 114.

²⁷¹*Idem, ibidem*, p. 116.

²⁷²*Idem, ibidem*, p. 117. Segundo Fragoso, outro fator que possibilitou uma economia de mão-de-obra para esta ser aplicada na lavoura de café, foi, na segunda metade do século XIX, a introdução das ferrovias, pois o transporte do café feito por mula ocupava uma quantidade considerável de escravos.

primeira região e ao aumento dos mesmos na segunda (devido, obviamente, à migração Rio/SP destes estrangeiros). E desta população, foi o número de homens que, em números relativos, diminuiu de forma mais acentuada, sobretudo dentro de sua faixa mais produtiva (de 16 a 40 anos); demonstrando certo enfraquecimento produtivo. Portanto, Fragoso conclui, sobre este ponto, dizendo que o processo de migração, de fazendeiros e trabalhadores rurais em direção a São Paulo, faz parte de processo produtivo da agricultura extensiva, na qual se assenta a cafeicultura, e ao mesmo tempo contribui para a sua reprodução. Também menciona autoridades públicas, do Rio de Janeiro, que na época relatam a falência do sistema responsabilizando a manutenção daquelas técnicas, e que seria necessário mudar etc. Estas autoridades também lamentavam o fato de haver uma emigração na região fluminense; quando bastava um investimento em uma agricultura intensiva que recuperasse os solos etc.²⁷³

“Na parte precedente insinuamos que, apesar do processo de esgotamento das matas e da crise da mão de obra, o sistema de uso da terra e as técnicas a ele correspondente continuariam a dominar a paisagem agrária da região. Isto é, apesar de diminuídas a sua capacidade de reprodução o sistema agrário perpassa a crise do trabalho escravo, persistindo em seu definhamento.”²⁷⁴

Para comprovar que o sistema mantinha-se mesmo em crise, Fragoso demonstra que as matas virgens, cada vez mais escassas e por isso cada vez mais caras também, se comparadas às terras cultivadas, determinavam o padrão de funcionamento da fazenda. Por exemplo, nos arrendamentos, o arrendatário, ou colono, só poderia derrubar matas virgens – o que era evitado por contrato – se o proprietário deixasse (ambos comprometiam-se em mantê-las). Com isso fica claro que havia, mesmo em crise, uma manutenção do uso da terra no seu padrão extensivo. O sistema de uso da terra determinava o procedimento contratual entre proprietário e arrendatário (também outros tipos de contrato, como hipoteca da propriedade rural, onde a derrubada das matas, por exemplo, depreciava o preço do imóvel), em que este, mesmo pagando para utilizar a fazenda, era limitado exatamente pelo sistema agrícola predominante.

“Por esse contrato é revelado um tipo de arrendamento em que o arrendatário continua com o tipo de atividade precedente e a sua ação sobre a terra é limitada, sendo assim um pouco diferente daquele arrendatário-capitalista estudado por Marx; além disso as terras eram trabalhadas por colonos e não por trabalhadores assalariados.”²⁷⁵

Fragoso vai descrevendo como a decadência da produção cafeeira na região, atrelada

²⁷³É inegável que não seria vantajosa tal opção. E aqueles homens (os agricultores que por ventura resolvessem ficar no Vale do Paraíba Fluminense se utilizando de possíveis técnicas intensivas mais dispendiosas) sabiam disso, pois que iriam competir com uma agricultura cafeeira extensiva em plena expansão para São Paulo.

²⁷⁴*Idem, ibidem*, p. 124.

²⁷⁵*Idem, ibidem*, pp. 126 e 127.

ao uso extensivo e por isso a escassez de matas virgens, vai promovendo, paulatinamente, a entrada do pastoril bovino, ladeado por capoeiras etc.; não obstante, em muitas páginas e com muitos dados numéricos de algumas fazendas (uma espécie de metodologia que se utiliza da técnica de amostragem), ele acaba descrevendo com mais assiduidade os casos, neste processo, de substituição da importância das matas virgens pelas capoeiras. No valor nominal total da propriedade agrícola, as matas virgens começavam a perder para as capoeiras; já que aquelas estavam, por incontestáveis razões, desaparecendo. E além do mais, as capoeiras, no futuro esgotamento total das terras plantadas com café, poderiam suprir a falta de terras não cultivadas (garantindo, por exemplo, a manutenção da importância da enxada sobre a do arado). Mas de qualquer maneira, é claro que os alqueires de matas virgens que ainda existiam valiam muito mais do que qualquer outro alqueire das terras existentes na propriedade.²⁷⁶

Dando continuidade a seu raciocínio, afirma, em valores relativos, que no avançar do séc. XIX para o XX o conjunto de alqueires formados por capoeiras e pastos de uma determinada fazenda valia mais do que os alqueires com café plantado da mesma fazenda; no entanto, não discrimina os percentuais destes valores, isolados, na relação que os pastos tinham com as capoeiras ou vice-versa. Pelo seu texto, supõe-se que as capoeiras, em relação aos pastos, valiam mais, já que a prioridade era o café e não o gado; porém, se por acaso, ou por algum motivo qualquer não cogitado, for o contrário, ou mesmo se os valores razoavelmente equivaliam-se, pode-se questionar a explicação (feita por ele anteriormente) da decadência da região pela substituição, com o tempo, da agricultura extensiva de exportação por uma pecuária bovina, também extensiva, de mercado interno.

Diz, por exemplo, que no início do século XX (em uma situação, portanto, de pós-escravidão), a existência considerável de lavouras de alimentos coexistindo com o plantio de café, no interior de uma mesma unidade produtiva, e estando este produto em decadência (pois o sistema continuava extensivo e dependente das já quase extintas matas virgens e por isso dependendo também das capoeiras etc.), revela não somente a continuidade no tempo do sistema agrário por ele estudado, mas, principalmente, a incapacidade deste de fazer o 2º movimento por ele descrito de reprodução do sistema, que seria a manutenção ampliada do

²⁷⁶Dentro das configurações destas mudanças, Fragoso aponta rapidamente para a existência, por exemplo, do arado somente em algumas poucas fazendas no início do XX (e outros instrumentos que potencializam a fertilidade da terra, também não existiam em muita quantidade). Ele parece utilizar desta constatação para demonstrar que mesmo em crise, em que, dentro outros aspectos, as matas virgens estavam se esgotando, a prática extensiva insistia em se manter viva; entretanto, ele não deixou isso muito claro em seu texto. “Por último, no recenseamento de 1920, na parte referente aos instrumentos de trabalho agrícolas, de 711 estabelecimentos recenseados, 173 (24,3%) possuíam arados, 62 (8,7%) grades, 12 (1,7%) semeadeiras, 13 (1,8%) cultivadores, 3 (0,4%) ceifadores e 1 (0,1%) trator. Sendo que, 538 dos 711 estabelecimentos, não utilizavam nenhum destes instrumentos agrícolas, o que representava 75,7% do total (*idem, ibidem*, p. 128).”

sistema agrário calcado na produção em larga escala do café para exportação; o que ele chama “de um processo de disjunção entre o primeiro [da unidade produtiva anualmente] e o segundo movimento de seu ciclo de reprodução.”²⁷⁷

Sendo assim, Fragoso esclarece que era nesta situação conjuntural, de ocorrência de elementos que indicam, ao mesmo tempo, persistência e definhamento, que acontecia a edificação das relações de produção na agricultura de exportação de Paraíba do Sul após a abolição; ou seja, eram relações calcadas na manutenção das técnicas de uso extensivo da terra combinadas ao esgotamento produtivo do sistema agrário da região. E o esgotamento acontecia em virtude, primeiro, de o sistema assentar-se, em resumo, na reposição da capacidade produtiva do café pelas matas, e estas se encontravam raras naquele momento, e, segundo, da insuficiência de mão-de-obra (em ambos os casos principalmente a partir do final do século XIX). Sobre este fenômeno, as palavras de Fragoso fornecem uma síntese muito interessante do contexto de crise deste sistema agrário – envolvendo, agora, a Lei de Terras de 1850, em que, neste sistema, a classe dominante detém a posse da terra controlando também o trabalhador direto:

“Entretanto, não apenas as capoeiras e as enxadas atravessam a crise do trabalho escravo, da mesma forma a estrutura fundiária, ou melhor, o seu pano de fundo que é a sujeição do trabalhador direto atravessaria aquela crise. Através da lei de terras de 1850, proibindo a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra e terminando deste modo com a antiga forma de aquisição através da ocupação, era a referendada a subordinação do trabalhador direto à classe dominante agrária. O acesso à terra teria que ser mediatizado pelo fazendeiro. Este mecanismo ao tornar cativa a terra, transformava a terra em um cativo para o trabalhador.”²⁷⁸

Fragoso esclarece ainda que as relações de produção pós-escravidão do Sul Fluminense, apesar de adaptadas a esta nova situação, mantém seu padrão de expropriação do sobre-trabalho do produtor direto das lavouras de café por parte de sua classe dominante. E isso porque, em geral, os libertos, em função principalmente da Lei de Terras, não tinham acesso, como proprietários, às terras que garantiriam sua sobrevivência. No sistema de parceria ou em terras arrendadas, trabalhavam, na maioria das vezes, como colonos, mas dificilmente como tendo a posse da terra; e aí produziam uma quantidade excedente de café que era apropriada pelo proprietário. Do contrário, ou seja, tendo os antigos escravos a posse, de alguma maneira, de qualquer alqueire de terra (e Fragoso comprovou tal tendência com um exemplo muito bem documentado), acabariam dedicando-se mais à produção de gêneros de sua sobrevivência do que à lavoura de café, impossibilitando, assim, a produção de

²⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 133.

²⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 135.

excedentes. Enquanto trabalhadores livres, os libertos não poderiam ser também proprietários dos meios de produção; caso contrário, repetindo, não haveria acumulação pela classe dominante do excedente produzido por este trabalhador. Contudo, em geral, estes trabalhadores não eram assalariados; estavam associados aos meios de produção e, por isso, produzindo, com a lavoura de alimentos, boa parte dos itens necessários à sua sobrevivência; não indo, em vista disso, ao mercado buscá-los.

Nesse ponto, há um retorno a um dos tópicos iniciais da dissertação: uma relação não capitalista de produção, ao combinar o trabalhador direto e os meios de produção que lhe possibilitam a sobrevivência, prescinde do mercado capitalista. E esta relação de produção perpassa a crise do escravismo e a do próprio sistema agrário em análise; contribuindo, na verdade, para que este se mantenha. E acrescenta-se – corroborando com análise de Frago: nestes tempos de manutenção das técnicas de trabalho (oriundas em grande parte da agricultura extensiva) combinada à escassez de mão-de-obra, estava inviabilizada a introdução das relações assalariadas de trabalho:

“Em outras palavras, caso o trabalhador direto, pós -escravidão, se transformasse em assalariado, vendendo a sua força de trabalho e retirando a totalidade de seus meios de subsistência do mercado, devido à falta de mão de obra, teria o seu ‘tempo de trabalho necessário’ aumentado. E isto se daria em circunstâncias em que não se verifica um desenvolvimento das forças produtivas tal que permitisse o aumento da produtividade do trabalho agrícola. As técnicas de produção agrícolas perpassaram a abolição da escravidão, e com elas o nível técnico presente naquela forma de produção agrícola. Isso significa, em tese, que a produtividade do trabalho agrícola e a relação trabalho necessário e trabalho excedente se mantiveram constantes. Nestas condições a adoção do trabalho assalariado implicaria em um aumento do tempo de trabalho necessário às custas do sobre-trabalho.”²⁷⁹

Com esgotamento da capacidade das matas de se transformarem em cafezal; só restou àquele sistema agrário, às suas unidades produtivas, o primeiro movimento do processo de reprodução, aquele que, baseado na diminuição dos custos de sobrevivência do trabalhador direto, permitia a manutenção, ano a ano, da fazenda. Estas relações de produção, que se mantém com o fim da escravidão, foram possíveis porque o nível das forças produtivas, de uma agricultura extensiva, também se manteve, ainda que em definhamento. De qualquer maneira, os lucros, relacionados à reprodução anual das unidades produtivas, continuavam elevados, apesar deste definhamento, pois os custos em geral, como Frago pôde demonstrar, não eram altos; contudo, tais lucros estariam com os dias contados.

Se a reprodução extensiva do sistema agrário de Paraíba do Sul, no séc. XIX, transformava matas em cafezais, suas técnicas extensivas, por sua vez, transformaram, na

²⁷⁹ *Idem, ibidem*, pp. 139 e 140.

passagem do XIX para o XX, lavouras em pastagens, modificando assim a paisagem agrária; é o que ele chamou de “A Invasão dos Pastos”²⁸⁰. Fragoso apreende tal movimento, por exemplo, por documentos que atestavam ser o café, primeiramente, de 1870 a 1900, aproximadamente 50% do valor da fazenda, e, posteriormente, de 1900 a 1920, somente a 4,4%, deixando, portanto, de ser uma região cafeeira; sem contar também – mesmo que o café predominasse em relação às outras culturas – que além do valor reduzido, a área plantada diminuiu bastante, sobretudo se se leva em consideração o que era destinado à pastagem. Mas não era só o café – seu valor relativo e área ocupada – que estava em contínuo processo depreciativo até a extinção; era também toda a agricultura da região.²⁸¹

O gado (na sua maioria era bovino), que antes estava atrelado ao café, passa a ser uma atividade econômica autônoma com o esgotamento total da atividade cafeeira no início do séc. XX – mesmo que não tenha sido de imediato a transformação da região de cafeeira à pecuarista; contudo, a composição deste gado em cada unidade produtiva se modifica em relação ao que existia no século anterior. Enquanto neste as fazendas tinham, em geral, mais bois de transportes; na segunda situação o que passa a predominar, em uma relação mercantil, são as vacas e os novilhos.

Fragoso esclarece, em função do foi demonstrado, que os pastos, naturais (capim gordura), foram consequência de uma agricultura extensiva que se esgotou; e não o resultado da implantação da atividade de pastoreio. Ele lembra que com o esgotamento do café, houve uma migração populacional para outras regiões; no entanto, para a atividade pecuarista a necessidade de mão-de-obra era menor. Tudo isso indica que as técnicas da atividade que substituiu o café, o gado, continuam extensivas e, por isso, obviamente, não eram, da mesma maneira, aplicados novos procedimentos que intensificassem a produtividade desta nova atividade, fosse para o gado, fosse para o solo (evitando assim o investimento de trabalho adicional) – até porque, “a pecuária em Paraíba do Sul, se desenvolve sobre aquilo que ‘sobrou’ do sistema agrário da economia de exportação.”²⁸² Completando seu raciocínio, diz que na nova paisagem rural de Paraíba do Sul, predominando agora o gado e não o café, as suas técnicas agrárias utilizadas para a agricultura, que antecedia a pecuária, persistem enquanto métodos extensivos, significando, assim, o baixo nível das forças produtivas, tal como nas lavouras precedentes.

²⁸⁰ *Idem, ibidem*, subitem das pp. 144-162.

²⁸¹ Uma coisa que Fragoso não esclareceu foi se a substituição, em importância, do valor dos cafezais pelo dos pastos fez com que o preço desta nova unidade produtiva, em relação a que lhe precedeu, ficou maior ou menor; ele somente indica o quantitativo unitário de um produto em relação a outro.

²⁸² *Idem, ibidem*, p. 152.

De tudo o que foi exposto, Fragoso chega a uma primeira conclusão: o sistema produtivo que estudou, um sistema agrário extensivo, historicamente definido e herdado de nossos ameríndios, pertencia a uma racionalidade típica de uma reprodução, cronológica, não capitalista – tendo em vista a dificuldade que se tinha naquele contexto de se realizar uma reprodução ampliada tipicamente capitalista. Vinculado à exportação, este sistema produtivo nasceu de uma base que combinava baixa relação população/terra e uma utilização desta, para agricultura, onde predominavam a derrubada de matas, a queima e o plantio neste solo; ou seja, um uso extensivo deste meio de produção. Tal sistema extensivo, acrescentando, além dessas características apresentadas, era distinto daquelas outras formas de reprodução calcadas em algum tipo de produção extensiva (como as que existiram, por exemplo, na Europa medieval); aqui, as relações de produção obedeceram ao nível das forças produtivas existentes no sistema agrário.

As relações de produção neste sistema davam-se a partir de mecanismos que asseguravam uma baixa relação trabalho/terra. E isso na medida em que as técnicas extensivas (onde matas substituíam arados e adubos) liberavam determinado tempo do trabalhador direto para que este pudesse dedicar-se à produção de parte de seu próprio alimento, proporcionando aos proprietários das unidades produtivas a extração do sobre trabalho deste trabalhador. Contudo, era parte importante destes mecanismos, a impossibilidade do trabalhador direto ser proprietário da terra trabalhada; portanto, afastando-o de suas condições de produção. Por outro lado, mediado pelo proprietário fundiário, este trabalhador direto acabava associando-se aos meios de produção que antes a ele estavam vetados, para, repetindo, produzir parte de seus alimentos agrícolas, diminuindo consideravelmente os custos para aquele que expropriava seu sobre-trabalho.

Em sua segunda conclusão, Fragoso começa esclarecendo que seu intuito neste mestrado era apreender, em uma primeira abordagem, o sistema agrário de uma economia de exportação, compreendendo-a como uma forma de produção historicamente definida. Para tanto, deu um corte geográfico – que ele mesmo considera limitado – restrito às fronteiras da região do município de Paraíba do Sul. Sua finalidade, com este corte relativamente pequeno, era fornecer uma maior concretude, pelo exemplo de Paraíba do Sul, às linhas gerais do sistema agrário estudado.

Visando comprovar a validade desta metodologia, de que as técnicas extensivas deste sistema agrário no séc. XIX eram as mesmas – “a rotina” – em outras regiões brasileiras, até mesmo antes deste século, e incluindo outros produtos, Fragoso afirma que “memórias” de

viajantes e publicistas relatam vários casos da utilização destas técnicas em outras regiões do Brasil; como é caso do que disse Thomas Davatz para SP – dentre outros para outras regiões.

“Sugerindo assim, um tipo de sistema agrícola cujo ‘crescimento’ se fazia pela incorporação de mais terras e força de trabalho adicional, sem a mediação de um desenvolvimento técnico na lavoura. E, ainda, nos insinua um sistema agrícola, onde a ‘rotina’ era um traço de sua racionalidade, e cuja capacidade de reprodução aparecia ligada à fronteira agrícola.”²⁸³

Mais do que representar as práticas agrícolas cafeicultoras da região estudada por Fragoso, este sistema agrícola de reprodução extensiva pertenceria a uma prática generalizada do campo brasileiro desde os primeiros tempos de colônia (e herdada dos índios), passando pelo império e chegando aos primeiros anos do século XX, pelo menos. O seu nível técnico, os seus mecanismos de reprodução e as suas relações de produção, permitiram a Fragoso conceber, por se repetir no tempo, em outros lugares e com outros produtos, uma “forma de produção”.

4.1.2. Racionalidade ou Arcaísmo?

Deduz-se da leitura da dissertação de Fragoso, primeiramente, que ele aponta para um “problema”²⁸⁴ que existiu no campo brasileiro entre o séc. XIX e no início do XX, cujas raízes remontam a momentos pré-cabralianos, que foi a “rotina”, assinalada por críticos da época, que em resumo consistia em técnicas agrícolas extensivas (derrubada de matas, queimadas etc.).

A questão central para o autor, é o que se apreende, foi o porquê da permanência, no tempo, desta maneira específica de utilização do solo para a agricultura. Percebe-se que sua principal suposição diz que estas técnicas pertenciam a uma lógica produtiva própria, distinta da capitalista, em que certa quantidade de mão-de-obra era economizada no preparo do solo para a lavoura – se se tratasse, por exemplo, de um tipo intensivo e capitalista de produção, esta economia não ocorreria. Esta economia liberava o trabalhador, explorado na unidade produtiva, para gerar, ele mesmo, parte de sua subsistência material pelo plantio de algumas culturas de alimentos; desta maneira, o proprietário dos meios de produção pôde extrair do trabalhador direto quantidades consideráveis de sobre-trabalho.

Sua intenção, ao apontar tal característica produtiva, parece que foi descrever a

²⁸³ *Idem, ibidem*, p. 167.

²⁸⁴ “Problema” não para os produtores indiretos que aplicavam as ditas práticas extensivas (pois eram lucrativas); mas para a manutenção, por exemplo, da atividade cafeicultora na região.

montagem daquilo que ele entendeu como sendo – cuja revelação foi demarcada no passar do tempo – um sistema agrário para a economia de exportação brasileira de períodos coloniais, do império e do início do século XX. Tudo leva a crer, portanto, que ele acredita (ou pelo menos acreditava quando defendeu a dissertação) que este sistema agrário predominou no espaço/tempo apontado acima e que compreendia, em geral, não só os nossos produtos agrícolas de exportação, como também as lavouras de alimentos, da grande ou pequena propriedade. Apoiado em procedimentos que procuraram correlacionar seu objeto de estudo, cujo corte geográfico foi diminuído, a um mapa de dimensões espaciais maiores, percorreu os caminhos do café em Paraíba do Sul buscando comprovar que este sistema agrário não só existiu, como, principalmente, suas fronteiras ultrapassavam, em muito, as do próprio município em que estava inserido.

Fragoso teve a irrefutável coerência de terminar pelo que começou. Concluiu, definitivamente, que ao apreender este “sistema agrário”, que pelo método comparativo demonstrou ter sido a “base da vida material”, como “forma de produção”, de muitas regiões no Brasil (sobretudo durante a escravidão), teve a possibilidade de confeccionar um “modelo teórico” que, segundo ele, elucidaria, na plenitude, tal “sistema agrário”. Mas, como apresentou na Introdução, este seu trabalho tinha o objetivo de ser uma primeira abordagem; portanto, ficando ele, devendo-nos uma configuração mais aprofundada deste “modelo” (a dívida persiste).

De qualquer maneira, adverte-nos que um “modelo teórico” de um determinado sistema agrário para uma economia de exportação, sendo elaborado, precisaria ter uma concepção para além do processo de trabalho agrícola; pois tal sistema não se limitaria, somente, às bases de seu processo produtivo. Teria que levar em consideração, igualmente, as relações entre produção e circulação, a demografia envolvida, as composições sociais e os circuitos institucionais a ele atrelados. “A nosso ver só assim avançaríamos no sentido de uma História ciência. E ainda poderíamos perceber os passados que continuam presentes na sociedade brasileira”²⁸⁵ – portanto, ainda não estava vislumbrando a “vertebrarização”.

Em relação ao que se defendendo nesta dissertação, é interessante que se faça algumas observações acerca do que Fragoso escreveu em seu mestrado comparado ao que escreverá em futuros trabalhos. Em mais de uma ocasião, mas sobretudo em Arcaísmo como Projeto, a ideia central de João Fragoso para explicar nosso atraso econômico e os altos níveis

²⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 168. Pelo que parece, Fragoso abandonou esta concepção científica do fazer História-disciplina utilizando-se de uma metodologia marxista ou dos *Annales* das primeiras gerações (que teria levado, segundo ele, a um “definhamento” da história econômica); ficando, hoje, circunscrito em uma tendência cuja influência em muito se afastou deste início acadêmico exposto em sua dissertação de mestrado.

histórico de concentração de renda nas mãos das “elites”, tem sido uma teoria considerada aqui como “culturalista”. Uma tradição lusitana desembarca nestes trópicos no início da Época Moderna, com o tempo, fez com que ricos comerciantes, com mentalidade de antigo regime, optassem em investir seus lucros do comércio em compra de terras, engenho de açúcar e escravos, tornando-se senhores de engenho, uma “nobreza da terra”, em um período de “economia colonial tardia”, que estava buscando prestígio, que para estes homens seria mais valioso do que dinheiro.

Já nesta dissertação de mestrado de 1983, em especial nas pp. 84–91, Fragoso afirma, com base em dados empíricos da produção cafeeira do Vale do Paraíba no séc. XIX, que as inversões feitas pelos fazendeiros do sobre-trabalho extraído da mão-de-obra escrava não eram, em termos de maior quantidade, em bens imóveis externos à fazenda e nem na manutenção da produtividade agrícola do solo arável (fertilizantes ou equipamentos de arado); mas, principalmente, em terras e novos escravos. Depreende-se, portanto, segundo os próprios dados levantados por Fragoso, que os investimentos em mais terras e escravos, pelo menos dos fazendeiros do Vale do Paraíba em questão, eram coerentes às intenções, lucrativas, de diminuição do custo total da produção de café; pois esta era a lógica econômica, demonstrada por Fragoso a partir de vasta documentação, de uma agricultura em larga escala, escravista, de exportação e calcada em métodos extensivos – era a sua racionalidade na busca por lucros.

Por conseguinte, comprar terras e escravos era lucrativo e coerente com a lógica agrícola vigente para aquele contexto; comprar imóveis ou arriscar-se na circulação urbana, não pareciam tão lucrativos assim.

Desse jeito, nada indica, à primeira vista, qualquer tipo de “arcaísmo” em se investir o lucro da circulação em um processo produtivo que oferecia uma relação custo/benefício muita vantajosa, já que diminuía consideravelmente as despesas com mão-de-obra. Basta ler sua dissertação de forma mais atenta, para se perceber, dentro de seu próprio “modelo teórico” amplo, unindo produção e circulação, que de antigo nestes homens de grossa aventura somente a vontade “pré-diluviana” de se alcançar lucros.

4.1.3. E a Roça confirma o Sistema

Já doutorando, em 1986, Fragoso publica um artigo científico pela Revista Brasileira de História (da Associação Nacional de História – ANPUH) com o título de “A Roça e as Propostas de Modernização na Agricultura Fluminense do Século XIX: o Caso do Sistema

Agrário Escravista em Paraíba do Sul²⁸⁶. Neste artigo, tal como na dissertação, Fragoso examinou determinada persistência tecnológica do campo brasileiro, sobretudo fluminense, que desde a colônia, pelo menos, manteve os mesmos padrões técnicos utilizados como suas práticas agrícolas até finais do império, no mínimo. A literatura especializada do período apontava, em síntese, para uma espécie de “brutal rotina” de práticas a princípio “ignorantes”. Tal diagnóstico baseava-se nas experiências de povos, segundo estas fontes primárias, mais “civilizados”, os europeus. Alguns dos autores destes textos, em especial os dos periódicos, não se limitaram às críticas, propunham mudanças; também tendo como base as técnicas agrícolas, mais “avançadas”, dos europeus.

Não se pode também deixar de observar que este artigo, em larga medida, aprofunda, trazendo novas considerações, alguns aspectos trabalhados em sua dissertação. Por exemplo, quando afirma que apesar de ter existido de fato uma “brutal rotina” na base do cultivo da região isso não impediu que inovações técnicas, ao contrário do que se dizia, fossem aplicadas no beneficiamento, o faz tendo como base, portanto, a dissertação; já que, “O que segue está melhor desenvolvido em João Luís R. Fragoso, op. cit. pp. 75-95. Entretanto, no presente trabalho, a base empírica foi revista e ampliada.”²⁸⁷

Resumindo, os objetivos principais de Fragoso, com este artigo, (além de divulgar, é claro, sua dissertação) eram o de recolocar a discussão sobre a modernização agrícola brasileira do XIX em novos termos, diferentes dos da época; e também procurar apreender a lógica do sistema agrário empregado, criticado na época pelos seus “especialistas”. Sendo assim, apoiando-se, dentre muitos outros especialistas, no historiador e brasilianista norte-americano Stanley Stein²⁸⁸, especializado na produção cafeeira de Vassouras, Fragoso conclui, pelo exame da introdução de maquinário avançado no beneficiamento do café fluminense do XIX, que aqueles que detinham uma maior parcela daquilo que caracterizava a grande lavoura extensiva (escravos e matas virgens), eram exatamente os que também poderiam modernizar a etapa entre produção e circulação de suas mercadorias. Para ele, portanto, deve-se entender a tal “brutal rotina” como parte da estratégia, ou lógica, de se fazer a manutenção de um sistema econômico-produtivo dado por uma história que vinha desde a colônia; contudo, é mais do que isso. Em um contexto de crise do escravismo, a carência de

²⁸⁶FRAGOSO, J. L. R. “A Roça e as Propostas de Modernização na Agricultura Fluminense do Século XIX: o Caso do Sistema Agrário Escravista em Paraíba do Sul.” S. Paulo: Revista Brasileira de História, 1986, mar./ago., v. 6, nº 12, pp. 125-150. O texto do artigo, segundo informação do autor, foi resultado de uma pesquisa realizada entre os anos de 1983 e 1984, financiada por convênio firmado pelo CPDA -UFRRJ e CNPq.

²⁸⁷*Idem, ibidem*, p. 150.

²⁸⁸STEIN, Stanley J. Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961. *Apud* Fragoso, J. L. R. *ibidem*, pp. 147 e 148.

braços na lavoura foi compensada com a sensível diminuição do trabalho escravo no beneficiamento, deslocado para a lida no plantio do café. Esta transferência de mão-de-obra nas unidades produtivas foi acompanhada de uma maior produtividade no beneficiamento; e assim se manteve viva a estrutura escravista de produção.

A interpretação aqui feita, é que Fragoso pode já estar apontando para um possível entendimento de que esses homens, da grande lavoura de exportação do XIX, foram orientados por uma tradição, de *Ancien Régime*, que prestigiava o grande detentor de terras e gentes; e por isso, o investimento tecnológico na ponta da produção e não na base; pois, do contrário, pode-se pensar (como pensará Fragoso mais tarde), colocariam em risco, mais do que um padrão econômico, um padrão de *status* perante sua sociedade, alterando questões comportamentais que não estavam interessados em mudar. Se assim o afirmasse, Fragoso estaria, ainda que timidamente, deslocando o eixo conclusivo de suas análises da história econômica para a cultural; contudo, ele não o faz (ainda), somente esclarece uma lógica econômica que indica um determinado comportamento social e cultural.

De qualquer maneira, é evidente que tais levantamentos, acerca deste comportamento, servirão de importantes suportes para que mais tarde ele inverta e diga que um padrão cultural, obsoleto, foi o responsável por orientar estes homens, importantes proprietários, em sua postura econômica e social.

4.2. Captando o instante da metamorfose teórica de Fragoso, de marxista a um estudioso das “elites”

Tendo um olhar mais atento aos detalhes empíricos de seu Currículo *Lattes*, verifica-se que Fragoso, concomitante ao doutoramento, iniciado em 1985, participa, em uma sequência ininterrupta que vai até 1987, de vários projetos de pesquisa²⁸⁹, e isso desde o ano em que defendeu a dissertação. Depois desta sequência, é possível se perceber um pequeno intervalo de quatro anos na participação em projetos: de 1988 a 1991 (exceto sua pesquisa de doutorado).

²⁸⁹**1983-1984**, UFRRJ/CNPq (como coordenador): “Representação do Trabalho Agrícola no Rio de Janeiro (1830-1950)”. **1985-1986**, UFF/CNPq (como coordenador): “Da Cultura da Riqueza à Cultura da Pobreza (1870-1920)” – pesquisadores-integrantes: Francisco Carlos Teixeira da Silva, Hebe Maria Mattos, Maria Yedda Leite Linhares e Sheila de Castro Faria. **1986-1987**, CNPq (como pesquisador-integrante): “Flutuações Econômicas e Técnicas agrícolas no Sistema Agrário Escravista-Exportador: o caso do café (século XIX)” – coordenador: Maria Yedda Leite Linhares. **1986-1987**, UFF/CNPq (como coordenador): “Escravidão e forma de acumulação em uma economia agro-exportadora”. (v. FRAGOSO, J. L. R. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/4712468517408225>).

A título de ilustração, antes deste pequeno intervalo, Fragoso participa de pesquisas cujos assuntos inserem-se – ou pelo menos sugerem – no estruturalismo econômico, tais como “Flutuações Econômicas e Técnicas agrícolas no Sistema Agrário Escravista-Exportador: o caso do café (século XIX).”²⁹⁰; e isso em um momento em que está escrevendo textos que tratam de tais temas por métodos da história econômica de autores relacionados, sobretudo, ao que entenderá no decorrer da década de 90 como “invertebrados”, o marxismo ou a história seriada da segunda geração dos *Annales*.

Quando retoma seus projetos de pesquisa, em 1992 (ano em que publica Homens de Grossa Aventura), participa de um estudo que traz em seu título o termo “estrutura” (“Estrutura Social e Formas de Acumulação em uma sociedade colonial”²⁹¹); contudo, como o título indica, trabalha com formas de acumulação de riqueza social na colônia, tema caro a Fragoso em sua, digamos, fase “culturalista” da economia das “elites” (a fase anterior seria a “marxista”), que pode ser verificado em muitos de seus futuros textos.²⁹²

Entre uma e outra fase, entende-se aqui que Fragoso tenha passado por uma espécie de “metamorfose” procedimental; de marxista, ou pesquisador que se apropriava dos instrumentais da história econômica marxista ou dos *Annales* antes da Nova História, para um autor vinculado às perspectivas de um estruturalismo mais “culturalista” acerca da concepção do comportamento econômico-social dos agentes de seus objetos de estudo. Advoga-se, portanto, que esta “metamorfose” encontra-se exatamente neste intervalo. Seu artigo de 1986 (“A Roça”), um ano antes de começar o “intervalo”, apresenta, em quase toda a sua totalidade, reiterando, uma perspectiva de análise ainda calcada em um instrumental basicamente marxista ou braudeliano, no que diz respeito à sua metodologia; entretanto, insistindo, sua conclusão – ainda que timidamente – já parece preparar o caminho para que venha se inserir em uma nova proposta teórico-metodológica. O que terá ocorrido?

Em função das informações que coletadas, defende-se nesta pesquisa que o período de transição – que tudo indica foi curtíssimo – para esta “metamorfose” encontra-se na passagem entre o final da primeira sequência ininterrupta de participação em projetos, 1987, no início de sua carreira, e o intervalo de tempo nestas pesquisas.

Em 1987 publica com Manolo Florentino (com que atualmente compartilha muitas

²⁹⁰FRAGOSO, J. L. R. Currículo Lattes (*idem*).

²⁹¹*Idem*. Pesquisa financiada pelo CNPq e realizada entre os anos de 1992 e 1994.

²⁹²A primeira seria a dos estudos das “estruturas econômicas” por um marxismo apoiado em dados seriados, tal como na história econômica dos *Annales*; e a segunda, a atual e disparadamente a maior em sua carreira, das “estruturas culturais” apreendidas no comportamento socioeconômico dos grupos e indivíduos de maior destaque em suas sociedades. Em ambos os casos, as escalas espaço-temporal apreendidas para se comprovar as estruturas (econômicas ou culturais) são curtas, se comparados às suas próprias estruturas.

de suas convicções historiográficas) um artigo que dá sinais claros desta mudança: “Marcelino, Filho de Inocência Crioula, Neto de Joana Cabinda: Um Estudo sobre Famílias Escravas em Paraíba do Sul (1850-1872)”²⁹³. Entre 1986 e 1990, Fragoso e Florentino foram doutorandos da Uff (Fragoso de 1985 a 1990 e Florentino de 1986 a 1991); portanto, foi no contato entre os dois – e isso tanto para um como para outro –, que as perspectivas de Fragoso alteraram-se.

4.3. João Fragoso, um historiador das “elites”.

*“... experiência na área de História econômica, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: colônia, império português, escravidão, história econômica das elites.”*²⁹⁴

Em escalas pequenas e muito concentradas em intervalos espaço-temporais específicos, Fragoso – já algum tempo – esmiúça, descreve e narra seus temas. E sobre seus temas, contudo, não se trata simplesmente de entender, detalhadamente, seu objeto de estudo; fazer, em termos de análise, o que ele já fez. Está se falando em percorrer o caminho que utiliza quando do trato de seus objetos, para se saber como e porque percorreu. Isso não quer dizer que saber aonde chegou não seja importante; mas importa, principalmente, o método (que em Grego quer dizer “caminho”) e suas motivações e orientações teóricas, pois eles – método, orientação e teoria – dizem muito sobre o autor.

Dando início à análise desta nova fase – a que hoje persiste –, o artigo citado mais acima, em parceria com Florentino, que a inaugura, “Marcelino, Filho de Inocência Crioula”, será agora apreciado. Deter-se-á, neste subcapítulo, um pouco mais no artigo de 1987 por se estar considerando-o de extremo valor para indicar tendências importantes que serão encontradas em textos futuros de Fragoso (como nos de Florentino também).

Quando nesta dissertação define-se o ART como um grupo historiográfico que apresenta, exatamente por estar sendo concebido como grupo, uma coerência teórica em seus estudos de colônia, também se entende que esta coerência aplica-se aos muitos aspectos que a sociedade colonial brasileira desenvolveu endogenamente ou em sua relação com a metrópole portuguesa. Independente da necessária definição do conceito de “antigo regime nos trópicos”, o conteúdos de suas principais teorias passa, necessariamente, por aquilo que dois

²⁹³FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo Garcia. “Marcelino, Filho de Inocência Crioula, Neto de Joana Cabinda: Um Estudo Sobre Famílias Escravas Em Paraíba do Sul (1850-1872)”. São Paulo: Revista Estudos Econômicos (USP), 1987, v. 17, n° 2, pp. 151–173.

²⁹⁴FRAGOSO, J. L. R. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4712468517408225>.

de seus membros, Fragoso e Florentino, estabeleceram como sendo necessário, para se evitar possíveis “agonias”, ao conjunto “vertebrado” dos estudos historiográficos que realizam: o estruturalismo cultural típico da antropologia que vem de Lévi-Strauss (como a de Geertz) e que influenciou, por exemplo, a “história das mentalidades”.

Como foi dito, se se pretende percorrer os “caminhos”, enquanto teoria e método, do autor do ART que melhor trabalhou os aspectos econômicos coloniais, João Fragoso, nada melhor que se aprecie o trabalho que aqui está sendo identificando como o que o introduz nos primeiros passos da formação da “coluna vertebrada” do ART, que é a concepção de que a cultura, nos vários aspectos sociais, orientou, segundo este grupo, nossa formação histórica.

4.3.1. As Famílias Escravas Engrossadas

“Do ponto de vista metodológico, é incorreto juntar famílias encabeçadas por casais e famílias monoparentais, ‘quebradas’ ou ‘parciais’, encabeçadas por mães solteiras. Se é certo que havia as escravas que se casavam depois de ter o primeiro filho, na condição de solteiras, outras permaneciam solteiras e tinham filhos de pais diferentes. Alida Metcalf cita o caso de uma escrava-mãe solteira, que teve cinco filhos de vários pais. Uma vez que os genitores eram todos homens livres, a escrava conseguiu que eles pagassem a alforria dos seus respectivos filhos e a própria mãe pagou o preço de sua liberdade. O procedimento metodológico incorreto da junção de famílias encabeçadas por casais com mães solteiras vicia irremediavelmente grande parte das inferências de Fragoso e Florentino. Nota-se que Slenes, embora identificasse as mães solteiras, não cometeu o erro de soma-las às famílias nucleares.”²⁹⁵

O artigo em questão, “Marcelino, Filho de Inocência Crioula...”, está relacionado ao séc. XIX, em seu corte cronológico maior, e ao município de Paraíba do Sul, em seu corte espacial menor. Dentro deste recorte tempo/espço, existiu o ambiente da empresa escravista cafeeicultora estudada pelos autores. Contudo, há uma apreciação específica neste estudo; e a especificidade tem como ponto de partida a reprodução desta empresa, e os aurores deixam claro que entendem a demografia escrava como o instrumento privilegiado para a sua análise; haja vista que, dentro da reprodução da empresa escravista, tal como se apresentava, a mão-de-obra escrava representava os seus dois extremos de existência, ou seja, as possibilidades e os seus limites. Por exemplo, os autores nos informam que entre 1830-1870, os investimentos em escravos na região analisada representavam, em média, 40% do valor total das unidades produtivas.

O objetivo principal de Fragoso/Manolo foi o de comprovar não só a existência, em uma quantidade considerável, de “famílias escravas” (no mínimo durante todo o século XIX), mas principalmente que estas foram um fator importante na reprodução dos cativos e,

²⁹⁵GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 50.

portanto, do próprio sistema econômico no qual estavam inseridas. Contrariando boa parte das análises “tradicionais” sobre o tema, os autores, em um crescendo de argumentos, vão apresentando razões para fundamentar a convicção de que as famílias escravas foram fenômenos que antecederam ao início da crise escravista de 1850, com a Lei Euzébio de Queiroz. Não passaria a existir, segundo eles, uma diferenciação, pelo menos de forma decisiva, nas relações senhor/escravo com o advento do fim do tráfico externo (no máximo potencializou-se uma tendência que já existia); portanto, para a formação de famílias escravas, a princípio, pouco teria importado esta data limítrofe.

O raciocínio básico para essas justificativas, que, repetindo, estavam revendo o que dizia boa parte da historiografia que as antecedeu, veio de um padrão de conduta cultural, típico das relações consanguíneas de grupos historicamente antigos (enquadrando-se, evidentemente, as “reminiscências” de África), que teria (apesar das adversidades infligidas pela escravidão) se imposto aos próprios proprietários destas “almas”, criando assim uma tradição de formação de famílias escravas. O artigo, por conseguinte, expõe os estudos dos autores sobre as estratégias de convivência social para que a escravidão se perpetuasse, onde destacam exatamente a formação destas famílias escravas, e com elas também as suas roças de alimentos. Em inventários *post-mortem*, por exemplo, levantaram que mais de 1/3 do contingente total de cativos era de famílias escravas – “com evidências de que muitas eram preservadas nas vendas ou partilhas de herança”²⁹⁶. No cálculo daquele que investia no empreendimento cafeeiro em Paraíba do Sul, o item mão-de-obra, que no caso específico era a escrava, superava em importância os outros itens relativos a este cálculo (crédito, e suas taxas de juros, e os custos para se exportar para o mercado internacional etc.).

A preocupação a maior dos autores não estava somente na relação entre escravidão e reprodução do sistema, mas principalmente entre este e os escravos; assim, as formas que na estrutura produtiva as relações sociais assumiram para Frago/Manolo, principalmente no intervalo que vai de 1835 a 1872, visavam rejeitar boa parte do que a historiografia mais “tradicional” dissera a respeito. E aí entendendo que os escravos formavam “conjuntos sociais ativos”, dirão que seus proprietários foram capazes de estabelecer “estratégias de convivência” em que “a negociação” (como aqui se está interpretando, pois não usam este termo) com seus cativos era parte desta estratégia. Portanto, a família escrava não só era permitida como fazia parte de uma tática de quem controlava o sistema reprodutor daquela

²⁹⁶FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo Garcia. “Marcelino, Filho de Inocência Crioula, Neto de Joana Cabinda: Um Estudo Sobre Famílias Escravas Em Paraíba do Sul (1850-1872)”. São Paulo: Revista Estudos Econômicos (USP), 1987, v. 17, n° 2, pp. 151–173, p. 151 – grifo nosso.

atividade agrícola; mas esta tática não se relacionava somente às necessidades imediatas da *plantation*, funcionava como uma espécie de “reductor” (também não usam esta expressão) de tensões; pois igualmente atendia às demandas sociais dos escravos (residindo aí a “negociação”).

“Assim, por exemplo, verificou-se não ser tão incomum a existência de famílias escravas estáveis, e que as estratégias reprodutivas dos plantéis obedeciam não somente às necessidades e vicissitudes inerentes à lógica da *plantation*, mas também as especificidades e demandas destes plantéis enquanto conjuntos sociais ativos. Parte-se do pressuposto de que a manutenção da condição de propriedade escrava no tempo dependerá sobretudo de que a dicotomia implícita a todo cativo (simultaneamente objeto e pessoa) não alcance níveis sociais explosivos.”²⁹⁷

Concebendo a dilatação teórica de um conceito

Quando esclarecem acerca da metodologia utilizada para o tratamento de suas fontes primárias, admitem que coletaram, para o ano de 1872 em Paraíba do sul, apenas os inventários “de alguns grandes fazendeiros da região, cujos plantéis somam 17,5% da população da época.”²⁹⁸ Mesmo que este quantitativo de cativos, na posse de importantes proprietários, representasse aproximadamente quase um 1/5 da população (não fizeram este cálculo), os autores, para magnitude de seus objetivos, reconhecem como frágeis tais números. Portanto, pertinentemente, apresentaram o Censo de 1872 (que comparado aos anteriores é mais confiável, pois apresenta uma maior amplitude regional, além do razoável cuidado com os dados levantados) como sua fonte mais apropriada para o que objetivavam entender. Contando, assim sendo, com dados mais consistentes e também com quantitativos maiores, que, por exemplo, para o caso específico de escravos oficialmente casados em Paraíba do Sul, apontam uma incidência de 3,7%, Fragoso/Manolo tentaram dar sustentação às suas interpretações. (ou mais uma vez: “a parte pelo todo”).

A partir, portanto, das informações contidas no censo, esclarecem, expandindo suas informações, que levaram em consideração os fortes indícios dos números, 1º, de uniões carnavais não matrimoniadas pela Igreja e, 2º, o de famílias formadas somente de mãe e filhos. Tais indícios, 1º e 2º, somados aos dados oficiais, dilataram, para os autores, o número de famílias escravas que deveriam ser levadas em consideração. Traçando este percurso interpretativo entre o que dizem as fontes, de um ponto inicial, e os resultados finais de suas percepções, Fragoso/Manolo entenderam que o número daquilo definido por eles como família escrava era, de longe, superior ao que encontraram oficialmente no documento de

²⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 152.

²⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 154.

1872.

Vamos aos números²⁹⁹: de acordo com o Censo de 1872, para o Município de Paraíba do Sul, num total de 2597 escravos, 1462 estavam unidos por relações de parentesco; ou seja, cada indivíduo escravo, em um percentual de 56,3% do total de escravos, tinha algum laço consanguíneo com os membros deste percentual. Os autores partem do pressuposto de que se um pouco mais da metade do total de escravos era oriundo de relações de consanguinidade, isso é um claro sinal de que o número de famílias era alto. Entende-se aqui que tal relação causa/efeito não seja tão evidente assim; quem garante que todos estes 1462 escravos de fato foram criados por grupos familiares (pai e mãe ou mesmo só mãe) no interior de suas unidades produtivas? Admitindo-se, contudo, que o raciocínio dos autores esteja correto, um pequeno problema surge impedindo sua validade. Qual era a média aritmética simples da quantidade de componentes destas famílias: 2, 3, 4, 5 ou 6 membros? Evitando-se, ao mesmo tempo, um exagero ou uma insuficiência, está dissertação está optando pelo meio desta possibilidade: 4. Com 4 componentes, precisariam, neste total de 1462, de pelo menos 365,5 famílias. Vejamos: ainda para 1872 (portanto, 22 anos após o término do tráfico externo de escravos), com o mesmo plantel (ou seja, 1872 indivíduos), Frago/Manolo, consultando 11 inventários, constataram 142 famílias compostas de pai e mãe; sendo assim, os números a princípio não bateriam; contudo, adicionando as mães solteiras, 251 mulheres (sem poder informar se todas realmente criavam seus filhos), conseguem um número de 393 famílias – número mais do que suficiente.³⁰⁰

Partem, inicialmente, para esta configuração conceitual, do que teria “insinuado”³⁰¹ Emília Viotti da Costa, em Da Senzala à Colônia, a respeito da “cumplicidade” senhor/escravo na tolerância à “promiscuidade” no interior da senzala; tendo em vista que esta modalidade de relação sexual, não aceita pela religião oficial, o catolicismo, atenderia, de

²⁹⁹“No universo de sua amostra, Frago e Florentino registram que 8,3% de escravos de ambos os sexos, incluindo os viúvos, conheceram o matrimônio legal. De acordo com o Censo de 1872, havia 142 famílias legalmente constituídas. Uma vez que não puderam identificar os casais unidos por laços informais, o que era comum na população servil (e também na população livre), os autores lançaram mão do recurso de juntar aos matrimônios legais as mães solteiras, em número de 251, ou seja, 9,3% do plantel total. Por conseguinte, o número de famílias atingiria a soma de 393.” (GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. *Op. cit.*, pp.50 e 51).

³⁰⁰Por ser mais confiável, também foi analisado aqui outros dados do Censo de 1872 para Paraíba do Sul. Por exemplo, contava com um total de 37.461 habitantes, dos quais 20.354 eram livres e 17.107 cativos. Dos livres, tínhamos, oficialmente, 6.518 casados (incluindo os viúvos e viúvas); ou seja, 32% de seu total. E dos escravos, também oficialmente (e incluindo os viúvos e viúvas), tínhamos 1.367 casados, 8%. Conclui-se que a população livre, pelos dados oficiais, pôde contrair matrimônios numa razão 4 vezes maior do que a população escrava. Portanto, somente pelo intermédio da criação de um mecanismo que ampliasse em muito a tendência de contrair matrimônios entre os escravos que o método de Frago/Manolo poderia alcançar êxito. (Imaginem, a partir do raciocínio dos autores, se os proprietários de escravos não “incentivassem” tais uniões).

³⁰¹FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo Garcia. “Marcelino...” *Op. cit.*, p. 154.

maneira diferente, aos dois, senhor e escravo; para este, por uma demanda fisiológica, e para aquele, em caso da venda do cativo, não teria o inconveniente de um casamento estável a atrapalhar a negociação de um dos pares do eventual casal. Na verdade, pode-se verificar que Viotti não teria “insinuado” tal comportamento, e sim dito, cabalmente, que ele existiu de fato. Viotti incluiu-se entre aqueles que entendem a escravidão brasileira como um elemento social que produz um comportamento patológico entre seus submetidos.³⁰²

Portanto, os autores – partindo de uma “inspiração” que os contradiz previamente – defendem que ao contemplarmos estas relações carnavais não oficializadas, temos de levar em consideração, da mesma maneira, as relações de parentesco entre seus membros consanguíneos, incluindo outras combinações que por ventura eles tenham adquirido; ou seja, os laços que as “famílias escravas” (oficiais, não oficiais, e as sem pais, mas com mães, etc.) estabeleceram entre si. Defendem, dentro deste raciocínio, que os laços “familiares”, por exemplo, contraídos entre pares que, quando se uniam, oficializado ou não pela igreja, traziam filhos de conjugações carnavais anteriores, também formavam novas e grandes famílias.

Fragoso/Manolo para atingirem seus objetivos, ampliam a concepção de famílias escravas e passam a conter nesta definição pequenos grupos formados por conjugações consanguíneas, em geral mães e filhos com pais ausentes. A intenção foi: 1º, ter um instrumento numericamente adequado a seus objetivos teóricos; ou, 2º, possibilitar aos escravos uma história que lhes foi negada pela historiografia “tradicional”? Alegam ser a segundo opção.

Houve uma época, e não faz muito, em que a historiografia tinha grande dificuldade de encontrar um caminho justo para avaliar aspectos centrais da escravidão, mormente aqueles relativos à família escrava. Na década de 1950, julgou que a escravidão era uma forma de organização social de efeitos tão deletérios e reificadores sobre os escravos que fazia viger, nas senzalas, a anomia (isto é, a ausência de leis, de normas ou de regras de organização) e a promiscuidade. Lia-se muito mal o célebre comentário escrito por Debret na primeira metade do século passado, segundo o qual, devido à desproporção entre os sexos, os senhores costumavam atribuir uma escrava a quatro parceiros e eles que se arranjassem. Tempos depois, vaticinou que as famílias escravas, por economicamente inviáveis, só existiam como exceções.³⁰³

Contudo, se uma das intenções foi evitar concepções que, no que diz respeito ao escravo no Brasil, privilegiem “a negação”, “a ausência” etc., parece contraditório, por exemplo, que o Russell-Wood, autor de um elogioso prefácio ao livro O Antigo Regime nos

³⁰²V. COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, pelo menos nas ps. 16, 48, 49, 92, 283, 308, 319 e 523.

³⁰³FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. A Paz das Senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 27 – grifos nossos.

Trópicos, tenha dito exatamente o contrário do defendido no critério para a formação de famílias escravas elaborado por Frago/Manolo. Para Russell, é interessante que se evite esta “negação” evitando igualmente construir estereótipos de famílias de afrodescendentes formadas por “ausências”, como se a incompletude fosse um traço das organizações sociais destes afro-brasileiros, notadamente nos períodos que antecedem à abolição.

“O estudo do liberto de ascendência africana na América portuguesa transcende, portanto, o mero exercício do que foi chamado, em certos círculos, de ‘história compensatória’ ou ‘história de baixo para cima’. É ver a história de uma colônia europeia nas Américas – sua sociedade, economia, atitudes, culturas – não diretamente por um vidro, mas por um prisma refrangente. Os objetos de estudo não são os extremos dicotômicos do tecido social: senhores ou escravos, negros ou brancos, liberdade ou cativo. Em vez disso, são as nuances, os sombreados, os interstícios da infraestrutura de uma sociedade colonial que está o tempo todo efervescendo e o tempo todo evoluindo. Uma primeira visão geral da contribuição do liberto de ascendência africana para a economia, a sociedade e a cultura da América portuguesa contribuirá o cenário de um exame das alternativas a alguns estereótipos mais comumente retratados: ou seja, a escravidão do modelo da *plantation*; o liberto de cor como inelegível para qualquer papel no controle social da colônia; a negação a negros e mulatos de plataformas para a expressão do comportamento coletivo; as famílias de indivíduos de ascendência africana como fragmentadas, encabeçadas por uma só pessoa e com pais ausentes.”³⁰⁴

Ora, se para o período colonial brasileiro (podendo se estender ao Império) as famílias de afrodescendentes concebidas, por exemplo, com a ausência de pais fazem parte de uma visão historiográfica “estereotipada”, por que, então, a contragosto daquele que disse que os autores de O Antigo Regime dos Trópicos (do qual Frago/Manolo faz parte) “fornecem um testemunho da força excepcional da produção contemporânea sobre o tema”³⁰⁵, Frago/Manolo conceberam exatamente um modelo, próprio, de família escrava contemplando esta “ausência”? O que se pode apreender, empiricamente, é que esta estratégia, que parece ter sido profícua às suas carreiras que se iniciavam, deu conta não só de dar voz aos cativos, mas principalmente conseguiu “alargar” o plantel de escravos constituindo famílias antes de 1850 (pois contou com famílias sem pais e que não se pode ter certeza de que as mães criaram efetivamente sua prole), e por isso pesando na reprodução do sistema escravista de forma endógena e, de certa maneira, não tão dependente das oscilações do mercado externo.

Desse jeito, acabaram construindo uma teoria original e sofisticada capaz de se contrapor à historiografia “tradicional” sobre o assunto. Desviam parcialmente a atenção de

³⁰⁴RUSSELL-WOOD, A. J. R. Escravos e Libertos no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (1ª ed. de 1982), p. 50 – grifos nossos.

³⁰⁵*Idem*. “Prefácio”. In: FRAGOSO, J. L. R., BICALHO, Maria F. Baptista e GOUVÊA, Maria de F. Silva (org.). O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 12.

um exame objetivo, para o sistema escravista estudado, entre reprodução endógena do plantel de escravos cotejada às relações de mercado para a composição deste plantel (o que pesava mais na composição deste plantel, a reprodução endógena no interior das unidades produtivas ou o mercado de compra e venda de escravos?). Desloca-se a discussão para o que se diz acerca do que foi a escravidão em detrimento da tentativa de apreendê-la como de fato existiu. Um jogo “semântico” (realizado com muitos dados numéricos corroborando com seus significados) do que foram as relações sociais entre os escravos em que a posse de determinado sentido, no caso específico “a ausência”, esta vedada a alguns, “os tradicionais”, e liberada a outros, no caso João Fragoso e Manolo Florentino, que estavam revendo a historiografia sobre o assunto.

Na reprodução do sistema, no que diz respeito especificamente a sua mão-de-obra, se se entendem estas diferentes conjugações entre os escravos como famílias, mesmo assim, quais os percentuais relativos de escravos adquiridos no mercado e quais os percentuais, também relativos, de escravos nascidos na unidade produtiva? Ao ponto de se poder determinar, de fato, o que era decisivamente relevante na reprodução da escravidão. A esta possível questão, os autores respondem parcialmente, afirmando que as “crias” (os nascidos nas fazendas) aumentavam significativamente o plantel de escravizados nas unidades produtivas. Restando agora, pertinente a dúvida levantada, calcularmos e compararmos, sempre em números relativos, os percentuais dos quantitativos entre comprados e crias, para se ter a efetiva importância, por exemplo, das relações de mercados ou das famílias na composição da mão-de-obra do sistema exportador escravista do Vale do Paraíba fluminense oitocentista (o que daria uma nova dissertação, ou tese).

Para muito dos estudos realizados sobre a demografia escrava brasileira, o fim do tráfico externo em 1850 é um divisor de águas. Descrevendo o que disseram alguns de seus especialistas em um período que de 1835 se estende até 1870³⁰⁶, Fragoso/Manolo relatam dois fatores fundamentais novos da demografia escrava apontados por estes especialistas, que seriam resultado das alterações que vieram com o 1850. O 1º fator está inserido em uma mudança, estratégica (da lógica econômica), dos senhores em relação a seus plantéis de

³⁰⁶Especificamente: Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial* (1978); H. S. Klein, “The International...” (1976); e P. C. Mello, *A Escravidão nas Fazendas de Café...* (1984); Robert E. Conrad, *O Tráfico Externo de Escravos* (1985); e Katia Mattoso (a quem Gorender chamou de “a historiadora greco-baiana”, por ter visto (e o que viu segundo ele não inclui o trabalho que estes escravos realizavam) para todo o Brasil aquilo que estudou para o caso baiano – além de outras críticas. GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. *Op. cit.*, p. 15), *Ser Escravo no Brasil* (1982). Também se pode destacar outros estudiosos utilizados pelos autores, não só para os casos da demografia escrava, mas para a escravidão de um modo geral, a título de ilustração, dentre outros, Leslie Bethel, Ciro Flamarion Cardoso, Stuart B. Schwartz e Robert W. Slenes.

cativos, que passaram a dar um melhor tratamento à sua propriedade viva, proporcionando ou incentivando uma maior reprodução endógena desta mão-de-obra. Já o 2º fator, também relacionado ao fim do tráfico externo, equacionou um pouco melhor a relação de gênero entre os escravos, o que disponibilizou uma oferta maior de fêmeas escravas férteis aos machos escravos em idade adulta. Ambos os fatores, de uma maneira ou de outra, acabaram contribuindo para um maior número de famílias escravas.

Antes do fim do tráfico, já que, relativamente, o custo da compra de cativos africanos era mais barato, ocorria o contrário; fosse um maior descuido para com os cativos em geral, dificultando a procriação ou mesmo que um maior número de crianças escravas alcançasse a idade produtiva; fosse a desproporção entre homens e mulheres cativos, onde estas eram numericamente inferiores àqueles. Isso acontecia por dois motivos, um cultural e outro econômico. A tradição ocidental-cristã daquele contexto considerava a mulher frágil para as atividades agrícolas, o que explicaria pelo cunho da cultura uma proporção maior de escravos homens no nosso sistema escravista; contudo, em África, as escravas, típicas no trabalho agrícola daquele continente, eram mais caras, por isso, apesar das mulheres, na época do tráfico externo, serem mais utilizadas na agricultura africana, “Pode-se supor que esta situação pesasse no cálculo econômico das empresas escravistas tanto ou mais que a cultura, reduzindo substancialmente o número de mulheres desembarcadas no Brasil.”³⁰⁷

Por tudo isso, o fato é que a atuação dos senhores de terras e escravos no Brasil, antes de 1850, teria comprometido, segundo uma historiografia mais “tradicional” descrita por Fragoso/Manolo, um aumento no crescimento vegetativo de sua mão-de-obra escrava. Dentre outras coisas, descreveram que tais hipóteses delineadas por esta historiografia, por eles analisada (sem necessariamente concordar com o grosso de suas conclusões), afirmam que antes de 1850, na Região de Paraíba do Sul, por exemplo, o número de escravos africanos era, em geral, superior ao de “crioulos”. Em resumo, e isso valeria principalmente para o setor escravista e agrário exportador, a reprodução do sistema tinha como principal alicerce o tráfico negro, abundante e relativamente barato antes de 1850. Por sua vez, este tráfico geraria, segundo a historiografia criticada pelos autores, duas condições inerentes às limitações de se constituir famílias escravas, que seriam, primeiramente, os maus tratos nos cativos, já que sua reprodução interna não era racional do ponto de vista da rentabilidade; e, em segundo lugar, um maior número de homens em relação às mulheres.

Os autores questionaram, especificamente, a validade do que dissera esta

³⁰⁷FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo Garcia. “Marcelino”... *Op. cit.*, p. 157.

historiografia que até então se debruçara sobre a demografia escrava brasileira no séc. XIX, e que, sobretudo, afirmara que as famílias escravas só foram possíveis, consistentemente, a partir de 1850. Em resumo e pelo o que foi exposto, para esta historiografia, reiterando, a incidência de famílias escravas só se torna substancial com o fim do tráfico externo, pois, do ponto de vista econômico, surge como uma necessidade. Todavia, os autores alegam, pelo menos para a região de Paraíba do Sul, que existiam, ao contrário de boa parte dos historiadores que os antecederam, famílias escravas em um número no mínimo muito razoável antes mesmo de 1850. Entretanto, evidentemente, para que Frago/Manolo chegassem a esta conclusão, primeiramente tiveram que construir, metodologicamente, um novo critério para uma concepção “ampliada” das famílias escravas.

Pode se perceber, já com este trabalho, a tendência dos autores em conter os aspectos sociais, principalmente os econômicos, na cultura. Para o período, aproximado, de 1830 a 1850, o que entendem como relações sociais são as manifestações, subjetivas, que suas interpretações construíram do que viram de concreto na vida dos grupos e indivíduos por eles analisados. Para estes autores, na intenção de contrariarem a análise por eles considerada “reificadora” da historiografia precedente, a construção cultural que realizaram sobre as uniões consanguíneas, manifestadas no interior de grupos de cativos, pretendia conformar a organização social e a composição demográfica de escravizados em cada unidade produtiva e na região de um modo geral; antes mesmo do fim do tráfico negreiro. Poder-se-ia, outrossim (já que de fato as famílias entre os cativos existiram³⁰⁸), se pensar o contrário; ou seja, a maneira como se organizaram as atividades econômicas nas unidades produtivas, poderia, em certa medida, ter conformado essas relações socioculturais consanguíneas e parentais, e sua repetição, no tempo, transformou-as em uma tradição que se expressou de forma mais bem acabada, dada as necessidades do contexto, depois de 1850; ou ainda, que estes fatores, que podem ser considerados como “determinantes sociais”, por uma ou por outra tendência teórica, ou seja, a cultura, para uns, e as relações socioeconômica, para outros, tenham contraído, na realidade social e histórica, consistências dialéticas; dito de outra maneira, o que se vê como parte da cultura e o que viveram de concreto em termos de suas manifestações socioeconômicas, travaram relações, mútuas, de causa e efeito. A perspectiva deste trabalho é ficar com esta última possibilidade; porém, se entendendo que a materialidade social das necessidades econômicas seja o ponto de partida nesta relação dialética (e aqui não e abre

³⁰⁸“Advirta-se que não se pode falar em ‘descoberta’ recente da família escrava. Florestan Fernandes e Emília Viotti da Costa não negaram a existência de famílias escravas, em certas circunstâncias ou fases, embora, sem dúvida, enfatizassem a precariedade ou ausência delas.” (GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. *Op. cit.*, p. 45).

mão deste pressuposto).

“Temos aqui um exemplo de um fato particular que percorre toda a Economia Política e tem produzido lamentáveis discussões nas cabeças dos economistas burgueses. A Economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes, apesar de essas relações estarem sempre unidas a coisas e aparecerem sempre como coisas.”³⁰⁹

Amparando-se em uma perspectiva dada pelo materialismo histórico, no entendimento deste trabalho de pesquisa historiográfica, relações sociais de cunho mais específicos nas considerações simbólicas, como, por exemplo, as representações do que são as famílias (ou “coisas”, em perspectiva semelhante ao que Hegel diz acima), para serem consideradas como relações sociais, precisam comportar uma imbricação entre as manifestações socioeconômicas concretas, dadas pelas necessidades do contexto econômico, e as concepções e ideias que se tem destas representações. No caso específico das famílias formadas por escravizados como capazes ou não de reproduzirem de forma satisfatória o sistema escravista em Paraíba do Sul no século XIX, notadamente antes de 1850, estas imbricações teriam de levar em consideração, de um lado, como racionalmente os senhores de escravos conseguiam satisfazer suas necessidades econômicas de mão-de-obra (manifestações socioeconômicas concretas), e, de outro, como se concebe (representações simbólicas) uma família escrava, tanto pelos da época (por dois motivos: para se evitar possíveis anacronismos e para que se possa, de fato, dar voz a quem viveu a história a ser contada) como pelos seus analistas *a posteriori*.

Ideias não surgem do nada. Se existe uma concepção acerca do que são ou do que foram as famílias escravas, relacionada ao sistema produtivo do qual são oriundas, esta concepção parte exatamente da concretude dada pelas relações sociais deste sistema. Em contrapartida, existindo uma concepção do que seja uma família escrava – que não é ilusória, pois pode ter uma base concreta para lhe amparar –, esta pode ser capaz de interferir, em diferentes graus (a serem apreendidos), no entendimento de como se realizava as satisfações das necessidades dos produtores escravistas. Para tanto, metodologicamente, basta-nos, primeiramente, conferir em números³¹⁰ a proporção entre escravos adquiridos no mercado (a) e os nascidos nas unidades produtivas (b); em uma relação inversamente proporcional, em

³⁰⁹ENGELS, Friedrich. “Comentários sobre a Contribuição à Crítica da Economia Política, de Karl Marx.” In: MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 283 e 284.

³¹⁰Com o cuidado, é claro, de se estar atentos aos imperativos de se estabelecer as cogentes coexistências de causa e efeito entre dados numéricos e relações sociais: “O desenvolvimento recente da demografia histórica trouxe precisão um tanto maior a este objeto de estudo. Nem sempre, porém, os pesquisadores resistiram ao viés quantitativistas e evitaram conclusões não justificadas pelos dados empíricos.” (GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. *Op. cit.*, p. 44).

caso de quantidades diferentes entre (a) e (b) – que é a tendência (difícil conceber, apreciando empiricamente a historiografia especializada, que estes números fossem iguais ou mesmo próximos) –, quanto maior for (a) menor será (b), e vice-versa, na reprodução do sistema escravista levando-se em conta a sua mão-de-obra predominante. Ainda assim, somente uma parte de problema estaria sendo resolvido; pois é necessário que se tenha em mente que nem todos os cativos nascidos nestas fazendas escravistas eram oriundos, necessariamente, de uniões estáveis entre escravos.

Para esta pesquisa não foi possível realizar tal cálculo (até porque, não se está tratando especificamente da escravidão brasileira enquanto tema), e por sua vez, no trabalho de Frago/Manolo, que, além dos censos, puderam contar com a apreciação dos inventários *post-mortem*, não constam estes números (os de escravos nascidos nas fazendas em relação aos adquiridos no mercado); mas, mesmo assim, se pode perceber algumas “pistas”. Por exemplo, em sua *Tabela 5*, “Distribuição entre africanos e crioulos em relação ao plantel total, Paraíba do Sul (1835-1689)”³¹¹, demonstram que o número de escravos nascidos no Brasil, crioulos, só supera o de importados da África a partir de 1860; ou seja, o óbvio, somente após o fim do Tráfico se verificou um aumento de escravos nascidos aqui.³¹²

Interpretando o que foi dito. Se se pensa na prole das famílias escravas como capaz de auxiliar – como acreditam Frago/Manolo – na reprodução do número de escravos nas unidades agrícolas escravistas de Paraíba do Sul antes de 1850, esta prole encontra-se, obrigatoriamente, no quantitativo de crioulos da região. Ora, se o número de nascidos aqui era inferior aos de escravos africanos, quer dizer que estes contribuía mais do que aqueles na reprodução da mão-de-obra na lavoura escravista da região; é mais do que isso, na verdade. Se o que está em jogo é a capacidade endógena do sistema de reproduzir sua mão-de-obra, e, dentro desta capacidade, se o papel das famílias escravas foi de fato exercido de forma significativa, temos de levar em consideração o quanto de crioulos existente; e aí surge um problema: a possibilidade de não terem nascidos de famílias escravas e nem criados por elas. Inclusive, após 1850, quando o número de crioulos aumenta progressivamente em relação ao de africanos até término da escravidão, temos ainda que estabelecer quem nasceu na fazenda e quem foi adquirido pelo tráfico interno; sem contar ainda que entre os nascidos na fazenda não está garantido que fossem oriundos de “união estáveis” entre os cativos.

³¹¹FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo. “Marcelino...” *Op. cit.*, p. 158.

³¹²Confirmado, por exemplo, pelo que diz Emília Viotti. V. em COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. *Op. cit.*, p. 101.

Como se pode perceber, são muitos os “senões”. A perspectiva de uma escravidão “reabilitada” de Fragoso/Manolo (pois, ao contrário de uma “crueldade” apresentada por pesquisas “mal documentadas”, permitiu aos escravos formarem suas famílias) em combate contra uma historiografia “tradicional” e “reificadora” em relação ao escravo, só foi possível por um artifício metodológico que amplia a concepção do que fora uma família escrava; e mesmo assim, a relação entre crias, crioulos não crias e africanos, na composição do quanto efetivamente capaz de reproduzir a mão-de-obra do sistema escravista, precisa ser mais bem esclarecida.

Reiterando – na tentativa de se melhor esclarecer –, está se questionando aqui como válida no texto dos autores a ausência de uma objetividade, tanto conceitual quanto empírica, entre as relações sociais presentes na reprodução da escravidão e a concepção de que certos vínculos consanguíneos, contraídos por indivíduos de um mesmo grupo ou sociedade, formaram famílias e estas foram capazes de sustentar o sistema escravista que os autores analisaram. Afirmam que apesar de um número maior, antes do tráfico externo, de africanos em relação a crioulos e de homens em relação a mulheres, houve uma tradição verificada entre os cativos de formarem famílias; e esta tradição teria sido capaz de interferir em sua demografia.

Pode-se interpretar, por esta postura, que os autores estão querendo dizer alguma coisa próxima à ideia de que para a composição da demografia escrava da região que estudaram, o que entendem como família escrava é superior aos aspectos econômicos relacionados diretamente ao tráfico externo de escravos. Alegam, para justificar tal posição teórica, exatamente a incidência considerável de famílias escravas antes de 1850; no entanto, pode-se questionar, no mínimo, a definição de família escrava desenvolvida por eles – além dos dados relativos aos percentuais de escravos que não apresentaram (crias / crioulos / africanos).

Para dissolver tal possibilidade de crítica, desenvolvem uma ideia que “alarga” ainda mais sua definição para família escrava. Trabalham com o conceito de “comunidade escrava” (formada sobretudo por famílias) no interior da unidade produtiva, e também entre elas. E este é um dos pontos aonde querem chegar; ou seja, de que os escravos formaram suas coletividades para sobreviverem física (as roças escravas nas “brechas camponesas”, por exemplo) e subjetivamente (comportando tradições culturais), para viverem de fato como humanos. Os autores apresentam números onde procuram demonstrar o quanto tal fenômeno

não foi efêmero; e, em sendo assim, deste fenômeno teria dependido, na sua reprodução no tempo, a própria empresa mercantil escravista.

Manolo Florentino e José Roberto Góes, em um importante e muito controverso livro, A Paz das Senzalas, buscaram também elucidar como as famílias escravas, nucleares ou extensas, foram fundamentais na manutenção da escravidão. Além de tentarem indicar o que estas “instituições” representavam para os escravos em termos de suas memórias afetivas de origens africanas, procuravam igualmente apresentar que o emprego destas afetividades, quando relacionadas à ideia de parentesco, influía sobre a composição dos planteis de cativos e poderiam atingir positivamente a estabilidade da unidade produtiva. A família escrava, segundo estes autores, era o ambiente social onde os escravos criavam, recriavam e transmitiam seus valores, seu lugar máximo de solidariedade e abrigo, mas que também era o local sociocultural de reciprocidade senhor/escravo (respectivamente, a autorização para a existência de famílias / trabalho conjugado à aceitação de sua condição), “o cimento” que permitia esta relação e que também “arrefecia” os conflitos latentes³¹³.

Com a certeza que de fato existiram famílias escravas em número significativo antes e depois de 1850, a estabilidade do sistema produtivo escravista em questão, para Fragoso e Manolo, dependeu, no tempo, da estabilidade destas famílias. A estabilidade teria sido um fato histórico, dado a sua permanência no longo prazo. Para os autores, a mudança da lógica econômica dos senhores escravistas no Brasil após 1850 (como atestam os “tradicionais”), no máximo potencializou uma tendência que já vinha ocorrendo antes do fim do tráfico; pois também segundo eles, a organização sociocultural dos escravos, dentro de uma tradição de conformarem relações consanguíneas e parentais duradoras (herança das origens africanas), se sobreporia às manifestações exclusivamente econômicas. Isso em função dos senhores, sobretudo de terras, escravos e lavouras, de alguma maneira saberem que a manutenção da escravidão demandava certos limites à condição de propriedade cativa; portanto, estes senhores permitiriam, em uma lógica racional, tais laços afetivo-sanguíneos, variados, entre seus escravos como contentores de tensão.

“Constatada a existência de famílias escravas, impõe-se a aceitação de outras relações sociais para além daquela básica que liga o senhor a seu escravo. Abre-se, portanto, um amplo espaço de investigação, exatamente aquele que do ponto de vista das práticas sociais escravistas se situa entre o tronco e a fuga.”³¹⁴

³¹³V. em FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas... Op. cit.*, pelo menos na p. 37. Ainda sobre o assunto, pode-se consultar: FLORENTINO, Manolo. “Alforrias e Etnicidade no Rio de Janeiro Oitocentista (Notas de Pesquisa)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 9-40, 2002. FLORENTINO, Manolo; MATHEUS, M. S. “Escravos sem senhores não existem”. *Topoi*, v. 26, p. 184-187, 2013.

³¹⁴FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo. “Marcelino...” *Op. cit.*, p. 163 – grifo nosso.

A busca do cotidiano dos cativos, e de suas unidades de parentesco, seria o caminho a se seguir na procura de respostas para essas relações sociais que extrapolam os nexos “clássicos” de (exploração) entre senhor e escravo; mas segundo os autores, a historiografia “tradicional” não o fez, desprezando não só a existência, em um número razoável, de famílias escravas como, principalmente, sua estabilidade temporal. A existência destas famílias no longo prazo teria sido um fato e, portanto, sua estabilidade também. No que diz respeito exclusivamente à produção cafeeira sul-fluminense no XIX, as famílias escravas, e sua inevitável estabilidade, destarte, pelo que os autores procuraram demonstrar, a acompanhou; ou seja, “na medida em que a família escrava se repete no tempo juntamente com o próprio sistema produtivo, ela deverá ser considerada como um elemento estrutural para a estabilidade deste último”³¹⁵.

Seguindo este raciocínio, Frago/Manolo apontam, nas relações entre propriedade cativa / famílias escravas / sistema produtivo, dois movimentos que consideram básicos na reprodução da empresa mercantil escravista: 1 – o da compra e venda de escravos e 2 – quando estes são passados, por herança ou partilha de bens, de pais para filhos senhores. Alegam que tais movimentos foram de suma importância para os seus objetivos da pesquisa, tendo em vista que as famílias escravas, nestes dois movimentos envolvendo a aquisição de escravizados, ganham relevo na problemática da reprodução da empresa escravista. Dentro do dia-a-dia dos escravos, como se comportariam tais famílias quando da efetivação de tais movimentos (envolvendo potencialmente a separação de seus familiares), foi uma das principais preocupações de Frago/Manolo.

Apesar de levantarem uma indagação, “Qual o comportamento destas famílias frente a tais movimentos?”³¹⁶, os autores não a respondem diretamente; optando – talvez pela impossibilidade documental – por demonstrar a probabilidade de seus proprietários temerem, por algum motivo (quem sabe possíveis instabilidades entre os cativos), a separação de boa parte destas famílias. O procedimento consistiu em apresentar números com a capacidade de comprovar que, quando das vendas ou heranças, a tendência era manter unidas as famílias escravas. Por exemplo, em um dos casos apurados em inventários³¹⁷, das oito maiores propriedades da região estudada (Paraíba do Sul), aproximadamente 1/3 dos escravos adquiridos por compra ou herança até 1872 formavam famílias; i.e., segundo eles, haveria um

³¹⁵ *Idem, ibidem.*

³¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 164.

³¹⁷ “Sabe-se ademais, que os inventários não são as fontes mais adequadas para a análise das compras e vendas de cativos, para o que os Registros de Compra e Venda são, sem dúvida, mais pertinentes.” *Idem, ibidem*, p. 166.

mercado de famílias escravas na região, dada a predileção dos compradores de escravos, quando estes se destinavam principalmente à grande lavoura, de as adquirirem; ou, quando menos, impedirem nestas compras o esfacelamento da unidade familiar, por talvez respeitarem seu próprio temor especulado acima. Sem contar que eles também apontaram para a tendência do número de escravos aumentar com as crias destas famílias nascidas na fazenda após a compra das mesmas; o que ajudaria a explicar a predileção por famílias escravas, e com ela teríamos a estabilidade do sistema. Por isso, as crias destas famílias nascidas nas unidades produtivas fazem parte de um dos pontos importantes no raciocínio analítico dos autores; pois argumentam que em geral eram vendidas juntas a seus pais – e estes argumentos na defesa da hipótese da preservação das famílias escravas como instrumento de estabilidade quando da aquisição dos cativos, além de interessantes, são fortes³¹⁸.

Todavia, um dos problemas que se pode vislumbrar neste raciocínio, diz respeito, na defesa desta hipótese, a afirmação de que, em quase todas as formas de aquisição de cativos, os filhos, repetindo, eram preservados junto a seus pais, pois “Levou-se em consideração o decreto de 15/9/1869, que tomava inseparáveis mães e filhos menores de 15 anos...”³¹⁹. Usando um exemplo extremo, poder-se-ia dizer que não existiria lei alguma proferindo ser crime roubar se as pessoas não roubassem; isto é, em geral, uma lei é o resultado de um problema que se pretende resolver, e não a confirmação de seu contrário. Se se criou, sendo necessária, uma legislação proibindo separar filhos escravos de seus pais, pode-se pensar ser bem provável, por uma questão de lógica ao mesmo tempo dedutiva e indutiva, que isso acontecia em uma quantidade tal que gerou algum tipo de problema ao ponto de se criar uma norma legal que tentasse resolver esta contingência.

“Tudo o que foi dito acima, apesar de indicar uma alta frequência de preservação de famílias cativas, não significa, no entanto, que tal fato constituísse a regra geral do mercado e da partilha de heranças. A intenção é de apenas alertar para a importância da preservação das famílias. Sabe-se, ademais, que os inventários não são as fontes mais adequadas para análise das compras e vendas de cativos, para o que os Registros de Compra e Venda são, sem dúvida, mas pertinentes. Porém, os inventários nos permitem uma primeira aproximação ao problema.”³²⁰

Como se tem tentado demonstrar, os autores procuraram comprovar seus pontos de vista por meio da quantificação de exemplos extraídos nos documentos consultados. Interessante citar o caso, dentre alguns outros, da análise que fazem da formação de uma família que chamam de MB (deduz-se ser “M” Marcelino, pois em nenhum momento do texto

³¹⁸V. exemplos nos dados apresentados pelos autores em *Idem, ibidem*, p. 165.

³¹⁹*Idem, ibidem*.

³²⁰*Idem, ibidem*, p. 166.

encontram-se os nomes ditos no título; quanto a “B”, não se pode saber. Trata-se, sem dúvida, de uma “elipse”, um recurso estilístico; tal como o fazem sobretudo alguns nomes da atual literatura pós-moderna brasileira – onde se destacam autores, dentre outros, como João Gilberto Noll, ganhador do Prêmio Jabuti de 1980³²¹).

M e B foram indivíduos escravos que se casaram e tiveram filhos, formando, com os parentes que cada um tinha, uma família escrava “extensa”³²² em uma mesma propriedade. A mais antiga das matriarcas era a de B, a africana J (Joana Cabinda, e que se supõe ser avó de B), que em 1818, em Paraíba do Sul, teve I (Inocência Crioula), mãe de B.

Os autores afirmam que esta família teria começado sua origem e formação quando a região ainda não era um importante centro cafeeiro, sendo, no máximo, passagem para tropeiros entre Minas e Rio, servindo de pousada para estes e abastecendo de alimentos estes dois polos. A última data que utilizam para descrever alguma coisa do desenvolvimento desta família é 1872 (quando a família contava com 20 indivíduos – nem todos consanguíneos; porém, todos “parentes”); e exatamente por isso afirmam ter esta pequena “genealogia” (não utilizam esta expressão) perpassada todas as etapas do sistema escravista na região (início, auge e definhamento). Inclusive acrescentam como informação muito importante o fato deste agregado familiar, que tinha os MB como núcleo agregador, ter se consolidado antes do fim do tráfico enquanto um grande grupo cujas relações eram de parentesco. E Fragoso/Manolo entendem suas três primeiras gerações como sendo esta própria consolidação (contudo, utilizando-se aqui das mesmas palavras empregadas pelos autores, é interessante observar como foi possível a esta “família” se tão bem sucedida, já “que mesmo que os grupos de parentesco se tenham consolidado, os índices de mortalidade eram altos, sobretudo a mortandade de infantes [e aí dão exemplos].”³²³

Acreditam, ainda, que as relações familiares dos escravos, sobretudo as de parentesco, enquanto elementos ativos, foram capazes de orientar e mediar as relações subjetivas entre senhor e escravo. Tal convicção vem das demonstrações realizadas pelos autores de que não existia somente um padrão demográfico que estaria ligado exclusivamente à *plantation*; seria mais do que isso. Existiria outro padrão, portador de elevada relevância: aquele relacionado às famílias escravas. Respectivamente: um, unindo diretamente produção e

³²¹Para uma melhor apreciação do assunto, v. MARICONI, Jr., Italo. “Tentando captar o homem-ilha”. Matraca. vol. 1 n.º. 2/3 (maio/dez. 1987), Rio de Janeiro: UERJ; e NEURBEN, Fabiola. Arquitetura da Criação: Um estudo de Mínimos, Múltiplos, Comuns, de João Gilberto Noll. Araraquara: UNESP, 2001 (dissertação de mestrado).

³²²Expressão utilizada aqui para designar o grande número de ajuntados, consanguíneos ou a M ou a B, na formação da família escrava; isso para não se confundir com a expressão dos autores, “estendidas”, famílias de três ou mais gerações, em que a MB enquadra-se.

³²³FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo. “Marcelino...” *Op. cit.*, p. 169.

demografia escrava; e outro, ao contrário, enquanto uma espécie de grupo de escravos cuja demografia independeria da *plantation*, diz respeito a não “reificação” do cativo, que, pertencendo a uma comunidade de relações consanguíneas e de parentesco, foi capaz, juntamente com esta comunidade, de interferir substancialmente em suas relações com aquele que o detinha enquanto propriedade, interferindo também na composição e conformação de sua demografia escrava.

Lançando mão de Ciro Flamarion, interpretam “a brecha camponesa”, frente a uma lógica estrita do sistema de *plantation*, como sendo um sinal irrefutável de constatação da autonomia da demografia escrava enquanto um padrão cujo ritmo advém das relações internas das comunidades que os cativos formavam. Em resumo, se estes cativos assumiam parte da produção de sua existência (contudo, Flamarion esclarece que esta “brecha” tinha como intuito primeiro a diminuição dos custos), então fica difícil uma interpretação que os demarque como simples objetos; isto é, como um padrão, fácil e elementar, cuja lógica limita-se a enquadrarem como pertencendo a terceiros (sem contar que estes compravam – em um valor inferior ao do mercado – parte do que os escravos produziam). “Através da roça de escravos o cativo resgata parte de seu ser...”³²⁴.

Sobre a existência de roças escravas, o fato de não serem detectadas facilmente nos documentos constando as propriedades dos fazendeiros, a não ser quando citadas como propriedades dos escravos, e mesmo assim sem descrever detalhes importantes, como as quantidades etc., demonstravam para os autores uma espécie de “silêncio”. E este “silêncio” talvez pudesse responder o porquê da “surdez” da historiografia sobre o tema; contudo, visto sob outro prisma, o do escravo não “coisificado”, esta ausência do “som” de suas roças teria muito a dizer; e isso é muito óbvio para os autores. Os documentos relacionam as propriedades dos senhores e não as roças dos escravos, porque exatamente, em termos jurídicos, estes eram propriedade daqueles. Contudo, consideram como um claro sinal, importantíssimo, de particularidade, ou mesmo de autonomia, enquanto seres humanos subjetivos e não simplesmente objetos de propriedade de alguém, o fato dos senhores comprarem o que estes cativos produziam; e alegam que se os escravos pertenciam a seus senhores, tudo o que aqueles produzissem, logicamente, pertenceria a estes. Todavia, os senhores acabavam por preferirem comprar aquilo que a lei, a princípio, dizia ser deles, “o que se traduz em maiores despesas para a fazenda. Percebe-se, assim, a interferência da

³²⁴ *Idem, ibidem*, p. 170. Ora, se admitem que o cativo conseguisse, com a “brecha”, resgatar parte de seu ser, é porque admitem também que este “ser”, que os fazia humanos e não coisa, esteve primeiramente, ou em algum momento, sob a posse de outrem; ou então o núcleo formal significativo do conteúdo e do raciocínio da frase foi mal elaborado.

brecha camponesa na consecução do cálculo econômico da empresa escravista.”³²⁵

Com tal interpretação, os autores pretenderam ter um alcance para além da redefinição das relações senhor/escravo; segundo eles, ela foi capaz de redefinir, igualmente, a relação dos cativos com a terra em que trabalhavam. “As brechas” na lavoura de café, conjugadas a existência de famílias escravas, propõem a existência de um cativo oscilando entre “escravo” e “proto-camponês” (buscaram apoio para esta conjectura nos estudos da agricultura caribenha de alimentos do antropólogo norte-americano Sidney W. Mintz³²⁶). “A comunidade de escravos se impõe aos mecanismos de funcionamento da plantation...”³²⁷ Com estas conjugações, em se tratando especialmente da convivência de comunidades escravas com a produção escravista nas *plantations*, querem sugerir principalmente que a empresa escravista mercantil precisa ser pensada como sendo o seu resultado; isto é, resultado destas conjugações. Entende-se aqui que em assim sendo, as consequências, isto é, os resultados, propõem as suas causas e origens, e não o contrário.

Resumindo, os autores concluem elegendo as comunidades escravas formadas no interior de uma mesma propriedade, e com participação muito importante das famílias escravas, como as colunas mestras da gestão econômica das empresas escravistas voltadas para a agricultura de exportação. Haja vista os números que encontraram, em grande quantidade, segundo eles, e que, portanto, dão-nos conta de comprovar tal afirmação. No entanto, também alertam que suas conclusões não podem, sem as devidas pesquisas, serem simplesmente aplicadas às outras regiões etc. Seria somente, a iniciativa deles, uma contribuição à discussão da história da escravidão; onde nesta história os escravos (observados pelo o que puderam formar culturalmente) passem a constar principalmente enquanto agentes e não como objetos simplesmente (de uma estrutura econômica). Portanto, enquanto historiadores econômicos, interpreta-se aqui que neste caso específico, deixando em

³²⁵ *Idem, ibidem*, p. 171. Qual o destino dos recursos que os escravos obtinham com a venda de seus produtos aos seus senhores? Se, especulando, compravam alimentos ou outros gêneros que em sua maioria, de uma maneira ou de outra, incidiam, concreta ou subjetivamente, na sua sobrevivência, a brecha camponesa acabava cumprindo o seu papel, proposto por Flamarion, de contribuir com a diminuição dos custos do fazendeiro – até porque, este comprava os gêneros dos escravos em preço abaixo do mercado.

³²⁶ Com sua concepção de um “protocampesinato escravo” coexistindo com a empresa mercantil, escravista e exportadora, no período colonial nas Américas, Mintz chega a questionar a existência de um sistema ou modo de produção escravista para a região. V. em WELCH, Clifford Andrew... [et al.]. “Camponeses brasileiros: leituras e interpretação clássicas”. V. 1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 30; e MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 64. E, para Fragoso-Manolo, na existência de roças escravas, existiria também um “embrião” do que são os camponeses; que, em uma definição “clássica” e resumida, pode-se dizer com uma classe social rural, a princípio autônoma, proprietária de minifúndios e produtora de gêneros agrícolas. Os autores, quando trabalham as famílias escravas como uma incidência importante em Paraíba do Sul no XIX, acabam trabalhando com ideia semelhante para configurar seus escravos.

³²⁷ FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo. “Marcelino...” *Op. cit.*, p. 171.

segundo plano a estrutura econômica da exploração escravista, elegeram como seu principal objeto de estudo as subjetividades do escravo para a análise do sistema mercantil que se instalou principalmente na cafeicultura do Vale do Paraíba no século XIX; mas do que isso, este sistema, segundo eles, só se manteve no tempo devido exatamente as manifestações de tal subjetividade.

A Estratégia dos senhores para se alcançar a paz em suas propriedades

Estando atento ao argumento empregado, percebe-se que o autores sustentam que o “receio”, exposto por exemplo em alguns inventários *post-mortem*, dos senhores de escravos de que uma possível ausência de alguma harmonia nas senzalas poderia comprometer a estabilidade de sua propriedade e, portanto, da atividade como um todo, fez com que estes senhores adotassem uma prática de convivência estabelecida entre “o tronco e a fuga”: não só a permissão, mas principalmente o incentivo de famílias escravas. Para garantir que iriam conseguir produzir, os proprietários entregavam a seus cativos o direito de formarem estas conjugações matrimoniais e destes compravam aquilo que lhes pertenciam enquanto senhores, produzidos nas “brechas” – cujo intuito, neste raciocínio, desloca-se de uma das causas da diminuição dos custos para a consequência de que as famílias escravas tinha certo grau de “autonomia”.

“Não concordo, portanto, que a família escrava deva ser considerada um fator estrutural na manutenção e reprodução do escravismo... Segundo Florentino e Góes, as ‘relações parentais’ introduziram a ‘paz’ na senzala, isto é, criaram uma nova sociabilidade entre pessoas de procedências diversas, retirando-as de um estado de guerra ‘hobbesiano’, de ‘todos contra todos’, e dando-lhes certo interesse em “tocar” adiante sua vida, sem arriscar confrontos com a casa-grande. De fato, ao formarem tais laços, os escravos aumentaram ainda mais sua vulnerabilidade, transformando-se em ‘refêns’, tanto de seus proprietários quanto de seus próprios anseios e projetos de vida familiar. Isto não quer dizer, no entanto, que foram necessariamente impedidos de criar uma comunidade de interesses e sentimentos e virar um *perigo* para os senhores. Ao contrário, o refém normalmente tem motivos para identificar-se com outros na sua situação; e não faltam casos, na história, de outros grupos subalternos – também, em certa medida, ‘refêns’ dos poderosos – que encontraram o caminho da solidariedade.”³²⁸

Os autores conduziram sua pesquisa, principalmente por entre fontes primárias cartoriais, com o objetivo de definir um exemplo padrão para a demografia escrava da região estudada que servisse de modelo a ser aplicado a outros momentos e regiões semelhantes. E aí, este método, nestas fontes, visou demonstrar como esta demografia foi se alterando com o

³²⁸ SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 50.

tempo, notadamente em um contexto de fim do tráfico Atlântico de escravos; contudo, alertaram que, apesar da importância deste contexto, o comportamento das famílias de escravos e seus indivíduos, que ajudaram conferir configuração à sua demografia, teria vindo de muito antes de 1850. A demografia escrava, para o período e região estudados, foi a medida maior em que as relações sociais entre os escravos se moveram. E este movimento, tal como se apresentou, eficazmente reuniu os cativos em alianças consanguíneas, diretas e indiretas, que para os autores são fortes indícios da formação de grupamentos específicos: as famílias escravas (cuja composição, lembrando, foi alargada pelos autores).

Tendo também como uma de suas referências teóricas o que dissera Witold Kula, em Teoria Econômica do Sistema Feudal³²⁹, acerca de um possível “Coeficiente de Opressão Praticável”, pensado para o camponês do medievo feudal, sobretudo do leste europeu e extraído, especificamente, do caso serviu polonês, existiria um limite (tanto lá quanto aqui, na Polónia e no Brasil) para exploração do trabalhador submetido às relações de exploração de seu sobre trabalho, sobretudo em se tratando de formas de trabalho compulsório. Frágoso/Manolo utilizam este conceito, portanto, como um exemplo de que a condição de cativo precisa vir acompanhada de expedientes que evitem que se ultrapassem os limites desta condição (deste “grau algébrico” entre opressão e seu limite). No caso dos seus estudos, um dos componentes deste “grau” seriam as famílias escravas.

Apontando, esmiuçadamente, como o estudo das relações entre seus três “Es” (família, comunidade e demografia escravas) e a reprodução do sistema econômico foi realizado (e tendo as “brechas camponesas” como um de seus sinais mais claros), tentaram promover uma metodologia para a apreciação do sistema escravista brasileiro (em mais de três séculos, envolvendo um território vastíssimo e com diferentes fases econômicas e políticas, onde muitos muitos artigos de comércio foram produzidos ou extraídos) em que este só foi possível principalmente, segundo seu modelo teórico, por esta vontade, subjetiva, dos cativos de se conjugarem para estabelecerem relações parentais.

João Luís Ribeiro Frágoso e Manolo García Florentino, sob os auspícios de antigas tradições africanas combinadas a uma espécie de “sintoma” que expressaria o medo dos escravocratas de comprometerem a “tranquilidade” em suas propriedades, montaram uma estrutura quadrangular, se pensarmos agora em quatro “Es” (incluindo as “roças escravas”), e sobre a qual sustentaram seu processo de investigação teórica que, naquele momento, 1987, os inseria em um conjunto de trabalhos que tentavam promover um novo olhar – para muitos

³²⁹KULA, Witold. Teoria Econômica do Sistema Feudal. Lisboa: Editora Presença, 1979. *Apud* FRÁGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo García. *Op. cit.*

“regenerador” – acerca da escravidão moderna nas Américas.

As influências teóricas que provocaram uma nova visão sobre Demografia e Família Escravas

Naquele contexto, os trabalhos, por exemplo, sobre a escravidão norte-americana que atestam a virada de Eugene Genovese, de marxista à “revisionista”³³⁰, já estão influenciando muitos historiadores aqui e no mundo; sem contar que mesmo em sua fase marxista, Genovese entendia que escravidão moderna – por não ser tão moderna assim – e capitalismo eram de certo modo incompatíveis. Era um momento em que, perpassando, sobretudo, as décadas de 70 e 80, novos historiadores aqui no Brasil reviam, sob certa influência da antropologia de cunho mais culturalista, não só como teria sido a nossa escravidão, mas também como a teria entendido a “tradicional” historiografia especializada até então. Robert Wayne Andrew Slenes³³¹ ainda não tinha publicado Na Senzala, Uma Flor (1999); contudo, em 1987, já tinha publicado alguns trabalhos (artigos, sua tese de doutoramento etc.) onde demonstrou, pelos estudos de famílias e demografia escravas, sua preocupação em entender não só a escravidão, mas principalmente os indivíduos escravos e suas raízes culturais. Slenes, entre 1979 e 1983, foi professor visitante da Universidade Federal Fluminense (UFF); e foi dentro deste período, por exemplo, que Manolo Florentino esteve se graduando na mesma instituição (1977-81). Portanto, pelo exposto, ainda que minimamente, as relações de interseção teórica entre Frago/Manolo, neste momento (segunda metade da década de 80), e esta nova historiografia sobre escravidão são evidentes.

Em um esforço para se traçar um rápido histórico acerca desta historiografia, foi necessário um pequeno recuo, pelo menos até à década de 30 do nosso século, para lembrar que nos estudos históricos que abordam a escravidão no Brasil, já é quase de domínio público que estes deitam raízes em duas tendências distintas e conflitantes, a inaugurada com Gilberto

³³⁰ A título de ilustração, em sua fase marxista, onde, dentre outras coisas, tentou aplicar o conceito de hegemonia de Gramsci para entender as relações senhor/escravo, existe o clássico *The Political Economy of Slavery: Studies in the Economy and the Society of the Slave South*, de 1965. E para “virada”, há a obra, também clássica, de 1974, *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made . Winner of the Bancroft Prize in History*. Para uma melhor apreciação, ver GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. *Op. cit.*, p. 16; e TOMICH, Dale. Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: EDUSP, 2011.

³³¹ Que no artigo de Frago e Florentino sobre “Marcelino” teve três trabalhos citados: SLENES, Robert W. “Coping with Oppression, Slave Accommodation and Resistance in the Coffee Regions of Brazil, 1850-1888”. “Paper” apresentado na convecção anual da *Southern Historical Association*, 9/11/1978^a; *idem*. “Slave Marriage and Family Patterns in the Coffee Regions of Brazil, 1850-1888”. “Paper” apresentado à convenção da *American Historical Association*, 1/12/1978b; *idem*. The Demography and Economics of Brazilian Slavery (1850-1888). Stanford University, 1976 (Tese de doutorado). *Apud* FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo. “Marcelino...” *Op. cit.*

Freyre e sua *Casa-Grande & Senzala*, exatamente nos anos 30, e a Escola Sociológica Paulista, domiciliada na USP nas décadas de 50 e 60 sob inspiração de Caio Prado Jr. e orientação do marxismo de Florestan Fernandes, onde se destacam, dentre outros³³², os estudos da escravidão meridional de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Resumido, trata-se, de uma para outra, de uma ruptura – que se pode entender como “ideológica” –, entre a confirmação da contribuição da cultura africana miscigenada à história social brasileira, da primeira tendência, e a veemente crítica à degeneração provocada pela escravidão – intimamente ligada à exploração do capitalismo comercial europeu – no elemento escravo, da segunda tendência.

Resumindo mais uma vez, sob influência da antropologia culturalista do norte-americano Franz Boas³³³ – além de suas relações com os *Annales*³³⁴ –, com *Casa-Grande & Senzala*, Freyre isentava-se de olhar para o afro-brasileiro como aquele elemento inferior que com sua cultura, também inferior, teria contribuído para pobreza racial e econômica brasileira, conforme defendia boa parte dos intelectuais até então. Em sua concepção, uma das principais responsáveis por nossa “inferioridade” seria a monocultura e sua composição escravista, que, diferentemente da policultura (interpreta-se aqui que estava encarando a possível “superioridade” da formação do povo norte-americano, por este ter se submetido, historicamente, a atividades econômicas que além de impedirem uma maior dependência em relação à economia europeia, proporcionaram-lhes, a princípio, uma maior diversidade de gêneros alimentícios), dificultou que nossa sociedade se sustentasse em bases econômicas e morais mais favoráveis.

“Sempre que consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não a do negro por si, que apreciamos... Ao lado da monocultura, foi a força que mais afetou a nossa plástica social. Parece às vezes influência de raça o que é influência pura e simples do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores

³³² Pode-se incluir como estando de certa maneira próximos a esta “Escola”, por serem egressos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Emília da Costa Viotti, Fernando Novais (ambos historiadores) e Antônio Cândido de Mello e Souza (sociólogo e crítico literário).

³³³ Franz Boas, originalmente um físico (doutorou-se em Física), na passagem do século XIX para o XX, teve decisiva participação na formação de uma antropologia norte-americana que, rompendo com a ideia “raça” dos evolucionistas (entendiam que todos os grupamentos humanos não caucasianos seriam inferiores por natureza), adota o conceito de cultura como critério de estudo das diferentes etnias que compõem a humanidade. (Para uma melhor apreciação, v. MOURA, Margarida Maria. “Franz Boas: A antropologia cultural no seu nascimento”. São Paulo: Revista USP, 2006, março/maio, nº 69, pp. 123-134).

³³⁴ “A famosa trilogia sobre a história social do Brasil do historiador-sociólogo Gilberto Freyre (que conheceu Braudel nessa época [quando esteve na USP]), trabalha com tópicos como família, sexualidade, infância e cultura, antecipando a nova história dos anos 70 e 80. A representação de Freyre da casa-grande como um microcosmo e como metáfora da sociedade híbrida, agrária e escravocrata impressionou Braudel, que o citou em sua obra.” (BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1977, p. 116).

e escravos. O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e de nossa primeira fase da vida independente, deformando pela escravidão. Pela escravidão e pela monocultura de que foi instrumento, o ponto de apoio firme, ao contrário do índio, sempre movediço.”³³⁵

Quanto às críticas à abordagem de Freyre, seus críticos, que não são poucos, o acusam de “harmonizar” no seu modelo de sociedade patriarcal aquilo que era repleto de conflitos. Sua visão histórica ou sociológica “aristocrática”, tendo a casa-grande e seus membros de origem portuguesa (pois conseguiram nos trópicos uma miscigenação, vista como positiva, entre três etnias diferentes) uma acentuada centralidade, teria, dentre outras coisas, produzido uma acomodação mais “suave” das contradições sociais e culturais do ambiente escravista.

“Freyre tem uma grande admiração pelo português colonizador. Segundo ele, essa origem deve encher de orgulho os brasileiros. Eles tinham criado uma civilização original tropical, miscigenada, cujos vícios podem ser atribuídos à monocultura escravista. Foi esta que desvirtuou a miscigenação e não a mistura de raças em si. A relação senhor/escravo é doentia, sadomasoquista, e trouxe más consequências para a miscigenação. Mas esta, em si, é só um bem.”³³⁶

Quanto a Escola Sociológica Paulista, no que diz respeito aos estudos da escravidão africana encaminhados principalmente por Fernando Henrique e Ianni, obrigatoriamente tem que se ater a sua postura estruturalista e totalizadora em relação ao sistema escravista. Instrumentalizados pela dialética marxista (ou por uma interpretação específica da mesma), criam uma nova corrente historiográfica que passa a rivalizar com Gilberto Freyre nos estudos de escravidão. Para esses autores, em linhas gerais, um sistema de exploração, calcado no “capitalismo comercial” implantado aqui pela colonização mercantilista, gerou entre aqueles submetidos ao trabalho compulsório uma “patologia”, sobre elementos vitimados, que pode ser sentida ainda hoje. Esta tendência preocupou-se mais em ver a escravidão como parte do sistema produtivo do que propriamente o indivíduo escravo, que era uma mercadoria; este, no máximo, era visto como controlado por um sistema opressor (daí a acusação de terem coisificado os escravos).

Por se tratar de uma metodologia calcada na dialética marxista, preocuparam-se em entender, na formação socioeconômica brasileira, suas principais contradições. Dentro desta perspectiva, a dialética senhor/escravo teve papel proeminente; pois é ela que explica – por estar presa a estrutura escravista – a importante alienação do indivíduo escravo no sistema

³³⁵ FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003, p. 397. Já que citamos na nota anterior a participação do pensamento de Franz Boas na obra de Freyre, seria interessante também informar que neste livro Boas é citado por Freyre 16 vezes.

³³⁶ REIS, José Carlos. As Identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 69.

produtivo. Este indivíduo, segundo esta corrente, só conseguiria resgatar sua condição consciente, e crítica, dentro do todo sistêmico da produção ao qual estava inserido, quando se opunha à sua opressão, fugindo ou se rebelando; ou seja, resistindo de fato. Ao fazer isso, completava o contraponto que lhe cabia na relação com seu proprietário. Portanto, a dialética, nesta corrente, é o ponto teórico e metodológico que orienta não só seus estudos como também ampara suas posições políticas.

“No limite, a questão racial, em todas as suas implicações sociais, políticas, econômicas, culturais, ideológicas, pode ser vista como uma expressão e um desenvolvimento fundamentais do que tem sido a *dialética escravo e senhor* no curso da história do mundo moderno... Assim nasce a rebeldia do colonizado contra o colonizador, do subalterno contra o conquistador; um primeiro momento da consciência crítica, da autoconsciência para si; dialética essa que ressoa e desenvolve-se em escritos de Rousseau, Hegel, Marx, Engels, Gramsci, Fanon e muitos outros, em todos os continentes, ilhas e arquipélagos.”³³⁷

Em ambos os casos, tanto em Casa-Grande & Senzala quanto em FHC/Ianni, a escravidão teve papel importante enquanto um ator antagonista. No primeiro, como uma das bases de funcionamento da monocultura, a que degradou o elemento escravo; entretanto, Freyre estava preocupado em desfazer olhar racista sobre a cultura africana no Brasil, o que o harmonizava, em certa medida, com o nacionalismo do momento. No segundo, a própria escravidão, encarada estruturalmente, produziu uma patologia, uma espécie de degeneração do indivíduo escravizado; mas neste último caso, em um contexto de guerra fria, os autores estavam se colocando em um dos lados ideológicos da bipolaridade da política mundial, e por isso descreveram, dentro de uma perspectiva marxista, a escravidão como parte da formação histórica do modo de produção capitalista. Contudo, como se tem tentado demonstrar aqui, surgem os anos oitenta, e tais preocupações ideológicas passam, aos poucos, a não fazer mais sentido para alguns intelectuais, que acreditam como que livres de tais inconvenientes.

Aqui no Brasil (para não se estender muito), estes intelectuais, em se tratando dos estudos de escravidão, retornam a algumas das preocupações de Gilberto Freyre para ver a individualidade do escravo – assim como a deles – livre de valores ideológicos que tanto atrapalham as pesquisas sobre o assunto. Para muitos, o trabalho de Kátia Mattoso sobre a história econômica e social da Bahia antes da república é um dos marcos deste novo momento intelectual; portanto, não se pode deixar de destacar seu livro de 1982, Ser Escravo no Brasil³³⁸. Para Ronaldo Vainfas, por exemplo:

³³⁷ IANNI, Octávio. “Dialética das relações raciais.” São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP, 2004, vol.18, n.º 50, Jan./Abr., pp. 21-30, p. 26 (grifos do autor).

³³⁸ MATTOSO, Kátia. Ser Escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. (A primeira versão desta obra foi publicada na França. *Idem*. Être esclave au Brésil, XVIe-XIXe siècles. Paris: Hachette, 1979).

“No tocante aos negros, os anos de 1980 trouxeram novidades. Em franca reação à visão reificadora do africano sugerida pelos estudos das décadas de 1960 e 1970, os historiadores buscaram mostrar o negro como sujeito da história, protagonista da escravidão, ainda que não aquilombado, quando não cúmplice do cativo. Avançou-se muito nesta linha de investigação, a começar pelo livro de Kátia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, que recolocou a importância do paternalismo como mecanismo de poder senhorial e, por meio disso, negou a quase exclusividade do fator violência como explicação do sistema escravista. Indicou também a importância de se estudar a África, o tráfico, as etnias, os mores, as religiões, para se entender a conformação da cultura negra no Brasil – cultura a que muitos chamaram de afro-brasileira.”³³⁹

Mas diferentemente de Freyre, esta nova tendência – em que a vítima do cativo protagoniza a sua condição – alega que a escravidão não foi capaz de subjugar o indivíduo cativo, pois este esteve protegido por uma rede de relações subjetivas que lhe garantia identidade enquanto um ser cultural, e por isso, resistia, não necessariamente com fugas e quilombos, mas principalmente em seu cotidiano; portanto, acrescenta-se, esta resistência era acompanhado por certo grau de acomodação dos escravos ao sistema. Esta nova “corrente historiográfica” da escravidão acaba aproximando as duas tendências anteriores, pois nenhuma das duas teve a coragem de isentar a escravidão.

Que tais perspectivas procurassem valorizar as experiências socioculturais do cativo, considera-se neste trabalho como louvável; não obstante, minimizar os aspectos nefastos que este sistema nos legou historicamente (onde o racismo é um dos seus principais exemplos), assemelha-se a uma espécie de “cegueira histórica”. Outro traço aqui considerado de grande relevância para se conceber a escravidão no Brasil, é aquele que a associa à formação do capitalismo na época moderna e início da contemporânea; pois um dos fundamentos deste sistema socioeconômico é acumulação de capitais, em que o lucro não só é importante como fundamental. Pois bem, não há como negar que a escravidão, de um ponto de vista geral e totalizante, tenha feito parte de maneira significativa na obtenção de lucro, ainda que em uma fase em que acumulação encontrava-se em sua manifestação “primitiva”.

João Fragoso e Manolo Florentino, com “Marcelino...”, inserem-se nesta nova historiografia; contudo, indo além de seus próprios “criadores” e “mestres”, pois que levam ao extremo algumas de suas premissas. Seu método de pesquisa foi apropriadamente capaz de lhes possibilitar um panorama em que o grosso do sistema produtivo do séc. XIX em Paraíba do Sul – mas que pode ser estendido a outros lugares e momentos do Brasil – surge como sustentado também por uma “paz” advinda de suas famílias escravas engrossadas (o que

³³⁹VAINFAS, Ronaldo. “Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira.” Niterói: Revista Tempo (UFF), 1999-Ago, pp. 01-12, p. 10.

inclusive, como já se mencionou, foi criticado por Slenes em famoso livro). Suas carreiras necessitavam, como a de todos os profissionais que almejam serem bem sucedidos (é plausível), de uma estratégia eficiente; e esta veio deste método um tanto quanto “único” (de dois doutorandos) de tratar seu objeto de estudo (principalmente a família escrava, que era sustentada em parte pela “roça escrava” e acabava influenciando em sua demografia) de maneira a particularizá-lo, torná-lo igualmente único, se se pensa tanto os outros fenômenos históricos que com ele compunham a estrutura escravista, como, dentre outras coisas, o tráfico interno de escravo depois de 1850, quanto o que disseram as três mais importantes ou possíveis “correntes historiográficas” brasileiras sobre escravidão no século XX, das décadas de 30, 50-60 e 70-80.

“Acabou, por fim [a tese]. Voltando a cabeça, observo com certa surpresa que todo o esforço de que é resultado esse trabalho cabe num verbo: singularizar.

(...)

“Singularizar um negócio, tanto em termos de sua dinâmica de funcionamento, quanto como atividade colonial... Por exemplo: não há como separar as estratégias no cuidado da ‘carga’ durante a travessia oceânica das formas assumidas pela produção social do cativo nas florestas e savanas africanas [não só senhores de engenho ou o cafeicultores temiam por afetar ‘a paz nas senzalas’; os traficantes de escravos também receavam por afetar ‘a paz’ nos tumbeiros; muito distante, por exemplo, do que diz o romantismo de Castro Alves], nem essas formas da extensão do mercado consumidor de braços.

(...)

“Singularizar um quadro demográfico. Seus elementos, a lógica da empresa escravista e a dos escravos, se entrecrocaram a todo [o] momento. Reificação versus humanização, solidão e promiscuidade versus socialização e sexualização [sic]. Se a lógica empresarial é elástica – no sentido de que o mercado de homens surge como opção para o enfrentamento das conjunturas de alta e de baixa –, as reações dos escravos também o são. Estes sempre buscarão se resgatar enquanto homens, e para tanto chegam a se aproveitar até mesmo do próprio mercado de que lança mão a empresa.”³⁴⁰

Antes de Manolo Florentino, Fragoso já tinha singularizado seu objeto em seu doutorado, que não destoava da de seu companheiro, como já foi abordado aqui em capítulo anterior.

4.4. Concebendo a Apreensão da Realidade Social Aplicada à Estratégia Profissional do ART

Qualquer discussão mais filosófica, e principalmente dicotômica, pode parecer para muitos como coisa excessivamente abstrata; contudo, ela pode também trazer implicações práticas para as pesquisas de áreas como economia, ciências sociais, história etc. Por exemplo,

³⁴⁰FLORENTINO, Manolo Garcia. Em Costas Negras: Um estudo sobre o Tráfico Atlântico de Escravos para o Porto do Rio de Janeiro (c. 1790 – c. 1830). Niterói: UFF, 1991, pp. 397 e 398 (tese de doutoramento).

se se quer, por algum motivo, alcançar entender o que sujeita indivíduos, grupos, classes sociais ou Estados-nacionais a fazerem determinadas coisas, se tem, em certa medida, que se reportar a essa discussão. São as duas “condicionantes” (influências externas, das estruturas sociais, ou internas, de nossas subjetividades que nos faz indivíduos) de que trata Bourdieu sobre as ações de indivíduos ou coletividades maiores.

Na equação entre o que é “externo” ou “interno” em um indivíduo ou grupo, o *habitus* é a interiorização das estruturas sociais. Em nossa vivência, introjetamos, inconsciente ou psicologicamente, fatos, valores, saberes, comportamentos, ideias etc., vindos de instituição como família, mídia, igreja, escola etc. O que muitas das vezes surge em nossas ações ou falas como parecendo ser totalmente autônomo da individualidade do ser, de seu interior subjetivo, nada mais é do que automatismos introjetados pelas estruturas sociais.

“As diferentes classes de sistema de preferências correspondem a classes de condições de existência, logo, de condicionamentos econômicos e sociais que impõem esquemas de percepção, apreciação e ação diferentes. Os *habitus* individuais são produto da interseção de séries causais parcialmente independentes. Percebe-se que o sujeito não é o *ego* instantâneo de uma espécie de *cogito* singular, mas o traço individual de toda uma história coletiva.”³⁴¹

Em se tratando de elementos já razoavelmente formados socialmente, quando estes adentram seus espaços específicos de atuação profissional, levam, por exemplo, seu *habitus* de classe para estes espaços, que tem uma rotina de práticas e posições subjetivas próprias, e tudo isso ao mesmo tempo choca-se e mistura-se. Aqueles profissionais de nível superior, que designadamente atuam em instituições de ensino universitário reconhecidamente de alto padrão, compondo com todos os demais um *campo* específico dentro do “campo intelectual”, estão, portanto, submetidos a regras de um espaço circunscrito, composto pelas universidades etc. Não que este espaço, um *campo* ou *subcampo*, seja totalmente refratário a uma ideia nova de um novo interlocutor seu; mas na relação de forças no que diz respeito aos valores simbólicos, certamente terá mais peso o conjunto de ideias já consagradas pelo *campo* ou *subcampo* em questão.³⁴²

Nas décadas de 80 e 90, os quatro historiadores aqui pesquisados adentravam na academia e lá continuam até hoje com inequívoco reconhecimento de sua importância entre seus pares. Como todos os que almejam sucesso em suas carreiras, é natural que se pense como iniciar e trilhar este caminho, que sem sombra de dúvidas é muito difícil, sobretudo em seu início; então, não se pode realizar tal caminho sem que se tenha um plano, uma estratégia,

³⁴¹ BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 13’ e 132 – grifos do autor.

³⁴² Para um melhor domínio dos conceitos de Bourdieu, foram realizadas inúmeras leituras sobre outros trabalhos seus, que serão todos listados na Bibliografia desta dissertação.

sob pena de se fracassar.

Observando-se hoje as trajetórias intelectual e profissional destes historiadores (principalmente no conjunto do que escreveram), pode-se perceber que suas estratégias de carreira estiveram quase sempre muito próximas das “novas” teorias (como as que, para o tema da escravidão, por exemplo, são tidas por Gorender como “reabilitadoras”) que começavam a despontar “ameaçadoras” a conceitos que, no caso da historiografia de colônia, vinham de tendências acusadas de deterministas em termos das estruturas econômicas (sem “coluna vertebral”) etc. A trajetória que estas estratégias, vista à distância, proporcionou às carreiras dos membros do grupo, pode ser encarada como bem sucedida; até porque, dentre outras coisas, em certa medida acabaram impondo um novo conjunto de valores simbólicos aos estudos de colônia em um subcampo, da historiografia brasileira, que se encontrava em formação.

4.4.1. Uma Análise Marxista para a Trajetória Profissional do ART

A apreciação deste “novo conjunto de valores simbólicos” do ART foi realizada com um olhar dado pela dialética materialista e histórica do marxismo. Dentro da perspectiva de uma história socialmente totalizante, dada por Fontana, está se entendendo que a estratégia de carreira de Bicalho, Florentino, Fragoso e Gouvêa correspondeu à economia política do contexto histórico em que estavam inseridos, cujas características eram dadas pela maneira como as forças burguesas ou capitalistas se apresentavam. Havia um projeto socioeconômico conservador em curso, calcado no neoliberalismo e na pós-modernidade, e os historiadores da teoria do Antigo Regime nos Trópicos, em seus aspectos gerais, não destoavam deste projeto; pois se acredita, inclusive, na perspectiva deste trabalho, que em certa medida acabaram contribuindo com uma ideia de passado para o Brasil que não contraria o projeto conservador, podendo até confirmá-lo. Sendo assim, o Brasil era visto não como resultado do desenvolvimento do capitalismo empreendido na época moderna, e sim por mazelas próprias, internas; mas que em larga medida refletiam o comportamento culturalmente “arcaico” que herdamos da tradição, de longa data, de um dos países da periferia econômica do capitalismo europeu: Portugal.

Houve uma troca, realizada no interior deste projeto social. **A formulação ou revisão de uma visão de passado, para o Brasil, feita pelo ART** – que apesar de conservadora em termos socioeconômicos, pois que nela encontram-se alguns elementos pós-

modernos, era vista como “nova” – **foi recompensada pelo reconhecimento por parte deste contexto conservador.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentando duas Possibilidades Teóricas Dicotômicas de Apreensão da Realidade

Em sua busca do que é o “real”, o “conhecimento” é capaz de alcançar a “verdade”? E se for, é a “linguagem” que o transmite do íntimo do indivíduo para o exterior? Se a palavra “pedra” não é a mesma coisa que o objeto concreto “pedra”, como pode ela nos transmitir a verdade acerca deste elemento da natureza? Quais as possibilidades intercambiáveis entre “realidade” e “linguagem”?

Poder-se-ia dizer, numa perspectiva marxista mais extrema, por exemplo, que ao se pronunciar ou se escrever o vocábulo “pedra”, ou seja, quando, de alguma maneira, emite-se símbolos que tentam significar este elemento ou corpo natural duro e sólido, que pertenceu a uma rocha ou é uma rocha de proporções não muito grande, se está simplesmente percutindo sons no ar ou refletindo pigmentos em uma folha de papel sobre aquilo que concebemos do real, podendo ser acertada ou não esta reprodução; e mesmo em caso de acerto, nunca será o real em si e sim consequência dele, que é a base para existência de suas representações simbólicas etc.

Igualmente, em outro extremo conceitual (e empiricamente percebe-se que esta dicotomia epistemológica tem uma historicidade intensa), agora mesclando radicalmente culturalismo e idealismo, pode-se dizer que o que faz existir, para nossa concepção e consciência, o objeto “pedra” é o que pensamos e dizemos sobre ele; do contrário, tal objeto não teria nenhum sentido na sociedade, já que não o concebemos culturalmente.

As possibilidades de conhecimento sobre a realidade que nos cerca – seja ela natural ou social – têm oferecido seu “menu”, enquanto civilização ocidental, desde pelo menos os pré-socráticos. As possibilidades, portanto, são muitas.

Pode-se ainda, inclusive, imaginar alguma coisa a meio caminho do que foi dito nos parágrafos acima. Até porque, em verdade, o que foi dito sobre as relações entre conhecimento/objeto/sujeito é deveras limitado e esquemático. As possibilidades ou tendências teóricas, dicotômicas, sobre a apreensão da realidade podem apresentar outras variantes.

Uma alternativa muito interessante – dentro deste vasto “cardápio” teórico, conceitual e metodológico – para se buscar na realidade a sua verdade, é tentar desnudar a nossa racionalidade de antigos conhecimentos anteriores, que, por serem muitos, acabaram translucidando os vãos entre o objeto real que se quer conhecer e esta nossa racionalidade. Se

se atribuí ao conhecimento, hipoteticamente, um *status* de “Ser” (como se fosse autônomo), nesta perspectiva, ter-se-ia um conhecimento puro; quando alcançasse sua plenitude. Um conhecimento que, sem máculas, não estaria tingido pelas variadas cores de outros conhecimentos.

Evidentemente que não se está sendo original. Em resumo (muito precário e conjectural), Edmund Husserl propôs um método de investigação, para a filosofia e ciências humanas, que se preocupe primeiro com o fenômeno em questão; que se faça um esforço, rigoroso, para que as coisas ou objetos de estudo apareçam à consciência de forma exata, por exemplo, dispensando as explicações psicológicas, de um lado, ou empíricas, de outro. A fenomenologia husserliana prega a relação direta da coisa em si com a consciência do investigador, para que este, intencionalmente, e não por uma espécie de “acidente” provocado pelos vários obstáculos deixados pelo antigo conjunto teórico, compreenda o fenômeno que pretende investigar.

Acredita-se aqui nesta dissertação de mestrado, que esta tenha sido uma das principais intenções do grupo de historiadores denominados de “O Antigo Regime nos Trópicos”: limpar, ou mesmo desvencilhar, tudo aquilo que a tradição de “antigas” teorias, especialmente a marxista, construiu sobre a explicação de como se deu, na época moderna, a colonização portuguesa no Brasil, seu objeto por excelência, que acabou por entenebrecer sua apreciação.

Procuravam, os membros do grupo, tornar límpida suas tentativas de compreensão deste fenômeno de *Ancien Régime* nos trópicos que foi a América Portuguesa. Tentativa válida; não fosse o fato de que ao retirarem os “escombros” de um economicismo “invertebrado”, que talvez não tenha se renovado o suficiente, se debruçaram sobre a colonização portuguesa trazendo sobre seus ombros muito daquilo que na década de 80 aflorou sob a alcunha de pós-modernidade. Se puderam, finalmente, apreciar seu objeto de estudo “frente-a-frente”, este encontro foi pressionado pelo peso de um novo conjunto teórico advindo de um contexto pós-moderno. E aí, o fenômeno foi visto muito de perto – exageradamente. Só conseguiram contemplá-lo em partes; perdendo sua magnitude. Mas acreditavam que este era o caminho a ser percorrido, e percorreram; fazendo história na historiografia brasileira.

Uma espécie de Positivismo Pós-Moderno das “Elites”

“O estado da arte”, de influência pós-moderna, dos historiadores do ART, apresenta-se com uma “novidade” radicalmente transformadora e aniquiladora principalmente de estudos de alguma maneira vinculados ao estruturalismo econômico, como os do marxismo ou dos *Annales* da segunda geração, acusados muitas das vezes de insistirem em uma crítica “pasteurizada”, economicista etc. Este “estado da arte”, ou a demolidora “flexibilidade pós-moderna” tal como define Harvey, do Antigo Regime nos Trópicos, na verdade, trazia a tona como “originais” algumas perspectivas teóricas, em parte, já mencionadas por outros autores, que, no entanto, privaram-se de um reclamo acadêmico maior como “Inovadores”.

O que o ART propunha, de fato, tinha em si um alto grau de confronto ou concorrência contra as tendências que discordavam e, portanto, criticavam; dentro das relações de poder simbólico do ambiente intelectual e acadêmico que se encontrava.

João Fragoso, por exemplo, em resumo, procurou descortinar um passado econômico no Rio de Janeiro, principalmente oitocentista, em que homens importantes do comércio acumularam capitais (dentro do que se entende teoricamente como “acumulação primitiva”) e, por uma postura de inspiração aristocrática, investiram em terras, escravos etc. Pensado dentro de um modelo teórico que expressava as particularidades mínimas de atividades sociais quase que livres, em seus problemas, do externo, no espaço ou no tempo, as particularidades mais consistentes deste passado teriam o grosso de suas relações econômicas e de poder atrelada majoritariamente à sua própria sociedade (as considerações endógenas etc.).

Dito de outra maneira, não se concebe possíveis fenômenos externos que podem se relacionar, no espaço e no tempo, ao objeto de estudo, tendo com estas relações de causa e efeito (como é o caso das relações entre a formação do capitalismo europeu e a exploração colonial nas Américas durante a época moderna). É o objeto pelo objeto; uma “fotografia” estática do fato social (“fotografia” válida porque retirada de fartas fontes documentais por eles trabalhadas, cujos dados são expostos em inúmeras tabelas). Tal como o fez Hobsbawm em relação ao trabalho de Richard Price, pode-se dizer que o nome disso é positivismo.

Um dos argumentos dos componentes do grupo, para corroborar tal concepção sociocultural, vem da concepção de “elite” que aplicam às classes dominantes coloniais por eles estudadas. E um dos aspectos fundamentais da maioria das teorias “elitistas”, vem do fato destas teorias aceitarem o discurso de suas “elites” que se entendem, por algum motivo escasso aos demais, como as “eleitas” (em alguns casos até por razões metafísicas) para dominarem os privilégios de sua sociedade – no caso específico de nossas “elites” coloniais,

esta condição viria de coisas como a “reciprocidade” entre “conquistadores” dos domínios da Coroa e o Rei. Um discurso, produzido pelo objeto de estudo, que se fecha aos fenômenos externos do contexto econômico do período.

As posturas historiográficas pós-modernas, ou influenciadas por elas, parecem querer combinar sua subjetividade ao que de pior pode ter o positivismo; ou seja, sua crença pseudocientífica em uma objetividade alcançada por uma história dos fatos que pode ser apoiada na “exatidão” de dados numéricos oriundos das “indefectíveis” fontes documentais. No caso do Brasil colônia, o nosso “desígnio arcaico”, gestado a séculos em um Portugal medieval, enraizou-se aqui desde os tempos do “descobrimento”, bastando-nos agora desvendá-lo pelo exame das fontes.

Quando Fragoso e Florentino, por exemplo, estudam as relações escravistas, sobretudo no Rio de Janeiro oitocentista, e afirmam a partir do que leram nos inúmeros inventários *post-montem*, pelo menos em “Marcelino, Filho de Inocência Crioula”, Homens de Grossa Aventura, Em Costas Negras, Arcaísmo como Projeto e Paz das Senzalas, dentre outras coisas, que a estabilidade do sistema escravista com um todo esteve intimamente ligada à percepção, talentosa, da “elite” escravista de perceber as subjetividades emocionais dos cativos e aí incentivaram estes a formarem famílias (entendo estas a partir de uma “dilatação” teórico-metodológica de sua definição), em larga medida estão alegando como fato aquilo que no máximo é uma interpretação subjetiva por parte deles. Lembrando também, ainda segundo estes autores, que esta subjetividade da “elite” escravista foi capaz de manter o sistema escravista como um todo.

A partir de 1822, o Brasil torna-se uma monarquia nacional independente. E como tal, tinha sua estrutura social e econômica assentada principalmente no sistema escravista; podendo-se deduzir, pelo raciocínio defendido por Fragoso/Manolo, que a estabilidade do Império brasileiro dependeu da existência de famílias escravas; que contou para a sua existência, em grande medida, da anuência de parte da “elite” colonial ou monárquica.

Como foi dito na Introdução, Fátima Gouvêa, por sua vez, defendeu em sua tese de doutoramento que esta estabilidade na monarquia brasileira, que era constitucional, foi alcançada pela ação de pequenos grupos, sobretudo grandes fazendeiros, que conseguiram agir em suas províncias de forma a dominar seus órgãos de administração pública. Destes grupos, destaca a atuação daqueles que estiveram à frente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro ou próximos à Presidência desta Província, ligados à lavoura de exportação, que, em resumo, souberam dominar o conjunto de forças que se estabeleceu no todo do Império

brasileiro. Assim sendo, a estabilidade do Império brasileiro, de qualquer maneira, foi obra de suas “elites”, fosse atuando na política ou na produção econômica.

Contudo, antes da configuração das relações de poder “elitizadas” do Império Brasileiro que emerge a partir de 1822, houve a formação colonial desta sociedade brasileira de enraizadas feições “arcaicas”. Nesta formação, temos a composição de suas “elites”, que, por meio de uma política de “mercês” herdada de sua conjugação com o Império Português, se reproduz no tempo, conforme se pôde verificar já no primeiro texto do livro que dá título ao grupo aqui pesquisado, o Prefácio de Russell-Wood.

As Determinantes das Escolhas dos Historiadores do Antigo Regime nos Trópicos

João Fragoso, e seus companheiros, em se tratando das estruturas econômicas da sociedade colonial brasileira, diminuíram sua abrangência total às relações comerciais do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX; ou seja, “a parte pelo todo”, na perspectiva descrita por Jobson Arruda, conforme já afirmado na Introdução.

Primeiramente, aqui se apreende as concepções teóricas acerca desta estrutura, da sociedade colonial brasileira, como um elemento que vem se alterando historicamente. Em parte pela ação dos contextos socioeconômicos e intelectuais em que se encontravam, ou se encontram, os agentes que se dispuseram a traçar tais concepções, que igualmente alteram-se ao longo do tempo. E também se entende neste trabalho, que estes contextos fazem parte das relações de produção de suas estruturas sociais. Em segundo lugar, as décadas de oitenta e de noventa do século passado, momento em que os membros do ART formam-se enquanto historiadores e entram para academia, estão sendo aqui identificadas como pertencendo a um contexto em que as manifestações culturais pós-modernas estiveram no seu auge. E por último, estando neste contexto, em que as forças conservadoras avançavam sobre os espaços sociais e políticos, e no momento em que delineavam suas estratégias de carreira, optaram por metodologias embasadas em teorias que se negavam, por exemplo, a criticar as influências da formação do capitalismo sobre nossa colonização.

Acima foi dito: “em parte pela ação dos contextos”. E isto porque além desta variante social externa, ao indivíduo ou aos grupos, na composição das teorias acerca de nosso passado colonial (restringindo-se somente a este assunto historiográfico), há também outra com capacidade de determinar as escolhas que fazem nascerem estas teorias; são as duas “determinantes” ditas logo no início destas Considerações Finais, a social, externa, e a individual, interna. Afirma-se nesta dissertação existirem estas duas variantes pela razão óbvia

de que nem todos, sob as mesmas condições, tomam decisões idênticas.

Combinadas à variante social das determinações externas, preponderante em seus contextos, estes sujeitos históricos tomaram suas decisões individuais, ainda que em grupo, no interior do ambiente intelectual, específico, de suas atuações profissionais, que corresponderam a estratégias promissoras a suas carreiras, pois que não presas ao estruturalismo econômico e socialmente totalizante; e próximas de posturas culturalmente atraentes e sedutoras, como “os cantos das sereias”.

Dentre outras coisas, priorizaram: na escala espaço/tempo, “a parte pelo todo”; o pertencimento/negociação em detrimento da alteridade/conflito; o estudo das “elites” em prejuízo do estudo da luta-de-classes etc. Sendo assim, defende-se e afirma-se que, teórico e empiricamente falando, as conclusões a que chegaram Fragoso e os demais autores do ART não desautorizam, por exemplo, as teorias do ASC ou do MPEG como explicações críticas totalizantes mais adequadas ao entendimento do período colonial brasileiro; já que estas teorias críticas pertencem a outro contexto histórico: o da crítica racional às injustiças do capitalismo.

Objeto e Sujeito Confundem-se quando na “Curva de Pareto”

Entendem que em suas regiões estudadas, pequenos grupos de pessoas “eleitas”, ou por seu talento empreendedor nos negócios, finanças e relações de poder ou por dádivas que lhes eram devidas, fora capaz, sob o domínio/negociação sobre os “preteridos”, de delinear uma configuração social cujos traços se traduzem na formação social, econômica, cultural e política do Brasil colônia.

Por terem conseguido fazer o que outros historiadores não conseguiram; isto é, por terem tido o talento de colocar no devido lugar de protagonistas da sociedade colonial esta poderosa “elite” residente, os historiadores fluminenses do Antigo Regime nos Trópicos acabaram se colocando, eles também, na condição de “eleitos” da interpretação de um determinado momento das raízes e formação de nossa história. Tornando-se parte, portanto, enquanto historiadores, de coisa parecida ao “sonhado” pelos primeiros conquistadores destas terras.

E o que os alçaria a esta condição de 20 na “Lei 80/20” em 100, a princípio, não seria um “eleitorado” composto por membros do seu específico *subcampo* intelectual ainda em formação, ou mesmo fora dele; a condição de “eleitos” viria exatamente de sua talentosa e

“original” análise. Contudo, um problema se colocava; era preciso fazer valer esta condição.

Mais uma vez, seus talentos foram colocados em prova para que traçassem estratégias capazes de providenciar carreiras profissionais que comprovassem esta sua natureza, perspicaz, de entender o nosso passado. E assim o foi; escolheram concepções teóricas, para as metodologias de seus trabalhos de pesquisa, que em muitos casos encontram-se no receituário pós-moderno para as ciências humanas. Estavam cientes das características pós-modernas destas concepções? As escolheram propositalmente por serem pós-modernas ou por elas, inconscientemente, foram influenciados? Na verdade isso não importa muito. O que se tem de concreto é que tais concepções, em seu cômputo geral, veem tanto o homem quanto a sua história por um prisma, distorcido, que tende a despedaçá-los. Esta pesquisa procurou ir de encontro a esta tendência.

BIBLIOGRAFIA

- ABRUCIO, Fernando, BASTOS, Elide Rugai, LOUREIRO, Maria Rita & REGO, José Marcio (org.). Conversas com Sociólogos Brasileiros (entrevistas). São Paulo: Ed. 34, 2006.
- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ADORNO, Theodor W. Dialética Negativa. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: GENTILI, Pabro e SADER, Emir (org.). Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. As Origens da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____. Espectro: a direita e a esquerda no mundo das ideias. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. Linhas do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 41.
- ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família, RJ, Zahar, 1981.
- ARISTÓTELES. Metafísica. São Paulo: Editora Abril, 1984.
- ARRUDA, J. J. A. “O império tripolar: Portugal, Angola, Brasil.” In: SCHWARTZ, Stuart e MYRUP, Erik (org.). O Brasil no Império Marítimo Português. Bauru, SP: Edusc, 2009, cap. 19, pp. 509 – 531.
- _____. O Brasil no Comércio Colonial. São Paulo: Ática, 1980.
- BARROS, José Costa D’Assunção. “História econômica: considerações sobre um campo disciplinar”. S. Paulo: Revista de Economia Política e História Econômica – Nº 11, Ano 04, pp. 05-51, jan. 2008.
- BARROS, Sergio Miceli Pêssoa de, in: Conversas com Sociólogos Brasileiros. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 231, entrevista concedida a Fernando Abrucio, Elide Rugai Bastos, Maria Rita Loureiro e REGO, José Marcio Rego.
- BENEDITO. Heidegger & Ser e tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- BERNSTAIN, Eduard. Socialismo Evolucionário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1964.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “História, historiografia e pesquisa histórica.” São Luiz: Revista Outros Tempos – Pesquisa em Foco (Universidade Estadual do Maranhão - UEMA), Vol. 09 / 14ª edição, pp. 232-239, 2012, entrevista concedida à revista.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O Bello Sexo- Imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. Rio de Janeiro: Museu Nacional – UFRJ, 1988 (dissertação de mestrado).
- BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- _____. O Futuro da Democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BORÓN, Atilio. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOTTOMORE, Tom (et al.). Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2012.
- BOURDIEU, Pierre. “Ao Leitor”, “O Espaço dos Pontos de Vida” e “A Rua dos Junquinhos”. In: Idem (org.). A miséria do mundo. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes; 1998.
- _____. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- _____. Homo Academicus. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.
- _____. Os Usos Sociais da Ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BURAWOY, Michael. O Marxismo Encontra Bourdieu. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.
- BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1977.
- _____. Uma História Social do Conhecimento – II: Da Enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.
- _____. “Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro.” In: *Idem* (org.). A Escrita da História: Novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CAILLÉ, Alain. “A dominância do mercado”. In: AYMARD, Maurice (et al). Ler Braudel. Campinas: Papyrus, 1989, pp. 97-136.
- _____. “Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”. Revista brasileira de Ciências Sociais [online], 1998, vol.13, n.38, pp. 30.
- _____. “O Dom entre Interesse e ‘Desinteressamento’”. REALIS – Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais. Recife: PPGS-UFPE, vol. 3, nº 1, jan-jun, 2013, pp. 7-42.
- CALDEIRA, Jorge. A Nação Mercantilista. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- CAMPOS, Pedro Henrique P. “A história do abastecimento e a historiografia brasileira”. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique P. (org.). Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: EDUFF, 2012, pp. 17-39.
- CARDOSO, C. F. S. “O Mundo Colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CARDOSO, Ciro F. & BRIGNOLI, Héctor P. História Econômica da América Latina. 2ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. “Epistemologia pós-moderna e conhecimento: visão de um historiador.” (Capítulo 4, pp. 73 – 94). In: *Idem*. Um Historiador fala de Teoria e Metodologia: Ensaio. Bauru: Edusc, 2005.
- _____. “Introdução – História e paradigmas rivais.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- _____. “Sobre los modos de producción coloniales de America.” In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat (*et. al.*). Modos de Producción em America Latina. Córdoba: Cuadernos de Pasado Y Presente, 1974, pp. 135 e 138.
- _____. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- CASTELLS, Manuel. A Teoria Marxista das Crises e as Transformações do Capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CASTRO, Suzana de. Ontologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAMPAGNE, Patrick. “Prefácio”. In: BOURDIEU, Pierre. Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHARTIER, Roger. Au bord de la falaise. L’histoire entre certitudes et inquietude. Paris: Albin Michel, 1998.
- CHARTIER, Roger. “History, Time, and Space”. *Republics of Letters: A Journal for the Study of Knowledge, Politics, and the Arts* 2, no. 2 (June 1, 2011), pp. 1–13, p. 2

(<http://rofl.stanford.edu/node/100>).

CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza – Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: E. Moderna, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COSTA, Giovani Gláucio de Oliveira. “Estimativa *bootstrap* para o enfiamento, erro padrão e intervalo de confiança do coeficiente de elasticidade da curva de Pareto”. São Paulo: Revista GEPROS/UNESP – Ano 6, nº 1, Jan-Mar/2011, pp. 67-82.

COSTA, Valter Mattos da. O Brasil Neoliberal e Pós-Moderno de Fernando Henrique – O Consenso de Washington e a Desregulamentação da Economia: o Impacto Sobre o Trabalho. Niterói: UFF, 2011 (monografia de pós-graduação *Lato Sensu*).

COUTINHO, Carlos Nelson. Carlos Nelson Coutinho: Reformas geram revolução? Rio de Janeiro: Revista Socialismo e Liberdade (Ano I, nº 1, Maio/2009), p. 1. Entrevista concedida a Sergio Granja.

_____. Gramsci: Um estudo sobre pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DIAMOND, Jared. “A mãe da necessidade”. In: Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.

DIAS, Maria Odila. “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: Dimensões. S. Paulo: Perspectiva, 1972.

DOSSE, François. A História em Migalhas: dos “Annales” à “Nova História”. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DREIFUSS, René Armand. 1964. A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ENGELS, Friedrich. “Comentários sobre a Contribuição à Crítica da Economia Política, de Karl Marx.” In: MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FIORI, José Luis. “Os Moedeiros Falsos” in: Sobre o Consenso de Washington. Texto para discussão, nº 324, do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, 1995.

FLORENTINO, Manolo. “Alforrias e Etnicidade no Rio de Janeiro Oitocentista (Notas de Pesquisa)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 9-40, 2002.

_____. “Apresentação”. In: *Idem* (org.). Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 9-11.

_____. Em Costas Negras: Um Estudo Sobre o Tráfico de Escravos Africanos para o Porto do Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1835. Niterói: UFF, 1991 (Tese de Doutorado).

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. A Paz das Senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; MATHEUS, M. S. “Escravos sem senhores não existem”. *Topoi*, v. 26, p. 184-187, 2013.

FONTES, Virgínia. “Determinação, História e Materialidade”. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 7 n. 2, p. 209-229, jul./out.2009.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História. Rio de Janeiro, EDUFRJ, 2010.

FOSTER, John Bellamy. “Em defesa da história”. In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (org.). Em Defesa da História: Marxismo e Pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999,

pp. 196-205 (Posfácio).

FOUCALT, Michael. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, pp. 25-40.

_____. “Marcelino, Filho de Inocência Crioula, Neto de Joana Cabinda: Um Estudo Sobre Famílias Escravas Em Paraíba do Sul (1850-1872)”. São Paulo: Revista Estudos Econômicos (USP), 1987, v. 17, nº 2, pp. 151-173.

_____. O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, J. L. R. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII).” In: FRAGOSO, J. L. R., BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. A nobreza da República; notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro. Topoi. Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ/7 Letras, n. 1, 2000.

_____. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império Português: 1790-1820”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “A Roça e as Propostas de Modernização na Agricultura Fluminense do Século XIX: o Caso do Sistema Agrário Escravista em Paraíba do Sul.” S. Paulo: Revista Brasileira de História, 1986, mar./ago., v. 6, nº 12, pp. 125-150.

_____. “Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil.” Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v. 29, 2002.

_____. Comerciantes, Fazendeiro e Formas de Acumulação em sua Economia Escravista-Colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888. Niterói: UFF, 1990 (Tese de Doutorado).

_____. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro: 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: (1650-1920) um estudo de relações não-capitalistas de produção. Rio de Janeiro: Ufrj, 1983 (dissertação de mestrado).

FRAGOSO, J. L. R. e PITZER, R. R. “Barões, Homens-Livres Pobres e Escravos: Notas sobre o uso de Inventários *Post-Mortem* na Pesquisa Histórica”. Arrabaldes, v. 1, n.2, p. 29-52, 1988.

FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, M. de F. S.; BICALHO, M. F. B. “Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade do Império.” Lisboa: Revista Penélope, nº 23, 2000, pp. 67-88.

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. Batista, GOUVÊA, Maria de F. Silva. “Introdução”. In: *Idem* (org.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

GEBRAN, Philomena (org.). Conceito de Modo de Produção. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. As Sociedades Andinas: Uma Historiografia particular da América. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

- GENOVESE, Eugene D. Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made. New York: Vintage Books, 1976.
- GENOVESE, Eugene D. *The Political Economy of Slavery: Studies in the Economy and the Society of the Slave South*, Middletown, Conn.: Wesleyan University Press, 1989.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GODELIER, Maurice. Racionalidade e irracionalidade na economia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, s/d.
- GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dias, Maria Odila Leite da Silva: A Interiorização da Metrópole e outros estudos.” São Paulo: Revista Almanack Brasiliense, nº 02, novembro/2005, pp. 128-131.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Politics in Rio de Janeiro Province Under the Empire (1822-1889). London: University College of London, 1989 (tese de doutorado).
- GRAMSCI, Antonio. “1. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas par um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”. In Idem. Cadernos do Cárcere, Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 13-53.
- GRYSZPAN, Mário. Ciência Política e Trajetórias Sociais: uma sociologia histórica da Teoria das Elites. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “Uma leitura sobre o Império do Brasil no contexto do século XIX: diálogo com Ricardo Salles / Reading the Brazilian Empire in the Nineteenth Century Context: a Dialogue with Ricardo Salles”. In: Almack. Guarulhos: Revista do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo, nº 4, 2º semestre 2012, pp. 46-52.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. O Enigma do Capital: E as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change. Cambridge: Blackwell Publishers, 1993.
- HAYEK, Friedrich August von. O Caminho da Servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HESPANHA, António Manuel. “A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime”. Niterói: Revista Tempo (UFF), 2007, v. 1, nº 21, pp. 121-143.
- HOBBSAWM, Eric J. “O que os historiadores devem a Karl Marx?”. In: *Idem*. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. “Pós-modernismo na floresta”. In: Sobre História. SP: Companhia das Letras, 1998.
- _____. Echoes of the Marseillaise: Two centuries look back on the French Revolution. London: Verso, 1990.
- _____. “7. Historiadores e economistas I”. In: *Idem*. Sobre História. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998, pp. 106-121.
- _____. “8. Historiadores e economistas II”. In: *ibidem*, pp. 122-137.
- IANNI, Octávio. “Dialética das relações raciais.” São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP, 2004, vol.18, nº. 50, Jan./Abr., pp. 21-30, p. 26.
- INWOOD, Michael J. Dicionário Heidegger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- JAMESON, Fredric. “Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo”. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, nº 12, pp. 16-26, jun. 85.

_____. “Postmodernism, Or, The Cultural Logic of Late Capitalism.” *New Left Review*, nº. 146 (July–August/1984): Chapter 1. 59–92.

_____. Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Ática, 2006.

_____. Postmodernism, Or, The Cultural Logico of Late Capitalism. Durham: Duke University Press, 1991.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

JÚNIOR, João Feres e JASMIN, Marcelo. “Trajetória e Contatos da História Conceitual.” In: Idem (orgs.). História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos. Rio de Janeiro: Editoras PUC-Rio, Loyola e IUPERJ, 2007.

KANT, Immanuel. O Conflito das Faculdades. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

KOCHER, Bernardo. “O 11 de Setembro e o ‘Choque de Civilizações’: uma Análise sobre as Transformações da Economia Política das Relações Internacionais”. In: X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002.

KONDER, Leandro. O que é Dialética. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LAPA, José Roberto do Amaral. “Caio Prado Júnior: *Formação do Brasil Contemporâneo*”. In: Mota, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, pp. 257-272.

_____. Os Excluídos: Contribuição à história da pobreza no Brasil. Campinas: Editora Unicamp.

LÁZARO, Josep Fontana i. A História dos Homens. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. “El Futuro de la Historia Económica”. In: Reflexões sobre a História Econômica Nº1. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2012.

_____. História: análise do passado e projeto social. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Estado e a Revolução. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

LIMA, Luiz Costa. História, Ficção, Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Rita de Cássia Pereira. “Sociologia do Desvio e Interacionismo”. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(1): 185-201, maio de 2001.

LINHARES, Maria Yedda Leite. “A Pesquisa Histórica no Rio de Janeiro. A História Agrária como Programa de Trabalho: 1977-1994. Um Balanço.” *São Paulo: Revista Brasileira de História*, v. 15, nº 30, 1995, pp. 77-89.

LINHARES, Maria Yedda. “História Agrária”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, pp. 155-191.

LINHARES, Maria Yedda. “Pesquisas em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro”. *Revista Estudos Rurais – CPDA/UFRRJ*, Rio de Janeiro: 12 de abril 1999: 104-112.

LINHARO, Alcir. As Tropas da Moderação – o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808/1842). S. Paulo: Símbolo, 1979.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro), 1º vol., Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LYOTARD, Jean-François. A Condição Pós-Moderna. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MANIERE, Dagmar. “O Transcendental em Kant”. *Fragmentos de Cultura*. Goiânia, v. 20, n. 9/10, pp.

641-661, set./out. de 2010.

MARICONI, Jr., Italo. “Tentando captar o homem-ilha”. Matruga. vol. 1 n°. 2/3 (maio/dez. 1987), Rio de Janeiro: UERJ

MARTINHO, Lenira Menezes. “Caixeiros e pés-descalços: conflito e tensões em um meio urbano em desenvolvimento”. In: GORENSTEIN, Riva & MARTINHO, Lenira Menezes. Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Depto Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.

MARTINS, Marcos Francisco. Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade? Campinas, SP: Autores Associados; Americana, SP: UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: Feuerbach. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARX, Karl. “A Mercadoria” (Cap. I). In: O Capital, Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 45-78.

_____. “O Ciclo do Capital Produtivo” (Cap. II). In: O Capital, Vol. II, Livro Segundo (“O Processo de Circulação do Capital”). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. “Posfácio da Segunda Edição de Janeiro de 1873, Londres”. In: O Capital, Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 15-21.

_____. “Prefácio da edição londrina de 1859 Para a crítica da Economia Política”. In: Para a Crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes; A economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Salário, Preço e Lucro. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MASTROPAOLO, Alfio. “Transformismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giamfranco (et. al.). Dicionário de Política (vol. 1). Brasília: Editora UNB, 1998, pp. 1259-1260.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOSO, Kátia. Ser Escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: Sociologia e Antropologia, São Paulo, Epu/Edusp, v. 2, 1994.

MELLO, João Cardoso de. O Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: Unicamp, 1975 (tese de doutorado).

MELO, Demian Bezerra de. “A Miséria da Historiografia”. Revista Outubro, nº 14, 2º semestre de 2006, versão eletrônica (http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14_06.pdf).

MELO, Demian Bezerra de (org.). A Miséria da Historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. “História e Teoria Política” (Cap. 3). In: CARDOSO, C. F. S. & VAINFAS, Ronaldo (org.). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 55-72.

MICELI, Sergio. “Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura.” Revista Tempo Social. São Paulo: USP, Abril/2003, pp. 63-79.

MICHEL, Jean-Baptiste e AIDEN, Erez Lieberman (et. al.). “Quantitative Analysis of Culture Using Millions of Digitized Books”. Washington D.C.: Science Journal, 16 December 2010.

MORA, J. Ferrater. Dicionário de Filosofia (Tomo I, A–D). São Paulo: Edições Loyola.

MOREIRA, Fernando José de Santoro. “Categorias de quê? Acerca da leitura kantiana das categorias de Aristóteles”. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 159, p. 61-75, 2004.

- MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva. 18ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MOTTA, Márcia (org.). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MOURA, Margarida Maria. “Franz Boas: A antropologia cultural no seu nascimento”. São Paulo: Revista USP, 2006, março/maio, nº 69, pp. 123-134.
- MÜREKKEP, Ankara. “Globalização, regionalização, mercado e o Estado: entrevista com Bob Jessop”. Currículo sem Fronteiras, v.2, n.2, pp.5-21, Jul/Dez 2002.
- NEURBEN, Fabiola. Arquitetura da Criação: Um estudo de Mínimos, Múltiplos, Comuns, de João Gilberto Noll. Araraquara: UNESP, 2001 (dissertação de mestrado).
- NOVAIS, Fernando A. Aproximações: Ensaio de história e historiografia: Fernando Antônio Novais. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- _____. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777–1808). 7ª edição, São Paulo: Hucitec, 2001.
- NUNES, Benedito. Heidegger & Ser e tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- OATES, Phyllis Bennett. História do Mobiliário Ocidental. Lisboa: Editora Presença, 1991.
- ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- ORTIZ, Renato. Revista de Ciências Sociais Unicamp-ICHF. Campinas: Unisinos, Volume 43 (nº 1): 103-105, janeiro/abril 2007.
- PETRONE, M.^a Tereza Schorer. O Barão de Iguape: um empresário da época da independência. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Mec, 1976.
- POLANYI, Karl. “La economía como actividad institucionalizada.” In: POLANYI, Karl, ARENSBERG, Conrad M. e PEARSON, Henry (dir.). Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos. Barcelona: Labour Universitaria, 1976, pp. 239-315.
- POLANYI, Karl. A Grande Transformação: As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. S. Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. História Econômica do Brasil. S. Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRINCE, Stephen. Visions of Empire: Political imagery in contemporary American. New York: Greenwood Publishing Group, 1992.
- PRIORE, Mary Del. A Mulher na História do Brasil. São Paulo: Contexto, 1994.
- REIS, José Carlos. As Identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- RODRIGUES, Antônio E. Martins; FALCON, Francisco J. Calanzans. A Formação do Mundo Moderno. Rio de Janeiro: Elsevier.
- RODRIGUES, José Honório. Brasil e África: outro horizonte. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983 (1ª edição de 1961).
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Prefácio”. In: FRAGOSO, J. L. R., BICALHO, Maria F. Baptista e GOUVÊA, Maria de F. Silva (org.). O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 11-19.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Prefácio”. In: FRAGOSO, J. L. R.; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 11-25.

- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Escravos e Libertos no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Prefácio à presente edição”. In: FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, J. L. R. O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SARAIVA, Luiz Fernando. “Transformações no Mundo do Trabalho: Um balanço historiográfico.” In: LAMAS, Fernando Gaudereto; OLIVEIRA, Ednéia Alves de; OLIVEIRA, Luís Eduardo de. Classes e Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011, pp. 93-118.
- SARDENBERG, Cecília M. B. e COSTA, Ana Alice A. “Feminismos, feministas e movimentos sociais”. In: BRANDÃO, Margarida L. Ribeiro e BINGEMER, Maria Clara L. Mulher e Relações de Gênero. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- SCHWARTZ, Stuart. “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva.” *Campinas: Economia e Sociedade* (13): 129-153, dez. 1999.
- Séries Estatísticas Retropestivas / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.
- SILVA, Ricardo. “O novo historicismo na ciência política: um encontro entre duas tradições”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 123-151.
- SIMMEL, Georg. Questões Fundamentais da Sociologia: Indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.
- SLENES, Robert W. Na Senzala uma Flor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- TOCQUEVILLE, Alexis. A Democracia na América. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- _____. O Antigo Regime e a Revolução. Brasília: Ed. UnB, 1999.
- TOMICH, Dale W. Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: EDUSP, 2011.
- TOMICH, Dale. Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: EDUSP, 2011.
- VAINFAS, Ronaldo. “Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira.” Niterói: *Revista Tempo (UFF)*, 1999-Ago, pp. 01-12.
- _____. “Homoerotismo Feminino e o Santo Ofício”. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. Trópico dos Pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VAIO, Gianfranco Di, WALDENSTRÖM, Daniel e WEISDORF, Jacob. “The Citation Success: Evidence from Economic History Journal Publications.” Stockholm: Research Institute of Industrial Economics, IFN Working Paper No. 81, 2010.
- VELHO, Gilberto. “Memorial para o Concurso de Professor Titular de Antropologia Social, Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro”. In: Documenta. *Revista Mana. Estudos de Antropologia Social*, publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ 18(1): 173-212, 2012.
- VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. – 2ª ed. (1ª ed.: 1981) – Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos, séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio, 1987 (1ª edição de 1968).
- VITORINO, A. J. R. “Antigo Sistema Colonial ou Império Português? As atividades comerciais de grosso trato de Francisco Pinheiro na Europa. América Portuguesa, África e Ásia na primeira metade

de Setecentos.” In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, 2008, São Paulo. ANAIS-XIX Encontro Regional de História: Poder, Exclusão e Violência. São Paulo: Anpuh-SP, 2008, v. único, p. 126-126.

WEINSTEIN, Barbara. “História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial”. In: *Historiographical Essays*. História, São Paulo, 22 (2): 185-210, 2003.

WELCH, Clifford Andrew... [et al.]. Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. “O que é a Agenda Pós-Moderna?”. In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (org.). Em Defesa da História: Marxismo e Pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, pp. 7-22.

_____. Democracia Contra Capitalismo: A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZAMELA, Mafalda P. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.